

EVELINE ANDRADE

A CIDADE NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA

Experiências de urbanização e saúde em Lages-SC – 1870 a 1910

FLORIANÓPOLIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A CIDADE NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA

Experiências de urbanização e saúde em Lages – 1870 a 1910

EVELINE ANDRADE

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal
de Santa Catarina como requisito
para obtenção de grau de mestre
em História Cultural.

FLORIANÓPOLIS

2011

A CIDADE NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA

Experiências de urbanização e saúde em Lages – 1870 a 1910

EVELINE ANDRADE

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em História Cultural e aprovada em sua forma final, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho (orientador e presidente) Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa (membro da banca)
Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado
Universidade Federal de Santa Catarina (membro)

Professora Doutora Janice Gonçalves (suplente)
Universidade do Estado de Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS

2011

Dedico este trabalho aos meus pais, Luiza e Osmar, pela vida.

Ao Prof. Élio Serpa, pela inspiração.

A Sara Nunes, por acreditar, sempre.

O homem está na cidade
como uma coisa está em outra
e a cidade está no homem
que está em outra cidade

mas variados são os modos
como uma coisa
está em outra coisa:
o homem, por exemplo, não está na cidade
como uma árvore está
em qualquer outra
nem como uma árvore
está em qualquer uma de suas folhas
(mesmo rolando longe dela)
O homem não está na cidade
como uma árvore está num livro
quando um vento ali a folheia

a cidade está no homem
mas não da mesma maneira
que um pássaro está numa árvore
não da mesma maneira que um pássaro
(a imagem dele)
está/va na água

e nem da mesma maneira
que o susto do pássaro
está no pássaro que eu escrevo

a cidade está no homem
quase como a árvore voa
no pássaro que a deixa

Ferreira Gullar, Poema Sujo

Resumo

A presente dissertação é resultado de um trabalho de pesquisa que teve como objeto a análise do processo de urbanização em Lages entre os anos de 1870 a 1910. Um período marcado por diferentes transformações na configuração política local que repercutiu decisivamente na composição do espaço urbano de Lages. Entre as fontes administrativas de Lages que compreendem o período aqui analisado, encontramos fragmentos de trajetórias, ideais, intenções e ações. Um conjunto que em suma traduz a principal matéria do fazer historiográfico: a vida humana em diferentes tempos e espaços. Ao nos dedicar a tal processo identificamos uma série de aspectos relacionados à dita modernidade, que refletida nas concepções de civilidade e progresso, apontaram importantes aspectos da configuração política e social daquele meio citadino. Entre concessão de terrenos, normas de higiene, divulgações científicas e tramas políticas, encontramos uma Lages marcada pela criação de uma imagem republicana atualizada de acordo com uma agenda de debate que extrapolou em muito os limites dos “campos de cima da serra”.

Palavras-Chave: Cidade; Urbanização; Política; Ciência e Saúde; Lages (Santa Catarina); Séculos XIX e XX.

Abstract

This dissertation is the result of a research project which aimed to analyze the process of urbanization in Lages (Santa Catarina, Brazil) between the years 1870 to 1910. A period marked by different changes in local policy setting that had a decisive effect on the composition of urban areas of Lages. Among the administrative sources of Lages covering the period analyzed here, we find fragments of trajectories, ideals, intentions and actions. A set that in essence reflects the main subject of historiographical activity: human life in different times and spaces. As we engage in this process, a number of aspects related to the so said “modernity” were identified, reflected in the concepts of civility and progress, pointed out important aspects of social and political setting of that city. From public grants of land, to hygiene standards, and scientific and political plots , we find Lages as a city marked by the establishment of a republican image updated according to an agenda for a debate that extended far beyond the limits of the “fields up the mountain”.

Keywords: City; Urbanization; Politics; Science and Health; Lages (Santa Catarina, Brazil); XIX and XX centuries

Sumário

RESUMO	IV
ABSTRACT	V
LISTA DE FIGURAS	VIII
AGRADECIMENTOS	1
INTRODUÇÃO.....	6

CAPÍTULO 01

Compondo a cidade: lugares, <i>personas</i> e relações	14
1.1	—
Algumas considerações preliminares	18
1.2	—
Os lugares e as <i>personas</i>	22
1.3	—
Das relações, o compasso da cidade	48

CAPÍTULO 02

Percorrendo a cidade: saberes, intenções e fazeres	83
2.1 – Da Monarquia à República: a Lages das “revoluções, dos Ramos e do protagonismo político	87
2.2 – Entre assuntos de Família, a cidade	104
2.3 – Entre as ruas niveladas: o requinte e o cheiro de curral.....	116
2.4 – Limpar, embelezar e cuidar: a saúde na pauta da cidade.....	140

CAPÍTULO 03

Médicos para ensinar e hospital para cuidar: na cena urbana algumas necessidades.....	157
3.1 – Pelas ruas da cidade, o século XX desfila.....	164
3.2 – Estrangeiros na cidade: Dr. Cleary, Dr. Bleyer e Dr. Sartori..	204

3.3 – Da ciência à pedagogia médica: saberes do Dr. Sartori nos jornais.....	234
3.4 – Na cidade “civilizada”: a caridade, o cuidado e o hospital.....	263
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	280
FONTES.....	285
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	297

Lista de Figuras

Figura 1 – Vista Parcial de Lages em 1866

Figura 2 – Planta da Vila de Lages em 1796

Figura 3 – Palácio Municipal de Lages - 1902

Figura 4 – Lages - Rua 15 de Novembro em 1901

Figura 5 – Vista Parcial de Lages em 1888

Figura 6 – Vista Parcial de Lages em 1904

Figura 7 – Visita do vice-governador do Estado de Santa Catarina à Lages em 1904

Figura 8 – Vidal José de Oliveira Ramos

Figura 9 - Obreiros da Loja Maçônica Luz Serra – Lages 1905

Figura 10 - Bazar Lageano – Palacete Gamborgi

Figura 11 – Lages – 1905

Figura 12 – Dr. Rueben Cleary – 1889

Figura 13 – Guilhermina Simone Schmidt e Dr. Rueben Cleary – 1875

Figura 14 – Capa do Manuscrito Brasil Under Monarchy – Rueben Cleary

Figura 15: Dr. Bleyer e Dr. Castilhos – Exumação do corpo de Ernesto Canozzi – Lages – 1902

Figura 16: Tratado de Myases – Dr. Jorge Bleyer – Curitiba – 1905

Figura 17: Cortejo Fúnebre Dr. Cesar Sartori – Lages – 1945

Figura 18: Dr. Cesar Sartori

Figura 19: Vista Parcial de Lages – 1910

Agradecimentos

As primeiras páginas de um trabalho acadêmico que leio, são os agradecimentos. Talvez faça isso num esforço de me aproximar daquele ou daquela que empenharam tanto tempo em meio as pesquisas, leituras e horas de cadeira em frente a um letreiro que fará de seus pensamentos escritos. Quase que para um último convencimento, faço dessa primeira leitura um deleite, um capricho, um aconchego. Só depois de cumprir sua leitura, sinto-me inteiramente preparada para ler o trabalho.

Agora chegou o momento de escrever os meus agradecimentos e mesmo tendo a certeza de que não é possível nominar todos aqueles que tornaram esse trabalho possível, arrisco em deixar aqui registrado os meus mais sinceros agradecimentos algumas pessoas, que sem elas nada disso teria sido possível.

A Scheyla e ao Sr. Flavemir que estiveram presentes nos primeiros passos dessa jornada. Obrigada pela companhia, pelo companheirismo, risadas e receitas compartilhadas estrada a fora entre Lages e Florianópolis. Foi com vocês que iniciei esse itinerário. A Sr^a Ismênia e toda sua família, pela amizade construída, acolhimento sempre carinhoso e atencioso. Obrigada pelas horas de boa conversa, de *pouso* e de alegria que sempre me proporcionam.

A Sara Nunes e todos os seus, por tudo o que a amizade é capaz de proporcionar. Pelo apoio e incentivo, especialmente pelo acolhimento em seu “cantinho” em *Desterro*. Agradeço todos os dias pela presença de

vocês em minha vida. Ainda a Sara por compartilhar, sugerir, pelos tantos cafés conversando sobre Lages, seus senhores e senhoras. Seguimos...

Ao Prof. Élio por todo apoio que está muito além dessa etapa. Foi contigo que alimentei meu desejo pela pesquisa e pela história. Por ter chamado minha atenção para o Dr. Sartori e a questão da saúde e da medicina em Lages. Pela sua generosidade, inspiração e incentivo. Por sua amizade, por ter me ensinado a confiar.

Aos meus colegas de curso, pelos textos compartilhados, pelas conversas no café, pela arrecadação da verba do ônibus que algumas vezes faltou. A Cris e a Nazaré da secretaria que sempre providenciaram tudo que foi necessário e indispensável para o cumprimento do itinerário Lages-UFSC, vida e dissertação!

Ao JF por sua companhia. Pelas vezes que ouvia pacientemente meus devaneios, pelo espaço que me permitiu ocupar em sua vida durante algum tempo dessa jornada. E especialmente por tudo aquilo que as palavras realmente não dão conta de traduzir. Durante todo esse percurso aprendi muito e você também foi responsável por isso.

Ao Frank Marcon por toda colaboração dispensada. Pelas chamadas de atenção pertinentes, pelas leituras caprichadas, pelas fontes compartilhadas e pelos fichamentos tão particulares.

Ao meu amigo Rodrigo, pela confiança, pelas músicas e literaturas compartilhadas. Certamente sem sua contribuição os momentos de escrita teriam sido mais silenciosos e menos prazerosos.

Obrigada por existir em minha vida. Aos meus sempre amigos, Leda demais e Cheiroso, pela amizade, cuidado e respeito. A Paty, pela flor azul e pelas passagens que me permitiram cumprir o rumo entre Lages-Florianópolis.

Ao Sr. Jayme Garbeloto por ter compartilhado seus conhecimentos políticos, suas memórias do Dr. Sartori, seus livros e seu escrito Helena. Infelizmente você resolveu nos deixar antes que eu conseguisse terminar meus escritos, mas te tenho sempre próximo em meus pensamentos, em minha saudade.

A Beth, pessoa iluminada que nos momentos mais difíceis dessa jornada, esteve presente com apoio, carinho e compreensão. Por sempre me lembrar do que realmente tem valor nessa vida. Seu comprometimento e generosidade são referências para mim. Ao Vic, por todas as vezes que me tirou da frente do computador, do Arquivo do Museu ou de uma leitura dedicada. Pelo seu cuidado e por seus ouvidos pacientes. Pelas inúmeras caronas, pelas falas descontraídas. Por tudo que significa em minha vida, por ser a parte de mim que eu mais gosto. Obrigada para você é sempre pouco.

Aos meus pais, por tudo que significam pra mim. Por ser a razão de muitos dos meus esforços, pelo amor incondicional, pela vida, pelo cuidado. Obrigada por terem compreendido os meus momentos de bronca, de chateamento. Obrigada por terem ouvido meus textos, por me chamarem atenção, por me cuidarem.

As minhas manas, Priscilla e Patrícia e seus respectivos companheiros, Júnior e Anderson, por mostrarem a vida fora dos livros e arquivos e lembrarem sempre que deveria ler os jornais do dia e não os do século XIX.... Ao Júnior, meu agradecimento especial, pelos CDs que me ajudou a gravar e por todas as vezes que foi ao mercado mesmo contrariado, só para facilitar meu atribulado dia a dia. Valeu mesmo Jú! A Sophia e a Sara por terem esperado para brincar comigo, por me fazerem sorrir. Por mostrarem o encantamento de aprender e descobrir o mundo.

Ao Ronaldo, por apresentar caminhos suaves. Por tudo que me ensinou sobre o silêncio e sobre gostar... Gostar como criança! Muito Obrigada...

A Carla, companheira de trabalho. Amiga. Por ouvir atentamente todas as minhas inquietações durante a pesquisa e escritos. Por ter segurado as pontas nas minhas ausências necessárias. De sempre lembrar em perguntar como eu estava e se estava precisando de alguma coisa. Sua presença ajudou a construir este trabalho, serei sempre grata. A Cris e a Nena, pessoas de uma grandeza ímpar. Obrigada por terem refletido luz em minha vida nesses últimos tempos de escrita.

Ao meu orientador, Henrique Espada. Pela compreensão, pelos escritos do Cleary, pelas observações e sugestões, sobretudo pelo apoio e compreensão nos momentos difíceis. E especialmente pelo senso de humor incomparável que fez desse final de trabalho, uma festa!

Ao Museu Histórico Thiago de Castro e a Associação Amigos do Museu Histórico Thiago de Castro, por tudo que tornou esse trabalho

possível. Á CAPES pela concessão de bolsa no segundo ano de curso do mestrado.

Certa vez ouvi, que mais importante que o resultado é o caminho que se seguiu. Se assim for, valeu. Nesse caminho eu aprendi e cresci. Por tudo, a todos, Obrigada!

Introdução

Não havia *bonds*, nem *telephones*,
mas andava-se e falava-se de mais.

Leopoldo Amaral

O presente trabalho trata da cidade de Lages. Que fundada oficialmente em 1776, pertenceu até 1820 à Capitania de São Paulo, quando administrativamente foi incorporada à Província de Santa Catarina. Elevada à categoria de cidade em 1860, Lages era já nessa época o centro urbano de referência do extenso Planalto Catarinense. O período de análise aqui demarcado situa-se entre os anos de 1870 a 1910. A matéria desenvolvida nessa dissertação nos remete a composição do espaço urbano de Lages, considerando o estabelecimento de seus contornos citadinos bem como de sua dinâmica urbana que traduz em linhas gerais, importantes aspectos de sua configuração política e social, expressados naquelas quatro décadas entre o fim do século XIX e princípios do século XX.

Podemos dizer que muitas cidades no mesmo período passaram por significativas transformações na sua dinâmica urbana, da sua forma e estrutura. Ou seja, as tratativas urbanas emergentes nesse período na cidade dos campos de cima da serra, não são inéditas. De forma geral é possível afirmar que Lages é uma cidade que vivencia um processo de urbanização, porém, nem toda cidade em processo de urbanização é

Lages. Daí o esforço para realização desse trabalho, buscando naquilo que ela tem de comum às outras, aquilo que ela apresenta de singular.

Em termos de Brasil, o período aqui analisado remonta seu primeiro grande momento de modernidade¹. Uma modernidade que evidentemente não se estabeleceu em todo país de forma linear e simultânea, nem mesmo se configurou uma poção mágica de transformações imediatas e renovações permanentes. Trata-se em suma de uma “modernidade” (re) configurada que mesmo importada do além mar apresenta características própria. Essa modernidade se faz sentir nas formas, hábitos e costumes que constituíram um cabedal de novas idéias e novos ideais, que agregou aquele cenário nacional outro ritmo. Contudo, embora tenha sido um processo que podemos considerar contínuo, ponderando seu compasso diverso em diferentes realidades daquele Brasil, ele foi setorial e bem localizado. A cidade nesse quadro parece representar bem uma dessas localidades. Mas como essa modernidade se

¹ Ao mencionar modernidade, estamos aqui, considerando o entendimento de um conceito largamente discutido em diferentes áreas das ciências humanas e que pela amplitude e dinamicidade de suas concepções nos impede, nesse momento, realizar uma análise mais profunda. Contudo, compartilhamos da reflexão apontada pelo historiador José Roberto Amaral Lapa, que ao estudar o processo de urbanização de Campinas na segunda metade do século XIX, traz considerações pertinentes sobre a tão discutida modernidade. Nas palavras de Lapa: “Há certas palavras que exercem um fascínio por parecerem conter a capacidade de idealizar e representar a realidade de uma maneira acabada. Moderno, modernidade e modernização estão nesse caso e têm uma identidade que não impede as diferenças e especificidades que também guardam entre si. Emergem, a cada certo tempo, com ímpeto, trazendo consigo a chancela do atual que se opõe à velha ordem e, portanto ao que é arcaico que é a face senil e negativa do antigo -, ao que não deve ser, pois não corresponde mais à dinâmica da realidade social e à sua viabilização nos padrões em que se apresenta. Criação eminentemente cultural e burguesa, gerada no ventre da revolução Industrial. Identificava e identifica valores, estilos, maneiras de ser (...)”. Para mais detalhes sobre a questão verificar: LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade: Os Cantos e os Antros: Campinas 1850-1900**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1996.

refletia no espaço urbano do Brasil naquela passagem de século? Para refletir sobre tal questão, compartilhamos do discutido por José Roberto Amaral Lapa:

Surpreendemo-la no discurso dos agentes da inteligência local, nas soluções arquitetônicas, no redesenho e reutilização dos espaços públicos e privados, na reconceituação e em novas práticas de conservação, preservação e valorização da saúde. Postula-se que a normalidade das funções orgânicas, físicas e mentais será desejada e alcançada para cada um e para todos, desde que cumprido um ideário cuja legitimidade é conferida pela ciência e, portanto pela razão.²

Em suma, às considerações de Lapa indicam bem os elementos presentes na agenda cidadina daquele período, sobretudo depois de 1889. Com o advento da República, instituída no país naquele ano, altera-se não apenas a configuração política do meio social brasileiro, mas em efeito, se alterou toda uma compreensão de ordem social que anteriormente regida por determinado padrão, passou a apresentar novas necessidades. Entre essas necessidades à causa de transformação dos espaços citadinos, entendido então como urbanização. É nesse quadro que engenheiros, médicos, intelectuais e autoridades políticas empenharam-se para propagar e estabelecer aquilo que compreendiam como o caminho

² LAPA, José Roberto do Amaral. Op. cit., p. 17-18.

oportuno e necessário para alcançar tal propósito. Nesse enredo, a higiene, a civilidade e o progresso, ditaram o compasso da dança.

Nesse sentido, o que dizer de Lages? Pequena cidade do interior de Santa Catarina. Em 1870 quando iniciamos a trajetória investigativa desse trabalho, identificamos que Lages já dispunha de uma pequena estrutura urbana situada dentro da demarcação de três principais quadrantes: o que compreendia a pequena capela com um cemitério aos fundos; no quadrante seguinte a casa da câmara e cadeira e por fim, o espaço do comércio, marcado pelo local das feiras e posteriormente o lugar do mercado público. Além disso, algumas casas de residência, açougue e fontes para abastecimento de água. Contudo, tratava-se de um núcleo urbano um tanto quanto modesto e com uma população que se espalhava pelo extenso território do município. É na década de 1880, especialmente a partir de 1889, que a dinâmica urbana passa ganhar maior expressão. Nesse período temos a criação dos primeiros jornais locais, organização de clubes recreativos e literários, teatro, Loja Maçônica, e demais espaços que gradativamente foram imprimindo novo ritmo a pequena cidade dos campos de cima da serra. Estes foram os espaços de propagação dos códigos de civilidade e onde os discursos de “progresso” em favor a certa modernidade ganhou contornos mais concretos. Evidentemente, tal propagação não se deu de forma desinteressada, tampouco ocupou apenas a dimensão discursiva de suas funções. Ela se materializou em ações empreendidas por certa elite local, refletindo ações que paulatinamente foram estabelecendo os limites da cidade de Lages e o compasso de sua dinâmica urbana.

É preciso dizer que essa elite é formada por famílias de fazendeiros, ligados à atividade pecuarista, base mais sólida da economia local daquela região no referido período. São os filhos desses fazendeiros que no fim do século XIX investindo em sua formação intelectual e moral, no Colégio dos Jesuítas em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, se estabeleceram na cidade naquele fim de século, ocupando expressivamente os cargos de chefia da municipalidade. Como destaque dessa representatividade, podemos nominar a família Ramos, nas figuras de Vidal José de Oliveira Ramos Júnior e Belisário José de Oliveira Ramos, filhos de Vidal José de Oliveira Ramos Senior, importante nome político desde os tempos do Império. Como se verá no desenvolvimento dessa dissertação, os irmãos Vidal e Belisário roubaram a cena política local, fazendo da cidade de Lages seu campo privilegiado de projeção política para o cenário estadual e nacional, constituindo uma das mais sólidas oligarquias catarinense da primeira República, a única dentro desse quadro estadual ligada à terra. Ocupando a chefia municipal em período alternado, porém contínuo entre os anos de 1895 e 1910, Vidal e Belisário fomentaram, juntamente com outros representantes dessa elite, a construção da imagem de uma Lages republicana que em suma, consolidou o perfil de expressivos líderes republicanos dessas autoridades municipal.

Ao analisar o processo de composição urbana da cidade de Lages nesse momento de importante (re) configuração política e ordenamento social estabelecidos pela abolição da escravidão e a proclamação da República, implica muito mais que apenas dispor sobre o óbvio. Implica,

sobretudo, perceber em que ponto e até que medida, tal processo corrobora para compreensão daquele meio social, identificando na trajetória de seus diferentes atores sociais os arranjos que tornaram possível a composição daquele núcleo urbano. Nesse sentido, o caminho investigativo aqui percorrido, buscou mais que apenas localizar uma sintonia de Lages com as emergências republicanas propagadas naquele período. Antes disso, procuramos compreender o que esse determinado processo foi capaz de relevar sobre a configuração política e social daquela pequena cidade do interior catarinense na passagem do século XIX para o século XX. Sabemos conforme nos alerta Marc Bloch, que o passado não é objeto de ciência e, portanto, a ciência histórica construída pelo fazer historiográfico nada mais é que uma constante busca pela compreensão de uma realidade que não é outra, senão a nossa própria realidade presente. Nesse sentido, o fato histórico não é um fato “positivo”, estático, pronto e acabado, é produto de uma construção ativa que transforma a fonte em documento capaz de constituir-se um problema³. Nesse aspecto seu valor não se detém na capacidade informativa que é possível de oferecer e sim na operação interrogativa que ofício historiográfico é capaz de realizar. Foi nessa perspectiva que as fontes administrativas de Lages, como as atas da câmara, os relatórios municipais e os registros da imprensa local, analisados entre os anos de 1870 e 1910, estabeleceram um quadro de possibilidade investigativa, capaz de oferecer leituras daquela realidade social de Lages. Foi no

³ GOFF, Jaques Le. “Prefácio”. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

caminho dessas possibilidades de leituras que a análise aqui desenvolvida se efetivou.

No primeiro capítulo, procuramos identificar a composição da cidade de Lages num momento em que aquela sede municipal começava apresentar contornos mais citadinos, em que a emergência de algumas tratativas como a problemática do cemitério e a regulamentação do comércio apontavam novas necessidades na dinâmica urbana daquele chão comum. As fontes priorizadas nesse momento foram as atas da Câmara Municipal do período de 1870 a 1895 e as notícias da imprensa local em circulação na cidade a partir de 1883. No segundo capítulo, além das atas da Câmara e os jornais, priorizamos os relatórios municipais produzidos pelos Fiscais da Câmara. Nesse momento nossa atenção está focada em duas principais chaves: os arranjos políticos estabelecidos nas últimas duas décadas do século XIX e primeiros anos do século XX, refletindo sobre o período de transição da monarquia para república. Momento este, caracterizado pela ascensão do protagonismo político da família Ramos em Lages e região serrana. E a outra chave, corresponde ao lugar ocupado pelos códigos de “civilidade” e intenções de “progresso”, que delegaram à saúde e a higiene lugar de destaque nas tratativas públicas daquela urbe. Por fim, o último capítulo, trata especialmente das emergências urbanas de Lages a partir de 1900, em que foi possível identificar qual o papel que os saberes científicos, a atuação médica e as problemáticas acerca da necessidade de implantação de uma casa de caridade, assumiram nessas tratativas. Para refletir sobre tais

questões, priorizamos os registros dos jornais e das atas do Conselho Municipal correspondentes ao período.

Como todo ofício em que é necessário fazer escolha, a opção por trilhar esse caminho de análise, a partir do discurso das fontes administrativas da urbe, esboçou alguns limites. Sobretudo porque permite perceber pouco qual o alcance e efeito, que tais medidas provocaram no cotidiano dos habitantes daquela Lages. Contudo, mesmo considerando que parte dessa análise se dá pelo ditado das autoridades municipais, a reflexão de seus registrou possibilitou identificar algumas questões importantes para compreensão daquele meio social. Como veremos, realmente *não havia bonds nem telephone, mas andava-se e falava-se demais...*

Capítulo 1

Compondo a cidade: lugares, *personas* e relações

A cidade é diversa. Não é possível defini-la em poucas palavras, tampouco compreender todas suas dimensões, sejam elas geográficas, políticas, culturais, sociais ou históricas, num simples esforço dissertativo que tem um objetivo específico delimitado. Contudo, estudá-la é um desafio. Um desafio enfrentado por vários pesquisadores, de diferentes áreas do conhecimento, entre diversas perspectivas, com objetivo de compreender a organização, a disposição, o movimento sempre constante e instável das cidades. Da arquitetura ao urbanismo, da geografia à história, entre a sociologia e a filosofia, há um grande número de estudos que desenvolvem saberes acerca da cidade. Nesse sentido, a cidade não é privilégio deste ou daquele domínio de conhecimento, suas características não se esgotam através de um único olhar.

Daí a necessidade, ao se dedicar a tal desafio, de fazer escolhas. Para este trabalho, a escolha foi Lages, cidade do Estado de Santa Catarina. O período, demarcado entre o fim do século XIX (1870) até a primeira década do século XX (1910). O caminho para trilhar essa escolha se faz a partir das atas da Câmara Municipal e depois Conselho da Intendência Municipal, relatórios, editais e por fim, os jornais da imprensa local existente no período, lidas com o objetivo de dar visibilidade às diferentes experiências e trajetórias que constitui a complexa tessitura urbana da cidade. Salientando as necessidades e os

ideais presentes nessas experiências que oscilam, entre diferentes modos de viver e variados saberes, privilegiando as concepções de saúde e higiene que emergem desse compasso.

De acordo com Gilberto Velho, em fins do século XIX a cidade entraria definitivamente para o elenco das grandes questões do pensamento social. A questão urbana despontava, assim, como rico objeto, uma vez que “a Revolução Industrial e o Estado Moderno, na sua emergência e consolidação, instituíram complexos sistemas de controle e disciplinamento, traçando novos mapas de orientação sociocultural, por sua vez associados a modelos específicos de individualidade”⁴. Além de ser um espaço onde formas de controle e normas disciplinadoras são pensadas, desenvolvidas e aplicadas, a cidade é um espaço de vida. É lugar de compartilhamento de ideais, intersecção de trajetórias, encruzilhada de experiências e expectativas diversas, por vezes conflitantes. É lugar onde idéias se materializam, onde as experiências são somadas e outras vezes divididas, lugar onde diferentes expectativas são disseminadas, conflitadas e (re) significadas. Diante dessa imensidão, não há um caminho único e totalmente seguro para guiar-se. Não há uma metodologia específica capaz de apreender o dinamismo total de todos esses elementos. E os seguidores dos domínios de Clio não se excluem disso.

⁴ VELHO, Gilberto. “Estilo de vida urbano e modernidade”. *Estudos Históricos* 8: 227-34. Rio de Janeiro, 1995.

Nesse sentido, se compartilha do abordado pela historiadora Sara Nunes:

Afirmar algo sobre o passado é uma atitude que limita os distintos caminhos a visão historiográfica, ainda, mas quando separamos as pessoas em categorias, sem perceber que as ruas pelas quais caminhavam eram as mesmas, independente do que carregavam dentro de si, podiam compartilhar uns com os outros. Considero a melhor escolha nos caminhos da ciência histórica, aquela que não julga a vida de forma muito reta: é aberta aos encontros e desencontros da experiência humana⁵.

De forma geral as cidades brasileiras vivenciam, durante todo o século XIX, diferentes experiências de ocupação, organização e modificação dos espaços considerados urbanos. Em trabalhos que se dedicam a análise do desenvolver urbano em tal período, destaca-se a segunda metade deste século como um momento de diferentes ações e intervenções propagadas por um ideal moderno importado da Europa. As descobertas científicas, o avanço da medicina e os pomposos códigos de condutas, pautados nas normas civilizadas existentes no além mar, vão sendo pouco a pouco, importados e disseminados em terras brasileiras.

As últimas décadas do século XIX no Brasil são marcadas por intensas transformações nas estruturas sociais, políticas e econômicas da

⁵ NUNES, Sara. Caso Canozzi: um crime vários sentidos. Dissertação. (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2007, p. 49.

sociedade como um todo. É entre as décadas de 1870 e 1880 que alterações nas relações de trabalho e nas estruturas do sistema político, culminaram na abolição da escravidão e proclamação da república. Tais circunstâncias marcaram decisivamente as estruturas políticas e os espaços sociais do país, entre eles, o que mais interessa aqui: a cidade.

A pesquisa nas atas da Câmara Municipal de Lages, bem como nas demais fontes pesquisadas, apontam para uma cidade em processo de formação. Processo iniciado muito antes de 1870 e que evidentemente, não se encerra na data limite deste estudo. Formação permeada por diferentes necessidades que se expressam nas diversas trajetórias que se cruzam naquele chão comum. Entre requerimentos e petições, ditos e notícias, os lugares, as personas e as relações vão ganhando forma e contornando os limites desse espaço analisado. A variedade de tais elementos, desenhados pelo confronto das fontes, provocou algumas inquietações.

A primeira inquietação, como não poderia ser diferente, aponta para a necessidade de compreender que cidade é essa. Não sendo possível um retorno concreto àquela realidade expressada nas atas, relatórios e noticiários, se investe na busca pela identificação e entendimento do que era compreendido como a “cidade de Lages”, através dos registros deixados pelos contemporâneos. Nessa busca, vários lugares são denominados entre quarteirões, ruas, becos e freguesias e entre eles os limites da cidade vai ganhando forma. A segunda refere-se ao compasso dessa cidade. Quais as necessidades, as idéias, os sujeitos históricos e as relações estabelecidas nesse cenário citadino. Que idéias circulam nas

petições? Que necessidades os requerimentos expressam? Que conflitos se apresentam? Que saberes e projetos são defendidos nos jornais? É no ritmo dessas inquietações que os escritos deste trabalho fluíram.

1.1 – Algumas considerações preliminares

Não há em Lages nas últimas décadas do século XIX, por parte do poder público local, um projeto urbano para cidade, com ações pré-determinadas e diretrizes determinantes. O que não quer dizer, que o acaso era a única força em operação!

Terrenos foram concedidos, logradouros públicos fechados, ruas alinhadas. Fontes foram limpas, vacinas foram distribuídas, recursos financeiros para combater epidemias foram liberados. Códigos de posturas formulados, edificações derrubadas e outras tantas construídas, comércio regulado, cemitério removido e um palácio municipal foi inaugurado. Seguramente, tais acontecimentos não resultaram de um vazio e nem foram empreendidos livres de interesses e concepções. Porém, ainda assim, seria demasiado exagero afirmar que tais elementos correspondiam a um projeto de cidade homogeneamente concebido pelo poder público local. Há mais protagonistas nessa trama.

Nesse sentido, compreender a forma como essa cidade era entendida, delimitada, pensada e projetada pode ser indicativo dos procedimentos efetuados nesse espaço e que foram processualmente formando seus contornos urbanos. Para tanto, identificar os elementos que permeiam tais fatores é fundamental. Não se trata de apenas elencar suas leis e normas, detidas nos códigos de posturas, por exemplo, mas de

compreender como tais regulamentações foram processadas, a que necessidades procuravam atender. E com isso, entender o papel que a saúde, a higiene e a ciência cumpriram junto a esse processo. Uma vez que se tratando da urbe, em fins do século XIX e princípios do século XX tais elementos são vitais, pois correspondem ao estatuto do pensamento moderno que determinava um ideal de cidade pautado no controle da saúde, na disseminação da higiene e no progresso da ciência⁶. Daí a relevância de perceber a forma e a intensidade que tais fatores alcançaram numa formação urbana, não hesitando nesse processo, de perceber as experiências que as tornaram possíveis. Experiências percebidas pela trajetória de alguns de seus habitantes: uns representantes do poder público local, outros médicos, outros fazendeiros, indigentes, comerciantes, libertos, egressos da escravidão e seus descendentes, quitandeiros... Todos responsáveis pela maneira de fazer a cidade e a forma de nela viver.

Passados quase um século desde sua fundação oficial (1776), e uma década (1860) desde sua elevação à categoria de cidade, Lages, na década de 1870 não apresentava um formato citadino de grandes

⁶ Maria Stella Martins Bresciani aponta que, os centros urbanos representariam nessa época o lugar de culminância de novas sensibilidades, como resposta à perda da identidade rural e de suas raízes socioculturais, substituídas nas cidades modernas pelas novas idéias de progresso, transformação e melhoramento das condições materiais e das condutas morais, resultantes do crescente domínio da natureza pelo homem. Ainda segundo a autora esse é o momento em que “a cidade se constituirá no observatório privilegiado da diversidade: ponto estratégico para apreender o sentido das transformações, num primeiro passo, e logo em seguida, à semelhança de um laboratório, para definir estratégias de controle e intervenção”. BRESCIANI, M. S. M. “Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.5, n.8/9, set. 1984/abril 1985, p.35-68. Acerca dessa temática conferir ainda da mesma autora: Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: BRESCIANI, M S. M. (Org.) **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p.343-63.

proporções. Assim como outras cidades de referência nacional, seu aspecto bucólico era bastante evidente e representativo.

Localizada no Planalto Serrano da então Província de Santa Catarina⁷, Lages compreendia uma área territorial bastante vasta, que no decorrer do século XX foi reduzida devido aos vários desmembramentos que sofreu. De acordo com Licurgo Costa, “de 25.000 km² dos campos de Lages, sob sua jurisdição ou pelo menos sob sua influência direta durante quase um século, ela foi de desmembramento a desmembramento, perdendo território até chegar aos 7.094 km² que tem presentemente⁸. Para além das delimitações territoriais pertinentes de toda formação urbana, o que interessa particularmente para este trabalho é perceber de que maneira a área propriamente urbana da cidade se constituiu. Dispensar atenção a esse processo, não atende apenas ao reconhecimento das fronteiras territoriais que paulatinamente foram definindo a cidade, mas à possibilidade de identificar as práticas e as relações que, durante o período analisado, configuraram os lugares de intervenção e atuação do poder público local. Ao compreender tal configuração, considerando suas espacialidades, percebe-se o meandro das alterações propagadas num esforço urbano, incluindo aí todo o conjunto de ações e intervenções necessárias para atingir determinado fim, especialmente o cuidado com a

⁷ Até 1820, Lages pertencia a Capitania de São Paulo. A fundação da vila Nossa Senhora dos Prazeres do Sertão das Lagens, fez parte de uma estratégia de ocupação e povoação da província de São Paulo incitada pelo Morgado de Matheus que incumbiu Antonio Correa Pinto de Macedo de efetivar a instalação da Vila em fins do século XVIII. Após protestos do governo de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, acerca do direito de São Paulo na região, em 1820, a vila de Lages passa oficialmente a pertencer a Santa Catarina.

⁸ A data de referência que o autor situa é 1980, década da publicação de seu trabalho: COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens – Sua história e influência no sertão da terra firme**. Florianópolis: FCC, 1982.

saúde e a higiene. É nesse sentido que a presente dissertação busca ser uma contribuição: compreendendo os contornos dessa cidade e sua formação urbana pelas diferentes experiências compartilhadas em solo comum.

Ao estudar o processo social que possibilitou na Turim do século XVII a ocorrência, da estratificação social em consequência dos ofícios praticados, Simona Cerutti⁹, discutiu as possibilidades da análise processual e de suas implicações dentro da perspectiva da micro-análise. Tais considerações são bastante inspiradoras para este trabalho.

Ao considerar a linguagem dos contemporâneos em sua análise, Cerutti não o faz apenas de maneira a substituir os conceitos que os próprios sujeitos usavam para pensar sua própria experiência, pelos que poderiam ser utilizados e definidos por ela. Não se trata apenas de uma substituição. Fazer esta escolha implica uma mudança de perspectiva na prática histórica, ou seja, antes de partir das caracterizações profissionais e perceber os indivíduos dentro desse quadro pré-definido, a experiência individual dos atores sociais é considerada. Dessa forma esmiúça as várias dimensões de relações que estes indivíduos estabelecem, antes de apenas encaixá-los dentro de algumas categorias profissionais pré-concebidas.

Para autora, identificar a linguagem desses protagonistas não é o ponto de chegada da proposta de análise, favorecendo assim uma

⁹ CERUTTI, Simona. “Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidade em Turim no século XVII”. In.: REVEL, Jacques (org.), **Jogos de Escala – A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1998. p. 173-201.

perspectiva apenas classificatória e localizadora, mas sim o ponto de partida de onde se buscará compreender as dimensões dessas linguagens e as relações sociais que as tornam possível dentro das possibilidades dos contemporâneos. Nessa perspectiva, Cerutti, privilegia o entendimento da cidade como ator social, onde as trajetórias dos indivíduos são percorridas propondo novas dimensões de compreensão acerca do contexto e da representação da cidade.

Compreendendo as classificações, por meio da linguagem dos contemporâneos, no sentido de percebê-las como instrumento de representação da sociedade, a autora conclui que “indivíduos e instituições são feitos, em suma, da mesma matéria”. Portanto, distanciar-se dessas trajetórias, não implica apenas em afastar-se das minúcias propagadas por esses atores sociais, mas deixá-los silenciosos acerca de processos e relações que iluminam em dimensões diferentes a realidade social. Vamos, portanto, á matéria...

1.2 - Os lugares e as *personas*

O município, sua organização e instalação é uma herança portuguesa que se mantém no Brasil até os dias atuais. Sua configuração correspondia, desde os primeiros tempos, a menor unidade administrativa do mundo português, que consequentemente foi estendida na sua forma

aos territórios colonizados. De acordo com José Liberal de Castro¹⁰, essa unidade administrativa correspondia a um tipo de exercício de poder consentido, onde “à população dependente configurava-se essencial a obtenção de forais, isto é, cartas de autonomia municipal, concedida como uma forma de repartição do poder real com os súditos¹¹”. É pautada nessa autonomia, baseada na lealdade ao rei, que se formará um sistema tipicamente português de organização municipal, inicialmente estruturada pelos interesses do rei em estabelecer relação com as pequenas comunidades urbanas por meio de forais concedidos a vilas e cidades sucessivamente criadas.

Da mesma forma que o município, a criação de vilas e cidades eram eventos políticos de cunho administrativo, regulados por um ato solene e público. Tais criações exigiam alguns rituais de procedimentos e determinada estrutura que correspondiam, num primeiro momento, na construção de uma sede religiosa (igreja ou capela) bem como na edificação de uma casa da Câmara. A Casa da Câmara, caracterizada como uma edificação típica do período colonial era dividida em dois pavimentos: no pavimento superior funcionavam as atividades camarárias e no térreo a prisão, estruturando a denominada Casa da Câmara e Cadeia. Tratando-se de cidades coloniais, a implantação nem sempre se dava de forma imediata, ocorrendo muitas vezes após algumas tentativas, prevalecendo como locus definitivo aquele que apresentasse melhores

¹⁰ CASTRO, José Liberal de. “As Comemorações do 13 de Abril”. In.: CHAVES, Gylmar; VELOSO, Patrícia; CAPELO, Peregrina (orgs.), **Ah, Fortaleza!**. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 1998. p. 10-28.

¹¹ CASTRO, José Liberal. Op. cit., p. 17.

condições ao propósito de defesa e de exercício comercial¹². Zilma Isabel Peixer, ao analisar o processo de constituição do espaço urbano em Lages, indica esses dois fatores de cunho político e comercial, como elementos presentes na contextualização do que a autora denomina como cidade dos coronéis¹³:

A fundação de uma vila nessa região fez parte de uma estratégia de ocupação e povoação, promovida pela capitania de São Paulo. Por um lado, a futura povoação deveria localizar-se num ponto estratégico para servir como ponto de defesa do território, frente à possível expansão do território espanhol (Tratado de Tordesilhas). Por outro lado, começava a crescer o mercado consumidor na região Sudeste e Nordeste, havendo grande necessidade de gado de corte e de muares (mula, utilizada em larga escala como meio de transporte) e uma povoação nessa região serviria como ponto de apoio a esse mercado, já que se localizava entre Rio Grande do Sul –centro produtor – e São Paulo – centro de comercialização e consumo.¹⁴

Por longo período os municípios, por meio de suas câmaras, detiveram um papel fundamental no comando de territórios demarcados com sede nas vilas ou cidades. No Brasil, as Câmaras dispuseram de

¹² Idem, Ibidem, p. 24.

¹³ A alusão a este título tem por base os elementos de sustentabilidade de seu poder, ou seja, poder patrimonial baseado na terra e no gado, controle militar, articulação e concentração do poder político municipal estadual, e a relação patriarcal e clientelista com os grupos populares. (...) o estabelecimento dessa rede de poder reflete-se nas intervenções na cidade, na produção do espaço urbano, social, político e cultural. PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos: processo de constituição do espaço urbano em Lages**. Lages: Uniplac, 2002, p. 40.

¹⁴ Idem, Ibidem, p. 40.

relevante poder que com o tempo foi reduzido, sobretudo no século XIX¹⁵ quando modificações na estrutura política administrativa foram paulatinamente enfraquecendo sua capacidade de ação e por consequência seu poder de decisão e intervenção. Ainda assim é notória a importância que tal instituição desempenhou junto à administração e, especialmente, à forma de organização dos espaços citadinos brasileiros. Sua estrutura que aglutinava a participação dos considerados “homens bons” determinou por muito tempo a administração de determinados territórios, nos quais se desenvolveram os espaços urbanos que dispomos atualmente.

Não é proposto aqui discutir o alcance ou não da atuação da Câmara no processo de constituição do espaço urbano de Lages, nem avaliar suas transformações políticas ao longo do período analisado. Mas reconhecendo sua fundamental importância nessa conjuntura, procura-se identificar nos seus registros elementos que nos permitam pensar e analisar as formas e os modos como a cidade é formada e daí entender as ações e intervenções protagonizadas pelo poder público local e os enunciados pronunciados pelos homens de ciência, em favor a certa urbanização.

Na década de 1870 quando se inicia nossa investigação nas atas da Câmara, Lages já dispõe de uma estrutura urbana mínima: capela (que servia de matriz), casa da câmara e cadeia, teatro, certa atividade

¹⁵ Primeiro, desde 1828, com a obrigação de prestarem conta de determinados atos ao poder provincial; logo em seguida, com a perda do poder de detenção, transferido para as províncias, em decorrência do ato institucional de 1834, no período regencial. Depois, com o advento das intendenções municipais, criadas pela República, as atuais prefeituras, que abiscoitaram o poder executivo das câmaras. CASTRO, José Liberal de. Op. cit., p. 19.

comercial, algumas fontes para abastecimento de água, algumas ruas, cemitério, açougue e uma proposta para construção de um mercado público. A cidade já mantinha, portanto, um ritmo marcado por atividades tipicamente urbanas: como circulação de informações e pessoas, atividades comerciais e públicas, opções de lazer para além das festividades religiosas (ainda que fossem restritas e não muito frequentes).

Pelos registros das atas percebe-se uma dimensão urbana que vai se (re) configurando processualmente, da mesma forma que identificamos o poder público (representado pela câmara) se constituindo e se reconhecendo nesse processo enquanto responsável pelas ações-intervenções dentro deste espaço. Num primeiro momento constata-se uma “cidade requerida”¹⁶. São inúmeros os ofícios, solicitações e requerimentos que chegam a Câmara por parte da população, reivindicando licenças, concessões, permissões para atender as necessidades de diferentes naturezas: da obtenção de terrenos para edificação de casas à consertos de estradas; de construção de pontes à regulamentações para o exercício do comércio. A partir de fins da década de 1880 emergem outras necessidades pautadas em diferentes experiências vividas na cidade e, já nos primeiros anos do século XX, é possível identificar uma cidade que começa ser projetada. Uma cidade, que não se manifesta mais apenas pelos requerimentos de seus habitantes,

¹⁶ O termo “cidade requerida” é alusivo aos inúmeros requerimentos registrados nas atas da Câmara de Lages pelos quais é possível fazer uma leitura acerca das dimensões da cidade. Como se verá no decorrer desse trabalho, esse período de 1870 ao final da década 1880 é permeado por uma variável gama de requerimentos que aos poucos cedem lugar aos projetos apresentados pelos membros da corporação, como é possível observar especialmente a partir de 1890. Livro Ata 1890 a 1892 e 1900 a 1910. Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

mas sim por sugestões de projetos daqueles que agora se reconhecem como responsáveis por sua formação e organização: os conselheiros da Câmara.

Se anterior a 1900 quase todas as intervenções no espaço citadino se davam por reparos emergenciais apresentados na sua maioria pelos Agentes Fiscais e por petições dos habitantes da cidade. Posteriormente, o expediente da Câmara é tomado por apresentação de projetos indicados pelos conselheiros que procuram de certa forma organizar a cidade. Contudo é importante mencionar que, em nenhum desses momentos nem quando os requerimentos e as petições são predominantes, nem quando os projetos emergem como protagonistas do expediente, as ações em relação à cidade estão desvinculadas das experiências vivenciadas nesse espaço. Não há em 1870 um projeto de formação urbana, elaborado e definido pelo poder público local, pronto para ser posto em execução, da mesma forma que não o teremos em 1910, quando se encerra essa trajetória investigativa. É evidente que existe nesse decurso regulamentações e normatizações que conduzem tal processo e oferecem a ele certo direcionamento, ainda assim são resultantes de uma via de mão dupla, onde diferentes experiências de viver e ser nesse espaço vão por fim compondo a cidade. Afinal, como menciona Murilo Marx¹⁷: “fazia-se a cidade como sabia” e os saberes são muitos.

Entre os inúmeros requerimentos encaminhados à Câmara no período de 1870 a 1890, um pedido se salienta: terrenos para edificar casa

¹⁷ MARX, Murilo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 112.

de morada na cidade. Os requerimentos em sua maioria, nominados individualmente, eram lidos nas sessões ordinárias da Câmara pelo secretário. Este, após fazer a leitura da ata da sessão anterior, e colocá-la para aprovação e assinatura, dava conta do expediente e, finalizando a exposição das petições, passava para o presidente e demais vereadores a palavra a fim de proceder aos encaminhamentos necessários. Seguindo os procedimentos ordinários, o despacho dado aos requerimentos, até o fim do século XIX, era praticamente o mesmo: “informar ao Fiscal”.

Em 1828 foi criada a “Lei de 1º de Outubro cuja finalidade era “dá novas formas às Câmaras Municipais, marcar suas atribuições e o processo para a sua eleição e dos Juizes de Paz”. No Título II da referida Lei é apresentada as funções municipais em que a Câmara é caracterizada como “corporação meramente administrativa, não exercendo jurisdição alguma¹⁸”. De acordo com as novas formas das Câmaras Municipais, cabe ainda a corporação na sua primeira reunião “examinar os provimentos, e posturas atuais, para propor ao Conselho Geral o que melhor convier aos interesses do município e farão por em boa guarda todas as rendas, foros, coimas, e mais coisas que à Câmara pertencer, em arca forte de três chaves, das quais uma estará em poder do Presidente, outra do Fiscal e outra do Secretário¹⁹”. Nesse sentido, a Câmara Municipal era responsável pela administração citadina. Possuindo função normatizadora, também incutia certa ação pedagógica no espaço público:

¹⁸ Título II – Funções Municipais Art. 24 – Lei de 1º de Outubro de 1828 – Leis do Império do Brasil – Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html> - Acessado em: 03 de Fevereiro de 2011.

¹⁹ Idem.

incutir costumes e interditar certos hábitos não civilizados, conforme indica o Art. 66, §1º ao § 12º²⁰. Para dar conta de tal expediente, o Fiscal era elemento chave, nomeado pela Câmara, cabia ao referido: vigiar a observância das posturas da Câmara, promovendo sua execução por advertência, particularmente ou por meio de editais; ativar o Procurador²¹ no desempenho de seus deveres; executar as ordens da Câmara, informar em cada reunião o estado de sua administração e tudo que julgar conveniente, servindo para o cumprimento de seu expediente o Secretário e Porteiro da Câmara²². Conforme o Art. 86 os Fiscais e seus Suplentes “serão responsáveis pelos prejuízos ocasionados por sua negligência, recebendo por parte da Câmara multa de acordo com a gravidade das faltas identificadas e acusadas. Considerando o disposto pela legislação imperial e pelos registros das Atas da Câmara do município de Lages, o

²⁰ O referido Artigo faz referência as Posturas Policiais que “terão a seu cargo tudo que diz respeito a polícia e a economia das povoações e de seus termos, e proverão por suas posturas sobre: alinhamento, limpeza, iluminação e despachamento das ruas, cães e praças, conservação de reparos para segurança dos edifícios, prisões públicas, calçadas, pontes, fontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques, e quaisquer outras construções em benefícios comum dos habitantes (...) sobre edifícios ruinosos, escavações (...) e lançamento de corpos, que possam prejudicar, ou enxovalhar aos viandantes; cautela contra o perigo proveniente das divagações dos loucos, embriagados, de animais ferozes (...) sobre as vozeiras nas ruas em horas de silêncio, injúrias, e obscenidades contra a moral pública (...) sobre construção, reparo e conservação das estradas, caminhos, plantações de árvores para preservação de seus limites à comodidade dos viajantes, etc. – Lei de 1º de Outubro de 1828 – Leis do Império do Brasil – Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-egislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html> - Acessado em: 03 de Fevereiro de 2011.

²¹ O Procurador assim como o Fiscal também é nomeado pela Câmara e a ele compete: “arrecadar, e aplicar as rendas, e multas destinadas às despesas do Conselho; demandar perante os Juizes de Paz a execução das posturas; defender os direitos da Câmara perante as Justiças ordinárias e dar conta da receita, e despesas todos os trimestres”. Art. 82 – Lei de 1º de Outubro de 1828 – Leis do Império do Brasil – Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-egislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html> - Acessado em: 03 de Fevereiro de 2011.

²² Artigos 83-86 – Lei de 1º de Outubro de 1828 – Leis do Império do Brasil – Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-egislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html> - Acessado em: 03 de Fevereiro de 2011.

Fiscal da Câmara é responsável por uma série de funções, entre as principais: fiscalizar as construções realizadas na cidade e avaliar se estão dentro dos termos exigidos pela Lei (Código de Posturas); aplicar multa aqueles que não cumprem com os termos; informar sobre possibilidade, disponibilidade e pertinência para diferentes usos dos terrenos solicitados á Câmara; desenvolver e apresentar relatórios referentes às necessidades da cidade (construção de pontes, aberturas de bicos e estradas bem como seus fechamentos, reparos nas ruas, limpeza dos tanques e fontes, etc.) e avaliar a pertinência da execução de serviços sugeridos á Câmara através de petições dos cidadãos da cidade.

Como se vê, os Fiscais mantinham certa influência nas “lidas” da urbe. Isso não era diferente em outras cidades no Brasil. De acordo com Jupiracy Rossato, no Rio de Janeiro, os fiscais eram pessoas bastante atarefadas. Apresentavam orçamentos para obras na cidade, oficiavam à Câmara “sobre os mais variados temas: como remoção de objetos que impediam o livre trânsito nas ruas e entulhos ou obras sem licença, aterramento de ruas, construção de esgotos cobertos²³”.

Sem dúvida, o Fiscal da Câmara era uma pessoa influente até o fim do século XIX recaia sobre ele a responsabilidade de confirmar ou negar qualquer tipo de requerimento destinado à Câmara e depois Conselho Municipal, relacionado à cidade. Era após as informações concedidas por ele que identificações, reconhecimentos, autorizações e fiscalizações eram executadas na trama cidadina. Também era parte de seu

²³ ROSSATO, Jupiracy Affonso do Rego. Os negociantes de grosso trato e a Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro: estabelecendo trajetórias de poder (1808-1830). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ofício, mais do que de qualquer outro nesse período, o cuidado com a cidade. Através de seu olhar atencioso, de seu conhecimento metucioso a cada canto daquelas paragens, muitos problemas foram identificados, várias ações foram propostas e alguns conflitos criados. Dedicaremos mais adiante, com o esmero merecido, maior atenção a sua figura. Por hora basta saber que foi com base nas suas informações que os limites entre o público e o privado, no solo urbano de Lages, foi tomando dimensões concretas. Retornamos então ao expediente da Câmara.

Conforme mencionado, os requerimentos para solicitação de terrenos predominavam no expediente da Câmara na década de 1870 e, sem exageros, pode-se dizer que tal emergência se estendeu até os últimos anos do XIX. As razões para aquisição dos terrenos mantinha certa variação, mas predominantemente o desejo de construir uma casa de morada se sobressaía. Entre uma concessão aqui e um indeferimento ali, percebe-se, nesse decurso, uma gradual ocupação que resultará na área urbana da sede do município. É partindo desses requerimentos e seus desdobramentos que inicia-se aqui, a composição da cidade. Nas atas...

Sessão Ordinária do dia 11 de Julho de 1872

Presidência do Sr. Roza

Aos onze dias do mês de julho de mil oitocentos e setenta e dois nesta cidade de Lages comarca do mesmo nome da Província de Santa Catarina na sala das sessões da Câmara Municipal onde se achava reunida a mesma Câmara composta dos vereadores constantes na ata antecedente declarou o presidente aberta a sessão pelas nove horas da manhã (...) leu o secretário (...) um requerimento de Antonio Ribeiro dos Santos informado pelo Fiscal pedindo terreno na rua Nova desta cidade que sendo discutido teve o seguinte despacho: concede-se o terreno requerido com as cláusulas de edificar casa com o prazo de um ano com assistência do Fiscal e Arruador e pagando o foro determinado por lei e não o

fazendo perderá o direito. Um dito de Baladoino preto liberto e outro de Firmino também preto liberto, pedindo terreno na Rua da Cadeia desta cidade aquém do quadro da Igreja de Nossa Senhora do Rozário, que tiveram igual despacho, cujos requerimentos já estavam informados pelo Fiscal. (Livro Ata 1872 a 1877, p. 12)

Sessão Ordinária do dia 12 de Abril de 1873

Presidência do Sr. Trindade Branco

Aos doze dias do mês de abril de mil oitocentos e setenta e três nesta cidade de Lages comarca do mesmo nome da Província de Santa Catarina na sala das sessões da Câmara Municipal onde se achava reunida a mesma Câmara composta dos vereadores constantes na ata do dia 9 (...) declarou o presidente aberta a sessão pelas nove horas da manhã (...) lidos os requerimentos de vários moradores desta cidade pedindo a concessão de terrenos para edificar casa, a saber, um de João Roiz da Silva Castelo Branco, um dito de Joaquim Antonio Areal, um dito Bonifácio José de Azevedo, um dito de Vidal F. França, um dito de João Ferreira Borges, e finalmente um dito de Antonio José Candido, cujos requerimentos tiveram o despacho de informar ao Fiscal. (Livro Ata 1872 a 1877, p. 29)

Sessão Ordinária do dia 14 de Abril de 1873

Presidência do Sr. Trindade Branco

Aos quatorze dias do mês de abril de mil oitocentos e setenta e três nesta cidade de Lages comarca do mesmo nome da Província de Santa Catarina na sala das sessões da Câmara Municipal onde se achava reunida a mesma Câmara composta dos vereadores constantes na ata do dia de ontem (...) declarou o presidente aberta a sessão pelas nove horas da manhã (...) deu o secretário conta do expediente passando a ler vários requerimentos que se achavam sobre a mesa informados pelo Fiscal, a saber, um de Joaquim Antonio Areal que teve o seguinte despacho: vista a informação do Fiscal, indeferido. Um dito de João Roiz da Silva Castelo Branco que teve o seguinte despacho: Concede-se o terreno requerido com a cláusula de levantar casa no prazo de um ano com quatorze palmos de pé direito com assistência do Fiscal e Arruador, sujeita ao foro determinado por lei e não o fazendo perderá o direito ao terreno. Em seguida leu um dito de Vidal F. França e outro de Antonio José Candido que sendo discutidos tiveram o seguinte despacho: volte ao Fiscal para informar se o

terreno requerido já foi concedido a alguém e se está no prazo da Concessão ou já perdeu o direito. (Livro Ata 1872 a 1877, p. 29 v e 30)

Sessão Ordinária do dia 05 de Novembro de 1874

Presidência do Sr. Baptista

Aos cinco dias do mês de novembro de mil oitocentos e setenta e quatro nesta cidade de Lages comarca do mesmo nome da Província de Santa Catarina na sala das sessões da Câmara Municipal onde se achava reunida a mesma Câmara composta dos vereadores constantes na ata do dia antecedente, declarou o presidente aberta a sessão pelas nove horas da manhã (...) leu um requerimento de José Joaquim Ralff pedindo transferência de um terreno que lhe fora concedido por esta Câmara a Anna preta liberta, que sendo discutido teve o seguinte despacho: tendo o suplicante perdido o direito ao terreno por não ter edificado no prazo concedido, não tem lugar o que requer. (Livro Ata 1872 a 1877, p. 58 v e 59)

Sessão Ordinária do dia 11 de Maio de 1875

Presidência do Sr. Roza

Aos onze dias do mês de maio de mil oitocentos e setenta e cinco nesta cidade de Lages comarca do mesmo nome da Província de Santa Catarina na sala das sessões da Câmara Municipal onde se achava reunida a mesma Câmara composta dos vereadores constantes na ata de ontem, declarou o presidente aberta a sessão pelas nove horas da manhã (...) leu um requerimento de Joaquim Antonio Areal pedindo licença para edificar casa na Rua da Matriz que teve o seguinte despacho: concede-se a licença requerida com assistência do Fiscal e Arruador. Um dito de Manoel João de Oliveira, pedindo transferência do terreno que lhe foi concedido, vista a opinião de várias pessoas e do Fiscal, deve ser reservado para Beco o terreno que lhe foi concedido. (...) foi nomeada uma comissão (...) para examinar o terreno e darem por escrito o seu parecer a respeito da utilidade de ficar ali um Beco. (Livro Ata 1872 a 1877, p. 66 e 66 v)

Considerando algumas variações e acrescentada a apresentação dos relatórios do Fiscal, que indicavam a Câmara os reparos necessários na cidade, as citações acima são representativas da maior demanda de expediente com que a Câmara ocupou-se nos primeiros anos do período analisado neste trabalho. São páginas e páginas de atas em que os requerimentos solicitando terrenos imperam e todos, ou pelo menos quase todos, de uma forma ou de outra são discutidos e recebem parecer.

As atas deste período estão permeadas de uma quantidade significativa de petições que exigiam determinações por parte da Câmara. A necessidade emergente centrava-se na aquisição de terrenos para edificação de moradia na cidade. Ainda que o número de requerimentos representativos dessa necessidade seja considerável, não os destacamos por seu valor meramente quantitativo. Saber se são em maior ou em menor número, do que este ou aquele período não é o que mais importa aqui. Uma vez que o foco relevante para essa análise reside na forma, no meio, no modo como esses requerimentos foram apresentados, discutidos, concebidos e avaliados. Buscando nesse sentido, perceber as singularidades no preenchimento daquilo que se configurará enquanto o espaço urbano, ou por assim dizer, a cidade de Lages.

Importante salientar ainda que ao mencionar “preenchimento”, não se supõe que o lugar referenciado seja um vazio, pelo contrário. Como já abordado anteriormente, Lages na década de 1870 já dispunha de uma mínima estrutura urbana, com algumas poucas casas de residência, uma meia dúzia de ruas, um teatro, uma capela que servia de matriz, um açougue, uma igreja de Nossa Senhora do Rosário, a Casa da

Câmara e Cadeia, fontes para abastecimento de água, pontes e estradas para facilitar o trânsito. O preenchimento, portanto, refere-se à forma com que se procedeu a ampliação desse circuito urbano. Entre terrenos requeridos, concedidos e moradias edificadas, as extensões e estruturas desses espaços são alteradas. O volume dos circulantes amplia-se, os limites entre o público e o privado se contornam mais do que se definem e percebe-se então uma configuração urbana que se faz das relações, das necessidades e vivências daqueles que ocupam este espaço.



Figura 1: Vista Parcial de Lages em 1866
Acervo: Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

O Sr. João Antunes Sobrinho, então Fiscal da Câmara, já tinha, na sessão de 11 de Julho de 1872 o parecer acerca do requerimento de Antonio Ribeiro dos Santos. Antonio assim como Firmino e Baladoino, com adendo que os dois últimos eram pretos e libertos e Antonio

fazendeiro, conforme se verifica na ata das eleições municipais de 1891²⁴, tiveram seus requerimentos aprovados. Ambos, ainda que certamente por razões diferentes, compartilhavam um desejo em comum: “construir uma casa de morada na cidade”. Com o parecer favorável da Câmara receberam os terrenos requeridos e comprometeram-se, no entanto, a cumprir com a cláusula de pagar os foros determinados por lei e construir as edificações desejadas, com auxílio do Fiscal e do Arruador, no prazo de um ano. Tanto os libertos quanto o fazendeiro se não cumprissem com o previsto perderiam instantaneamente, ainda que os foros estivessem pagos corretamente, o direito ao terreno.

Tal como os apresentados por Baladoino, Firmino e Antonio, muitos outros requerimentos de igual teor participaram do expediente da Câmara nos anos seguintes. Ao que tudo indica, considerando a ausência de protestos ou reconsiderações registradas nas atas subsequentes, os três requerentes cumpriram com o proposto.

O mesmo não é possível afirmar do requerimento de José Joaquim Ralff. Na sessão de 25 de Outubro de 1872²⁵, Sr. Ralff encaminha um requerimento a Câmara solicitando um terreno para edificar casa. Depois de lido pelo secretário, o despacho da Câmara foi o de costume: informar ao Fiscal. João Antunes Sobrinho, cumprindo com suas obrigações, na sessão de 26 de Outubro de 1872²⁶, compartilhou com

²⁴ Ata de apuração de votos para Superintendente e membros do Conselho Municipal e de Juízes de Paz da Paróquia de Lages, Nossa Senhora do Patrocínio de Baguaes e São Sebastião do Painel, em 22 de setembro de 1891. Livro Ata 1890 a 1892, p. não numerada - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

²⁵ Livro Ata 1872 a 1877, p. 17 e 17 v – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

²⁶ Livro Ata 1872 a 1877, p. 17 v e 18 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

os demais presentes suas considerações acerca do requerimento de José Joaquim Ralff. Não está especificada na ata as informações proferidas, contudo o parecer da Câmara foi de que “vista a informação do Fiscal não tem lugar o que requer o suplicante”. Não se dando por vencido, dois dias depois, o Sr. Ralff apresenta novo requerimento a Câmara, desta vez especificando que deseja adquirir “um terreno para edificar casa na Rua da Cadeia desta cidade²⁷.” Sem muitas considerações, o despacho repetiu o do primeiro requerimento. No dia seguinte, na hora de costume, foi declarada aberta a sessão de 29 de Outubro de 1872²⁸ e o secretário passou a leitura dos requerimentos já informados pelo Fiscal. Entre eles, o de José Joaquim Ralff que teve despacho igual ao conferido para Antonio, Baladoino e Firmino. A contar deste dia, o Sr. Ralff teria o prazo de um ano para edificar sua casa na Rua da Cadeia.

Em 1874, quando novamente encaminhou um requerimento a Câmara, solicitando a transferência de seu terreno para Anna preta liberta, o parecer é categórico: “não tem lugar o que quer”, uma vez que passado o prazo exigido para construção de casa havia expirado e o requerente, portanto, tinha perdido o direito ao terreno. Ainda que não seja possível identificar que razões levaram José Joaquim Ralff a solicitar a transferência de seu terreno para liberta Anna o fato é que a solicitação foi feita e através dela ficou sabido que a casa na Rua da Cadeia não foi construída.

²⁷ Livro Ata 1872 a 1877, p. 18 v a 19 v – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

²⁸ Livro Ata 1872 a 1877, p. 20 e 20 v – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Coincidência ou não, nos primeiros dias do ano seguinte “a preta Anna escrava libertada pelo Major Antônio Saturnino de Souza e Oliveira²⁹”, solicita por requerimento um terreno para edificar casa de morada na cidade, que assim como outros requerimentos de mesmo conteúdo receberam o despacho de “informar ao Fiscal³⁰”. Na sessão seguinte, mais precisamente no dia 23 de Janeiro de 1875³¹, considerando as informações apresentadas pelo Fiscal, o terreno requerido por Anna foi concedido dentro dos termos exigidos, com o dever de construir casa no prazo de um ano e pagar os foros necessários.

Como esses requerimentos, tantos outros se repetem ao longo da década de 1870 de forma crescente. Importante salientar que muitos requerimentos de libertos são apresentados a Câmara nesse período e se estendem nas décadas seguintes. O que pode indicar que a possibilidade de adquirir um terreno na cidade fosse alternativa para aqueles que não desejavam mais a vida nas fazendas. Livre da condição de cativos, pela compra de sua alforria ou com liberdade concedida pelo seu senhor, como no caso de Anna, tentar a vida na cidade parece ter sido a escolha de muitos libertos.

Os meandros dessas escolhas, suas dinâmicas e consequências não há como elucidar aqui, pois não nos demoramos nessa pauta no presente trabalho. Nesse sentido salientam-se tais estimativas, por acreditar que um estudo mais dedicado a essa temática renderiam bons

²⁹ Livro Ata 1872 a 1877, p. 60v – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

³⁰ O Fiscal da Câmara nesse momento é José Joaquim Magalhães de Menezes, que prestou juramento como Fiscal efetivo no dia 09 de Agosto de 1873, quando ocupava o cargo como Fiscal Interino por conta de uma licença concedida a João Antunes.

³¹ Livro Ata 1872 a 1877, p. 61 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

trabalhos acerca da participação desses habitantes no processo de formação da estrutura urbana de Lages, sobretudo considerando o número reduzido de produções acerca do tema³². Porém, neste trabalho, os requerimentos de Baladoino, Anna e Firmino, assim como tantos outros, são indicativos de um momento em que a sede do município vai agregando contornos mais citadinos e as aquisições de terrenos, os alinhamentos e as definições desses limites com os espaços públicos como as ruas e becos, gradualmente vão compondo a cidade de Lages. Retornando aos requerimentos de 1875...

Em Maio de 1875, Manoel João de Oliveira, apresenta um dito a Câmara, solicitando a transferência do terreno que lhe foi concedido para outro lugar, uma vez que de acordo com informações de várias pessoas da cidade e do Sr. Fiscal, tal terreno deveria servir para Beco. Não convencido dos argumentos apresentados no dito e ponderando a concordância do Fiscal José Joaquim Magalhães Menezes, o presidente constitui naquela mesma sessão uma comissão para fazer o exame do terreno e trazer para avaliação um parecer escrito quanto à sugestão de

³² Como exemplo dessas produções pode-se destacar o trabalho de MARCON, Frank Nilton. *Visibilidade e Resistência Negra em Lages*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999, que analisa a presença da população de descendentes de africanos em Lages, ressaltando a participação dessa população no Planalto Serrano Catarinense. Dando visibilidade as práticas cotidianas da população negra, identificando as manifestações de resistência à implantação moral burguesa da elite dominante local. E o trabalho de BORGES, Nilsen C. Oliveira. *Terra, Gado e Trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)*. Florianópolis: UFSC, 2005, que investiga as características da economia escravista em Lages no século XIX, percebendo sua articulação com as estruturas produtivas típicas do escravismo brasileiro. Nilsen analisa a estrutura da posse escrava através da demografia, da estrutura agropecuária, da distribuição das fortunas e do funcionamento do mercado escravo. Verificando dessa forma, uma sociedade estruturada nos pequenos e médios criadores e tropeiros, destacando a importância da posse escrava em sua hierarquia sócio-econômica.

Manoel João de Oliveira. Na sessão de 15 de Maio de 1875³³, os vereadores nomeados para comissão de verificação do terreno sugerido para Beco apresentaram seu parecer sendo favorável a indicação de Manoel João de Oliveira. Em discussão, o presidente mandou que se arquivasse o parecer e determinou que o Beco fosse aberto “com vinte palmos de largura, sem que pessoa alguma pudesse fechar”.

Nesse ritmo os contornos da cidade foram tomando forma e cada vez mais as demarcações dentro do que ia se formando enquanto cidade e espaço urbano tornavam-se emergentes. Talvez menos pelo fato de ordenação do espaço, para melhor controle e disposição, do que para atender as diversas demandas de situações melindrosas que a cada dia acumulavam-se no expediente da Câmara. Especialmente considerando que nas décadas seguintes o número de petições reclamando providências da Câmara em relação a estradas de trânsitos cercadas e/ou fechadas por particulares, em detrimentos a concessão de terrenos por ela efetuada, mostram-se significativas³⁴.

Murilo Marx³⁵, ao analisar o espaço urbano público no Brasil, demonstra as variações e modificações acerca das concepções e usos desses espaços indicando através do estudo de quatro aspectos arquitetônicos: conceito, âmbito, uso e trato, a laicização das áreas de domínio e uso comum. Para Marx, sua análise segue um roteiro de

³³ Livro Ata 1872 a 1877, p. 69 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

³⁴ Como referência dessas reclamações acerca do fechamento de estradas e becos, prejudicando o trânsito público, pode-se conferir os ofícios e petições na ata de 05 de Junho de 1884, p. 28v a 29v; de 01 de Agosto de 1885, p. 66v a 69; de 11 de Junho de 1889, p. 262v a 264v. Livro Ata 1883 a 1889 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

³⁵ MARX, Murilo, Op.cit., p. 8 e 9.

preocupações relativas à cidade em terras brasileiras e completa dizendo que:

O estudo do surgimento e das transformações de nossos logradouros públicos, e a interpretação de suas características arquitetônicas e tantas outras dignas de reflexão, pode auxiliar não somente no conhecimento maior de nossas formações urbanas como na elaboração de futuras propostas para sua melhoria³⁶.

Valendo-se das ruas, praças e posteriormente dos jardins, na cidade de São Paulo, Marx apresenta as variações desses elementos citadinos e demonstra como tais modificações ilustram um processo que vai do sagrado ao profano. Primeiro ao compasso do mundo do sagrado, do ritual, do festivo; e o segundo, regido pelo compasso do mundano, das relações de negócio, da vida cotidiana. Incertezas acerca das delimitações dos logradouros públicos e da extensão e demarcação dos terrenos concedidos, caracterizando-se enquanto área particular, não são uma excepcionalidade de Lages, pois de acordo com o que menciona Marx:

De fato, torna-se necessário recordar que os logradouros públicos, em sua atual acepção vulgar, eram não só muito poucos, acanhados, como sobretudo mal-definidos. E se deparavam com terras particulares, ou já concedidas, que não apresentavam sempre um limite

³⁶ Idem, Ibidem, p. 8.

claramente estabelecido, avançando frequentemente aqui e ali, criando encurvamentos e quebradas³⁷.

A questão é que os requerimentos, assim como as licenças e demais ditos encaminhados a Câmara, cada um individualmente e todos em seu conjunto, permitem perceber um movimento de composição da sede do município que gradualmente vai adquirindo contornos mais citadinos, na medida em que casas são edificadas, terrenos são cercados, e ruas e becos são abertos ou fechados de acordo as necessidades dos circulantes. É certo que a cidade não se faz num passo de mágica. Seguramente há normatizações e regulamentações que obedecem a determinados critérios, e estes são indicativos de certa mentalidade que permeia as posturas do poder público e recaia sobre os demais habitantes da cidade. O Código de Posturas assim como as demais Leis que regem o cabedal de normas que determinam as formas e os meios de viver na cidade estão aí para ilustrar o dito. Porém, antes de apenas identificar suas funções pragmáticas dentro da realidade citadina, que obedecem muitas vezes funções de ordem meramente burocrática, procura-se compreender as razões de sua existência e as variações que as tornam possíveis dentro daquela realidade social. Mais do que constatar, por exemplo, que a Câmara determina certo prazo para edificação de casas e estipula certos valores para pagamentos de impostos aos terrenos concedidos, interessa compreender de que forma tais normatizações incidem sobre os

³⁷ Idem, p. 132.

habitantes da cidade, e com qual intensidade interferem no convívio estabelecido nesse chão comum.

As regulamentações e todo seu aporte de fundamentação e criação alteram-se com o passar do tempo, sua existência é intrínseca a toda formação urbana. Podem ser cumpridas ou burladas, ter status modernos ou antiquados, mas independente desta ou daquela configuração, as relações se estabelecem, o convívio é inevitável e a cidade por fim, acontece. Quiçá seja dessa experiência, resultante de uma rede de relações³⁸, que todo esse arsenal regulador seja possível. É nessa perspectiva que tanto a composição da cidade bem como o seu desenvolver urbano pautado nas noções de saúde e higiene, que mais adiante será tratado, que as considerações deste trabalho se estruturam. É para cumprir com este proposto, que os fragmentos de trajetórias aqui elucidados, são percebidos e analisados. Pois como já referenciado, indivíduos e instituições são feitos, em suma, da mesma matéria. E por falar em indivíduos, já é tempo de dedicar ao Fiscal a atenção mais detalhada, anteriormente prometida. Adiante...

João Antunes Sobrinho, como Fiscal entre os anos de 1872 a 1874, mantinha uma postura bastante rígida em relação às determinações

³⁸ Entendendo rede de relações na concepção de inter-relação desenvolvida pelo sociólogo Nobert Elias, que se vale da metáfora de uma rede de tecido, definindo que nessa rede: “muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados (...) a rede só é compreensível na sua relação recíproca. (...) A forma do fio individual se modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira”. Nesse sentido quando tratamos desses lugares e personas na cidade, entendemos essa rede “em constante movimento, como um tecer e destecer interrupto das ligações”. ELIAS, Nobert. **A Sociedade dos indivíduos**. Michel Schroter (org.), Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 34-35.

pelas quais era responsável por fiscalizar, especialmente no tocante às edificações e à arrecadação de impostos.

Nos relatórios que apresentava á Câmara, era enfático quanto às necessidades de reparos de estradas e pontes. Preocupava-se muito com as condições de trânsito e mobilidade dos circulantes da cidade, talvez mais com isso que com o estado de limpeza das ruas e travessas da cidade. Entre um reparo e uma urgente necessidade de limpeza das ruas e fontes, em seus relatórios os reparos eram prioridade. Tanto eram que, não poucas vezes, João providenciava os consertos a próprio custo, apresentando a Câmara as notas para ressarcimento, quando as obras estavam concluídas. Por conta dessa disponibilidade, algumas vezes criou caso. Em 1872, o presidente da Câmara nomeou uma comissão para verificar as obras feitas pelo Fiscal e solicitou que tal comissão desse o parecer, indicando se tais obras estavam de acordo com os valores exigidos em pagamento. Seguramente tal procedimento não agradou o esmerado funcionário. Ainda menos satisfeito ficou quando, apresentado o parecer a Câmara, concluíram que os serviços verificados valiam metade do solicitado pelo Fiscal. Contrariado, João decidiu que não receberia então quantia alguma, dando o caso por encerrado. É certo que essa disponibilidade não se dava de forma gratuita, como Fiscal da Câmara, João Antunes Sobrinho estava submetido ao estabelecido por Lei, que como já visto, implicava em geração de multas, qualquer negligência identificada por falha de suas funções ou falta de seus serviços. Também é importante ressaltar, que sua atenção em relação a determinados serviços, refletiam de certa forma, a orientação e as

prioridades estabelecidas pela Câmara, corporação à qual, o referido Fiscal estava submetido.

João Antunes Sobrinho não era homem de meias palavras, nem de meias atitudes. Na sessão de 12 de Julho de 1872³⁹, apresentou-se na Câmara para compartilhar com os demais membros da casa as providências que tomou em relação ao reverendo Camilo de Lelis Nogueira, que havia feito uma cerca no logradouro público da cidade. De forma objetiva, explicou que esteve no local combinado conforme acordado com a Câmara na sessão de 09 de Julho de 1872, mas não encontrou o reverendo. Verificando o lugar, constatou que o reverendo ainda não havia demolido a cerca, decidindo, portanto, ele mesmo fazer o serviço, colocando ao chão a dita cerca do religioso. Completou ainda, que só não aplicou a multa ao Sr. Camilo por não ter, em nenhum momento até a hora daquela sessão, cruzado com o mesmo. Pode-se dizer que o Fiscal não brincava em serviço e nem poderia pois, além de cumprir com todas as atividades acerca da desta função, administrava e cuidava dedicadamente de sua olaria⁴⁰. Entre sugestões de reparos, consertos, demolições e informações favoráveis à concessão de terrenos para edificações de casas, João cuidava de seus negócios na olaria. Ainda que não seja possível identificar através das fontes consultadas uma relação direta entre uma função e outra, considerando o perfil habilidoso de João, é de supor que não eram, pelo menos, incompatíveis.

³⁹ Livro Ata 1872 a 1877, p. 12v e 13 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

⁴⁰ Na sessão de 29 de Outubro de 1872, João Antunes Sobrinho, apresenta um requerimento a Câmara, solicitando um terreno para edificar uma cozinha perto de sua olaria. Requerimento que na mesma sessão foi aprovado. Livro Ata 1872 a 1877, p. 19v e 20 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Depois que deixa o cargo de Fiscal, após ter excedido o tempo de uma licença solicitada à Câmara⁴¹, o que se sabe de João é que durante algum tempo ocupou o cargo de subdelegado, conforme o mencionado na sessão de 09 de Agosto de 1873. Posteriormente, encontra-se referência ao ex Fiscal em ofícios encaminhados à Câmara solicitando pagamento pela luz e alimento destinados aos presos da cadeia. Pelo visto, de uma forma ou de outra, João manteve sua agilidade e negócios na cidade.

João Antunes Sobrinho era funcionário da Câmara. Pelo que se pode verificar não foi um homem de grandes posses. Tanto que todo serviço que prestava, fosse como fiscal, fosse mais tarde como fornecedor de luz e alimento para os presos, fazia cobrança e exigia pagamento. Suas atividades estão longe do diletantismo ou da caridade, trabalhava porque era preciso. Ainda assim, era alfabetizado, pelo menos é o que levar crer os relatórios escritos e assinados por ele. E ler e escrever nas Lagens daquele tempo, seguramente não era privilégio de muitos.

Contudo, em nenhum momento durante o período pesquisado e nas fontes consultadas, seu nome esteve vinculado a algum cargo político. Tinha um cargo público, mas não político. Fazendeiro, quase que certamente não era. Diante disso, o que pode ser afirmado é que foi fiscal da Câmara, tinha uma olaria no rocio da cidade, atuou certo tempo como subdelegado, alimentou presos e não concordava muito com a atuação do

⁴¹ Em 15 de Abril de 1873, João Antunes Sobrinho, pede licença de 26 dias para ir a Laguna, na mesma ocasião a Câmara indica como Fiscal Interino, José Joaquim Magalhães Menezes, que após expirado o prazo de retorno de João, assume como Fiscal efetivo. Livro Ata 1872 a 1877, p. 30 e 31v; 33 a 33v – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

procurador do município⁴², na ocasião, Sr. Antonio José Candido. Contudo, sua trajetória até onde pode ser apreendida, é indicativa da configuração plural da qual a cidade é constituída. Muitas das decisões, ações e determinações estabelecidas naquela dimensão urbana foi resultante de trajetórias como a de João. Onde certos conhecimentos, diferentes percepções e variados interesses foram gradualmente compondo a tessitura urbana.

A figura do Fiscal manteve-se presente nos registros da Câmara até fins do século XIX, já em 1900 a referência aos seus serviços é bastante reduzida para não dizer inexistente. Nas atas do século XX, pesquisadas até 1910, todo requerimento que chega a Câmara é encaminhado para a comissão competente para tratar dos assuntos respectivos. Nesse momento, é função dos conselheiros municipais, membros das comissões, fazer as avaliações, compartilharem as informações e conceder os pareceres. Porém, antes disso, outros fiscais da Câmara, como: José Joaquim Magalhães Menezes (1874 e 1876), Vicente Pedrozo do Amaral (1876, 1877,1879; 1883 e 1884), Plácido da Roza Madruga (1881), Abel da Silva Ribeiro (1882), Fortunato Dias Batista (1884 e 1885), Amancio Moreira da Silva (1886, 1887 e 1889) e Manoel

⁴² A Câmara recebeu no dia 12 de Abril de 1873, uma representação em nome do João Antunes Sobrinho (Fiscal da Câmara), contra Antonio José Candido Procurador do Município. Não são especificadas quais as ponderações de João contra Antonio, mas de acordo com a Câmara, “por não estar na ordem de ser recebida, deliberou que apresentasse em termos da Lei”. Livro Ata 1872 a 1877, p. 28v a 29v – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro. Não detalhamos aqui as relações entre Fiscal e Procurador, mas pelo registro de algumas atas, é possível perceber que tais relações nem sempre eram amistosas. Importante lembrar, que entre as atribuições do Fiscal da Câmara prescritas na Lei do Império de 1828, que estabelece suas funções, estava o de “ativar o Procurador do Município no desenvolvimento de seus deveres”. Além disso, essas representações do Fiscal contra o Procurador pode indicar certa “querela” entre tais funções, o que deixa entrever possível status ou ganhos entre os respectivos cargos.

do Nascimento Abreu (1890 e 1891), estiveram presentes diariamente no expediente da referida corporação. Mais que isso, tal como João, foram *personas* chaves da formação e do cuidado daquele solo comum, compreendido como cidade.

1.3 – Das relações, o compasso da cidade

Acompanhando o expediente da Câmara nas duas últimas décadas do século XIX, percebe-se a ampliação do contingente urbano da cidade. Tomando como referência os requerimentos que chegavam a Câmara, especialmente os de solicitações de terrenos para edificação de moradia que aumentam significativamente em relação à década anterior, é possível identificar a expansão dos espaços da cidade. Amplia-se a quantidade de ruas, de construções, e consequentemente o número de circulantes na cidade é potencializado. Diante disso, a dinâmica da cidade altera-se e outras necessidades passam a permear não apenas as ações do poder público, como a vida dos habitantes desse espaço comum.

Tal espaço, compreendido como a cidade de Lages, não se expressa nesses requerimentos, pelo menos não em sua maioria, de forma compatível à extensão territorial do que compreendia o município de Lages. Este, constituído de vários quarteirões, distritos e freguesias, territorialmente como já citado, abrangia uma área muito maior do que a extensão expressa nos requerimentos quando estes faziam referência à

cidade⁴³. Entende-se, portanto, que os limites da cidade estabelecidos por estes requerimentos, correspondiam ao quadrante que contornava o entorno da capela que servia de matriz tal qual faz referência a planta definida na primeira ocupação da vila, datada de 1796, conforme indica a imagem seguinte:

⁴³ Acerca da demarcação de limites que abrangia o município de Lages em fins do século XIX, pode-se verificar a Lei Orgânica de 17 de Maio de 1895 que estabelece o seguinte: “Ao norte confina com o município de Campos Novos, pelo rio Canôas desde a sua foz no rio Pelotas até a barra do rio Maromba, no mesmo Canôas; daí sempre ao norte com o município de Curitiba pelo referido rio Canôas, até a foz do rio das Águas Pretas, e daí por aquele até suas cabeceiras que nascem do Serro do Furriel, onde se acha a divisa das águas dos rios Itajaí e Canôas; daí segue pela dita divisa das águas confrontando com os municípios do litoral, até ao alto da Cordilheira que forma a divisa das águas dos rios Caveiras e Canôas e lugar denominado Campo Novo, cuja divisa fica a leste; daí segue pela mesma Cordilheira da divisa das águas de Canôas e Caveiras, confinando com o município de São Joaquim da Costa da Serra ao sudeste, até encontrar as nascentes do rio dos Touros; daí por estas até sua barra no rio da Divisa; daí pelo rio da Divisa até a sua barra no rio Lavatudo, e, por este abaixo, dividindo sempre com o município de São Joaquim da Costa da Serra até sua barra no rio Pelotas; daí segue pelo rio Pelotas abaixo, confinando a sudoeste, com o município de Vacaria, do Estado do Rio Grande do Sul, até a foz do rio divisório entre Vacaria e Lagoa Vermelha e daí sempre pelo rio Pelotas em divisa com o município da Lagoa Vermelha, do mesmo Estado do Rio Grande do Sul, até a foz do rio Canôas, que é o ponto de começo dos limites aqui especificados. – Lei Orgânica do Município de Lages, 1895 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

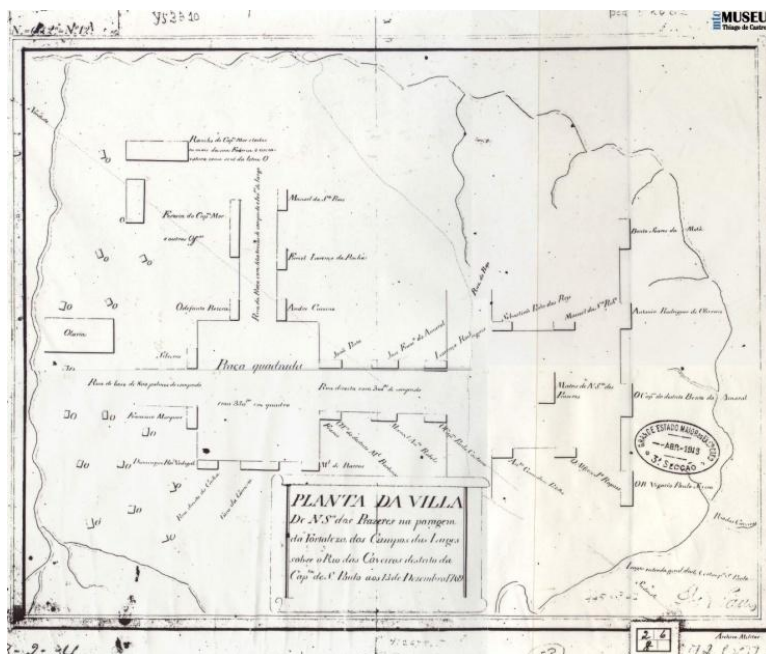


Figura 2: Planta da Vila de Lages em 1796
Acervo: Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

A cidade, em fins do século XIX e até os primeiros anos do século XX, não se expande para além das áreas desse quadrante, mas se adensa, conforme referencia Zilma Isabel Peixer:

Na entrada do século XX, os registros e poucas fotos da época, mostram uma cidade restrita a algumas ruas. Um traçado em formato xadrez, ainda definido na primeira ocupação e construído a partir de três praças centrais. A praça do mercado, local das feiras, do

comércio, espaço privilegiado de interação com o campo; a praça municipal (cadeia), palco dos comícios, do teatro, das reuniões na loja maçônica (...) por fim, a praça da igreja. Todas essas praças unidas pela principal rua do traçado, a “XV de Novembro”⁴⁴.

É certo que nesse período, Lages não correspondia aos parâmetros de um grande centro urbano. Ainda assim, tal característica não a exclui das tratativas urbanas vivenciadas com intensidade por tantas cidades em solo brasileiro e que, em Lages, também se manifestaram com pertinência. Salvo as proporções devidas, é possível identificar tal como em outras cidades como Desterro, por exemplo, o querer urbano respaldado por um conjunto de regulamentações e diretrizes, sintonizadas com o ideal “moderno” de “civildade” e “progresso”. Considerando para isso os argumentos de embelezamento da cidade, a preocupação quanto à saúde pública, a necessidade de iluminação, de remoção do cemitério para fora da cidade, entre outros tantos elementos favoráveis a um desenvolver urbano digno e moderno. Todas estas questões, assim como os requerimentos para aquisição de terrenos, foram pautas do expediente da municipalidade. Aqui não se trata, porém, de apenas localizar Lages dentro desse cenário contextual. Antes disso busca-se identificar e compreender de que forma tal processo se desenvolveu com suas particularidades. Para isso, atenta-se para o entendimento do que era concebido enquanto cidade, buscando perceber a forma como o espaço

⁴⁴ PEIXER, Zilma Isabel, Op. cit., p. 49.

citadino foi ganhando corpo e manifestando-se como um lugar necessário de ações e intervenções.

Nesse sentido, não se compreende a cidade como algo separado das relações e experiências nela estabelecidas. Menos ainda, que as ações e intervenções propostas, ou mesmo executadas, são fruto puro e simples do ideal daqueles que estão na função de exercer sua administração. A cidade não pode ser considerada independente de suas manifestações, que ganham formas nas diferentes relações estabelecidas no conviver citadino. É evidente que os administradores municipais, bem como os médicos quando encarregados de responsabilidades administrativas, conforme será abordado adiante, privilegiam certas normatizações, definem projetos, estabelecem formas e meios para o viver urbano, mas isso não significa que a cidade resulte apenas dessas investidas. Antes disso, ou mesmo entre eles, há necessidades, conflitos, vínculos, estratégias e vontades individuais que são sim transpostas para o espaço coletivo. Razão pela qual, acredita-se aqui, não ser possível desconsiderar seu papel junto ao processo de formação da cidade. A cidade não se cria, se vai fazendo.

Assim, alguns requerimentos apresentados á Câmara nas duas últimas décadas do século XIX apontam para amplificação do espaço citadino. Percebe-se um grau maior de especificação dos terrenos solicitados, indicando nos requerimentos a rua, a metragem e os limites entre o terreno requerido e outros que já estão ocupados, conforme mostra as petições de Manoel Machado de Ramos e João Cyrino dos Santos Barreto:

Ata da sessão ordinária do Conselho de Intendência Municipal em 26 de Fevereiro de 1891

Presidência do cidadão João Costa

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e noventa e um, nesta cidade de Lages Comarca do mesmo nome do Estado Federal de Santa Catarina, no paço do Conselho de Intendência Municipal pelas dez horas da manhã (...) pelo secretário foi lido o expediente seguinte: Petição de Manoel Machado de Ramos pedindo por aforamento um terreno que se acha devoluto na rua Marechal Deodoro esquina com a rua travessa Notre Dame o que faz frente a casa do cidadão Olympio Machado Ribeiro, não determinando a quantidade do terreno pedido. O Conselho mandou que o peticionário dissesse a quantidade de terreno que precisa tanto de frente como de fundo a fim de poder ser resolvido. Petição de João Cyrino dos Santos Barreto, pedindo por aforamento vinte e dois metros de terreno para edificação de uma casa na rua Notre Dame com fundos a rua, a antiga rua Matriz, esquina com a rua travessa que vem da rua Lauro Muller e sair a rua Marechal Deodoro. O Conselho mandou por seu acordo que o Fiscal informasse. (Livro 1890 a 1892, p. não numerada)

Ambos os terrenos foram concedidos, após a informação do Fiscal, nas sessões seguintes. Mas em tempos de grande procura por terrenos na cidade, nem todos tiveram a sorte de Manoel e João. É o caso de Luciano Alves de Chaves:

Sessão Ordinária do dia 9 de Julho de 1884

Presidência do Sr. Tenente João de Castro Nunes

Aos nove dias do mês de Julho do ano de nascimento do nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e oitenta e quatro nesta cidade de Lages Comarca do mesmo nome da Província de Santa Catarina na sala das sessões da mesma câmara (...) foi apresentado a Câmara um requerimento de Luciano Alves de Chaves requerendo um terreno para edificar uma casa na rua da Lomba, que sendo discutido pela Câmara, indeferiu o requerimento pela razão de já se achar

concedido dito terreno a Antônio José Candido por ter requerido verbalmente a prorrogação de mais doze meses para concluir a sua obra, que foi atendido o seu requerimento com a condição de edificar casa no dito terreno no mencionado prazo e quando não edifique perderá o terreno e suas bem feitorias que tiverem feito. (Livro Ata 1883 a 1889, p. 39 a 39v)

É certo que a Câmara foi concedendo todos esses terrenos meio que livremente, estabelecendo determinações apenas quanto ao seu uso: pagar os foros necessários, construir no prazo de um ano a dita casa, seguindo as orientações do Fiscal e do Arruador com base nas posturas municipais. Não havia, por assim dizer, nenhuma estratégia de distribuição pré-estabelecida a qual nem a Câmara nem os requerentes seguiam. Contudo, havia de certa forma um procedimento a seguir quanto a tais determinações, e a questão era clara: não edificando no prazo estabelecido, perderia o direito ao terreno. Possivelmente, numa perspectiva bem superficial, Luciano tenha se agradado do terreno e sabendo onde estava localizado, tanto que especifica na petição, também sabia que não tinha ali edificação alguma, o que talvez tenha lhe entusiasmado a solicitar a concessão.

Porém o terreno já estava concedido para Antonio José Candido. É possível que Luciano não soubesse do inconveniente, mas se tinha conhecimento de tal, provavelmente também não escapava a informação que o Sr. Candido já havia expirado o prazo. E sendo assim, tal como determinava a lei, o terreno poderia lhe ser concedido. Mas não foi o que procedeu. Escapando ao procedimento corriqueiro, de informar ao Fiscal, a Câmara, na figura de seu presidente, decidiu naquele mesmo momento indeferir a solicitação, uma vez que o terreno estava concedido a Antonio

José Candido e mesmo excedendo o prazo para edificação, a Câmara ponderou a falta do Sr. Candido por conta de um pedido verbal que este teria feito, solicitando mais prazo para cumprir com o proposto.

Deve-se dizer que, em outras circunstâncias, tal procedimento não ocorreu. Pois em casos de ter expirado o prazo, era necessário apresentar por escrito a Câmara um pedido de prorrogação que, posteriormente a verificação e parecer do Fiscal, a Câmara definiria se o prazo seria prorrogado ou o direito seria perdido. Mas há que se considerar que no caso da petição apresentada por Luciano, o terreno estava concedido à Antonio José Candido, que não era qualquer habitante desta cidade. Tratava-se do ex procurador do município, homem distinto com quem a Câmara inclusive mantinha negócios, como por exemplo, o aluguel da casa que servia de mercado. Como se vê, Luciano entusiasmou-se pelo terreno errado! Outros inconvenientes permearam o expediente da Câmara em relação aos tão solicitados terrenos, conforme se lê nas circunstâncias abaixo:

Ata da sessão ordinária do dia 11 de Junho de 1889

Presidência do Sr. Arruda

Aos onze dias do mês de Junho do ano de nascimento do nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e oitenta e nove, nesta cidade de Lages Comarca do mesmo nome da Província de Santa Catarina pelas dez horas da manhã na sala das sessões da Câmara Municipal (...) em seguida deu o secretário conta do expediente (...) lida uma petição de Felisberto Luis de Córdova e Bento Madruga de Córdova, requerendo para que esta Câmara reconsiderasse o ato de concessão feita a José Pereira dos Anjos, de um terreno na rua da Matriz desta cidade, junto aos terrenos onde se acha a casa de propriedade deles suplicantes e outros, cujo terrenos se acham fechados, visto que de todos esses terrenos pagam eles

requerentes os foros devidos, que também foram sempre pagos pelos seus antepassados, desde muitos anos, conforme os documentos que juntaram a mesma petição. A Câmara tendo discutido esta petição propõe na mesma ocasião o seguinte: Em vista da alegação e documentos juntos, esta Câmara resolveu mandar sustar o seu acordo que concedeu a João Pereira dos Anjos digo que concedeu o terreno a José Pereira dos Anjos. (Livro Ata 1883 a 1889, p. 262v a 264v)

Casos como os mencionados nos requerimentos acima não são os únicos presentes no expediente da Câmara. Circunstâncias como essa, mantiveram a Câmara bastante ocupada até fins do XIX. Na medida em que aumentava o número de requerimentos solicitando terrenos na cidade, também aumentava as situações adversas em relação a eles, das quais paulatinamente a Câmara ia deferindo soluções. Fosse prorrogação de prazo, fosse transferência, fosse cancelamento de concessão, etc. Mas justiça seja feita, nem só de concessão de terrenos os estimados membros da Câmara Municipal e depois Conselheiros Municipais, se ocuparam. Outras demandas foram paulatinamente permeando o expediente, entre eles, dois problemas essencialmente citadinos: o cemitério e o mercado.

Curiosamente, entre as diversas petições de terrenos para casa de morada, outras solicitações de terrenos passaram a compor as dúzias de requerimentos que chegavam a Câmara: trata-se de terrenos no cemitério. Considerando a procura elevada por estes terrenos, entre os últimos anos da década de 1870 e os anos iniciais da década seguinte, não só os habitantes circulantes aumentavam o contingente urbano, mas o volume de sepultamentos no cemitério da cidade também se densificava. É claro que tais expansões, tanto de um quanto de outro, foram se tornando incompatíveis sobretudo porque o referido cemitério se localizava em

área privilegiada da cidade, no quadrante central aos fundos da capela que servia de matriz. Bem no coração da cidade, compartilhando espaço com a pequena matriz, o cemitério público da cidade incrementava a paisagem citadina e estava tão bem estabelecido que a rua paralela entre os fundos da matriz e as sepulturas do cemitério, denomina-se, Rua do Cemitério. Recordando os pedidos de terrenos, para estabelecimento de casas de morada, é possível verificar muitos requerimentos para tal local, tantos quantos foram os pedidos para a Rua da Matriz. Considerando apenas este elemento, não precisa ser Arruador nem Fiscal, nem médico, para saber que tal convivência foi aos poucos se tornando inconveniente.

Além das condições de higiene, as quais seguramente o cemitério não correspondia, havia o problema de sua extensão, que atendia cada vez menos à demanda dos enterramentos. Conforme verificado no único jornal que circula na cidade em 1883, os enterramentos no dito cemitério ocorriam de forma nada cuidadosa: “Temos ouvido justas e repetidas queixas de muitas pessoas, sobre o pouco zelo com que é feito o serviço do enterramento de corpos em nosso cemitério (...)”⁴⁵. Em nenhum momento nas atas do ano correspondente as questões dos enterramentos foram discutidas, mas a questão do cemitério emerge. Diante dos ditos, entra em pauta no expediente da Câmara a necessidade de ampliação do espaço do cemitério público da cidade. Após algum tempo de exposição da necessidade de tal empreendimento, a Câmara na sessão do dia 12 de Julho de 1883, delibera a respeito:

⁴⁵ Jornal, **O Lageano**, 18 de Maio de 1883, p. 3 col. 2 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Ata da sessão ordinária do dia 12 de Julho de 1883

Presidência do Sr. Vereador Castro

Aos doze dias do mês de Julho do ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e oitenta e três, nesta cidade de Lages Comarca do mesmo nome da Província de Santa Catarina, no Paço da Câmara Municipal às nove horas da manhã (...) passando ao aumento do cemitério público desta cidade deliberou a Câmara fazer este aumento com vinte quatro braças mais sendo doze braças de cada lado e quinze braças e oito palmos nos fundos sendo da altura da frente o aumento que se tiver de fazer, sendo as paredes de pedras a da mesma largura a da que já se acham feitas e cobertas de lages, fixando edital chamando concorrentes para a fatura deste serviço. Regulou-se mais que a parede de fundo do cemitério protestante ficasse na altura do cemitério católico e que se fizesse constar no edital. (Livro Ata 1883 a 1889, p. 7v a 9v)

Nas sessões seguintes não há referência a contratação do serviço de ampliação do cemitério. Há um intervalo nas sessões da Câmara durante o mês de Agosto. Tendo apenas uma sessão no dia 13 de Julho de 1883, em que não é mencionado nada acerca dos serviços no cemitério, posteriormente, seguindo o livro de registro das atas, a sessão registrada é de 05 de Setembro de 1883. No mês de Outubro e Novembro, o presidente da Câmara, Sr. João Castro Nunes e o secretário, Sr. José Dias de Azambuja Cidade, estiveram presentes na sala das sessões no dia 07 de Outubro⁴⁶, registrando que não foi possível realizar a sessão por falta dos vereadores da corporação. Na ocasião, o Presidente salientou que multaria os ausentes que não apresentarem justificativas, e solicitou o registro de adiamento da sessão para o dia 30 de Outubro. Nesse intervalo o presidente se manteve ocupado com as atividades na Junta Classificatória de Escravos. No dia 30 de Outubro, conforme marcado, o secretário e o

⁴⁶ Livro Ata 1883 a 1889, p. 11v e 12 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

presidente novamente encontraram-se sós na sala das sessões. Registraram multa aos faltantes sem justificativas e transferiram para o dia seguinte a sessão. Bem, não é possível identificar porque razões os vereadores da Câmara não compareceram mais as sessões da Câmara, fato é que o presidente e o secretário fizeram várias tentativas, todas elas resultando em adiamento, retornando ao expediente normal só em 12 de Janeiro de 1884 e nessa ocasião nada consta acerca das ausências das últimas sessões.

De qualquer forma, a questão de ampliação do cemitério público não é retomada e em consulta aos editais do período⁴⁷ também não se tem referência aos termos posto para fatura dos serviços. O provável é que eles não tenham ocorrido, considerando que a própria ampliação não resolveria em absoluto a problemática em questão, pois além da necessidade de mais espaço, o incômodo dava-se pela concentração dos enterramentos feitos ali, “dentro da cidade”, e como se não bastasse, de forma muito descuidada. Apresenta-se, portanto, três ordens de necessidade com naturezas distintas, ainda que não contraditórias: espacial, estética e higiênica. As duas últimas enfatizadas com rigor pelas publicações no jornal; e a primeira aparentemente mais presente nas argumentações da Câmara. E sendo assim, ainda que a discussão acerca da ampliação da área dos enterramentos no coração da cidade não tenha regressado, a questão do cemitério permaneceu emergente e retorna ao expediente da Câmara logo nos primeiros dias do mês de Janeiro de 1884.

⁴⁷ Editais Municipais – Lages século XIX – Pasta Administração Municipal, nº 248 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Contudo, não se trata mais de promover a ampliação do local de sepultamentos no interior da cidade, mas sim, de investir na construção de um novo cemitério público *fora* dela:

Sessão ordinária do dia 18 de Janeiro de 1884

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e oitenta e quatro nesta cidade de Lages Comarca do mesmo nome da Província de Santa Catarina na sala da Câmara Municipal (...) em virtude da urgente necessidade que há na fatura de um novo cemitério visto o atual cemitério ser muito pequeno e não se prestar para o fim que é destinado e mesmo porque está edificado dentro da cidade e ser contrário a higiene porque prejudica a saúde pública por isso a Câmara resolveu mandar construir um novo cemitério no lugar denominado Cruz das Almas tendo ele quarenta braças quadradas, sendo a morada com 12 palmos de altura inclusive o alicerce tendo de grossura este muro 3 palmos ou 2 e meio e neste sentido a Câmara mandou que se lavrasse edital chamando concorrentes apresentarem suas propostas na sessão do mês de março vindouro para a fatura do novo cemitério. (Livro Ata 1883 a 1889, p. 22v a 25)

A necessidade é urgente, os motivos *fora* de contestação, afinal manter um cemitério ali tão próximo a morada e trânsito dos circulantes da cidade, não era de fato algo digno de um viver urbano exemplar. E, ainda que os dirigentes da cidade não tivessem um escopo pré-estabelecido e totalmente definido quanto ao proceder urbano, há que se considerar que eram homens bem informados e atentos aos conhecimentos pertinentes de seu tempo. O que, de certa forma, bastava para conceber que um cemitério naquelas imediações não se apresentava bem. O procedimento para contratação de serviços dessa natureza dava-se sempre da mesma forma: secretário da Câmara providenciava edital e fixava o documento em lugar público, geralmente na fachada da própria

Câmara, e dentro do prazo estabelecido no edital, os interessados encaminhavam suas propostas para avaliação; sendo a proposta de melhores condições escolhida para realização do trabalho. E tal como ditava o procedimento, o edital para a edificação do novo cemitério da cidade foi colocado a público. Antes de dar continuidade a tais circunstâncias, talvez seja oportuno fazer algumas observações acerca do ano de expediente da Câmara.

Conforme indica as atas do ano de 1884, o expediente da Câmara sofreu alguns contratempos e muitas sessões, a exemplo do que ocorreu no fim do ano anterior, acabaram por não realizar-se dada a ausência de muitos membros da instituição. As razões das ausências, quando registradas as justificativas, são por motivos de saúde ou de viagens. São em tão grande número, que o presidente da Câmara chega a registrar que as justificativas repetidas, em grande número pelas mesmas causas não serão mais consideradas. E o vereador que insistir em tais repetidas justificativas ficará multado tal como aquele que não apresentar justificativa. O fato é que tais ponderações não pareceram surtir efeito, uma vez que as ausências permaneceram e várias sessões deixaram de acontecer por conta do dito. De certa forma, esta ocorrência acabou tardando algumas providências da Câmara e acumulando outras, razões pelas quais alguns encaminhamentos só ganharam ritmo no segundo semestre daquele ano.

Outra questão merecedora de nota é o número de demissões efetuado no exercício de 1884, citando como exemplo o pedido do Juiz de

Paz⁴⁸, por razões de doença, do Sr. Vicente Pedrozo do Amaral⁴⁹, Fiscal da Câmara, pedido de exoneração do cargo de secretário da Câmara⁵⁰, Sr. João Pereira da Silva e do Procurador Manoel Ezequiel da Silva⁵¹, entre outros. Seguramente a estabilidade administrativa do referido exercício estava comprometida. Com exceção do Juiz de Paz, nas solicitações das demais demissões não há registro das causas, contudo é pertinente de nota as demissões em massa, considerando que em outros períodos o mesmo não se repete. Somando isso às dificuldades de realização das sessões, por conta das inúmeras ausências, certo é que algo não andava bem. Porém, não foi possível, com as fontes consultadas, encontrar o motivo ou os motivos que resultaram na respectiva circunstância, ainda assim não se deixa escapar a atenção.

Após a sessão do dia 18 de Janeiro, quando anunciado a urgente necessidade de um novo cemitério, outra sessão só ocorreu em 11 de Março, em caráter extraordinário, com objetivo de encaminhar a Assembléia Geral solicitação de criação da despesa para manutenção da iluminação pública da cidade⁵². Tais despesas até aquele momento estavam a cargo do Dr. Joaquim Fiuza de Carvalho, juiz de Direito da Comarca, que nessa ocasião, oficia a Câmara, “para que ela sustente a dita iluminação, deixando pronto cinquenta lampiões em seus respectivos lugares. Os procedimentos caminhados obtiveram êxito e alcançaram

⁴⁸ Livro Ata 1883 a 1889, p. 39 a 40 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

⁴⁹ Livro Ata 1883 a 1889, p. 40 a 41v – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

⁵⁰ Livro Ata 1883 a 1889, p. 49 a 50 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

⁵¹ Livro Ata 1883 a 1889, p. 40 a 41v – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

⁵² Livro Ata 1883 a 1889, p. 25v a 26 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

grande repercussão na imprensa local⁵³. Porém, quanto ao cemitério, nessa ocasião nada foi discutido.

Só em 13 de junho, do ano de 1884⁵⁴, que as tratativas do cemitério são retomadas, contudo, de forma nada animadora. Segundo relato do secretário da Câmara, até aquela data não havia recebido nenhuma proposta para arrematação da construção do novo cemitério. Diante do fato, a Câmara decide fazer novo edital para participação pública “de propostas desse serviço fazendo uma pequena observação: tendo estas paredes dois palmos de alicerce enterrado no chão, subindo a parede na altura de oito palmos da superfície da terra inclusive a coberta de lages, tendo o alicerce três palmos de grossura e a parede dois e meio palmos de grossura”. Menos de um mês depois, na sessão de 7 de Julho⁵⁵, são apresentadas seis propostas, das quais apenas quatro foram consideradas aptas para arrematação de tais serviços. Entre estas, a proposta que melhores condições apresentou a câmara, foi a de Leonardo Koeche Júnior, ficando marcada para sessão do dia seguinte a assinatura do termo do serviço. Não consta nos documentos consultados os valores estabelecidos para obra, de qualquer forma o termo foi assinado na sessão do dia 8 de Julho⁵⁶ e a edificação do novo cemitério no lugar denominado Cruz das Almas enfim começa. Porém, estava longe de ser concluída.

Ponderando os contratemplos já expostos, e respeitando toda a necessária reorganização do expediente administrativo, devido às várias

⁵³ Jornal, **O Lageano**, 18 de Maio de 1884, p. 1 col. 1 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

⁵⁴ Livro Ata 1883 a 1889, p. 35 a 36v – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

⁵⁵ Livro Ata 1883 a 1889, p. 36v a 37v – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

⁵⁶ Livro Ata 1883 a 1889, p. 38 a 39 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

demissões ocorridas, a Câmara consegue efetivar o proposto de dar início as obras de um novo cemitério. Mesmo assim é preciso lembrar que enquanto o cemitério estava em construção, o jeito era manter os enterramentos no cemitério que se tinha. Pequeno ou prejudicial à saúde pública, o recurso era aquele, uma vez que a morte não avisa e também não espera.

Porém, a presença do cemitério no coração da cidade e o mau zelo dos enterramentos, destoavam de certas concepções, especialmente daqueles que se pronunciavam pelo jornal que circulava por Lages naquele período. Já é tempo de saber de que vozes, tais anseios ecoam.

Para a socióloga Zilma I. Peixer, os jornais circulantes em Lages, desde seu primeiro exemplar em 1883, difundiam uma imagem de cidade construída e alimentada por grupos da elite local, enfatizando que:

Os jornais locais, ligados a grupos políticos e/ou religiosos, trazem à tona a percepção dos integrantes da elite política e econômica do município. (...) O alcance dos jornais era restrito a alguns grupos locais. Vale lembrar que a maioria dos grupos populares não tinham acesso a esse meio, ou somente de forma esporádica, através, principalmente, da divulgação verbal⁵⁷.

⁵⁷ PEIXER, Zilma Isabel, Op.cit., p. 87.

Esta elite, referenciada por Peixer, é constituída de famílias tradicionais do município, de grandes pecuaristas na região. Portanto, são alguns dos filhos desses senhores e senhoras da terra que em fins do século XIX, após concluírem seus estudos no estado vizinho do Rio Grande do Sul, mais precisamente em São Leopoldo, no colégio Jesuíta, fixam-se na cidade com ideais “modernizadores”. Para a historiadora Sara Nunes, “são esses jovens que organizaram os jornais e propagaram idéias de Luzes e Progresso, se envolvendo em atitudes para uma Lages mais moderna e civilizada”⁵⁸.

Dito isso, é importante atentar para o fato de que tais publicações atendiam a interesses específicos. E ainda que os esforços fossem consideráveis, nem tudo que estava diante dos ideais entusiasmados dos apreciadores da modernidade estavam no alcance de ocorrer. Pois, ainda que os argumentos fossem sofisticados e atendessem de certa forma aos parâmetros estabelecidos de uma cidade compreendida como ideal para aquele período, a cidade na qual viviam e circulavam correspondia pouco a tais padrões. Contudo, pelo menos nesse período, as questões tratadas nos jornais, quanto ao problema dos enterramentos, não chegaram a ser pauta de debate nas sessões da Câmara. E em 1885, quando a Câmara já havia nomeado até um administrador para o novo cemitério⁵⁹, a indisponibilidade financeira travava a continuidade de construção do tão

⁵⁸ Para uma leitura mais detalhada dessas circunstâncias, consultar a dissertação de Sara Nunes capítulo 1.2 – Desejos pulsantes em ruas bucólicas in: NUNES, Sara. Op. cit., p. 42-59.

⁵⁹ Na sessão de 24 de Janeiro de 1885, toma posse de administrador do cemitério novo e porteiro da Câmara o Sr. José Américo d’ Oliveira, que tempos antes ocupava a função de arruador. Livro Ata 1883 a 1889, p. 49 a 50 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

almejado cemitério novo, exigindo providências da Câmara que, diante de tal inconveniente, solicitava auxílios aos munícipes:

Ata da sessão ordinária do dia 4 de Agosto de 1885

Presidência do Sr. Tenente Antonio Ribeiro dos Santos

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de nascimento do nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e oitenta e cinco, na sala das sessões da Câmara Municipal desta cidade de Lages Comarca do mesmo nome da Província de Santa Catarina pelas dez horas da manhã (...) pelo Sr. Presidente foi proposto a Câmara que tomasse o alvitre de recorrer aos seus munícipes, solicitando-lhes de coadjuvarem, com suas espórtulas para o fim da construção do cemitério público, visto correr as rendas municipais não suportarem ao todo de tais despesas; a que sendo ouvido pela mesma Câmara, foi apurada, mandando que o secretário fizesse circulares para serem dirigidas aos referidos munícipes. (Livro Ata 1883 a 1889, p. 70v a 72v)

A que tudo indica, o apelo funcionou e dois meses depois era autorizada pela Câmara⁶⁰ a continuidade das referidas obras. Entre falta de recursos financeiros, reclamações acerca dos enterramentos, ausência de concorrentes para conclusão das ditas obras, o empenho em favor ao cemitério se prolongou por mais quatro anos, quando finalmente na sessão de 8 de Novembro de 1889, o presidente em exercício da Câmara, Sr. Victor Antunes de Oliveira, anuncia aos presentes a conclusão das obras do cemitério: “Ihe tendo sido comunicado pelo contratante das obras do novo cemitério público nos arredores desta cidade, no lugar “Cruz das Almas”, achando-se concluídas as mesmas obras, convidava por isso a Câmara para ir verificar se as obras estão nas condições ao

⁶⁰ Livro Ata 1883 a 1889, p. 70v a 72v – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

contrato, a fim de serem recebidas⁶¹. O convite foi aceito e em Novembro de 1889, em vésperas da ascensão do novo regime político para o país, o necessário cemitério é entregue a cidade de Lages.

Na leitura das atas, dos jornais, editais e relatórios municipais é possível perceber concepções, práticas, ideais e necessidades distintas. Cada uma delas indica compreensões acerca da cidade e ensejam o seu desenvolver urbano. São as maneiras de viver e sentir o espaço citadino, que se diferenciam e por vezes se conflitam, que a dinâmica da cidade emerge. E na medida em que tal dinâmica ganha fôlego, ações e intervenções são sugeridas, pensadas e executadas.

É notória, a partir da década de 1880, a densificação do contingente urbano da cidade. Do ideal mais elegante às necessidades mais básicas, entre concepções modernizadoras e estratégias de sobrevivência, paulatinamente a cidade vai ganhando forma e estabelecendo seu compasso, tal como indica o processo de criação do novo cemitério. Por um lado a insuficiência de espaço, por outro a incompatibilidade de funcionalidade em relação à saúde pública, por outro ainda as dificuldades financeiras e de arrematação de serviços. Cada fator desses denota sensibilidades e necessidades distintas, contudo, o seu conjunto é indicativo da dinâmica citadina que, como se vê, não está dissociada das relações que nela se estabelecem. Relações protagonizadas por trabalhadores pobres, funcionários públicos, negociantes, engenheiros, médicos, políticos, quitandeiros, mascates, fulanos e fulanas

⁶¹ Livro Ata 1883 a 1889, p. 282 a 283v – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

de tal que transitam em Lages, no período analisado, e cotidianamente tecem a configuração urbana da cidade. E que pese as diferentes razões e perspectivas que os fazem coexistir nesse chão comum, todos, sem exceção, protagonizam o processo que aqui nos dedicamos para entender.

Conforme mencionado, tanto quanto o cemitério, os assuntos referentes ao mercado e ao comércio na cidade receberam especial atenção no expediente da municipalidade. O que realmente não surpreende, sendo que desde as primeiras atas consultadas em 1870, tal segmento aparece como a principal atividade econômica da cidade. Nesses registros consta reivindicação da necessidade de abertura de estradas, reparos nas já existentes, desenvolvimento de edificações e organização de espaços na cidade, todos vinculados ao argumento de melhorar as condições do comércio na região. Além disso, é preciso salientar a quantidade de negociantes que circulam por aquelas paragens, aliás, é deles a maior parte dessas reivindicações mencionadas, que chega à câmara e depois ao conselho municipal em forma de requerimentos.

Não é grande o número de trabalhos que tratam das questões do mercado público em Lages, certamente tal problemática merece mais pesquisa, dada a relevância da centralidade das relações comerciais no desenvolvimento urbano da cidade. Entre estes trabalhos podemos citar o artigo de Silmara Luciane Miranda, intitulado Mercado Público em Lages⁶², a já citada tese da socióloga Zilma Isabel Peixer, publicada em

⁶² MIRANDA, Silmara Luciane. “Mercado Público em Lages”. *Revista da Memória*: Fundação Cultural de Lages. Lages, nº 1, p. 61-68.

2002 e o clássico “Continente das Lagens de Licurgo Costa”⁶³. Nos trabalhos, o tema em questão é abordado pela perspectiva que protagoniza o poder público como gerenciador e interventor das práticas estabelecidas no mercado. Especialmente Zilma e Silmara, utilizam-se das posturas municipais, especificamente o Código de Posturas Municipais de 1895, para fundamentar a intervenção da administração municipal em relação às dinâmicas econômicas e sociais promovidas pelo mercado. De acordo com Silmara:

Foi através do Código de Posturas que a administração pública reformulou condutas e demarcou espaços de ocupação na cidade. Na praça do mercado, disciplinando o seu uso e sua ocupação. Estas ações permitiram uma outra configuração deste espaço, modificando hábitos e comportamentos da população⁶⁴.

No mesmo sentido, Zilma completa dizendo que:

Aos poucos foi definindo-se novos padrões de comercialização, nos quais, para o olhar atento do administrador, a estética comercial deveria seguir novos moldes de exposição e de trabalho (...) assim o código de posturas, proibia a comercialização de produtos nas ruas sem prévia autorização oficial e por consequência, mais um espaço

⁶³ COSTA, Licurgo. Op. cit.

⁶⁴ MIRANDA, Silmara Luciane, Op.cit., p. 62.

dos grupos populares foi delineado, controlado e taxado, pois esses profissionais deviam pagar o imposto sobre profissões⁶⁵.

Seguramente tais regulamentações obedeciam a determinados interesses e provocavam nas atividades comerciais daquele momento, efeitos. Disso não se guarda dúvida. Porém, a consulta nas atas da Câmara possibilita a identificação de outros ditos que merecem atenção e é por essa razão que nos detemos mais dedicadamente ao assunto nesse momento. Procurando com isso dar visibilidade às diferentes relações presentes em tais práticas cidadinas, na intenção de apontar as diferentes necessidades e expectativas que permeavam o desenvolver urbano que seguramente não estava apenas na responsabilidade da administração municipal. Para tanto, entende-se que tal processo é resultante de uma teia de relações que envolvem interesses e perspectivas diferenciadas que se alteram gradativamente com base no conviver cidadão. Mais que as determinações reguladoras desse espaço, procura-se perceber as relações que as geram e as tornam possíveis e, nesse sentido, algumas trajetórias e estratégias nos auxiliam nesse empenho. Retornamos, portanto, ao expediente da Câmara.

Nas atas da década de 1870, quando os requerimentos para construir casas de morada na cidade predominavam no expediente da Câmara, volta e meia aparecia entre eles alguns requerimentos solicitando melhoria das estradas com argumento de beneficiar o comércio da região.

⁶⁵ PEIXER, Zilma Isabel, Op. cit., p. 75 e 76.

Entre negociantes estabelecidos, mascates que circulam e feirantes que dinamizam a praça do mercado, pode-se perceber que o comércio da cidade apresentava sinais de movimento. Certo é que tal atividade não era das mais precárias, considerando as reivindicações que gradualmente aparecem ao expediente da Câmara. Porém, tratava-se de uma praça bastante concorrida.

Se por um lado percebe-se o potencial de comercialização, por outro visualiza-se a necessidade de regularização de tal atividade em benefício aos comerciantes estabelecidos na cidade. Uma vez estabelecidos na cidade com casa de comércio, os proprietários eram submetidos a vários impostos de caráter municipal, estadual e mesmo nacional, o que, de acordo com a própria avaliação deles, onerava as atividades em relação aqueles que mantendo atividades circulantes, modesta contribuição tributária tinham como dever. Daí o grande número de protestos quanto à presença de mascates na região.

Contudo, seguramente, não eram apenas as desvantagens tributárias que incomodavam os comerciantes estabelecidos na cidade. Como homens de negócios, compreendiam que a possibilidade de circulação destes mascates pela região diminuíra significativamente a demanda de freguesia na cidade, tendo em vista que o maior contingente populacional do município ainda não residia na cidade. E para solucionar tal descompasso, não pouparam esforços nem petições. Porém, se por um lado os comerciantes pressionavam a Câmara com solicitação de regulamentações que atendiam aos seus interesses, por outro lado os mascates, em defesa de seus negócios, também se faziam ouvir. É

possível encontrar nas atas, ainda que em menor número, queixas encaminhadas à Assembléia Provincial em nome de pessoas que se intitulavam negociantes, reclamando sobre os impostos de mascates que precisam pagar para negociar na região. Nestes casos, a Assembléia oficia a Câmara solicitando informações e providências quanto aos casos. Conforme o que se verifica nas atas, tais informações e providências são concedidas. No entanto, o conteúdo dessas providências não é registrado em atas, o que dificultou fazer uma análise mais detalhada. Ainda assim, se destacam os referidos ditos, para apresentar os diferentes interesses que se manifestam nas relações que vão, por fim, configurando o arsenal de regulamentações estabelecidas na cidade.

Tais questões extrapolarão o expediente da Câmara. Possivelmente o tema tenha animado as conversas pelas ruas da cidade, tanto quanto animou a redação da imprensa local. No jornal “O Lageano”, entre outros assuntos, as discussões acerca dos impostos, as tendências do comércio local, bem como os anúncios das casas de comércio, ganharam especial destaque na década de 1880⁶⁶. Por estes anúncios é possível perceber o estabelecimento de alguns negociantes do litoral na cidade, especialmente de Desterro e Laguna. Como também, mais tarde, alguns comerciantes locais como Saturnino Gonçalves Pereira da Silva, João de Castro Nunes, Leovigildo Pereira dos Anjos, curiosamente, todas *personas* das competências políticas da região.

⁶⁶ Jornal, **O Lageano**, 14 de Abril de 1884; 11 de Maio de 1884, entre outros números do ano 1883 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Na ata das eleições municipais de 1891⁶⁷, vários são os votados e muitos deles eleitos, que assinavam a profissão de negociante/comerciante, só não sendo maior que os denominados fazendeiros. Tal constatação é pertinente por indicar que as reivindicações acerca do comércio não eram realizadas por “qualquer um”. Saturnino Gonçalves Pereira da Silva, por exemplo, era um homem de muitas relações na cidade. Foi vereador da Câmara em 1877⁶⁸, procurador do município em 1889⁶⁹ e, sobretudo, um importante negociante da praça, mantendo bons negócios com a Câmara Municipal com quem arrematou a concessão de pedras para a construção do primeiro mercado público da cidade em 1875 e os serviços de iluminação pública em 1884. Não menos influente era João de Castro Nunes, que durante muitos anos foi presidente da Câmara e na citada eleição municipal de 1891, foi o candidato mais votado para Superintendente Municipal com um total de 278 votos.

Nesse sentido é seguro afirmar que os comerciantes de Lages, naquele período, tinham lá suas articulações que transcendiam as questões meramente comerciais. Seguramente ao apresentarem propostas de regulamentações, defendiam interesses específicos, influenciando decisivamente em determinadas ações como: os impostos sobre mascates, os horários de funcionamento do comércio, as permissões para o tipo e a forma de comercialização, bem como, a escolha dos espaços permitidos

⁶⁷ Sessão de 22 de Setembro de 1891 - Livro Ata 1890 a 1892, p. não numerada – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

⁶⁸ Conforme indica o registro na sessão de 07 de Abril de 1877 - Livro Ata 1872 a 1877, p. 118v a 120 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

⁶⁹ Conforme indica o registro na sessão de 07 de Janeiro de 1889 - Livro Ata 1883 a 1889, p. 244 a 247v – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

para este ou para aquele tipo de comerciante. Ainda assim, é preciso lembrar que, de acordo com o consultado nas atas, tais regulamentações emergem muito mais por reivindicação destas *personas* do que por proposição do poder público local.

Não se trata, porém, de absolver o poder público das responsabilidades que a própria natureza de sua função denota, mas sim dar visibilidade aos diferentes interesses que muitas vezes permeavam essas determinações, dividindo desse modo, o protagonismo das ações e intervenções que paulatinamente incidem sobre a cidade e seus circulantes. Nesse sentido é possível perceber algumas relações entre as petições e sugestões apresentadas pelos comerciantes da cidade, na década de 1880, e certas posturas aprovadas para o Código de 1895. O que nos faz pensar que tais regulamentações não são apenas um instrumento criado pela administração municipal a fim de controlar e reformular as condutas dos habitantes da cidade, mas também, um resultado de interesses e relações que se efetuam no viver dessa cidade, que claro, como em todo campo de disputa, beneficiará alguns e não outros. E talvez, o que mais interessa aqui, tais regulamentações, pelo menos até início do século XX, antes de serem determinações municipais, são propostas, sugestões, requerimentos, petições, que partem dos próprios habitantes da cidade, independente de quem sejam, e não o contrário. Assim, entende-se que essas regras e posturas não emanam de um “governo impessoal”, mas das demandas de um grupo social que articula, propõe e ocupa os cargos administrativos, construindo regras de acordo com os seus interesses.

O artigo 173 do Código de Posturas Municipais de 1895, segundo Peixer, ressalta a necessidade de autorização do superintendente para determinadas práticas dentro da cidade como: “mercadejar ou vender pelas ruas e estradas, miudezas, fazendas, doces em tabuleiro ou caixas; vender pelas ruas, frutas, legumes, hortaliças, peixes, assados, carne seca ou qualquer outro gênero de alimentação⁷⁰”. No entendimento da autora tais regulamentações demonstram o esforço do poder público em delimitar espaços, controlar condutas e gerar novas regras de comportamentos dentro da cidade. E de fato, na medida que eram sancionadas possivelmente incidiam sobre tais práticas que a própria proibição acusa a existência. Contudo, os méritos das referidas regulamentações não são exclusividade única do poder público. Conforme já mencionado, alguns ditos nas atas permitem ampliar essas intencionalidades e perceber outros interesses e sensibilidades presentes nesse empenho.

Como exemplo é possível citar a petição de Carlos Schmidt Júnior⁷¹, que sendo proprietário de uma padaria na cidade, pondera à Câmara que seus negócios têm sofrido prejuízo por conta de diversas pessoas que vendem pelas ruas da cidade, e mesmo no mercado, em baleiros ou cestos, pães e outros gêneros, pagando apenas o imposto sobre tabuleiro de doces, frutos, etc. Nesse sentido, solicita a Câmara que não seja consentida a venda desses gêneros a todos aqueles que não pagarem os impostos determinados por lei, tanto quanto ele tem que pagar. O

⁷⁰ PEIXER, Zilma Isabel, Op. cit., p. 75-76.

⁷¹ Sessão de 27 de Novembro de 1890 - Livro Ata 1890 a 1892, p. não numerada – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Conselho foi favorável a petição do padeiro. Cinco anos antes da petição de Carlos Schmidt Júnior, vários comerciantes da cidade fazem solicitação semelhante⁷², pedindo a Câmara para “proibir a venda no mercado público desta mesma cidade, dos gêneros alimentícios em pequenas porções, o que trazia graves prejuízos ao comércio, alegando não haver disposição alguma que permitisse a venda por miúdo de gêneros alimentícios, no mencionado mercado”. Nessa ocasião a Câmara indeferiu a solicitação. Contudo, as solicitações permaneceram e nos anos seguintes tais regulamentações aparecem aprovadas no Código de Posturas em 1895⁷³. Entre petições, indeferimentos e deferimentos, torna-se importante salientar a forma como tais fatores se processam e como gradativamente se alteraram de acordo com os diferentes interesses que compõe a realidade cidadina. E para fechar tais considerações, retornamos à questão dos comerciantes estabelecidos na cidade e os mascates que teimosamente circulavam pela região.

O entrave entre os comerciantes estabelecidos e os não “gratos” mascates, se estendeu por longa data e até fins da década de 1880, não apresentou alterações significativas, nem de um lado, nem de outro. Entre reclamações aqui e resistências ali, mascates e comerciantes permaneciam movimentando o comércio local. Porém, após 1889, com a instituição do regime republicano e as decorrentes alterações na configuração da municipalidade, outras providências foram tomadas.

⁷² Livro Ata 1883 a 1889, 29 de Janeiro de 1885, p. 53v a 56 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

⁷³ No Museu Histórico Thiago de Castro encontra-se os originais manuscritos do Código de Posturas de 1895. Pasta de Administração Municipal nº 247 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

No início de década de 1890, os vereadores são denominados intendentes e a Câmara Municipal passa a responder como Conselho da Intendência Municipal. Salve todas as implicações possíveis de discutir acerca do novo regime político, das suas causas aos efeitos, o que interessa destacar nesse momento, é a articulação dos comerciantes estabelecidos na cidade se valendo dos argumentos de um novo tempo. Atentos às mudanças de perspectivas que tais alterações traziam para os ânimos políticos, revestiram de nova roupagem seus velhos desejos e apresentaram na sessão de 09 de Abril de 1891 o seguinte:

Ata da sessão ordinária do Conselho de Intendência Municipal da cidade de Lages em 9 de Abril de 1891

Presidência do cidadão João Costa

Aos nove dias do mês de Abril do ano de nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e noventa e um, nesta cidade de Lages Comarca do mesmo nome do Estado Federal de Santa Catarina no paço do Conselho de Intendência Municipal pelas dez horas da manhã (...) apresentado um abaixo assinado por parte do comércio geral estabelecido nesta cidade afim desta Intendência providenciar sobre a infinidade de mascates volantes que percorrem todo o município; pedindo a criação de um imposto que esse fique paralelo com o que pagam os negociantes destas praças, visto que de tempos a esta parte, tem aportado a estas plagas uma infinidade de mascates que favorecidos pelo insignificante imposto a que estão sujeitos pela antiga legislação que lhes legou as instituições decaídas, fazem vantajosa competência ao comércio permanente, onerando como se acha com pesados impostos municipais, provinciais e gerais. Inundado como se acha este município por tais mascates, que formigam por toda a parte, assediando, por assim dizer, o comércio das praças não tardará muito a ser este completamente aniquilado, se não receber o poderoso remédio que só desta Intendência lhes pode vir. Pedem, portanto os abaixo assinados, confiados de que a Intendência se dignará a sujeitar os referidos mascates ou negociantes volantes ao imposto de quinhentos mil réis anuais, pondo-os desse modo em paralelo com os pesados impostos que pagam os suplicantes. Neste abaixo assinado resolveu o Conselho dar o seu acordo na seguinte sessão de 16 do corrente. (Livro Ata 1890 a 1892, p. não numerada)

Como se vê, as queixas são antigas, as intenções e necessidades há muito reivindicadas. Pode-se dizer, portanto, que nada de novo no *front* foi apresentado, exceto, a estratégia de solicitação. Como bons homens de negócios, na aurora da nova conjuntura administrativa, não apenas apresentam suas reivindicações como as caracterizam de responsabilidade legítima da nova estrutura municipal. Se os tempos são de mudança e as perspectivas são de favorecer a *liberdade e o progresso*, nada mais coerente que saldar as antigas dívidas geradas pelas *instituições decaídas*, que dificultam tal processo.

Nesse sentido, cabe ao Conselho da Intendência Municipal, fornecer o remédio adequado, instituindo o imposto de quinhentos mil réis aos mascates, evitando, que o comércio da praça seja definitivamente aniquilado. Ponderando os interesses paralelos, as tensões geradas por conta de tal solicitação e razões silenciosas, as quais aqui não são possíveis alcançar, o fato é que antes mesmo que o mês de abril chegasse ao seu fim, o Conselho da Intendência Municipal providencia em favor a solicitação dos comerciantes estabelecidos. Apresenta propostas de postura, que aprovadas pelos conselheiros, passaram a ter vigor daquela data em diante:

Ata da sessão ordinária do Conselho de Intendência Municipal de Lages em 30 de Abril de 1891

Presidência do cidadão João Costa

Aos trinta dias do mês de Abril do ano de nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e noventa e um nesta cidade de Lages Comarca do mesmo nome do Estado Federal de Santa Catarina no Paço do Conselho do

Conselho de Intendência Municipal pelas dez horas da manhã (...) deu o secretário conta do seguinte expediente (...) Pelo presidente da intendência foi proposta as posturas abaixo transcritas as quais foram aprovadas pelo Conselho que as mandou publicar a fim de ter execução desde já, fazendo-se das mesmas bem como das anteriores digo bem como das posturas criadas anteriormente o competente registro no livro respectivo. Artigo 1º Fica criado desde já o imposto de 300 mil réis por ano sobre cada indivíduo que por qualquer forma vender em mascateação neste município, dentro ou fora da cidade, artigos de armarinho, quinquilharias, fazendas, chapéus, roupas, calçados e objetos de moda. § 1º As licenças servirão unicamente para o indivíduo em favor de quem porém as mesmas passada e só valerão dentro do exercício. Artigo 2ª Aqueles que não sendo residentes no município e nele se vierem estabelecer, abrindo casas e nelas expondo a venda a varejo ou por atacado, quaisquer das mercadorias especificados no Artigo 1º ficam obrigadas ao pagamento de cem mil réis pela licença de abertura a cada uma das casas de cujo imposto não poderão eximir-se se efetuarem a venda por atacado antes de abrir a casa ou casas, ou ainda a pretexto de serem as mercadorias a mostra, uma vez que as vendam. Artigo 3º Ao mesmo imposto e mais uma multa de 50% sobre o valor deste, fica sujeito aquele que, embora residente no município, se prestar a figurar como dono da casa ou das mercadorias, para iludir os efeitos desta lei, em favor de outrem, ou se comprarem as mesmas mercadorias sem que tenha sido pago o imposto conforme o artigo 2º. Artigo 4º Para fiel execução do que fica estabelecido nos artigos precedentes, poderá o Fiscal da Intendência, seus agentes e procuradores apreenderem todas as mercadorias que forem encontradas em poder de quem as estiver oferecendo a venda, impondo a este a multa do dobro do imposto se não lhes for exibido neste ato o conhecimento em forma pelo qual mostre ter pago o respectivo imposto. § 1º Se a apreensão se efetuar pelo procurador da Intendência, este conservará as mercadorias em seu poder, si pelo, fiscal e seus agentes, as depositarão em poder do procurador e quando isso não seja possível, em poder de pessoa abonada. Em qualquer destes casos, os baús, caixas, fardos ou volumes, serão lacrados perante testemunhas, fazendo-se constar em um auto escrito pelo empregado, assinado pelo mesmo e testemunhas. § 2º Dentro do prazo de trinta dias serão as mercadorias restituídas a seus donos, se mostrarem ter pago o imposto e multa, excedido este prazo serão vendidas pelos preços que alcançarem em leilão, com assistência do Presidente da Intendência e o produto recolhido ao cofre municipal, será restituído ao dono das mercadores depois de deduzido o imposto e multa. Artigo 5º Revogam-se as disposições em contrário. Sala das sessões do Conselho de Intendência de Lages em 30 de Abril de 1891. O presidente João José Theodoro da Costa, o intendente José Augusto de Arruda, Olavo Pereira dos Anjos, Lourenço Dias Baptista. (Livro Ata 1890 a 1892, p. não numerada)

O imposto não alcançou o ideal proposto pelos comerciantes. Contudo as posturas foram formuladas e em grande medida atenderam às queixas antigas dos vários comerciantes da Praça de Lages naqueles fins do século XIX. Com o advento da República, a composição da Câmara se alterou, conforme já citado, e a Câmara Municipal dá lugar ao Conselho da Intendência Municipal, os vereadores respondem como conselheiros da intendência e o expediente das sessões obedecem à nova formatação.

Contudo, não é apenas a configuração das sessões municipais que se altera. Nas duas últimas décadas do século XIX novas ruas são alinhadas, jornais e clubes são fundados⁷⁴, cemitério novo é inaugurado, o comércio se intensifica e a cidade ganha novo ritmo. No expediente das sessões do então Conselho da Intendência Municipal, paulatinamente os requerimentos e petições cedem espaço a diversos projetos apresentados pelos conselheiros municipais. Entre eles um audacioso projeto arquitetônico que é lançado com a colocação da pedra fundamental em 29 de Outubro de 1898, trata-se da construção do Palácio Municipal.

⁷⁴ Nesse momento, cabe fazer uma consideração especial ao Clube 1º de Julho. Fundado 1896, a Sociedade Literária e Recreativa, configurou-se num importante espaço de sociabilidade e articulações políticas. É importante ressaltar que sua fundação se deu por iniciativa de Vidal José de Oliveira Ramos Júnior e demais membros do Partido Republicano, advindos do antigo Partido Conservador, logo após Vidal Júnior, assumir a Superintendência Municipal (1895). Ademais é importante lembrar que este é um momento, em que a cidade mantinha vivo os resquícios dos conflituosos anos de 1893 e 1894. Anos em que repercutiu no Estado catarinense e especialmente em Lages, os efeitos da Revolução Federalista. Segundo Licurgo Costa, a iniciativa de Vidal Ramos Júnior foi motivada pela “incumbência de promover a conciliação social e política da população”. Trataremos sobre esses acontecimentos mais dedicadamente, no segundo capítulo dessa dissertação. Além disso, o referido Clube, composto por ilustres senhores da sociedade lageana foi espaço de disseminação das práticas culturais e eruditas em voga naquele fim de século, pois além de promoverem elegantes bailes e reuniões, organizavam saraus literários e mantinham uma biblioteca sob seus cuidados. Para maiores considerações acerca dos membros do 1º de Julho e sua repercussão na cidade, verificar dissertação da historiadora Sara Nunes, já citada anteriormente.



Figura 3: Palácio Municipal de Lages 1902
Acervo: Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

No quadrante central da cidade, ao lado da capela que serve de matriz, inicia-se a construção daquele que será considerado o símbolo do poder local e sua influência. Outros interesses, disputas, ideais e necessidades emergem. Na cidade requerida, apresentam-se projetos. Nas duas últimas décadas do século XIX, circulam nos jornais da cidade: idéias, saberes, protestos e normas. Circulam também e especialmente, as informações, as novidades, as disputas, as negociações, as articulações e tramas políticas, de um período marcado por expressivos acontecimentos do ponto de vista político administrativo. Pelas ruas circulam egressos da

escravidão e seus descendentes, fazendeiros, republicanos, negociantes, federalistas, lavradores, indigentes e doutores. Homens e mulheres que na passagem do século XIX para o XX, permanecem compondo a cidade e agitando o cotidiano citadino daquela pequena urbe chamada Lages...



Figura 4: Lages, Rua 15 de Novembro em 1901
Acervo: Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

Capítulo 2

Percorrendo a cidade: saberes, intenções e fazeres

(...) e o começo se pareceria com o branco, o vazio, mas não o da tabula rasa, grau zero da experiência, que devesse ser preenchido – porque já se começa do meio, do meio de uma vida, na encruzilhada com a vida de outros.

Jean Lancri

Antes de continuar os ditos, é importante fazer duas considerações.

A primeira questão, ainda que já tenha sido mencionada, é referente ao entendimento de projeto para cidade. Quando se menciona aqui, que ao consultar as fontes administrativas sobre Lages, não é possível identificar um projeto de urbanização homogêneo, não quer dizer, que o poder público local, assim como os demais habitantes dessa cidade, não tenham investido, de diferentes formas, em ações e intervenções acerca dos espaços que viviam. A ponderação se dá quanto à concepção de um projeto norteador alienado das práticas e vivências daquele meio social. Como se cada ação, seja do poder público, seja da elite letrada ou mesmo daqueles menos abastados, seguisse um plano de metas pré-estabelecido para alcançar um ideal determinante daquilo que compreendiam como cidade e modo de nela viver. Nesse sentido se compreende que o caminho é feito ao andar, e tal caminhada é revestida

de diferentes interesses e sensibilidades e talvez o mais importante, não é feita sozinha. Entre as determinações dos administradores, dos ideais dos letrados e dos meios de sobrevivência daqueles que não estavam nem entre uns nem entre outros, há fissuras, sentidos e estratégias. Elementos que, em certa medida, fazem das ações nesse meio urbano, muito mais consequência dessas relações do que causa delas. Perceber essas sinuosidades e dar visibilidade ao seu percurso parece cumprir melhor com o proposto neste trabalho.

A segunda consideração se refere à concepção de cidade. O que era compreendido enquanto cidade, quais seus limites e seu alcance para aqueles que a colocaram em pauta. Propositalmente no capítulo anterior foram destacados alguns ditos, em que os termos *dentro* e *fora* da cidade, apareciam com frequência. O *dentro* da cidade correspondia de modo geral aos contornos delimitados em três principais quadrantes: o da capela que servia de matriz; o da casa da câmara e cadeia e por fim o do mercado. Pela escassa iconografia que compreende o período aqui analisado, se percebe claramente que o contorno bem definido desses quadrantes serviu de suporte para expansão da área da cidade, pelo menos, da área considerada urbana naquele momento. Ocorre na década de 1890 e nos primeiros anos que segue o século XX, uma ampliação horizontal desses quadrantes. À direita demarcado pelo “alto da Santa Cruz” e região da várzea que gradualmente os franciscanos ocuparam⁷⁵. E

⁷⁵ Nessa área os franciscanos inaugurariam em 1898, com apoio do poder público local, um prédio para serviços educativos, o então Colégio São José. Tal edificação, no fim da primeira década do século XX, servirá para o estabelecimento do primeiro hospital da cidade: Hospital Nossa Senhora dos Prazeres. Local ocupado pelo hospital até hoje. Dedicaremos maior atenção ao Hospital no terceiro capítulo deste trabalho.

a esquerda, demarcado pelo principal tanque da cidade e a igreja do Rosário.

O *fora* da cidade, compreendia os espaços que se distanciavam dessas demarcações. Como parâmetro, pode-se citar o lugar denominado “Cruz das Almas”, onde foi construído o novo cemitério *fora* da cidade na década de 1880. Deve-se ressaltar que, de acordo com alguns registros constantes nas atas, neste lugar também já em fins do século XIX existiam algumas chácaras e residências.

Evidentemente que essas dimensões foram gradualmente se ampliando, e já na última década do século XIX, termos como os subúrbios da cidade⁷⁶ começam emergir. Contudo, já no século XX e pelo menos até 1910 quando se encerra o limite temporal deste trabalho, a cidade não extrapolava em grande proporção as dimensões demarcadas pelos três principais quadrantes anteriormente citados⁷⁷. Este fator é importante, por indicar que as ações e intervenções propostas em nome da cidade, tinham áreas específicas para ocorrer. E se houve um esforço em favor da urbanização, modernização, higienização, embelezamento e regramento das condutas para cidade nesse período, este recaiu sobre

⁷⁶ A partir de 1890 algumas petições encaminhadas na Câmara reclamam acerca do fechamento de terrenos que certos cidadãos possuem no banhado do Lagoão e Coxilha do Lagoão que ficam nos subúrbios da cidade. Livro Ata 1890 a 1892, páginas não numeradas – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

⁷⁷ Em 1903, segundo Zilma Peixer, duas áreas da cidade foram definidas com índices diferenciados para construções, correspondendo à primeira divisão do urbano em zonas: Ruas Quinze de Novembro, Marechal Deodoro, Coronel Córdova e Rangel Pestana, bem como as ruas transversais, e as praças João Ribeiro e Vidal Ramos. Nessas áreas permitem-se construções com altura mínima, entre soleira e a cimalha, de 3,53 cm. Nas demais ruas e praças a altura mínima estabelecida é de 3,08 cm. In: PEIXER, Zilma Isabel, Op. cit., p. 79.

essas áreas e as pessoas que nelas viviam e não em outras⁷⁸. Para melhor visualização desses contornos, segue as duas parciais da cidade:



Figura 5: Vista parcial de Lages em 1888
Acervo: Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

⁷⁸ Essas áreas que gradualmente sofrem alterações são as ruas, fontes e praças, lugares caracteristicamente públicos. Porém, são áreas demarcadas por terrenos com edificações de residências, estabelecimentos comerciais, igrejas, escolas, farmácias, clubes literários e prédios como o Palácio Municipal, Casa da Câmara e Cadeia, etc. A extensão territorial do município, conforme já mencionado, extrapolava os limites demarcado por essas áreas, contudo, quando se fazia referência à cidade são essas áreas que as define, daí a emergência dessas ações estarem circunscritas a elas. Importante salientar também, que o contingente populacional desses limites não atingia grande concentração e pelo que pode ser observado nas fontes consultadas, eram pessoas de diferentes condições sociais: de fazendeiros a negociantes, a egressos da escravidão e seus descendentes, quitandeiros, estrangeiros, etc.



Figura 6: Vista parcial de Lages em 1904
Acervo: Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

2.1 – Da monarquia à República: a Lages das “revoluções”, dos Ramos e do protagonismo político

As últimas décadas do século XIX, no sul do país, foram em termos gerais, marcadas por expressivos acontecimentos de fundamental importância para o cenário político dessa região, especialmente para Santa Catarina. Entre tais acontecimentos, pode-se destacar a Revolução Farroupilha (1835-1845), Guerra do Paraguai (1864-1870) e Revolução Federalista (1893-1894). O referido período, marcado entre os anos de 1835 a 1894, salve as particularidades de cada momento, foi sem dúvida, tempos turbulentos. Soma-se ainda, que a década de 1880, guarda no seu decurso em âmbito nacional, a Abolição da Escravidão em 1888 e a

Proclamação da República em novembro de 1889. Nesse itinerário, a vida política, social e econômica do país, sofreu profundas transformações não só inerente à mudança do regime político, mas, também em função do estabelecimento de uma nova ordem social pautada nos preceitos modernos disseminados no Brasil. Nesse cenário, caracterizar o desenvolvimento urbano de uma pequena cidade do interior da Província, depois, Estado de Santa Catarina, como é o caso de Lages aqui apresentado, requer atenção para alguns desses acontecimentos, do qual a urbe e algumas de suas personas assumiram atuação de relevo. Nesse sentido, trata-se nesse momento, de refletir brevemente acerca do período de transição da Monarquia para a República, com atenção focada em Lages, a fim de compreender a emergência de certas lideranças políticas que dominaram a cena política estadual nos primeiros anos de República, cujos representantes ultrapassaram mais de uma geração no poder, como é o caso dos Ramos, abastada família pecuarista de Lages na região serrana de Santa Catarina.

As manifestações republicanas em Santa Catarina apareceram com evidência com o desenrolar da Revolução Farroupilha principiada no Rio Grande do Sul, onde foi proclamada em setembro de 1836. O movimento repercutiu em terras catarinenses, particularmente em Laguna e Lages, onde mais se intensificaram a simpatia para a causa rebelde. Lages, na serra, como que uma continuidade dos campos de Vacaria, mantinha estreita ligação com aquela população da vizinha província, igualmente dedicada à atividade pecuarista. Laguna, porto sul catarinense, era tradicional ponto de ligação com as povoações gaúchas, tanto por mar quanto por terra, face aos antigos caminhos de penetração colonial no

território sul-rio-grandense. Ademais, constituía-se numa opção de saída para o mar para os revoltosos do sul, já que a concentração de forças legais em Porto Alegre, na Lagoa dos Patos e no porto do Rio Grande bloqueava qualquer contato dos republicanos com o exterior. Um ano após a primeira proclamação da República, em Lages, nova ação revolucionária ocorre ali, dirigida pelos capitães Antônio Ignácio de Oliveira e Sarafim Muniz de Moura e, pela segunda vez, ela é proclamada, no dia 10 de março de 1839⁷⁹.

Segundo Licurgo Costa, cessadas as turbulências político-militares, com a derrotada da República Farroupilha em Santa Catarina, a cena política da província catarinense, volta agitar-se em 1847, com reflexos dos desentendimentos de dois grupos poderosos do Desterro, que deram origem à organização do Partido Conservador, alcunhado de Partido “Cristão” e do Partido Liberal, denominado Partido “Judeu”, formado por elementos do comércio e do alto funcionalismo público⁸⁰. A formação destas agremiações políticas na Capital repercutiu logo em Lages onde o Tenente-Coronel Manoel Rodriguez de Souza fundou o Partido Conservador e o Coronel José Joaquim da Cunha Passos organizou o Partido Liberal. Considerando o apontado por Licurgo Costa, acerca da vida política de Lages nos últimos tempos do Império, a relação entre as duas facções políticas não apresentavam maiores discordâncias, gerando alguns conflitos apenas nos períodos eleitorais e por ocasião da Guerra do Paraguai, sobretudo no começo de 1865, em decorrência de

⁷⁹ MEIRINHO, Jali. **República e Oligarquias: subsídios para a história catarinense: 1889-1930**. Florianópolis: Insular, 1997. p. 17-20.

⁸⁰ Quanto à constituição e repercussão desses partidos na Província de Santa Catarina conferir: LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e Políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1983, p. 34-38.

intrigas entre o chefe Conservador e o novo líder Liberal, José Marcelino da Silva e Sá, em virtude de disputas por honrarias frente à pátria⁸¹. Estabelecido certo período de paz com o fim da Guerra do Paraguai em 1870, é a partir de 1875, que os rumores de nova agitação política começavam manifestar seus primeiros indicadores, caracterizados especialmente pelos pensamentos republicanos que gradativamente ganhavam espaço por todo território nacional.

Entre os anos de 1875 e 1880, os liberais em Lages, tinham como chefe o Coronel Henrique Ribeiro de Córdova, líder de projeção na região serrana, respeitado por correligionários e adversários. Sucedeu-lhe na chefia, José Joaquim de Córdova Passos. Conforme menciona Costa, “os programas dos partidos eram praticamente iguais e, portanto, a luta entre eles não assumia caráter ideológico, apenas competitivo, no sentido de garantir o êxito nas eleições e consequentemente, obter a chefia do comando local”. Os conservadores tinham maior expressão na sede do município, São Joaquim, Curitiba e Coxilha Rica. Os Liberais obtiam melhores resultados nos distritos de Baguais, Campos Novos e Cerrito. No resultado geral os Conservadores alcançavam os melhores índices, cujo Estado-Maior, em Lages, era formado à época pelo Coronel João da Silva Ribeiro, Tenente-Coronel Vidal José de Oliveira Ramos Senior, Majores José Souza e Estácio Mattos, Capitães José Maria Antunes e Moyses Furtado e, como secretários Tenentes João Costa e João de Castro. Enquanto que o núcleo dirigente dos Liberais tinha à sua frente o Coronel Henrique Ribeiro de Córdova e Coronel Manoel Ferreira da Silva Farrapo. E ainda os Majores José Luiz Pereira e Bernadino Antônio

⁸¹ COSTA, Licurgo. Op. cit., p. 1225-1229.

da Silva e Sá, Capitão Eliseu Amaral, Joaquim Morato e o advogado José Joaquim de Córdova Passos e como Secretário Geral o Major José Luiz. Os nomes mencionados indicam a representação de uma elite pecuarista de Lages e região serrana pelo lado do Partido Conservador e do alto funcionalismo público da cidade, entre os Liberais. Tal composição de personas à frente da cena política de Lages, nos últimos tempos do Império, será também protagonista, de uma forma ou de outra, da conjuntura política estabelecida após proclamação da República. Entre os conservadores, o nome de Vidal José de Oliveira Ramos Senior, figura chave para a ascensão dos filhos Belisário Ramos e Vidal Júnior ao comando republicano na cidade e por parte dos Liberais, o advogado José Joaquim de Córdova Passos que em 1891, juntamente com seus pares, fundará em Lages a Seção Lageana do Partido Federalista.

Dito isso, é importante ressaltar, que por mais que aparentemente ambos partidos, não apresentassem maiores divergências ideológicas como anuncia Licurgo Costa, fato é, que tinham no trato de suas relações certas reservas e choque de interesses, que ficaram salientes especialmente após 1889. Tanto porque, se a razão que lhes favoreciam as discordâncias era as eleições para a chefia municipal, tal motivo não era pequeno. Nesse sentido, o ano de 1886, esboça-se como um marco importante da articulação política nos campos de cima da serra. Nele, Vidal Ramos Júnior ingressou nas atividades partidárias, sendo eleito em 1º de Junho, Deputado Provincial, pelo Partido Conservador. Na mesma oportunidade, seu irmão, Belisário José de Oliveira Ramos, é eleito pela primeira vez vereador. A homologação do referido pleito eleitoral foi realizada em 20 de Outubro de 1886, tomando os eleitos posse, em 07 de

Janeiro de 1887, quando Belisário entre os oito vereadores mais votados, estabelece-se como presidente da Câmara. Com esse pleito, fica configurada a última composição política municipal do Regime Imperial e registra a entrada definitiva de dois nomes que durante mais de meio século, tiveram relevante atuação em Santa Catarina como líderes políticos: Belisário Ramos e Vidal Ramos Júnior. Em tempo, ainda nesse tópico, decorremos mais detalhadamente acerca da trajetória e atuação desses Ramos, que tanto repercutiram na cena política dos últimos anos do século XIX e décadas seguintes do século XX.

Quando foi proclamada a República, a administração municipal em Lages era exercida, de acordo com a Constituição do Império, pelo presidente da Câmara dos vereadores, na ocasião Luis Affonso da Silva Ribeiro⁸². Logo que a notícia da proclamação da República tomou as ruas da cidade, assume o comando municipal, o Sr. Ignácio José da Costa, reconhecido pela opinião pública, como republicano declarado⁸³. No dia 24 de Novembro de 1889, Ignácio Costa recebe sua nomeação, a primeira feita em Lages sob o novo regime, de Delegado de Polícia, posto prioritário nas nomeações republicanas em todo o Brasil. Pelas ruas da urbe muita expectativa, poucas certezas e variadas especulações. Na ocasião, o clã dos Conservadores permanecia em sua grande maioria, em suas fazendas no interior do município, enquanto que os liberais transitavam e articulavam-se em torno de reuniões, que seguramente, pouco de prático e efetivo resultavam. Contudo, passada a primeira

⁸² Livro Ata 1890 a 1892, p. 244 a 286v – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

⁸³ COSTA, Licurgo. Op. cit., p. 1241-1243.

euforia dos acontecimentos, conservadores e liberais, começaram a esboçar os primeiros contornos daquele novo cenário.

Como líder político do novo regime em Lages, Ignácio Costa articula-se e funda o Clube Político Republicano ao qual poderiam aderir os filiados tanto do partido Conservador como dos Liberais. Por resistência dos Conservadores e considerando que não seria oportuno, em momento tão delicado ampliar as cisões políticas na cidade, a opção foi extinguir o Clube. Na sequência novos Clubes foram criados na perspectiva de ajustar as demarcações políticas na cidade, destacando-se entre eles o Clube Marechal Deodoro e o Clube 15 de Novembro. Após a extinção do Clube 15 de Novembro, segundo Licurgo Costa: “Ignácio Costa, que nunca demonstrou maior apego às posições políticas e notoriamente as aceitava como um dever que lhe era imposto pela sociedade, considerou finda a sua missão e pediu a Vidal Ramos que assumisse a chefia do Clube Deodoro, o que implicava, também, ser investido da liderança política. Vidal recusou-se terminantemente e protestou absoluta fidelidade a Ignácio. Era cedo demais para passar da chefia do Partido Monárquico dominante até os últimos dias do regime caído, para o da República, teria considerado.”⁸⁴ Contudo, a posição de Vidal, estimulada pelos filhos Vidal e Belisário, durou pouco. Num ambiente de negociações turbulentas, Ignácio Costa afasta-se da liderança, passando-a por fim a Vidal Ramos Senior. Assim, ainda segundo Licurgo Costa: “a partir do afastamento de Ignácio, em fins de 1890 a chefia política do Partido Republicano, que começava a esboçar-se, passou as mãos da família Ramos. Já é tempo de detalhar um pouco

⁸⁴ Idem, *Ibidem*, p. 1248.

mais a trajetória desses Ramos, redundantemente mencionados nesses acontecimentos.

Vidal José de Oliveira Ramos Senior, o oitavo filho de Laureano José Ramos, nasceu em Lages aos 26 dias de Dezembro de 1820. Coursou as primeiras letras na casa dos pais e concluiu seus estudos regulares em Desterro⁸⁵. De acordo com algumas biografias, Vidal Senior, era homem de “grande fortuna, possuía na região serrana duas das melhores e mais belas fazendas de Lages, a Guarda-Mór e a São João. Celso Ramos, em trabalho publicado sobre a genealogia da Família Ramos, descreve que “as sedes destas fazendas, eram verdadeiros solares, bem construídas de alvenaria, confortáveis e bem mobiliadas, até com certo luxo para aquela época⁸⁶”. Como político, sempre pertenceu ao Partido Conservador, do qual foi um dos seus mais destacados chefes na Província. Por serviços prestados à nação, foi condecorado pelo Imperador Pedro II, com o grau de Cavaleiro da “Imperial Ordem da Rosa”. Na monarquia teve o posto de Tenente-Coronel Comandante do 4º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Laguna e Lages. Entre os mais abastados fazendeiros da região serrana de Santa Catarina, teve atuante participação em função das

⁸⁵ Em breve levantamento sobre o estudo secundário em Desterro no século XIX, por intermédio da professora Leonete Luzia Schmidt, que gentilmente nos concedeu uma lista dos alunos que cursaram aulas no Liceu Provincial em 1859, podemos verificar que entre os alunos daquele ano não consta o nome de Vidal Senior. Contudo, ainda segundo informações concedidas pela Profª Leonete Schmidt, existiu em Desterro vários colégios de instrução secundária. O Liceu Provincial foi o primeiro Colégio Secundário Público sendo fechado no início dos anos de 1860 e reaberto na década seguinte com o nome Atheneu Provincial. Em períodos alternados também houve em Desterro o Colégio de Belas Letras dirigido pelo Padre Paiva, uma figura ilustre da época e o Colégio dos padres Jesuítas, além de outras Aulas avulsas. Possivelmente Vidal Ramos Senior tenha cursado seu ensino secundário em um desses estabelecimentos, contudo informações mais precisas sobre sua formação em Desterro, não conseguimos em tempo deste trabalho, averiguar.

⁸⁶ RAMOS, Celso. **Coxilha Rica – Genealogia da Família Ramos**. Florianópolis: Insular, 2002. p. 92.

obras públicas na sede do município: construção da Câmara e Cadeia e iluminação pública, por meio de lampiões a querosene. Também prestava serviços à população menos favorecida economicamente, conservando em sua residência “provida botica, de onde tirava medicamentos para oferecer aos necessitados de socorro⁸⁷”. Foi naqueles tempos do Império, um dos chefes políticos mais prestigiosos e acatados na região serrana, ademais, conforme já salientado, era um homem instruído, falava com certa fluência o francês e mantinha em casa, pequena biblioteca composta, inclusive, de revistas e jornais do Rio de Janeiro, do qual sempre dispunha de assinaturas. Falecido aos 06 dias de Março de 1908, com 87 anos, teve durante sua longa jornada, possibilidade de compartilhar o prestígio e a experiência acerca da vida pública, com os filhos Belisário José de Oliveira Ramos e Vidal José de Oliveira Ramos Júnior, que usufruíram “bem” o legado atribuído.

Belisário herdou-lhe as qualidades de liderança. Vidal Júnior também, do grupo de jovens lageanos que frequentou o Colégio N. S^a da Conceição, educandário dirigido por Padres Jesuítas, em S. Leopoldo no RS, considerado o mais completo do país. Tinha melhor nível de instrução, que o irmão. Demonstrou, porém, desde logo preferência pelos cargos representativos, fora do seu núcleo eleitoral, entregue sempre à vigilância de Belisário. E, enquanto este, insistentemente convidado por Lauro Müller – chefe do Partido em Santa Catarina – para Governador e Senador, sempre se recusou a sair de Lages, alegando honestamente, ser homem de escassos estudos⁸⁸. Já Vidal Júnior foi sucessivamente

⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 93.

⁸⁸ COSTA, Licurgo. Op. cit., p. 1248-49.

Deputado Provincial, Superintendente Municipal, Deputado Estadual, Vice-Governador, Governador, Deputado Federal e Senador da República. Costumava dizer, no seu período de culminância política, que era “chefe de chefes”. O irmão que foi durante anos superintendente municipal, era um autêntico e admirável “líder de massas”, com mais de 35 anos de atuação segura e incontestada. Líder inteligente, sagaz, austero, dedicado à sua terra e respeitado por correligionários e adversários⁸⁹.

Como se vê não se trata apenas de “adiantados fazendeiros”, mas de personas bem instruídas, de privilegiada formação que como veremos no decorrer deste trabalho, souberam bem utilizar a vantagem que lhes cabia. Esses três sujeitos foram os precursores do que se pode considerar, o mais duradouro e saliente grupo político registrado na administração pública catarinense. Evidentemente que tais trajetórias merecem um olhar mais dedicado e criterioso do que foi possível esboçar nesse trabalho, contudo, não há como deixar de registrar, ainda que rapidamente, que suas atuações são de fundamental importância para a compreensão da configuração social do meio urbano aqui analisado. Tanto porque, dos quarenta anos apreendidos entre 1870 e 1910, mais da metade, incide sob o período de gestão administrativa de tais personas. Ademais, tal período compreende um momento de profundas transformações na ordem política e social do Brasil, culminando como vimos na proclamação da República que esboçou um novo cenário de articulação política, cuja configuração oligárquica civil constituiu-se numa importante base de governo:

⁸⁹ Idem, *Ibidem*, p. 1249.

O domínio oligárquico na política brasileira durante a Primeira República foi perene, com o poder controlado por grupos reduzidos. O domínio de uns poucos teve feição peculiar de estado para estado ou de região para região. (...) As peculiaridades foram inerentes à formação social de cada facção dominante local. Mas, apesar das diferenças, tiveram aspectos comuns na sua identidade. Estes residem no controle do quadro político, na lealdade aos líderes e negação de benesses aos adversários⁹⁰.

Nessa conjuntura, a figura do chefe municipal torna-se elemento fundamental para o êxito de tal política, e em Santa Catarina o referente chefe:

Comumente denominado “coronel”, controlava os pleitos eleitorais ou, mais propriamente, a redação das atas que acusavam e oficializavam os resultados das eleições. O título de “coronel” vinha do Império, quando a patente era conferida aos chefes da Guarda Nacional. Na República, embora, não oficialmente, a denominação persistiu, cabendo o título a pessoa influente, quase sempre um chefe político regional⁹¹.

⁹⁰MEIRINHO, Jali. Op. cit., p. 124.

⁹¹ Idem, Ibidem, p. 125.

Jali Meirinho, ao estudar a República e as oligarquias em Santa Catarina, chama atenção para a composição dessas oligarquias e destaca que no Estado Catarinense elas tiveram formação peculiar porque em sua maioria, não nasceram de grupo familiar, econômico ou no latifúndio. Identificando-se mais com as lideranças urbanas personificadas no bacharelismo e na burocracia estatal. Contudo, diante dessa predominante composição, o autor evidencia que um braço dessa oligarquia teve por fim, origem no setor latifundiário familiar, “representado pelo grupo lageano dos Ramos, cujo seu patriarca Vidal José de Oliveira Ramos Senior, político desde o Império, manteve a família em evidência no poder até os anos 60⁹²”. Seguramente não se tratava apenas de um clã de fazendeiros bem sucedidos e abastados. Retornamos, portanto, aos acontecimentos...

Com a Proclamação da República, a vida política catarinense não teve dias de sossego e agravou-se com a repercussão dos acontecimentos ocorridos entre 1893 e 1894, registrados na história como a Revolução Federalista.

O movimento revolucionário que irrompeu no Rio Grande do Sul a 2 de fevereiro de 1893, teve saliente repercussão nos três Estados da região sul do país, sobretudo em decorrência da crise em que se debatia no Governo da República desde 1891, em face das divergências entre chefia do governo e poder legislativo. Marechal Deodoro, como presidente da República, por ato de 3 de novembro de 1891, dissolveu o Congresso Nacional e decretou o Estado de Sítio para o distrito Federal e

⁹² Idem, *Ibidem*, p. 125-26.

Niterói. Sua decisão, compreendida pela maioria como inconstitucional, foi a causa, da rebelião da Marinha de Guerra, sob chefia do Contra-Almirante Custódio José de Mello. Na ocasião, Marechal Deodoro renunciou, entregando a presidência a Floriano Peixoto, vice presidente. Quando da dissolução do Congresso, dezenove governadores da federação apoiaram Deodoro o que estimulou Floriano, assim que assumiu o posto da presidência, a destituir e cassar os mandatos dos referidos governadores. Evidentemente que tal atitude provocou descontentamento geral, provocando em certa medida o aparecimento de focos de revolta em muitos Estados, que Floriano, com seu duro conceito de autoridade, ia reprimindo às vezes com violência, outras com aparente tolerância⁹³.

A jovem nação republicana, passava visivelmente por dificuldades, de diferentes naturezas, sobretudo de ordem administração. E em tempos de muitas expectativas e poucos acertos, rebentou no Rio Grande do Sul a Revolução Federalista em Fevereiro de 1893, uma luta armada na disputa pelo poder que envolvia pretensões distintas e fragmentadas, tais como ambições pessoais, restauração da monarquia, proposta separatista e formação de uma confederação no sul, enfim uma gama de projetos mal definidos, que renderam diferentes efeitos na ordem política dos Estados sulinos.

Em Lages, os Federalistas, “Maragatos”, como também eram conhecidos, reuniram-se em torno do antigo líder do Partido Liberal, José Joaquim de Córdova Passos. Eram eles, entre outros, Gaspar Lima, Policarpo Andrade, Luiz de Oliveira Ramos, Elesbão Antunes, Honorato

⁹³ COSTA, Licurgo. Op. cit., p. 296-98.

Ramos, José Delfes, Ignácio Costa e seu filho, João Nepomuceno Costa. Com as ameaças de invasão pelas Forças Federalistas, o Partido Republicano Lageano⁹⁴ mobilizou-se e criou o “Corpo Cívico” destino a defender a cidade. Também, foram organizadas, pelos Federalistas locais, as “Forças Populares” para colaborar com a manutenção da ordem. E em torno dos preparativos para enfrentarem ataques de fora e defenderem-se dos possíveis ataques intramuros, passaram-se meses de agitação, desafios, reuniões intermináveis e, naturalmente, crescentes dificuldades econômicas e financeiras, faltas de víveres, de remédios, etc⁹⁵.

Em 10 de novembro de 1893, Gumercindo, com seu Estado Maior onde se destacam além do Coronel Domingo Ribas, os seus irmãos Aparício e Nepomuceno Saraiva, chegou a Lages, fazendo seu Corpo de Exército, com 1.600 homens, acampar nas proximidades, do lugar denominado Conselhos, perto do chamado “Morro do Juca Prudente”, na estrada para o Painel. Os chefes revolucionários de Lages fizeram grande recepção aos “visitantes”, com direito a banda musical e foguetório na entrada da cidade. Gumercindo entrou “solenemente pela rua Presidente Paranaguá (hoje Correia Pinto) escoltado por piquete de cavalerianos e na noite de 10 para 11 dormiu na cidade, onde foi muito festejado⁹⁶”.

Quando as Forças Federalistas se aproximaram de Lages, o chefe político Republicano, Coronel Vidal Ramos Senior e seus filhos, Belisário e Vidal, em companhia de suas famílias, retiraram-se para a Fazenda Guarda-Mor, à margem do Rio Pelotas. Informado de que os

⁹⁴ Nessa ocasião o Partido Republicano estava sob o comando do Coronel Vidal Ramos Senior e seus filhos Belisário Ramos e Vidal Ramos Júnior, entre eles também compunham a formação, Sebastião Furtado, Juca Antunes e outros vários líderes ligados ao antigo Partido Conservador.

⁹⁵ COSTA, Licurgo, Op. cit., p. 298.

⁹⁶ Idem, Ibidem, p. 301.

chefes republicanos estavam na referida fazenda, Gumercindo mandou um piquete, sob o comando do seu irmão Aparício, para prendê-los. O Coronel Vidal Ramos havia colocado sentinelas ao longo da estrada da fazenda e foi avisado da aproximação da Força Federalista, com tempo de refugiar-se no fundo do campo, em local de difícil acesso. Aparício e seus acompanhantes ficaram na fazenda um dia e na manhã seguinte voltaram a Lages. Pelo que consta na bibliografia consultada, nada além de grande tensão se efetivou nessa passagem de Gumercindo pela cidade.

A Revolução Federalista no litoral chegava ao fim com a ocupação de Desterro, em 17 de abril de 1894, pelas forças legais. Mas começava, em Lages, a parte mais crítica daquele movimento. Lages iria pagar seu Imposto à Revolução. Em 19 de Abril de 1894, assumia o Governo de Santa Catarina como delegado do Governo Federal o Coronel Antônio Moreira Cesar, que logo depois de assumir o cargo, mandou para Lages como Comissário de Polícia Manoel Fernandes e em seguida outro representante, Capitão Pessoa⁹⁷. O Comissário Fernandes, ao chegar, convocou uma reunião na sala do Intendente Municipal e, em resumo, declarou que viera a Lages para realizar sindicâncias rigorosas em torno dos implicados no movimento contra o governo instituído. Pedia a todos que denunciassem o que sabiam. Dias depois foram presos, vários e importantes líderes da oposição ligados aos federalistas: Dr. Lucas Trevizani, Augusto Moreira da Silva, Cândido Luiz de Andrade, Henrique José da Silveira, Jorge Maron, Gaspar Rodrigues Lima e Marcos José Pereira de Andrade. Sobre o episódio, escreve Licurgo Costa:

⁹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 304.

(...) foram metidos na cadeia, incomunicáveis e “ninguém ousava indagar qual seria o destino dado a eles”. (...) Uma noite, depois de semanas de prisão, os detidos foram informados de que seguiriam para o outro dia para a Capital do Estado. Na manhã seguinte foram retirados das prisões, amarrados uns aos outros, para seguirem a pé para Desterro. (...) Pelas dez horas da manhã, de 26 de Agosto, deixou a cidade aquele sinistro préstito de homens de grande categoria moral, amarrados e a pé. Dizia-se que seguiram para a Capital. Às quatro horas da tarde do mesmo dia reaparecem os soldados, sob o comando do Tenente Tenório. Vinham rumorosos, “ostentando os despojos das vítimas: palas, roupa, dinheiro”. Havia sido todos assassinados, poucos quilômetros depois da saída da cidade, no lugar chamado Conselho, e seus corpos foram jogados numa grota ali existente. (...) Por alguns meses continuaram ambos na cidade, semeando o temor, incendiando casa de fazendeiros que lhes caíam na antipatia e que eles acusavam logo de “Maragatos”.

Em 28 de setembro de 1894, Hercílio Luz, assumia o Governo do Estado. Mas, enquanto no Rio Grande do Sul a situação dos Federalistas se deteriorava e ia visivelmente se encaminhando para um desfecho, em Lages, os membros do antigo Partido Liberal continuavam mobilizados e

mesmo com o afastamento de Floriano Peixoto da presidência, assumindo em seu lugar, Prudente de Moraes, os revolucionários lageanos não depuseram as armas. “Já não se tratava de um movimento antiflorianista, mas de algo que ganhara novas dimensões, no correr da luta⁹⁸”.

É certos que tais acontecimentos merecem uma investigação mais detalhada, a fim de identificar os meandros das relações entre antigos conservadores e liberais, que após proclamação da República, conjugaram-se Republicanos e a partir daí, entender as diferentes motivações que agitaram a cena local com a dita Revolução Federalista. Contudo, de forma geral é possível perceber que esses anos de conflito, marcaram um campo de lutas pelo poder local, onde certa elite pecuarista, representada especialmente pelos membros da família Ramos, tomaram para si a causa da administração municipal de forma bem estratégica. Entre federalistas derrotados e republicanos estabelecidos, tais fatos levaram a uma evidência: o surgimento de uma sólida liderança local que repercutirá expressivamente no cenário republicano catarinense a partir de 1895.

Manuscrito de autoria de João José Theodoro da Costa traz importantes impressões acerca desse agitado período. Nas palavras de Theodoro da Costa: “os anos que antecederam à Proclamação da República e os dois lustros depois de 15 de novembro de 1889, constituíram, contudo, um período dos mais difíceis da história local. Aliás, não é de admirar, pois foram tempos de transição de um velho regime monárquico, com uma tradição de quase três séculos, para um tipo

⁹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 305-6.

de Governo do qual não tínhamos a mínima experiência⁹⁹”. O que pode se afirmar com certeza é que no Estado catarinense, a luta assumiu aspectos trágicos e transformou a vida política num emaranhado de intrigas e malquerenças quase inimagináveis. Lages viveu dias de angústia, cujos resíduos perduraram depois por muitos anos. A partir de 1895, a quase exclusividade de participação política em Santa Catarina será de homens advindos do movimento republicano. Cabe, também, salientar que a representatividade política ficou entregue a uma participação popular diminuta. Nos campos de cima da serra, o Coronel Vidal Ramos de Oliveira Júnior assume a superintendência municipal, seu irmão Belisário Ramos, se mantém na composição da Câmara. Novo Código de Posturas é discutido e aprovado nesse mesmo ano de 1895, três anos depois se inicia a construção de um Palácio Municipal. Nos primeiros anos do século XX em Lages, na cena urbana emergia novas intenções, entre elas, a vontade de romper definitivamente com aqueles tempos turbulentos, fazendo da cidade, um lugar de prosperidade, projeção política e condutas modernas e civilizadas.

Eis, portanto, Lages em outubro de 1904...

2.2 – Entre assuntos de família, a cidade

O dia 19 de Outubro de 1904 amanheceu inquieto. Pelas ruas da cidade, decorativos e ornamentos ocupavam majestosamente alguns dos traçados já nivelados. Arcos de madeiras com bandeiras da União e do

⁹⁹ Manuscrito citado por Licurgo Costa. Ver: COSTA, Licurgo, Op. cit., p. 1229.

Estado comportavam longas faixas com inscrições de saudações e homenagens: “Autonomia Municipal – A Cidade e o Estado ao seu Digno Filho”. As fontes, travessas e sarjetas em seu melhor estado de limpeza, resultado de um trabalho que havia iniciado há dias. Senhores e senhoras se empenhavam em colocar suas melhores vestimentas, crianças corriam pelas ruas, rodeando os arcos festivos. Nas redações da imprensa grande alvoroço, moços preparavam seus discursos. No recente inaugurado Palácio Municipal, a monumental arquitetura se revestia de preparos. Na sala do Conselho, sobre a mesa, o livro ata devidamente aprovado aguardando com expectativa a sessão solene do dia seguinte. Na estação de telégrafo, telegramas de diferentes cidades se acumulavam¹⁰⁰.

Acompanhado de numerosos cavaleiros passando sob o arco decorado com a frase “Entra Lageano! É esta a tua terra”, chegava à esperada visita do Coronel Vidal José de Oliveira Ramos, ex-superintendente municipal e naquele momento vice-governador do Estado de Santa Catarina. Era dia de festa na cidade. Entre as aclamações dos senhores e senhoras, correria das crianças, olhares curiosos e festivos daqueles que, mesmo sem gravata e chapéu, acompanhavam tudo com

¹⁰⁰ Na edição Nº 49 o jornal Região Serrana publica a continuidade das considerações acerca da visita do Coronel Vidal. Entre outros registros são transcritos vários telegramas que chegaram à estação por ocasião das festividades: “Blumenau, 24. Coronel Vidal Ramos. Nome Município e nosso aceite cordiais parabéns vosso feliz aniversário natalício. Saudações. Schrader Superintendente, Margarida Presidente Conselho”; “Itajaí, 24. Coronel Vidal. Sinceras felicitações seu aniversário com os mais ardentes votos de felicidade toda família. Athanagildo”; Curitiba, 24. Exmo. Coronel Vidal Ramos Junior. Parabéns vosso auspicioso aniversário. Albuquerque; “Florianópolis, 21. Exm. Sr. Coronel Vidal Ramos. Em meu nome no do pessoal do Tesouro aceito V. Exa. Sinceras felicitações. Gustavo Silveira”; “S. Bento, 24. Coronel Vidal Ramos. Felicito v. Exa. Aniversário natalício e faço votos vossa felicidade. Saudações. Vasconcelos”; “Garopaba, 24. Exm. Governador. Congratulações data hoje. Saudações. Superintendente”; “Porto Alegre, 21. Vidal. Felicitações aniversário. Saudações. Lutgen, São Leopoldo”. Jornal, **Região Serrana**, 01 de Novembro de 1904, p. 3 col. 1 e 2 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

atenção, o major, coronel, líder municipal, autoridade do governo ou simplesmente o Sr. Vidal, foi acolhido. Aliás, como deveria ser o acolhimento de “todo filho ilustre dessa terra!”. Após a calorosa recepção e respeitado o merecido tempo de descanso de tão exaustiva viagem, as festividades prosseguiram. Marcha pelas ruas, banda musical, discursos proferidos a céu aberto e devidas homenagens tanto de uns, quanto do próprio vice-governador, à imprensa competente e à mocidade inteligente dessa terra, a noite findava os agitos inquietantes daquele dia.



Figura 7: Visita do Vice Governador do Estado de SC à Lages em 1904
Acervo: Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

No dia seguinte, próximo ao meio dia, transitavam pela cidade, alguns senhores e senhoras vestidos à rigor, em direção ao Palácio Municipal. Na sala do Conselho Municipal, o presidente do Conselho Sr.

João José Theodoro da Costa, demais conselheiros e autoridades locais, aguardavam com expectativa o início da sessão solene. E ao meio dia, conforme à hora marcada foi aberta a sessão:

Sessão Solene do Conselho Municipal de Lages em 20 de Outubro de 1904

Presidência do Sr. João Costa

Ao meio dia presentes os conselheiros João Costa, Emiliano Ramos, Vicente Gamborgi, Manoel Godinho, João Arruda, Rodolpho Schmidt, Sebastião Furtado, para a fim de em sessão solene, receber o Exmº senhor vice governador do Estado Coronel Vidal José de Oliveira Ramos Júnior, atualmente nesta cidade em visita oficial, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão e que se aguardasse a chegada do Exmº vice governador, convidando os conselheiros a irem encorpados fazerem a recepção de S. Exª na porta principal do Palácio Municipal – momento depois aproximando-se o Exmº vice governador e recebido na porta principal pelo conselho Municipal foi conduzido a sala das sessões tomando assento ao lado direito do Presidente do Conselho ficando a direita do Exmº vice governador o Sr. Superintendente do Município e demais autoridades da comarca perante um grande auditório composto das Exmªs famílias e povo, o Sr. Presidente do conselho declarou aberta a sessão solene em homenagem a visita oficial do Exmº vice governador do Estado. Em seguida o conselheiro Sebastião Furtado com a palavra, justificou longamente o seguinte requerimento que foi unanimemente aprovado e coberto, pelo numeroso auditório com uma prolongada salva de palmas. Considerando que o conselho municipal, hora reunido, é o legítimo representante dos interesses e consequentemente o mais direto e autorizado intérprete dos sentimentos do povo lageano; Considerando que neste momento a alma popular neste abençoado canto da grande e amada Pátria Brasileira, vebra do mais intenso e justificado júbilo, pela visita oficial que lhe faz o emérito filho que, por seu talento e qualidades cívicas e privadas e pelo esforço próprio e dos seus patrícios, em boa hora foi levado ao alto posto de chefe do Estado, fazendo nele honra ao seu nome e a terra sua natal; Considerando que embora muito expressiva seja a constância de reunir-se o conselho em sessão solene, para consignar o fato e data daquela visita, que tanto rejubilou a população do município; Proponho que, para ata da sessão de hoje, a mesa solicite a assinatura de Sr. Exª senhor coronel vice governador do Estado, assim como que seja permitido que todas as pessoas presentes também subscrevam. Em seguida falou o senhor capitão Otacílio Costa pelo poder executivo do município apresentando ao Exº governador as suas saudações em nome do povo. O Exº senhor vice governador em seguida agradeceu em frases comovidas as saudações que o povo

lhe dirigia desde o momento em que entrou nesta cidade e, sobretudo a homenagem que lhe acabava de despencar nesta sessão solene do conselho municipal de sua querida terra. Terminando, foi o seu longo discurso, coberto por uma salva de palmas. (Livro Ata 1900 a 1911, p. 76v a 79v)

Tal acontecimento mereceu atenção caprichosa da imprensa que claro não deixou de registrar cada detalhe com muito cuidado, apreço e consideração¹⁰¹. A visita do filho ilustre de Lages, enquanto chefe de Estado, mais que motivo de orgulho, foi oportunidade. Oportunidade de mostrar o avanço material da cidade, a versatilidade da mocidade inteligente e refinada que se apresentava naquela ocasião para além do interior dos clubes, das redações dos jornais, das reuniões políticas. Definitivamente, naquele fim de Outubro, a dedicação caprichosa de apresentar-se bem, em conformidade com os melhores ideais de refinamento das pretensões modernas do momento, tomaram as ruas. A pequena cidade, da “amada pátria brasileira”, distinta pela postura consciente de um Conselho Municipal que se vê como “legítimo representante da vontade do povo” em harmonia com o poder executivo, dava naqueles dias festivos o tom da sua próspera graça.

No auditório da sessão solene, entre autoridades políticas, havia também fazendeiros, negociantes, professoras e professores, senhoras de família, funcionários públicos, estudantes de medicina e advocacia, músicos, farmacêuticos, entre outros circulantes da cidade. Na extensa relação de assinaturas da ata, nomes conhecidos e ausências

¹⁰¹ Edições de 22 e 23 de Outubro do jornal Região Serrana e O Imparcial – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

demarcadas¹⁰². Entre as ausências, a mais nítida, recaía sobre os religiosos, nenhum representante da ordem franciscana, nem da divina providência. É possível que a relação direta da maioria dos nomes presentes, com a Loja maçônica, Luz Serrana, seja um dos provocadores dessas ausências. Pois, é digna de nota a pouca simpatia de uns pelos outros, durante este período. Instabilidade, aliás, que ocupou em considerável escala, os noticiários da imprensa local, especialmente os

¹⁰² A citada ata da sessão solene de 20 de Outubro de 1904, conta com uma extensa relação de assinaturas, indicando a solenidade da ocasião. Entre as assinaturas o indicativo de presenças e ausências: João Costa – presidente; Emiliano Ramos – vice presidente; João Arruda – 1º secretário; Manoel Godinho – 2º secretário; Vicente Gamborgi, Rodolpho Schmidt, Sebastião Furtado – Conselheiros; Belisário José de Oliveira Ramos – superintendente; V. Ramos Júnior; José Dias de Azambuja Cidade; Carlos Schmidt Júnior; Augusto José Pereira Freitas; Antonio Ribeiro dos Santos; Vidal José de Oliveira Ramos; João Severiano Waltrick; Victor Alves de Brito; José M. D. Arruda; Sophia Jovita Moritz de Carvalho; João Paulo de Souza Vasconcellos. Henrique Oliveira Ramos; Affonso da Silva Ribeiro; Euclides Costa; J. Setubal; Amaro Pereira Machado; Lourenço Dias Baptista; Julio Augusto da Costa; Belmiro Alves de Menezes; Cyrino José Amado; Saturnino J. Pereira da Silva; Olivério Pereira Gomes; José Delfes da Cruz; Ignácio Casemiro de Góss; João de Castro Júnior; Alberto Vidal Ramos; Thiago de Castro; Pedro Mortiz de Carvalho; Candido Ignácio de Lis; Limeão C. de Carvalho; José Eisbão; José de Liz Lima; Pedro José Correia; Carlos Eineck; Amantino Luiz de Andrade; Caetano Vieira da Costa; Ramiro Pereira Gomes; José Serafim Antunes; Jacinto Antonio de Mathos; Pedro Antonio Candido; Francisco Lins de Córdova; Antonio de Oliveira Roza; Marcos Cezar de Oliveira; José Castelo Branco; Antonio J. Henriques de Amorim; Victor de Oliveira Roza; Ernesto Baptista de Góss; João J. Henriques de Amorim; Indalécio Domingues Arruda; Vidal Oscar Ramos Netto; Walmor Argemino Ribeiro; Fernando Affonso de Athayde; Henrique Carsten; Chritiano Carsten; Manoel José Nicolleli; [...] Furtado; Dimas da Silva Ribeiro; Herculano da Silva Furtado; João [...]; Mario Loureiro do Amaral; João Francisco Pereira Borges; Virgílio José Godinho; Gentil Vieira Borges; Cyrilo Luis Vieira; Luis Candido de Andrade; Antonio Koeche; Ernesto Augusto Neves; Francisco de Paulo Ramos; Otacilio Vieira de Córdova; Virgilio da Silva Córdova; Honorato de Oliveira Ramos; João Cassulys; Adolpho Ramos Schmidt; Laurindo Vieira Borges; Herculano Neves; Caetano Couto; Leonardo Koeche; Hermelino Ribeiro da Silva; Lourenço Baptista Júnior; Hortencio de Camargo Mello; Arthur Caetano de Souza [...]; Gregório Moritz de Carvalho; José Luiz de Castro; Belisário da Silva Muniz; José Balthazar Júnior; Oscar Eineche; Octavio Odorico Neves; Anibal Athayde; Juvenal H. Andrade; Prudente Daniel Vieira; Alvaro M. de Carvalho Cesar; José Rodrigues de Athayde; Euclides Aureo de Castro; Eugenio Augusto Neves; Domingos Leite Júnior; Alfredo José Godinho; Manoel Dias Baptista Perin; Celestiano Pereira da Silva; Antonio Anselmo de Oliveira Ceza; Pedro Joaquim de Soza; João de Castro Netto; Ulysses Sabatini; Heitor de Athayde; Alfredo Sabatini; José Maria da Silva Muniz; João Augusto H. Neves; Heliodoro Luiz Vieira; Alberto Schmidt; Djalma Neves; Fausto Moreira da Costa; Manoel Silvino da Luz; João Bernardino da Silva; Candido Maximiano de Castro. (Livro Ata 1900 a 1911, p. 76v a 79v).

registrados no O Imparcial e no Cruzeiro do Sul¹⁰³. Apesar de tudo, os registros da comemorada visita de Vidal Ramos é representativa do ânimo cidadão que permeava o decurso urbano da cidade a partir do advento da República. Na leitura das atas, tanto as que antecederam o dia 20 quanto à redigida em sessão solene, é possível perceber algumas nuances desse espaço urbano, refletidas através de uma administração pública que tinha um sobrenome: Ramos.

É com a instituição da república, que os senhores da terra, pela estabilidade da sucessão de importantes cargos políticos, engendram nos campos de cima da serra, uma elite oligárquica de forte influência política e econômica de repercussão, não só local, como estadual e nacional.

Entre a Lages da década de 1880 e a Lages de 1904, há permanências. Mas há também alterações significativas. Alterações que se estendem da forma à composição, dos saberes às intenções, das projeções aos fazeres. Seguramente tais modificações não emergiram do vazio, foram resultantes de um esforço coletivo que entre diferentes expectativas e muitas vezes, conflituosos modos de ser e estar neste espaço, contribuiu para a constituição desse chão comum.

Sem a intenção de estabelecer fronteiras muito rígidas ou demarcar períodos fechados em um processo que é mais complexo do que uma leitura linear de fatos é capaz de alcançar, compreende-se a década de 1890, como um momento significativo para as tratativas da cidade.

¹⁰³ Élio Serpa faz referência a estes desacordos: “No final do ano de 1902 até 1905, o jornal Cruzeiro do Sul envolveu-se em polêmicas ferrenhas com o jornal O Imparcial que possuía redatores de peso e fortemente ligados à família Ramos e à maçonaria: Manoel Thiago de Castro, José Castelo Branco e Fernando de Athaide que lançavam críticas contundentes aos franciscanos, principalmente, no que se refere à imposição do sacramento da confissão e dos dogmas. Ver: SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e Poder em Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, 1997, p. 152.

Com o advento da república, conforme já mencionado, Lages vivencia um período de intensificação da vida urbana, seja pelo aumento da população no perímetro considerado urbano, seja pelas novas necessidades emergentes entre o espaço de sobrevivência de uns e lugar de projeção de outros. Segundo Peixer:

Este é um dos momentos de constituição de discursos e projetos de modernidade, formando e forjando rupturas com as tradições e com as práticas populares no espaço vivenciado. (...) A vila urbana, sede administrativa e religiosa do município de Lages, bem como espaço de constituição hegemônica das oligarquias, constitui-se em espaço central de construção de projetos (políticos, econômicos e sociais), alianças, definições e disputas. Vive-se, pois, com o advento da República, o período de redefinição do papel da cidade e de sua proeminência na região, de constituição da cidade como locus do poder político (embora não desvinculado da terra)¹⁰⁴.

Nesse sentido, pode-se dizer que Vidal Ramos, intensamente homenageado na visita de Outubro de 1904, protagonizou alguns feitos. Pois, foi em sua gestão como superintendente municipal, que a proeminência da cidade como locus do poder político, foi tomando contornos mais definidos. O que não quer dizer, determinante ou mesmo

¹⁰⁴ PEIXER, Zilma Isabel, Op. cit., p. 55.

fruto de interesses isolados. Sendo assim, se dispensa com a atenção merecida, algumas considerações acerca da trajetória do ilustre filho dos campos de cima da serra.

Nascido em Lages em 24 de Outubro de 1866, Vidal José de Oliveira Ramos Júnior, que em 1909 abdica da inscrição Júnior em seu nome e passa assinar Vidal José de Oliveira Ramos, foi o oitavo filho de Vidal José de Oliveira Ramos Senior, personalidade política de grande influência na região durante o período monárquico. Certamente os encantos e desencantos de uma vida pública, com atuante participação na esfera política, desde muito cedo permeava a rotina de Vidal. Tanto foi, que com apenas 20 anos de idade, em 1886, Vidal é eleito deputado provincial. A partir de então, o jovem ocupará representativos cargos político, entre eles, o de Superintendente Municipal de Lages num extenso e instável período que compreende os anos de 1895 a 1902¹⁰⁵.

¹⁰⁵GOULART, Yeda de Castro Bräscher. **Vidal Ramos Junior – um lageano, uma paixão**. Florianópolis: Insular, 2004, p. 38-41.

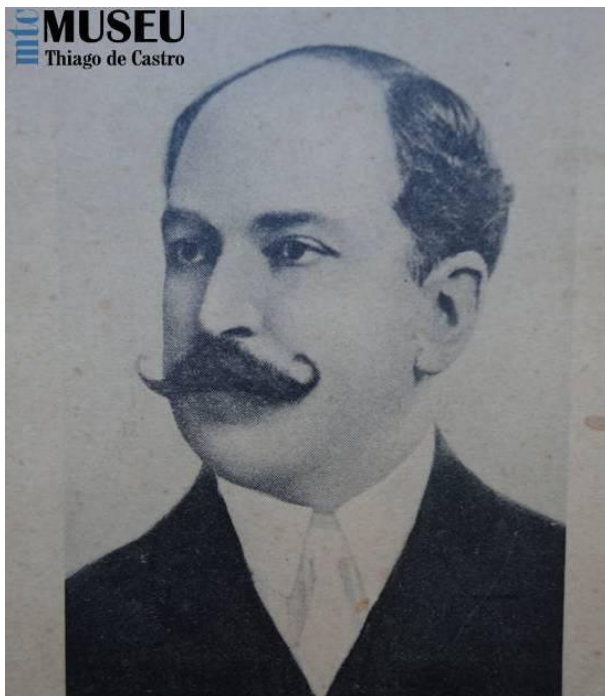


Figura 8: Vidal José de Oliveira Ramos
Acervo: Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

Com a promulgação da Constituição Federal em 24 de fevereiro de 1891, tornou-se necessário que as províncias também alterassem suas cartas constituintes. Santa Catarina não se ausentou de tais reformulações e em 11 de junho daquele mesmo ano, sendo Vidal um dos deputados constituintes, é promulgada a primeira Constituição Republicana de Santa Catarina. Contudo, é em 1895, quando a 3ª Constituição é promulgada, restituindo o cargo de Superintendente Municipal, que Vidal José de Oliveira Ramos, eleito, assume a Superintendência de Lages, sendo

reeleito na sequência para o quadriênio de 1899 a 1902¹⁰⁶. Com Vidal no comando do executivo local, e com seu irmão, Belizário José de Oliveira Ramos como membro do Conselho Municipal, a cidade vivenciou um período de alteração nas suas dimensões estruturais e funcionais. Entre elas, só no ano de 1895, pode-se citar a promulgação da Lei Orgânica do Município, o Regimento Interno do Conselho Municipal e uma reedição caprichada do Código de Posturas da cidade. Como ações representativas desse momento, deve-se citar ainda, a inauguração da primeira linha do Telégrafo Nacional para Lages em 1897 e a fundação do Clube 1º de Julho em 1896. Todas, iniciativas protagonizadas por representantes de tradicionais famílias de fazendeiros da região, com apoio e consentimento, como não poderia ser diferente, do poder público local. Que, aliás, também estava constituído pelo mesmo clã de *personas*.

Como habilidoso e prestigiado administrador e como representante fiel de uma elite abastada e ilustrada, Vidal foi marcando com ações específicas sua gestão na cidade. Animado com as possibilidades de desenvolvimento e com a necessidade de demarcar mais efetivamente a projeção política da cidade e conseqüentemente, firmar seu próprio legado político, fomenta a construção do Palácio Municipal, que teve sua pedra fundamental instalada em 1898 e a conclusão de suas obras comemoradas em 1º de Janeiro de 1902¹⁰⁷. A inauguração do Palácio Municipal ocorre, portanto, no mesmo ano que Vidal se despede do executivo local, para assumir a vice-governança do Estado de Santa Catarina ao lado de Lauro Muller. Mesmo Vidal se afastando da

¹⁰⁶ COSTA, Licurgo, Op. cit., p. 798.

¹⁰⁷ Sessão Solene de Inauguração do Palácio Municipal de Lages – Livro Ata 1900 a 1911, p. 25v a 26v – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

superintendência municipal, a era Ramos, na função administrativa da cidade, estava longe de se encerrar. Em 1903, com a cidade sendo a quinta em população e a quarta em arrecadação no Estado¹⁰⁸, Belizário José de Oliveira Ramos, irmão de Vidal, assume o comando da municipalidade. E a exemplo do irmão, se mantém a frente do executivo do município, por sucessivas reeleições, até 1922.

Como se vê, os festejos de 1904, decorridos em virtude da visita de Vidal à cidade, não foram fruto do acaso. A partir do advento da República a cidade adquire novo ritmo e tal circunstância esteve permeada por ações representativas de certas intenções e saberes. Foi durante a gestão destes dois irmãos, filhos de abastada família, que a cidade passa a vivenciar novas concepções acerca do seu viver, endossadas por diferentes necessidades e interesses. No período compreendido entre os anos de 1890 e 1910, a intensificação desse viver coloca em pauta as noções acerca da cidade. A pretensão refinada da elite local choca-se com um ambiente diverso que nem sempre corresponde aos seus ideais. E é nesse compasso, de ritmo descontínuo, que a cidade vai se percebendo, vai se fazendo...

¹⁰⁸ Censo de 1900: Habitantes em Lages 18.872; Arrecadação de 1902: Receita Arrecadação em Lages 44:939\$576 – Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa em 26 de Julho de 1903 – Biblioteca do Museu Histórico Thiago de Castro.

2.3 – Entre as ruas niveladas: o requinte e o cheiro de curral

As transformações ocorridas no Brasil no final do século XIX, sendo algumas delas a abolição da escravidão e a instituição da república, são fundamentalmente emblemáticas de um período marcado por um otimismo irrefutável no futuro do país. De acordo com Breno Martins Zeferino¹⁰⁹, “essa mudança de sentimento em relação ao futuro e ao destino do país indica a percepção geral de que a sociedade estava engajada num processo de transformação mais amplo e complexo que a mera reforma das instituições políticas”. Sonhou-se muito na passagem do século XIX para o XX.

Pelo mundo, empreendimentos científicos tomavam conta das expectativas políticas e econômicas, um cabedal de novidades e descobertas, como a energia elétrica e a velocidade dos vapores, imprimia na realidade mundana nova luz, outro ritmo. Este parecia ser no cenário mundial, o momento das realizações, da efetivação de projetos e do controle do incontrolável. Todos os recursos pareciam disponíveis, onde os avanços técnicos traziam consigo a confiança de um domínio absoluto sobre a natureza e os homens, refletidos em projetos ambiciosos e interesses nada modestos. Diferentes conhecimentos, objetos e ideais passaram a compor o imaginário de alguns e o cotidiano de outros, configurando-se como fortes impressões, que marcaram profundamente aqueles que viveram entre o final do século XIX e o início do século XX.

¹⁰⁹ ZEFERINO, Breno M. A inventiva Brasileira: Modernidade, Saúde e Ciência na virada do século XIX para o XX. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Rio de Janeiro – RJ. 2007, p. 12-13.

O espetaculoso surgimento de máquinas e inovações como automóvel, telefone, cinema, eletricidade, soro antidiftérico e demais avanços da medicina que ressoavam como promissores para o controle de doenças e por consequência, dos males da humanidade, agitaram os ânimos científicos e alimentaram as expectativas de progresso. Tais elementos contribuíram para intensas transformações, que refletiram na economia e na política mundial, alterando profundamente os modos de perceber e sentir a vida. Segundo Tião Ponte¹¹⁰, França e Inglaterra foram os principais centros produtores e irradiadores desses novos objetos, valores e padrões que se disseminaram mundialmente, atingindo, sobretudo as cidades. O solo urbano brasileiro não esteve imune a tal processo, respaldados pelo crescimento advindo da exportação de matérias-prima, e fomentados por uma nova geração política e de agentes do saber como médicos e engenheiros. De acordo com a historiografia nacional, os principais centros urbanos do país passaram por significativas modificações nesse período, sendo possível destacar as experiências de São Paulo, com o poderio do café e do Rio de Janeiro, com a centralização do pólo político e administrativo do regime republicano, como fortes expressões desse decurso.

Como se vê, a embriaguez contagiante da modernidade não obedeceu ao contorno de fronteiras demarcadas, contudo é importante lembrar que tal processo não se manifestou de forma unívoca. Por mais incipiente que possa parecer à experiência moderna nos trópicos brasileiros, no período referido, esta se manifestou em relação às grandes

¹¹⁰ PONTE, Tião. **Fortaleza Belle Époque**. In.: CHAVES, Gylmar, Op. cit., p. 67-79.

nações européias, num cenário periférico e fundamentalmente rural. O que não quer dizer, menos intensa ou significativa.

Nessa conjuntura, o espaço citadino brasileiro, foi gradualmente sofrendo alterações que objetivavam, de certa forma, constituir uma nova topografia social e espacial, apresentada como necessária, sobretudo após 1889. Tal empreendimento compreendia a introdução de recursos que alimentassem a disseminação de determinado padrão de vida amparado nas concepções modernas de trabalho, saúde, beleza e progresso. Nesse sentido, novas formas de organização e comportamento na paisagem urbana, ganharam atenção e expressão.

Em Santa Catarina, alguns historiadores¹¹¹ discutiram a reformulação do espaço urbano, atenciosos a tais concepções modernas, registrando a experiência urbana de algumas cidades do litoral catarinense, especialmente da capital Florianópolis, antiga, Desterro. Segundo estes trabalhos, a apreensão com o urbano manifesta-se através da preocupação das autoridades dirigentes e dos anseios caprichosos de determinada elite econômica e cultural em ordenar, sanear, embelezar e desenvolver o espaço urbano pautado nos ideais de progresso prescritos pelas concepções modernas disseminadas no período. Em consequência de tais perspectivas, conforme menciona Roselane Neckel¹¹², “a cidade torna-se um problema a ser resolvido, um objeto em estudo, um espaço a ser equacionado”, por trazer em sua estrutura física e populacional,

¹¹¹ Nesse sentido podemos citar os seguintes trabalhos: ARAÚJO, Hermetes Reis de. A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis, na primeira República. São Paulo: PUC, 1989. Dissertação de Mestrado; CHEREM, Rosângela Miranda. Caminhos para muitos possíveis: Desterro no final do Império. São Paulo: USP, 1994. Dissertação de Mestrado; NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2003.

¹¹² NECKEL, Roselane. Op. cit., p. 52.

hábitos e costumes, formas e traçados característicos de uma ordem social que se buscava transpor. É correspondente a este esforço que as noções de saúde e higiene adquirem relevo, que médicos e engenheiros ganham prestígio, senão extensiva a toda realidade urbana, pelo menos acerca das ações de seus dirigentes e argumentos dos mais abastados¹¹³. Evidentemente que o esforço para ordenar o espaço urbano e “aformosear” a cidade não é mérito apenas das tratativas republicanas. Em Lages, por exemplo, é possível perceber tal esforço até mesmo na década de 1870 e nos primeiros anos de 1880, conforme indicam alguns registros de atas da câmara e noticiários da imprensa local. Contudo, ainda segundo Neckel, acerca dessas disposições na capital da Província e depois do Estado de Santa Catarina, verifica-se que:

Estas idéias, presentes nos discursos dos administradores públicos de Desterro/Florianópolis desde o último quartel do século XIX, revelaram-se pouco práticas naquele momento, resultando em isolados e fragmentárias mudanças na paisagem urbana. Foi na transição Império-República que se

¹¹³ Tal questão é cuidadosamente tratada pelo historiador Sidney Chalhoub no livro *Cidade Febril*. No referido trabalho o autor inscreve as histórias das práticas de saúde pública no âmbito de movimento das transformações político-sociais que marcaram a sociedade oitocentista, contribuindo para uma compreensão das abordagens relativas aos saberes e práticas sobre a doença e saúde nas complexas dimensões da sociedade brasileira do século XIX. Nesse sentido, tendo como campo de investigação a cidade do Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o XX, discute três eixos centrais: o trato dos saberes e das práticas vinculadas a saúde e a doença dentro dos parâmetros básicos e fundamentais da luta e classe e das políticas de dominação; a compreensão de que as práticas e saberes científicos não possuem existência histórica isolada ou autônoma, abrindo para o campo da visibilidade as tensões, os conflitos e as resistências presentes no processo de utilização daqueles recursos; a indicação das profundas diferenciações acerca das concepções e práticas de controle social instituídos no país, tanto na Monarquia quanto na República. In: CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

intensificaram as discussões sobre a necessidade de modificar o panorama topográfico e social da capital, traduzidas em intervenções quanto à ordenação do seu espaço urbano, embelezamento e modernização de suas vias de circulação, acentuando o rompimento com o passado, com práticas e relações que determinados grupos queriam esquecer¹¹⁴.

Não muito diferente, manifesta-se as circunstâncias em Lages. Élio Serpa em artigo sobre a reformulação das condutas e das sociabilidades durante a primeira república em Lages¹¹⁵ indica a preocupação do poder público local em ordenar o espaço citadino, ainda na primeira metade do século XIX. Ao analisar o Código de Posturas de 1845, aprovado pela Câmara Municipal através da Lei nº 213 de 1845¹¹⁶, faz algumas considerações demonstrando que tais perspectivas na cidade não são inauguradas no regime republicano. Nesse sentido, o trecho a seguir é sugestivo:

De certa forma o código de posturas de 1845 buscava intervir na organização do espaço urbano colocando normas para utilização deste, dando os primeiros encaminhamentos no sentido da construção de uma esfera pública, instituindo proibições que denotam

¹¹⁴ NECKEL, Roselane. Op. cit., p. 52-53.

¹¹⁵ SERPA, Élio Cantalicio. “A Reformulação das Condutas e das Sociabilidades durante a Primeira República”. *Revista da Memória*: Fundação Cultural de Lages. Lages, nº 1, p. 13-29.

¹¹⁶ Código de Posturas de Lages. Lei de 05 de Maio de 1845 – Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

interesse em criar formas de condutas nesta esfera para que possa vir a ser um espaço de consumo e de trabalho. Passava por parte da Câmara da vila de Lages também o interesse de estabelecer diferenças entre o espaço rural e urbano para que a vila viesse a ter visibilidade de cidade¹¹⁷.

Pode-se dizer que, mesmo com o advento da república e certa intensificação desses empreendimentos nos anos de gestão dos irmãos Ramos, de efetivo, pouco se avançou nas dimensões urbanas da cidade, pelo menos no que tange as perspectivas de intervenção e reformulação do espaço citadino em detrimento aos preceitos modernos citados. Mas não vamos adiantar os ditos.

Entre avanços ou não, ampliação planejada do espaço físico estrutural da cidade ou apenas crescimento espontâneo pouco ordenado, refletido pelo aumento de algumas ruas e enquadramento de poucas praças, o que certamente é possível afirmar é que as tratativas cidadinas de Lages ganham expressão na medida em que o século XX avança. Expressões que incentivam ações reformuladoras no modo de ser e estar neste espaço, que transitam entre o necessário e o ideal, que conflitam entre as mais vaidosas expectativas de vida de uns e modos de sobrevivência de outros. Nos escritos das atas, nos relatórios dos fiscais e da própria municipalidade e especialmente nos registros da imprensa local, a problemática da cidade ganha visibilidade, elege autoridades, retrata contrastes. Por um lado, a tentativa elegante de apresentar a Lages

¹¹⁷ SERPA, Élio Cantalício. Op. cit., p. 15-16.

de princípios do século XX como lugar próspero, refinado, materialmente compatível com as dimensões de uma bela e funcional cidade. Por outro lado, todo o resto que contrastava decididamente este primeiro esforço: estado precário de limpeza das ruas e fontes, ameaça de epidemias, edificações mal construídas, animais soltos nas ruas, maus hábitos e descaso por parte de determinada parcela da população em relação aos bons e desejáveis comportamentos “civilizados”. Nesse sentido os diversos noticiários dos jornais locais, apontam considerações significativas. Como na ocasião da visita do Major Vidal José de Oliveira Ramos em 1904, a cidade vivenciou em Junho de 1901, dias festivos que tomaram as ruas de Lages. Trata-se das comemorações de S. João, padroeiro da Loja Maçônica Luz Serrana:

Luz Serrana

Esta loja maçônica, está se revelando uma instituição sólida e próspera no nosso meio social, causando notável surpresa o seu rápido desenvolvimento, acaba de festejar com grande animação e brilho as festas comemorativas de seu padroeira S. João, o Esmoler. As festas foram realizadas nos dias 23 e 24, tendo dado começo a elas uma magnífica alvorada da banda Euterpe, do sr. Baptista Junior, que em frente ao Templo da loja, tocou às 5 horas da manhã (...) Em seguida a Euterpe, já então abrindo a marcha a um numeroso pelotão de maçons, foi cumprimentar o presidente da oficina, capitão Thiago de Castro, em frente à cuja residência tocou,

percorrendo após algumas ruas da cidade e recolhendo-se no momento em que o sol, surgindo dos montes começou a irisar de ouro e púrpura o delicioso nevoeiro das nossas manhãs de inverno. O dia surgia radiante. (...) À tarde e antes do baile que começou às oito horas, tivemos ocasião de visitar o Templo, na rua Marechal Deodoro, em cuja fachada tremulavam os pavilhões da Nação e da Maçonaria desde a madrugada (...) O grandioso edifício estava profusamente ornamentado, causando-nos agradável impressão o seu divisionamento interno. (...) o prédio compõe-se de outras quatro peças, todas espaçosas e bem ventiladas, designadas pelas cores com que estão trabalhadas. (...) Belamente adornadas todas essas dependências recém acabadas na sua mão de obra, deixam aos visitantes uma impressão nítida da prosperidade incontestável dessa associação, em cujo quadro de obreiros ativos vimos inscritos 76 nomes de conhecidos cavalheiros de nossa sociedade. (...) Iniciaram-se então as danças que correram vivamente animadas até às duas horas da manhã, tendo sido as salas *Verde* e *Vermelha* destinadas às damas e cavalheiros, e a sala *Amarela* às danças infantis. No dia seguinte, 21, realizou-se um grande pic-nic no fundo da fazenda Ponte Grande, alegre e abundante, voltando a comitiva à tarde, prestes a anoitecer. A entrada na cidade foi imponente. Rompia o préstito dos carros, o primeiro dos quais condizia a música que abria a marcha à duas

alas extensas e bem alinhadas de cavalheiros, percorrendo nessa ordem diversas ruas da cidade, dissolvendo-se em frente ao Templo, depois de regularmente vivada a loja Luz Serrana (...) ¹¹⁸.

As festividades empreendidas pelos distintos senhores membros da próspera e sólida Loja Luz Serrana, registrada pela redação do jornal *Imparcial*, dá a dimensão do esforço de determinado grupo da cidade em apresentar-se sintonizado com certas posturas refinadas e de bom gosto. O destaque acerca da programação com banda musical percorrendo ruas da cidade, saudando obreiros distintos como o Capitão Manoel Thiago de Castro; da elegância das damas e cavaleiros nos bailes e principalmente as amplas, luxuosas e *bem ventiladas* dependências do prédio, sede da referida instituição, são indicativos das vivências protagonizadas por certos habitantes da cidade.

Há que se reconhecer que a dinâmica cidadina das Lagens do início do século XX, apresenta um ritmo distinto dos vivenciados décadas antes e que a criação de espaços como clubes, sociedades teatrais, redação de jornais, estação telegráfica e loja maçônica influenciaram no compasso desse ritmo. Uma vez que tais espaços, mais que lugares de confraternização, difusão de informação e prática de sociabilidades, se configuravam como espaços de discussões políticas, criação de estratégias locais, lugar de reconhecimento e distinção que refletem nas ações propagadas na urbe. Nesse sentido, a notícia da Luz Serrana,

¹¹⁸ Jornal, **O Imparcial**, 26 de Junho de 1901, p. 1 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

publicada em destaque no jornal Imparcial é emblemática, pois, muitos dos obreiros da prestigiada Loja Maçônica, eram em suma, os componentes da Câmara e da Superintendência da municipalidade. Danilo Thiago de Castro, organizador e fundador do Museu Histórico Thiago de Castro, em anotações acerca membros da Loja Luz Serrana em 1905, nomeia alguns desses nomes, permitindo dessa forma fazer essa aproximação. Entre a lista de trinte e sete nomes registrados¹¹⁹, destacam-se alguns que indicam tal circunstância, demonstrando inclusive que muitos destes senhores já tinham em 1905, longa trajetória de vida pública desde o fim do século XIX. Entre esses senhores, destaca-se: João de Castro Nunes, presidente da Câmara Municipal em 1883; Saturnino Pereira da Silva, Procurador do Município em 1889¹²⁰; Manoel Thiago de Castro, conselheiro do Conselho Municipal a partir de 1900¹²¹; Virgílio José Godinho, professor que inaugura na cidade, em 1901, um colégio para aulas de rapazes; Henrique Rupp, Coronel, que na sessão de 01 de Janeiro de 1902, ocasião em que foi inaugurado o Palácio Municipal, como cidadão distinto apresenta uma petição para que seja colocado permanentemente na sala nobre do recém inaugurado Palácio Municipal,

¹¹⁹ Segue o registro de nomes: Nº 1 – José Pereira dos Anjos Sobrinho; Nº 2 – Cristiano Brascher; Nº 3 – Cel. Henrique Rup; Nº 4 – Manoel Godinho; Nº 5 – Godinho Ferraz Moreira Branco; Nº 6 – Gustavo de Liz; Nº 7 – João de Castro Nunes; Nº 8 – Martinho Nerbas; Nº 9 – Manoel Domingues de Arruda; Nº 10 – Ernesto Góss; Nº 11 – Candido Maximiliano de Castro; Nº 12 – João Hoesch; Nº 13 – Sebastião Furtado; Nº 14 – Ernesto Neves; Nº 15 – Manoel Thiago de Castro; Nº 17 – Virgílio José Godinho; Nº 18 – José Gaspar Godinho Junior; Nº 19 – Antonio Amorim; Nº 20 – Saturnino Gonçalves Pereira da Silva; Nº 21 – Lourenço Batista Junior; Nº 23 – Paulino Ataíde; Nº 24 – Manoel José Nicoleti; Nº 25 – Manoel José de Melo; Nº 26 – João Bernardino da Silva; Nº 28 – Hermelino Ribeiro da Silva; Nº 29 – José Rodrigues de Ataíde; Nº 30 – Antonio Eineck; Nº 31 – Antonio Hoesch; Nº 32 – Jose Castelo Branco; Nº 33 – Francisco Greco; Nº 35 – João Francisco de Arruda; Nº 36 – Leonardo Koesch Junior; Nº 37 – Manoel Magaldi. Anotações Gerais – Lages Século XX – Pasta Maçonaria – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

¹²⁰ Livro Ata 1883 a 1889, p. 244 a 247v – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

¹²¹ Livro Ata 1900 a 1911 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

“o busto a óleo do Tenente Coronel Vidal José de Oliveira Ramos Júnior, por iniciativa dos amigos e admiradores das suas qualidades cívicas¹²²”; Manoel Godinho, Conselheiro que foi membro da Comissão de Obras Públicas do Conselho Municipal em 1903 e 1º secretário do mesmo Conselho em 1904¹²³; Candido Maximiliano de Castro, Conselheiro em 1903, 2º secretário do Conselho em 1904 e Conselheiro Suplente em 1905¹²⁴; Sebastião Furtado, Conselheiro, 2º secretário em 1903, Conselheiro e membro da Comissão de Orçamento, Contas e Fazenda em 1904¹²⁵; José Castelo Branco, membro da redação do jornal O Imparcial em 1904 e Ernesto Neves, negociante influente da cidade que solicita em 1907 um terreno no perímetro urbano da cidade para instalação de um pomar e fábrica de conservas de frutas¹²⁶, cujo requerimento foi aprovado em 04 de Julho de 1907.

¹²² Livro Ata 1900 a 1911, p. 24v a 25 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

¹²³ Livro Ata 1900 a 1911, p. 47, 63 e 64 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

¹²⁴ Livro Ata 1900 a 1911, p. 49, 63, 64 e 83 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

¹²⁵ Livro ata 1900 a 1911, p. 45 a 45v; 74 a 75 e 79v a 80 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

¹²⁶ Livro Ata 1900 a 1911, p. 115 a 117v e 118 a 120 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.



Figura 9: Obreiros da Loja Maçônica Luz Serra – Lages 1905
Acervo: Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

Não cabe aqui discutir o alcance das relações que tal instituição esboçou na configuração urbana da cidade, tanto porque tal objetivo não está no horizonte desse trabalho e qualquer tentativa nesse sentido agora, não passaria de especulação. Contudo, alguns apontamentos são

pertinentes por indicar certas sensibilidades que permeavam determinadas ações, que estavam muito além dos empolgantes bailes e festivos pic-nic promovidos pela Loja. De acordo com a historiadora Sara Nunes:

A maçonaria, neste momento em Lages, funcionava como um foco irradiador de idéias do Iluminismo e da modernidade. Reunia no seu templo, sob o olhar do pai universal, aqueles mocinhos, (...) ex-alunos do colégio jesuíta, sócios fundadores do “1º de Julho”, entre outros. Estes sinhozinhos da Serra Catarinense se empenharam em tomar o ambiente em que viviam sintonizados com as tendências do período. (...) Esta instituição esteve intensamente presente na consolidação da República Velha, como, também, em vários outros momentos (...) ¹²⁷.

Desde sua fundação em Lages, datada de 1886, a Loja Luz Serrana manteve-se empenhada em seu papel irradiador de idéias que eram traduzidas nas colunas dos jornais, nas atividades comemorativas bem como nas argumentações que endossavam as solicitações que vez ou outra apareciam nas atas da Câmara. Guiados pelos valores de liberdade, igualdade e fraternidade, acreditavam no potencial de suas ações em favor ao progresso material e desenvolvimento de seu meio social, especialmente no que se referia ao melhoramento da cidade e sua gente.

¹²⁷ NUNES, Sara. Op. cit., p. 58.

Na sessão ordinária de 13 de Novembro de 1890¹²⁸, entre os ofícios e requerimentos lidos pelo secretário da Câmara, encontra-se a petição de João José Theodoro da Costa e Carlos Schmidt Junior, na ocasião representando a Associação Maçônica Luz Serrana com a solicitação seguinte:

Ata da sessão ordinária do Conselho de Intendência Municipal, em 13 de Novembro de 1890

Presidência do cidadão Castro

Aos treze dias do mês de novembro do ano de Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e noventa, nesta cidade de Lages, Comarca do mesmo nome do Estado Federal de Santa Catarina, no Paço do Conselho de Intendência Municipal, pelas dez horas da manhã (...) deu o secretário conta do expediente (...) Petição do cidadão João José Theodoro da Costa e Carlos Schimidt Junior, pedindo em nome da associação maçônica que funciona nesta cidade, dezoito metros e quarenta e oito centímetros de frente do terreno que se acha devoluto na rua do Marechal Deodoro, com onze metros e oitenta e oito centímetros de fundo, em cujo terreno quer a mesma associação construir um edifício próprio as suas funções, sendo, porém, a concessão do terreno feita sem ônus algum para associação, visto ser ela puramente beneficente, sendo também a edificação pretendida mais um embelezamento para esta mesma cidade. O Conselho manda que informe o fiscal. (Livro Ata 1890 a 1892, p. não numerada)

No dia 20 de Novembro¹²⁹, na sessão seguinte à reunião extraordinária¹³⁰ ocorrida em função das comemorações do primeiro aniversário da República no país, onde é elucidado todo empenho do governo do Estado de Santa Catarina em favor ao desenvolvimento e

¹²⁸ Sessão Ordinária do Conselho de Intendência Municipal – Livro Ata 1890 a 1892, p. não numerada – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

¹²⁹ Sessão Ordinária de 20 de Novembro de 1890 – Livro Ata 1890 a 1892, p. não numerada – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

¹³⁰ Sessão Extraordinária comemorativa a Proclamação da República Brasileira – Livro Ata 1890 a 1892, p. não numerada – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

progresso de seus municípios, que em breve serão reconhecidos como os mais adiantados dos Estados da República, depois de exposto as considerações do fiscal, o conselho defere a petição da Associação Maçônica. Concede o terreno dentro dos termos solicitados e elogia o engajamento da instituição em favor ao desenvolvimento da cidade, executando ações que alimentam seu progresso. Assim como a Associação Maçônica apresentou o argumento que a construção do prédio, além de qualificar o espaço de suas funções, contribuía para o embelezamento da cidade, outras solicitações e projetos apresentados pelos próprios conselheiros também reforçavam essa premissa.

Pode-se dizer que as preocupações com o aspecto estético e saudável, das edificações e atividades citadinas, ganharam força na medida em que alguns parâmetros balizadores desses elementos se consolidam nas intenções e práticas dos dirigentes locais e não somente deles. Por parte dos primeiros, é possível apreender tais circunstâncias em tempo que fomentam e apóiam iniciativas que procuram agregar a cidade aspectos modernos, seja pela construção e reforma de prédios, seja pelo incentivo à abertura e manutenção das ruas ou mesmo pela organização de espaços públicos, como as praças. Tais ações estão sempre associadas às possibilidades de progresso, permeados por valores modernos que o orientam, sendo o senso estético e o cuidado com a higiene e a saúde um dos seus elementos mais expressivos. Reflexos desse pensar são percebidos nas disposições do já citado Código de Posturas Municipais de 1895, em que certas regras para construção no urbano assim como a regulamentação do comportamento dos habitantes e o cuidado com higiene e saúde, são esmiuçados e definidos dentro da perspectiva: belo-

limpo-saudável. Para Zilma I. Peixer, “através do código de posturas, observa-se a criação da esfera pública alinhada com os anseios, projetos e sonhos das elites” que, diga-se de passagem, não eram nada modestos. Nesse sentido, em relação às normatizações propagadas pelo poder público local, ainda que não tenham sido, como já mencionado, fruto exclusivo das melhores perspectivas dos dirigentes municipais, representaram em certa medida o esforço em relação a algumas definições bem orientadas para o espaço urbano, “pautadas nos princípios da segregação espacial e cultural”¹³¹. Como se vê não se trata apenas de embelezar e limpar, mas de separar e distinguir. E em matéria de distinção, os jornais como porta-vozes dos interesses das elites, conforme salienta Élio Serpa¹³², são bem representativos. Através deles, senhores e senhoras abastados também se manifestam, indicando a compatibilidade, ou pelo menos a tentativa dela, com esses códigos. Não são poucos os registros de viagens, promoção de saraus literários, aniversários, bailes, ações caridosas e notas de agradecimentos e de elogios aqueles que buscam fazer desse meio social um bom exemplo de cidade adiantada e gente civilizada. Élio Serpa em seu texto sobre a reformulação das condutas na primeira república em Lages cita uma matéria publicada no jornal lageano “O Clarim” de 1908, que retrata bem esse empenho na cidade:

¹³¹ PEIXER, Zilma Isabel. Op. cit., p. 62.

¹³² Em artigo sobre a reformulação das condutas e das sociabilidades durante a primeira República em Lages, o historiador Élio Serpa destaca as palavras da imprensa como expressões dos ideais propagados por determinada elite da cidade, que vinculava nas páginas desses jornais os códigos civilizados que almejavam para si, bem como para o meio social do qual faziam parte. Ver: SERPA, Élio Cantalício. Op. cit., p. 21-23.

(...) A mocidade lageana representa uma aurora de esperanças, alvorecendo a madrugada risonha do progresso nas letras. A literatura em Lages não é mais um fenômeno; já tem sua época. O teatro a grande arte de Melponeme encontra-se em Lages talentosos interpretes de seus intrincados diagnósticos. Mas a música é que sobretudo tem mais se desenvolvido em nossa sociedade. Ouvir um concerto musical composto de senhoritas de nossa sociedade, no qual protagonizem os violinos e os bandolins e sob a batuta do nosso maestro Baptista Júnior – é ouvir o que de mais seletto se pode desejar na arte da música. A mulher lageana mostra predileção pela música, pelo canto, pelo teatro. Assim que com excelência na música a nossa sociedade conta com elementos próprios e competentes que o elevem na altura de uma sociedade fidalga, adiantada e inteligente, como de fato está sendo.

„133

Na pesquisa realizada nos jornais, entre o período de 1883 a 1910, manifestações como a citada acima não são isoladas, pelo contrário, apresentam certa regularidade e indicam que se o fim do século XIX e princípios do século XX foram marcados por um grande entusiasmo e fascínio quanto às possibilidades de certa modernidade e civilidade no Brasil e mundo a fora, Lages não esteve imune a essas premissas. Apostava-se nesses elementos em relação à cidade, como meios para lhe oferecer condições necessárias e almejadas por alguns:

¹³³ Jornal, **O Clarim**, 14 de Setembro 1908, n° 48, Idem, Ibidem, p. 19.

A Civilidade

A civilidade é uma das boas armaduras do homem social. Por ela é avaliado o grau de educação e a própria índole. (...). A falta de urbanidade sacrifica e como, que até inutiliza o homem, quer no meio tolerante das choças, quer nos salões fidalgos. (...) Sejam, pois, civilizados francamente, porque a cadeia mágica da confraternização dos povos sempre teve por base principal o cunho da urbanidade.¹³⁴

Como se vê a busca por civilidade não é apenas capricho, pretende-se com ela promover a urbanidade, entendida como marco decisório para o progresso na cidade. Nesse sentido, é recorrente nos jornais a partir de 1900, a preocupação em salientar os meios para este fim, seja elogiando o comportamento civilizado da moçada lageana como na notícia de 1908, seja na promoção do aformoseamento da cidade, como nas palavras publicadas em 1903 com dizeres de incentivo e cobrança:

Novos Edifícios

Está bem próximo o dia em que veremos dois importantes prédios particulares n'esta cidade. O elegante sobrado do Sr. Major João Costa (...) o palacete (...) do Capitão

¹³⁴ Jornal, **O Imparcial**, 05 de Dezembro de 1903, p. 2. Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Vicente Gamborgi (...) Temos fé, que os demais capitalistas desta praça interessem-se na edificação caprichosa. O Sr. Farmacêutico Eduardo Rambush, que avultado capital tem empregado em prédios nesta cidade, também logo começará a se despertar em muito contribuir para o tão desejado aformoseamento da nossa bela cidade.¹³⁵



Figura 10: Bazar Lageano – Palacete Gamborgi
Acervo: Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

Porém, nem tudo correspondia ao brilho inebriante desses esforços. Toda essa pompa exercitada e expressada por uns, não

¹³⁵ Jornal, **O Imparcial**, 09 de Maio de 1903, p. 2. Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

correspondia à realidade de todos. Na cidade, senhores letrados contrastavam com uma maioria analfabeta. O luxuoso prédio da associação maçônica e de particulares distintos da sociedade dividia espaço com casebres, lugares fétidos como a cadeia. Bailes elegantes nos clubes com os batuques e arruaças desordenadas e imorais. E nesse sentido, a cidade adiantada e desenvolvida exaltada por uns, correspondia pouco ao chão comum de todos, pelas ruas, algumas já niveladas, o requinte conflita com o cheiro de curral:

Com Ares de Crônica

Estamos com a primavera em casa.
Os campos reverdecem; as árvores
despidas pelo inverno da folhagem
que o outono amareleceu, cobrem-se
de folhas novas; o gado que o frio
levou aos matos já pastam nas
várzeas onde a vegetação é mais
viçosa, e os lavradores preparam-se
para internarem-se nas serras, onde
vão praticar o grande crime, de todos
os anos – a devastação de matas
virgens para as suas plantações de
milho e feijão! A natureza na região
serrana começa a revestir-se de
galas. A cidade de Lages tem
passado por completa transformação.
Materialmente progride muito,
comercialmente nada, pela falta de
estradas que, felizmente, vão
melhorando sob o atual governo
estadual, entregue a um moço
bastante experimentado como
administrador inteligente, honesto e
progressista. – Estão concluídos o
nivelamento e calçamento das ruas
Quinze de Novembro, Marechal
Deodoro e Coronel Cordova,

conhecida com a denominação de rua do Lageadinho, no tempo em que passava pelo centro dela uma corrente d'água que, em muitas ocasiões de chuva, não dava passagem. A rua Dr. Lauro Mueller está nivelada, ficando um trabalho solido e elegante, sem aquele antigo viveiro de sapos e rãs. Na rua Rangel Pestana estão adiantados os serviços de sarjetas e nivelamentos. Além disso concerta-se e constrói-se cariocas, estradas, pontes e aterrados. Temos também, quase concluído, o passeio público da Rondinha, o nosso bosque de Bologne, obra de grande utilidade e de pouco dispêndio. Lages de hoje não se parece com Lages de 1894. É que o coronel Belisário Ramos e o seu digno antecessor no governo do município, sempre entenderam que o dinheiro do contribuinte é para ser empregado em causas úteis e agradáveis. Nutrimos a esperança de, em breve tempo, obtermos mais dois grandes melhoramentos: a iluminação da cidade e a demolição do velho e feio edificio á rua Marechal Deodoro, intitulado cadeia pública. Com relação ao primeiro, o ilustre Superintendente espera apenas concluir o nivelamento e calçamento das ruas. Com relação ao segundo, o provecto administrador do estado nos dá a esperança de, logo que melhorem as nossas condições financeiras, mandar construir um edificio para cadeia, e então nos livraremos do foco de moléstia que faz as vezes de cadeia, arrasando-o como medida de higiene e para embelezamento da cidade. A

carne seca exposta diariamente á venda no mercado d'esta cidade, pode ser tudo quanto quizerem menos carne. Um tecido filamentosos e viscoso, cheirando á curral é o que vemos diariamente presos nos ganchos do talho. A população luta, anualmente, nos meses de Agosto e Novembro, sem que o governo municipal possa remediar o mal, - com a falta de carne em condição para servir para a alimentação. Se o dito governo faz contrato com determinada pessoa para o fornecimento de carne á população, esta grita, dizendo que é monopólio; se manda impor multas aos homens do talho, estes abandonam o negócio. E assim vamos vivendo, comendo carne um dia cada semana, para não deixarmos totalmente de comê-la, até que Dezembro chegue com o seu calor insuportável e as suas miríades de pernilongos. Agatha.¹³⁶

Agatha, pseudônimo frequentemente presente nas páginas da imprensa local, retrata entre versos com ares de crônica, elementos da cena urbana. Elementos, aliás, pertinentes a todo decurso urbano em qualquer espaço em diferentes tempos. Pode-se dizer, que as questões tratadas por Agatha não são privilégios de 1903, como também não é particularidade apenas de Lages, pois conforme já mencionado, no âmbito nacional e internacional tais questões eram salientes em diferentes

¹³⁶ Jornal, **Região Serrana**, 27 de Setembro de 1903, p. 3, col. 1 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

realidades. Das maiores as menores cidades, salvo suas devidas proporções, fato é, que durante o século XIX e XX as problemáticas urbanas ganham evidência e tal circunstância reflete nas diferentes esferas do viver citadino. Em Lages, no período que este trabalho delimita as questões citadinas gradualmente adquirem formas e são manifestadas de diferentes maneiras. Entre elas, a atenção quanto à saúde e a estética são recorrentes e por isso os versos de Agatha são significativos, pois retrata de certa forma, a inquietude que a cena urbana proporcionava.

Nas palavras pronunciadas na crônica acerca da cidade, referência de suas ruas, seus prédios, sua vaidade, seu alimento. Dizeres que elogiam e criticam. Pronúncias que evidenciam as transformações e denunciam desagradáveis permanências. A Lages retratada com ares de crônica é um espaço de contraste, entre o belo e o feio, entre o novo e o velho, entre o sujo e o limpo, entre o moderno e o retrógrado. Por este contraste é possível perceber o peso e a medida que certos elementos tiveram no decurso urbano da cidade naquele momento. Nesse sentido algumas observações nos parecem oportunas.

Antes de qualquer coisa é preciso reconhecer o elogio político da nota. Ao mencionar que a Lages de 1903 não se parece nada com a Lages de 1894, declaradamente o cronista enaltece as ações propagadas pela administração municipal sob o comando do Sr. Vidal José de Oliveira Ramos. Esse marco estabelecido em 1894 remete ao turbulento e confuso período após a proclamação da República que resultou entre outros acontecimentos na Revolução Federalista, que desencadeada no Rio Grande do Sul, teve saliente repercussão em Santa Catarina, especialmente em Lages, conforme mencionado no capítulo anterior.

Pode-se pensar, em linhas gerais, que o elogio político da nota, evidencia de certa forma a articulação estratégica assumida por Vidal José de Oliveira Ramos Senior e seus filhos Belisário Ramos e Vidal Ramos Júnior, para acenderem politicamente no cenário estadual. Conforme já foi mencionado, os fatos que permearam aqueles “nebulosos” primeiros anos após instauração da República merecem uma investigação mais detalhadas. Contudo, não se poder negar, que tal período, sobretudo o que compreende os anos de 1895 a 1910, foram essenciais para o estabelecimento de uma oligarquia familiar que ganharia relevante ascendência no Estado catarinense nas primeiras décadas do século XX. Sua origem demarcou-se, seguramente, nas ações propagadas e estabelecidas por esse trio familiar que fez da cidade de Lages na passagem do século XIX para o XX, seu mais oportuno e encantado, palco de atuação e projeção. Nesse sentido, a crônica segue indicando as evidências, destacando com certo entusiasmo o verdadeiro canteiro de obras presente na cidade, descrevendo os serviços de nivelamento das ruas, de construção das sarjetas, estradas e cariocas, estendendo as honrarias a Belizário José de Oliveira Ramos, atual superintendente municipal, filho de Vidal Ramos Senior e irmão de Vidal Ramos Júnior. De acordo com Agatha, ambos “sempre entenderam que o dinheiro do contribuinte é para causas úteis e agradáveis”.

Para além da dimensão elogiosa, o registro do cronista é significativo por duas razões: primeiro porque ao apresentar a diferença entre a Lages de 1894 e 1903, ele demarca precisamente, considerando suas palavras, um período de transformação e melhoramento pelo qual a cidade passou e está a passar. Segundo, porque indica em sua descrição,

quais são as causas “úteis” e “agradáveis” que estão possibilitando tais circunstâncias, sendo elas: o nivelamento e calçamento das ruas para efetivar a iluminação pública, a construção de estradas e cariocas, o concerto de pontes, o esforço para com as medidas de higiene através do desejo de demolição do feio e sujo prédio da cadeia. São esses elementos que agitam a preocupação pública em relação ao espaço citadino. Preocupações que incidem especialmente quanto ao “estado” das coisas, não é aleatória a atenção do cronista quanto a “carne exposta no mercado que cheira a curral” e a necessidade de acabar com o “foco de moléstias que faz vezes de cadeia”.

A assimilação de certas motivações modernas propagadas mundo a fora, concentrada nas resoluções urbanísticas que elegiam o embelezamento das cidades e melhores condições de vida da população através dos cuidados com a saúde e as medidas de higiene, animaram os citadinos mais inquietos. Nesse sentido, o contraste da cidade apresentado por Agatha, denota que tal pauta, esteve em debate nas Lagens e a ela, agora, dedicaremos maior atenção.

2.4 – Limpar, embelezar e cuidar: a saúde na pauta da cidade

É próprio do comportamento humano buscar por condições saudáveis de existência, seja em relação ao ambiente de vivência seja em favor ao próprio cuidado de si. Num horizonte mais comum, pode-se dizer que ninguém, em primeira instância, deseja ficar doente e deparar-se com risco iminente de morte. Entende-se assim que zelar pela saúde e cuidado de si não são questões de uma pauta extraordinária, ao

contrário, fazem parte de um expediente ordinário, onde os esforços nessa lógica é sempre em favor a vida.

Ao tratar das questões urbanas, compreendendo a cidade como um espaço aglutinador de diferentes vivências provocadas por um coletivo diversificado de pessoas que, com diferentes modos de ser e estar nesse espaço, desenvolve variadas maneiras de viver e sobreviver nesse ambiente compartilhado; o cuidar, embelezar e limpar não são referências estranhas. De uma forma ou de outra, são elementos que incidem sobre a vivência coletiva em qualquer ambiente e nas cidades, não teria razões para ser diferente. Nesse sentido, deparar-se com tais elementos na trajetória investigativa de experiências urbanas, não é surpresa. Contudo, não se trata apenas de identificar e localizar o lugar de tais fatores no decurso urbano aqui analisado. Antes de apenas constatar a pertinência de tais referências nas tratativas urbanas de Lages na passagem do século XIX para o XX, procura-se compreender de que forma o embelezar, cuidar e limpar implicou nas ações do poder público local em relação à cidade e as pessoas que nela viviam. De que forma tais questões permearam a preocupação pública? Quais eram as necessidades? De que forma eram expressas? Em benefício do que? Em favor de quem? Com a intenção de refletir acerca de tais questões, mais do que encontrar respostas pra elas, que nesse momento dispensamos atenção aos arranjos do limpar, embelezar e cuidar na composição urbana de Lages.

Se por um lado os cuidados com a saúde são próprios do comportamento humano, a atenção de tal fator em relação à cidade não é gratuita. Conforme já mencionado, as diferentes transformações sociais

e estruturais proporcionadas pelo desenvolvimento da ciência e difusão de determinados preceitos modernos influenciaram decisivamente na percepção acerca da vida como um todo e em particular, na forma de entender e organizar a cidade. Nesse itinerário, a ciência médica através das noções de higiene e das concepções sanitaristas cumpriu um papel protagonista. Segundo Lilia Moritz Schwarcz, a higiene no Brasil ganha evidência em “função das inúmeras epidemias que assolavam o país desde os tempos coloniais”, contudo, responde também a uma “tendência mais ampla da medicina que entendia a prática da higiene como forma revolucionária de atuação na coletividade”¹³⁷.

Descobertas científicas como as empreendidas por Louis Pasteur, ao identificar a ação transmissora e propagadora de microorganismos, contribuíram significativamente para o desenvolvimento da medicina e a fundamentação de métodos preventivos como a higiene. Com a valorosa descoberta de Pasteur, o que antes parecia ser um mal irremediável, passa a ter providência. O que antes não era possível identificar a causa, passa a ter nome, ainda que invisível à olho nu. Conforme indica Eliane A. L. Barroso, “com a descoberta dos micróbios, cessa a Era da Patologia e suas terapêuticas e se inicia a Era do Sanitarismo. A medicina torna-se científica e desdobra-se em Saúde Pública, sendo a higiene sua vertente mais importante”¹³⁸.

¹³⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 206.

¹³⁸ BARROSO, E. A. L. Saúde e Modernização: o sanitário em juiz de Fora (1889-1918). In.: Anais do III Simpósio Nacional de História Cultural – Mundos da Imagem: do texto ao visual. Florianópolis: GT História Cultural – Núcleo Santa Catarina – ANPUH-SC/Clicdata Multimídia, 2006.

Esse é o momento em que no Brasil, nos centros urbanos mais expressivos como São Paulo e Rio de Janeiro, a incidência do conhecimento médico higienista acerca das questões urbanas se propaga em larga escala, sistematizando formas e criando meios de intervenção para aquilo que passam a definir como problema urbano¹³⁹. Problemas que são identificados em diferentes esferas: das pessoas às coisas; dos comportamentos às estruturas. Elegem-se dessa forma, na cidade, muitos alvos de preocupação: os cemitérios, as escolas, as praças de mercado, as moradias particulares, as ruas. Também são sumariados nessa atenção, os hábitos e comportamentos, que deveriam obedecer a determinado padrão moral e higiênico para se evitar desvios e degenerações. Todas estas questões, desenvolvidas e compartilhadas, circulavam nas revistas, jornais, literatura e impregnavam pouco a pouco a rotina social, tanto de uns quanto de outros. Apresentavam-se também e principalmente, nas ações do poder público que procurava estabelecer certa excelência de gestão dentro dos parâmetros estabelecidos por tal ordem do saber. Como referência de análise desse processo, traçado especialmente na passagem do século XIX para o XX, é importante considerar mais uma vez, o estudo de Chalhoub em Cidade

¹³⁹ Márcia Regina Barros da Silva em estudo sobre o processo de urbanização paulista aponta para reflexão acerca da medicina e o crescimento da cidade moderna, que está pautada especialmente nas atividades especializadas protagonizadas por médicos e engenheiros que tomam pra si a responsabilidade de identificar, sugerir e estabelecer as medidas e ações necessárias para sanar, aquilo que se apresentava doente e reformular aquilo que se demonstrava decadente, do ponto de vista moral e material das cidades. Nesse sentido a historiadora considera que: “O médico e a sua ciência tornavam-se nesse contexto representantes da sociedade modernizada, seus mais novos cidadãos. Ao mesmo tempo em que correspondiam para consolidar a nova ordem, forneciam as bases para a construção do aparato institucional de ação sobre os problemas epidêmicos mais gritantes”. Para uma leitura mais detalhada dessas questões verificar: SILVA, Márcia Regina Barros da. O mundo transformado em laboratório: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo de 1891 a 1933. Departamento de História, FFLCH, USP, São Paulo, 2004.

Febril que analisa diretamente a questão das epidemias e as habitações urbanas em consonância com a construção da idéia de administração competente e técnica da cidade do Rio de Janeiro e de sua população. Nesse sentido, segundo o autor, houve dois momentos distintos que teriam regido tal processo: o primeiro em que se passou a identificar a existência de classes perigosas no cenário urbano à presença de classes pobres, tendo os negros sido preferidos para essa identificação. O segundo seria o da imposição de critérios técnico-científicos como um tipo de racionalidade que, exterior às desigualdades sociais, seria capaz de justificar as políticas públicas adotadas. Chalhoub aponta assim para o nascimento de uma ideologia da higiene, cujo objetivo último seria a ‘legitimação’ das decisões e intervenções políticas e ‘deslegitimação’ da política em nome da organização do trabalho, da manutenção da ordem pública e da resolução dos problemas das doenças contagiosas¹⁴⁰.

Em Lages, as questões quanto à higiene e a saúde de forma geral, permearam a preocupação pública de diferentes formas no decorrer do período aqui analisado. Nesse sentido, os relatórios apresentados à Câmara pelo Fiscal da municipalidade e as notícias vinculadas à imprensa trazem algumas referências que merecem atenção.

Os relatórios dos Fiscais geralmente eram apresentados nas sessões ordinárias da Câmara e cumpriam a função de levar ao conhecimento de seus membros, as condições estruturais da cidade, por vezes também servia como “prestação de contas” dos serviços

¹⁴⁰ CHALHOUB, Sidney. Op. cit.

realizados pelo referido funcionário público. O Fiscal como um conhecedor minucioso da sede municipal apresentava com base às suas observações, o estado de alguns setores da cidade e quais as necessidades mais urgentes de reparos e ações. Nesses relatórios, também eram apresentadas algumas exigências dos cidadãos pagantes de impostos, que reivindicavam, segundo seus interesses, melhores condições na cidade. Também completavam o relatório algumas atividades realizadas pelo Fiscal obedecendo a ordens do presidente da Câmara, atividades estas geralmente pautadas, segundo os registros, nas solicitações dos habitantes da cidade.

Até final do século XIX a presença dos relatórios era frequente nas sessões ordinárias, ainda que seus conteúdos não fossem registrados em ata pelo secretário. Com o avançar o século XX, o expediente da Câmara, que passa a se chamar Conselho Municipal, sofre alterações conforme já mencionado. No lugar das declarações atenciosas dos fiscais, emerge os projetos e demandas dos próprios conselheiros municipais, que ocupam o expediente das sessões numa disposição bem definidas entre 1ª ordem do dia e 2ª ordem do dia. Através desses relatórios é possível observar alguns ditos interessantes acerca do espaço citadino e por eles, perceber quais as demandas de necessidade emergentes nas últimas três décadas do século XIX no que se refere aos cuidados para com a urbe. Entre os fiscais da Câmara que assinavam os relatórios apresentados a referida corporação consta: José Joaquim Magalhães Menezes (1874 e 1876); Vicente Pedrozo do Amaral (1876, 1877, 1879 e retornando na década seguinte entre os anos de 1883 e 1884); Plácido da Roza Madruga (1881); Abel da Silva Ribeiro (1882);

Fortunato Dias Batista (1884 e 1885); Amancio Moreira da Silva (1886, 1887 e 1889) e Manoel do Nascimento (1890 e 1891).

Cada um deles imprime aos relatórios configurações particulares, seguramente o mais empenhado é Vicente Pedroso. Muito atencioso e exigente, detalha minuciosamente seus feitos, as necessidades que considera urgente, as reclamações que ouve e os valores que tem por receber da “ilustre câmara” a quem demonstra demasiada simpatia, conforme é verificado no relatório de 7 de Abril de 1877¹⁴¹:

Relatório

Ilustres senhores Presidente e Vereadores da Câmara Municipal

Cumprindo o preceito do parágrafo 4º do Artigo 85 da Lei de 1º de Outubro de 1828, venho apresentar o relatório ali exigido de minha administração no trimestre findo na qualidade de Fiscal desta ilustre corporação.

A estrada do Boqueirão acha-se em péssimo estado e quase intransitável e apenas a custo pode transitar alguns cavaleiros. Julgo por tanto ser de necessidade reparar-se este mal. No meio da praça do campo do Manejo existe um rego que carece de algum reparo, visto que acha-se muito profundo em consequência das enxurradas d'água quando chove, que cada vez a torna-se mais profundo e causará dano aos transeuntes se não se fizer algum reparo mandando-se entulhá-lo. A ponte denominada Ponte Grande já não dá trânsito pelo mal estado em que se acha, esse conserto é de necessidade e com pouca coisa se poderá reparar. A rua Nova desta Cidade desde a casa do cidadão Francisco Borges do Amaral e Castro até o do Sr. Dito francês Constancio Leclere acha-se muito esburacado, carecendo o nivelamento para que ofereça comodidade no trânsito público. Julgo de necessidade o roçamento do Bacaral existente ao redor da povoação que estorva o trânsito e enfeia a cidade. Vossa senhoria fazer ordenação a que for mais acertado. Por ordem do senhor presidente da Câmara coloquei um pinheiro no riacho da Santa Cruz a fim de poderem passar as pessoas que vão buscar água na cacimba daquele nome visto que o que havia ali tinha apodrecido e caído,

¹⁴¹ Relatório da Câmara, 07 de Abril de 1877. Pasta de Administração Municipal, nº 272 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

sendo urgente a necessidade e não estando esta ilustre corporação reunida o Sr. Presidente ordenou-me fazer este serviço. Existindo um grande buraco na rua da Boa Vista que estorvava o trânsito dos carros fiz o tapume e por ordem também do Sr. Presidente desta Câmara, que reconhecendo a necessidade ordenou-me este tapume pelos reiterados pedidos que o povo fazia. Existindo grandes matilhas de cães nas ruas desta cidade ofendendo a moral pública, e incomodando o público de noite com grandes latidos e uivos e havendo queixas e clamor público dirigem ao Sr. Presidente da Câmara que ordenou-me matança deles por meio de veneno. Esta medida foi solutífera porque conseguiu-se matar 40 cachorros e hoje há poucos deles aparecem nas ruas desta cidade, melhorando com isto este serviço e o público satisfeito. Com estas necessidades despendi a quantia de 15\$000 réis como mostro pelo recibo em duplicata que submeto a apreciação desta ilustre corporação esperando que seja aprovado ordenando Vossa Senhoria ao Procurador desta Câmara para embolçar-me da referida quantia. É o quanto tenho atualmente cientificar esta ilustrada corporação neste meu deficiente relatório que sem dúvida será por ela sugerida algumas lacunas que por ventura nele exista atento a minha acanhada inteligência. Cidade de Lages 7 de Abril de 1877.
O Fiscal da Câmara Municipal - Vicente Pedrozo do Amaral

Deficiente ou não, fato é que o relatório do Fiscal Pedroso é bem indicativo das necessidades e das ações que permearam as atividades públicas em relação ao espaço citadino no período. Nos relatórios apresentados a Câmara entre os anos de 1870 e 1883 há uma preocupação permanente quanto à garantia de boas condições para o trânsito, tanto nas ruas dentro da cidade quanto das estradas que seguiam para outros municípios e a capital da província. É certo que a necessidade de manter boas condições de trânsito não se dava por acaso. Durante este período e nos anos seguintes, será exigido do poder público, investimento nas condições das estradas e ruas, por serem elas de fundamental importância para a fluidez do comércio e a circulação dos negociantes na cidade. Nesse sentido, conforme é possível verificar nas fontes consultadas, durante o período analisado há um crescente empenho em favor à

melhoria das estradas, travessas, ruas e pontes. Muitas das reivindicações vinculadas à imprensa local e as solicitações encaminhadas à Câmara, em relação aos impostos pagos, recaem sobre essa exigência.

Até meados da década de 1880, contudo, a maior parte desse empenho se restringia aos serviços de reparos, executados por “tapume de buracos”, “entulhamento de desníveis”, ou apenas “roçamento de matagais” que atrapalhavam o trânsito. É a partir da década de 1890, que os reparos até então empreendidos em sintonia com as necessidades apresentadas passam a ceder lugar às alterações e modificações, apresentadas através dos “fechamentos”, “derrubadas”, “endireitamento”, etc. Porém, não apenas as boas condições das estradas e melhores garantias de trânsito pra os transeuntes da cidade, assumiam a pauta de atenção daquele período, e o relatório do Sr. Fiscal Vicente Pedroso do Amaral indica algumas dessas outras preocupações.

O relato quanto à matança de cães, não é um caso isolado. Por vários anos essas matilhas insistiram em perambular pelas ruas da cidade, causando prejuízo à ordem pública. No relatório de 1877, os cães representam uma “ofensa à moral pública” e um “incômodo ao descanso noturno” e como medida para sanar o problema, autorizava-se a eliminação dos referidos animais por envenenamento. Longe de ser uma medida eficaz, por mais dedicação que o Fiscal dispensasse ao serviço, no decorrer dos anos os cães permaneciam atrapalhando o decurso citadino. Assim, além de ofender a moral pública, os cães passaram a significar perigo: atacando crianças com mordeduras e enchendo de imundices as

ruas e fontes¹⁴². Em fins da década de 1880, a grande quantidade de cães que ocupavam as ruas da cidade é delatada pelos Fiscais como prejuízo à saúde pública. Se antes os cães eram inconvenientes, mais que imprópria, a circulação deles pelas ruas da cidade passa a oferecer risco. Além disso, a medida de matança por envenenamento, também começa apresentar ameaça, uma vez que as bolas venenosas usadas para eliminação dos cães infectam as águas disponíveis nas fontes da cidade para consumo público¹⁴³. Tal ordem de preocupação não emerge de forma isolada, acontece na mesma medida em que as atenções quanto ao cuidado com a limpeza e alguns comportamentos nos espaços da cidade ganham maior relevância.

Geralmente os argumentos quanto às causas dessas necessidades estão associados às noções de higiene. Embasada em conhecimento científico, difundida pela prática médica e amplamente divulgada pela imprensa que circulava no período, inclusive pela de Lages como veremos a seguir, a higiene, e todo o benefício de que dela emanava, foi repercutindo nas ações públicas e refletindo em certas medidas empreendidas no espaço da cidade. Com base nos seus preceitos se definia aquilo que era permitido fazer e aquilo que era proibido executar. Nesse sentido, a apreensão quanto à condição das águas dispostas para consumo público, especialmente após 1885, são muito recorrentes, tanto

¹⁴² Relatórios da Câmara Municipal: 22/01/1878; 07/07/1883; 09/06/1884; 31/03/1885; 07/01/1889. Categoria de Administração Municipal, Pasta Nº 272 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

¹⁴³ No relatório assinado por Fortunato Dias Batista em 31 de Março de 1885 apresenta a urgente necessidade de se providenciar o “tapamento das fontes e olhos d’água para que a prática de matança de cães por envenenamento não prejudique as águas públicas. Relatório da Câmara Municipal: 31/03/1885. Categoria de Administração Municipal, Pasta Nº 272 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

quanto os serviços de limpeza. Os relatórios desse período são quase que totalmente compostos por relatos de serviços em favor de tais zelos, dividindo espaço com os reparos no açougue e no mercado, bem como a periódica limpeza do cemitério, arborização do Tanque Velho, endireitamento da Praça Coronel João Ribeiro¹⁴⁴.

A intensificação de tais necessidades extrapola o expediente da Câmara e os relatórios e seus fiscais. Nos jornais repetem-se notícias e artigos que refletem a preocupação acerca da higiene pública, do perigo das epidemias, da necessidade de recursos médicos. Paralelo à divulgação de limpeza e construção de cacimbas para fornecimento água, melhorias das vias públicas, crítica aos persistentes sepultamentos no cemitério dentro da cidade, reclamações quanto à disposição dos alimentos no mercado, circulação dos animais pelas ruas niveladas, má aplicação dos impostos arrecadados. Uma imensidão de dizeres que embora defendam interesses prescritos por certa elite local, conforme menciona Frank Marcon¹⁴⁵, também refletem uma ordem de vivência nesse espaço, que entre denúncias e proibições, normas e multas, apresentam uma realidade social diversa, permeada por diferentes experiências que nem sempre culminavam nas mesmas expectativas. Entre as idealizações de uns e os meios de sobrevivência de outros, a dinâmica na cidade ganha expressão

¹⁴⁴ Relatório da Câmara Municipal: 20/02/1890. Categoria de Administração Municipal, Pasta Nº 272 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

¹⁴⁵ Ao discutir o processo de criação do Centro Cívico Cruz e Souza em Lages, Frank Marcon, atribui a necessidade emergente dos descendentes de africanos a conquistarem e estabeleceram um espaço social próprio, onde a congregação mútua promovesse, entre eles, um caráter de auto-conhecimento como ‘classe’, ou como um ‘grupo social’, distinto de ‘homens de cor’. Nesse sentido, destaca que o espaço social desses descendentes, desde fins do século XIX, era ditado, controlado e manipulado pelas elites, através da coerção policial e da progressiva urbanização da cidade. Ver: MARCON, Frank. “Homens de cor no espaço urbano de Lages”. *Revista de Divulgação Científica*: UNIPLAC, 2002, p. 76-77.

e determinados fatores passam a ocupar a ordem de preocupação. Com isso, um conjunto de inquietações permeava os jornais da época e denotam que o cuidado com a saúde e as práticas higienistas, mais que necessárias, são urgentes.

No jornal, *Lageano* de 1889, algumas dessas inquietações:

(...) Diversas vezes temos falado sobre o sepultamento dos corpos dentro dos limites urbanos e mais uma vez vamos tratar de um assunto tão melindroso e urgente à saúde e higiene publica. (...) o novo cemitério já está concluído (...) continua o sepultamento no cemitério atrás da velha igreja matriz justamente o que fica mais no centro da cidade (...) Vamos entrar em estação calorosa e é justamente nesses dias excessivamente quentes que o ar fica impregnado de micróbios nocivos à saúde publica. (...) Concluímos dizendo que na semana passada fomos testemunha ocular do enterramento de quatro cadáveres “no pátio da igreja”.¹⁴⁶

Alguns dias antes, na edição de 13 de Outubro de 1889, a preocupação quanto aos enterramentos no limite urbano da cidade é largamente discutido com considerações pertinentes:

Condições higiênicas precárias por causa das águas estagnadas nos

¹⁴⁶ Jornal, *Lageano*, 27 de Outubro de 1889, p. 2 col. 1 e 2 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

tanques da cidade. (...) à ilustre câmara municipal (...) mandou esgotar já um dos tanques – o principal foco de miasma, que intoxicava a cidade. (...) Existe também fazendo pressão sobre a saúde pública a circunstancia de efetuar o sepultamento dos cadáveres humanos dentro das ruas da cidade, por estarem os dois cemitérios antigos, metidos no corpo da povoação. Os corpos em putrefação exalam miasmas deletérios (...) causam graves acidentes patológicos e dão origem a moléstias. (...) a cidade de Lages (...) está bem varrida pelos ventos e bem servida de águas puríssimas e cristalinas (...) morre muita criança; sofre-se muito de reumatismo, dores nevralgias, resfriados e cores pálidas. O que é isto senão a ação palustre das águas estagnadas e dos miasmas cadavéricos. (...) Um dia, porém, esse mal constante cresce, agrava-se e dizima a população (...). Para prevenir tamanha desgraça deve a municipalidade prosseguir no passo dado – suprimir esses dois tanques estagnados, retirar os sepultamentos para o cemitério novo; ordenar visitas domiciliarias para proibir certas cousas impróprias de uma cidade (...) pois a humanidade são a origem de quase todas as enfermidades. Por isso grandes somas gastam-se na drenagem dos terrenos (...) pois onde passa um filhete d'água logo formam um tanque, um poço, um pequeno banhado. É quase uma mania (...) Quanto a serventia que tais águas possam ter á lavagem das roupas,

não sirva de argumento á sua conservação; porque são essas águas para isso impróprias (...) a cidade circula pela corrente do arroio Carahá, ótima para a lavagem das roupas. (...) E a câmara municipal diretamente e às autoridades policiais indiretamente, a quem cabe cuidar da higiene publica - serviço em geral tão descuido, mas que é a base do progresso e felicidade popular – Unam-se essas duas forças municipais; - ocupe-se mesmo os presos e vagabundos, nesse serviço, sob a direção dos fiscais.¹⁴⁷

No capítulo anterior, tratamos da trajetória do cemitério. Num primeiro momento, em 1883, foi debatido pelos vereadores da Câmara, a necessidade de ampliação do cemitério que ficava no coração da cidade, uma vez que as suas dimensões não contemplava mais a demanda de enterramentos. Pelos mesmos registros se identificou também, que tal ampliação possivelmente não ocorreu. Em 1884, quando é retomada a pauta do cemitério, a discussão transcorre quanto à necessidade de construção de um novo cemitério, fora dos limites urbanos da cidade. Depois de alguns imprevistos, recuos e avanços em favor do empreendimento, as obras iniciaram e foram concluídas. Fato é que o novo cemitério demorou muito para ser concluído e os problemas provocados pelos enterramentos no coração da cidade persistiam e se agravavam, conforme indica as notícias referenciadas acima. Nesse

¹⁴⁷ Jornal, **Lageano**, 13 de Outubro de 1889, p. 2 col. 1,2 e 3 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

sentido, a frequente presença de queixas e reclamações quanto a tais problemas nesse período, indicam certa cobrança as autoridades públicas. Observa-se que as notícias acima são de Outubro de 1889, dias antes do recebimento das obras pelos vereadores da Câmara e do benzimento da nova morada eterna dos habitantes da cidade.

Ainda em Outubro de 1889, no dia 20, mais reclamações nos jornais:

Tem grassado nesta cidade uma febre paludosa, que vulgarmente denominam “Maria Ignacia”, e que tem atacado a maior parte da população havendo casos em que não escapam uma só pessoa. Esta febre é de caráter benigno porquanto até agora só morreu uma pessoa dos arrabaldes da cidade. A câmara municipal que veja e convença-se de que estes tanques, banhados e mais coisas anti-higiênicas que arrodeiam a cidade, pode trazer graves consequências à municipalidade.¹⁴⁸

Nos anos de 1889 e os primeiros anos da década seguinte, são recorrentes as notícias de doenças e das más condições de higiene imperantes na cidade. Partindo delas é possível fazer algumas considerações. Primeiro, pode-se observar que muitas das reclamações recaem, algumas de forma direta outras de maneira mais branda, sobre o pouco cuidado que as autoridades municipais têm dedicado a assunto tão

¹⁴⁸ Jornal, **Lageano**, 20 de Outubro de 1889, p. 2 col. 3 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

“melindroso” e “urgente a saúde pública”. Segundo, percebe-se que tais questões estão mais dispostas nas notícias da imprensa, do que no expediente da Câmara.

Contudo, isso não significa que as autoridades municipais estivessem alheias a tais questões, pelo contrário, na medida em que essas necessidades são salientadas na imprensa, amplia-se, conforme é observado nos relatórios, um esforço maior aos serviços que procuram sanar essas necessidades expostas. Assim, pode-se dizer que a imprensa, porta-voz de uma elite local, conforme afirma Élio Serpa¹⁴⁹, serve não só de disseminador de certos ideais e expectativas em relação à cidade, como também instrumentaliza as ações propagadas pelo poder público local. Essa elite, formada por fazendeiros, profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos, ocupavam as páginas dos jornais com notícias de suas viagens, festividades, preferências literárias, com exemplos de boas condutas e idéias modernas. Da mesma forma que se reservavam ao direito de denunciar, denegrir e desmoralizar tudo aquilo que pudesse fugir de seus conceitos. Por essas palavras, observa-se que se almejava um cenário digno de seus atores e nesse sentido, havia muitas tarefas a cumprir. O esgotamento dos tanques e a retirada dos sepultamentos para fora do limite urbano eram apenas alguns deles.

Com o avançar do século XX, novas necessidades passam a permear as páginas dos jornais e agitar o expediente público. A questão da saúde pública ganha cada vez mais expressividade e certos doutos se destacam. Se a higiene pública é a “base do progresso e da felicidade

¹⁴⁹ SERPA, Élio. Op. cit., p. 21.

popular”, que os esforços se concentrem nela. Com a palavra, o valor da saúde, a necessidade do hospital e o saber médico.

Capítulo 3

Médico para ensinar e hospital para cuidar: na cena urbana, algumas necessidades...

O último capítulo dessa dissertação dedica-se às reflexões acerca de uma questão central: qual o lugar que as questões relacionadas à saúde pública ocuparam no processo de urbanização de Lages nos primeiros anos de República? Nesse sentido, procuramos identificar qual o papel que os saberes científicos, a atuação médica e as problemáticas acerca da necessidade de implantação de uma casa de caridade, assumiram nas tratativas urbanas de Lages especialmente entre os anos de 1900 e 1910. Para refletir sobre tais questões, priorizamos os registros dos jornais e das atas do Conselho Municipal correspondentes ao período. Como toda circunstância em que é necessário fazer escolha, a opção por trilhar esse caminho de análise, a partir do discurso da imprensa e do ditado pelos governantes através das atas, esboça alguns limites. Sobretudo porque permite perceber pouco qual o alcance e efeito, que tais medidas provocaram no cotidiano dos habitantes daquela Lages. Contudo, ainda assim, tal reflexão aponta questões importantes para compreensão desse meio social lageano que nos dedicamos a estudar e por isso, nessas últimas páginas, nos empenharemos a ela.

O enredo que possibilitou a muitos ‘sonharem’ otimisticamente na virada do século XIX para o XX foi marcado de certa forma, por um cabedal de novas descobertas que possibilitaram, em termos gerais, alterações significativas no ritmo de vida mundano. Tais modificações,

especialmente em relação à concepção de cidade e o modo de nela viver, estiveram intimamente relacionadas ao saber científico e a atuação protagonizada por seus representantes mais diretos: os médicos, engenheiros e urbanistas. A ciência nesse momento, compreendida como chave fundamental para o desenvolvimento e progresso das sociedades, cumpre um importante papel junto às investidas modernas propagadas e disseminadas naquele virar de século.

A figura médica nessa perspectiva, não corresponde apenas ao legado curativo, mas incide notadamente sobre a produção do conhecimento científico, acumulando em suas funções, diferentes atividades que extrapolam os processos terapêuticos relacionados ao bem estar do corpo. Evidentemente que tais atividades não anulam seu predicado maior, mas possibilitam compreender que suas ações podem e devem ser percebidas com um alcance maior. Nesse sentido, não se trata apenas de identificar a relevância que a figura médica adquire num contexto de elevado entusiasmo e otimismo em relação aos avanços da ciência e, por consequência, dos entendimentos acerca das doenças, dos métodos curativos e da própria noção de saúde. Trata-se, sobretudo de compreender o enredo político/social que alimentou tal condição, garantindo aos senhores da ciência médica tanta aptidão, espaço de atuação e controvérsias. Nesse sentido é oportuno, uma vez mais, discorrer acerca dos aspectos que permearam o cenário nacional na passagem do século XIX para o XX, buscando identificar o lugar que a ciência de forma geral e a medicina e os médicos de maneira particular, ocuparam nesse cenário.

Vive-se mundialmente nesse período um estágio de euforia e otimismo, proporcionado pelas crescentes inovações nos diferentes campos do conhecimento que asseguravam alterações no modo de ser e estar no mundo. O domínio desse conhecimento garantido pelo aprimoramento técnico-científico alimentava constantemente a esperança de um mundo novo e melhor. A fiel crença entre o progresso da instrução/conhecimento e o bem estar de todos foi seguramente um dos grandes motivadores de todo esse enredo. No Brasil, o processo de consolidação do Estado em franco andamento desde a independência de Portugal, culminou, em fins do oitocentos, em marcantes alterações políticas, sociais econômicas bem representadas pela abolição da escravidão e a inauguração da República. Nesse itinerário, diferentes esforços se multiplicavam em busca do estabelecimento da nação, ou seja, na procura e na propagação daquilo que poderia ser entendido como a identidade nacional. Nesse processo de elaboração da consciência nacional, alguns fatores foram marcadamente reverenciados, sendo possível citar o exotismo da paisagem, as especificidades locais e a valorização das populações indígenas. Tais fatores eram discutidos e difundidos como representativos elementos para a caracterização da almejada identidade nacional, paralelo à incorporação de padrões europeus que ecoavam como referências primordiais para o sucesso do estabelecimento moral e material do país. Todo esse arsenal de pretensões, idéias e projetos permeavam lugares específicos de articulação e eram evidentemente, disseminados por um grupo seletivo de pessoas, definidos por um duplo perfil: letrado e político. De acordo com Dominich Miranda de Sá:

Todos os temas reputados como de ordem nacional naquelas décadas de transição do Império à República – a escravidão, a Guerra do Paraguai, a adoção de mão-de-obra imigrante o regime político, o ‘caos’ das repúblicas vizinhas, a separação entre o poder espiritual e o temporal, a liberdade de consciência, o ensino, o branqueamento racial e o progresso do país. (...) E, no período, a convicção na transformação social pela difusão e aplicação das idéias tornava oportuna a proposição de caminhos em direção à civilização.¹⁵⁰

Em poucas palavras, pode dizer que na passagem do século XIX para o século XX tais elementos formavam um conjunto de expediente, que se refletia nas pretensões e ações de transformação almejadas para uma realidade livre das mazelas de outros tempos. Para que tal expediente se cumprisse muita energia foi investida, destacando assim a atuação desse seletivo grupo considerado, por assim dizer, os homens de ciência: doutores, bacharéis, parlamentares, médicos, sábios, enfim, toda uma gama de “espíritos cultos” que com conhecimentos diversos visavam largos horizontes de consolidação dos ideais pretendidos. Conforme destaca mais uma vez Miranda de Sá:

150 SÁ, Dominichi Miranda de. **A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006. p. 33.

Não à toa, a formulação de que a humanidade tornava-se, se não em conjunto, mas em grande parte, mais perfeita e mais feliz a cada dia foi à verdadeira e mais forte crença dessa época em todo o Ocidente. (...) Não causa surpresa, portanto, que doutores bacharéis, e ‘homens de letras’ fossem, então, algo de grande reverência pública; o que, aliás, só corroborava e estimulava ainda mais as ‘beneses’ que o epíteto lhe garantia na ocasião: imenso prestígio social, bons casamentos e boas colocações na política, na diplomacia e na administração pública.¹⁵¹

Em tempos de grande entusiasmo em relação ao conhecimento e a crença em todos os benefícios que seu domínio refletia, incutiam àqueles que o representavam certo status. Eram por assim dizer homens especialmente aperfeiçoados e, por isso, inclusive, dotados de autoridade para fazer progredir toda a sociedade, ganhando respeitáveis ares públicos de experimentação e observação da realidade¹⁵². Para além de suas ocupações como professores, políticos, funcionários públicos, engenheiros ou médicos, atuavam como portadores legítimos de verdades e capacidades que lhes diferenciavam dos demais. Pode-se mensurar a elevada autoridade que ilustrava tais pessoas, considerando, sobretudo, em termos de Brasil, o alto índice de analfabetismo que imperava entre a maioria da população. Conhecer nesse sentido, era sem dúvida, poder. E nessa dupla função, entre a técnica e o saber, esses homens de ciência

151 Idem, Ibidem, p. 40.

152 Idem, Ibidem, p. 13-14.

adquiriam de seus ofícios o sustento e da sua ilustração, o prestígio suficiente para lhes dar lugar.

As crescentes inovações científicas preconizada pela relação indissociável entre ‘razão, ciência, tecnologia, progresso e futuro’ se apresentavam como o caminho mais certo rumo à civilização. Entre essas inovações é oportuno destacar uma vez mais, a revolução proporcionada por Pasteur no âmbito da medicina. Conforme saliente Sá:

Com o advento da bacteriologia no final do século XIX, a medicina pastoriana foi, crescentemente, tomando o centro do foco científico, imprimindo e modificando conceitos nas ciências naturais, especificando a natureza microbiana das doenças e indicando terapêuticas baseadas nesse novo princípio científico. A medicina preventiva, baseada na microbiologia, era tida como a chave fundamental para a resolução de todas as questões ligadas ao entendimento do universo vivo. Com a certeza nas possibilidades da experimentação aliada à profunda confiança na ‘vitória’ da ciência, as doenças ganharam uma designação de caráter provisório. Caberia à microbiologia fornecer os elementos da ‘cura infalível’ ou as soluções profiláticas para o bom termo das entidades mórbidas, através dos soros curativos e vacinas imunizantes.¹⁵³

153 Idem, Ibidem, p. 91-92.

Por formarem em seu conjunto os elementos essenciais para “tudo explicar e resolver”, as idéias propagadas pela ciência eram consideradas parte integrante da própria modernidade que então se consolidava com seus saberes nas cidades em constante renovação. Se os saberes eram muitos e os agentes de transformação bem definidos, a realidade que se apresentava aqueles que viviam a passagem dos oitocentos, não obedecia a conformidades tão certas. Se as possibilidades e o entusiasmo eram grandes, grandiosas também eram as dificuldades a superar e as necessidades a suprir, em favor da almejada e idealizada modernização. Em relação ao espaço urbano, era necessário modificar e reorganizar, o que significava em linhas gerais: redefinir. Nesse sentido, um canteiro de obras se instaura nas cidades: ruas são alargadas, praças arborizadas, velhas edificações demolidas e novas construções empreendidas. E se as ruas são modernizadas, natural também que se queira “modernizar” e “civilizar” os seus transeuntes. Vive-se, portanto, no âmbito citadino do período, um processo de urbanização que não se apresenta único em toda extensão nacional, mas que se manifesta latente em diferentes realidades urbanas do país. Fazendo do Rio de Janeiro e outras capitais da recente República, exemplares pontuais desse processo. É com esse enredo que o espetáculo da cena urbana faz emergir, oferecendo a ciência, a medicina e seus fiéis representantes, engenheiros e médicos, atuação protagonista.

3.1 – Pelas ruas da cidade, o século XX desfila...

Não. Definitivamente Lages não despontava o século XX como um centro urbano de grande porte. Nada de suntuosas avenidas, modernos bondes, majestosas praças, audaciosos empreendimentos arquitetônicos ou epidemias avassaladoras. Lages era apenas uma cidade, com tudo o que isso significa.

Entre o quadrante bem definido desde os primeiros tempos de Vila, as linhas horizontais ampliavam o perímetro urbano. Pelas ruas, a igreja matriz, a casa da Câmara e Cadeia, residências, a Loja Maçônica, vestígios do antigo cemitério no coração da urbe, um teatro, mercado público, um Palácio Municipal, e o prédio do Colégio São José. No circular dessas ruas toda ordem de problemas e necessidades emergiam no ritmo das movimentações diárias: o alinhamento das ruas, edificações e fechamento de becos; o inconveniente de cães a solta, limpeza das fontes e sarjetas, oferta de alimentos no mercado, taxas de impostos e enterramentos no novo cemitério. Tais dificuldades, tanto de arranjo quanto de estrutura, que se configuravam pelas ruas ainda de chão batido, contrastavam com os elegantes encontros promovidos pela Loja Maçônica Luz Serrana, concertos musicais, os saraus realizados pelos grupos dramáticos e os requintados bailes das sociedades recreativas que se pretendiam vitrine, de todo bom gosto e refinamento daqueles senhores e senhoras, rapazes e moças, do clã das famílias mais abastadas. Referente ao período, César Augusto Vargas Lavoura, pontua que “Lages na percepção das pessoas interessadas em determinar os padrões culturais, estabelecia uma sociedade recém formada, preocupada com o

progresso e atenta em ocultar, pacificar ou subordinar qualquer vestígio que pudesse depor contra sua organização social.”¹⁵⁴ Toda essa atmosfera que ecoava desejos de modernização, civilização e progresso, almejado pelo menos por determinado grupo da cidade, estabelecia um cenário que oscilava entre o antigo e o novo, o moderno e o atrasado, os bons e os maus costumes, ou em outras palavras: um cenário em que ideias cosmopolitas desfilavam em ruas provincianas.

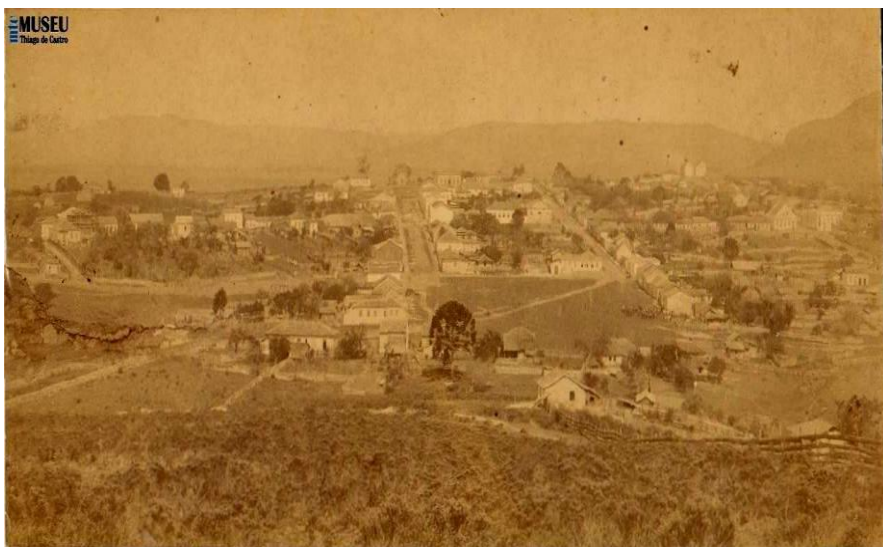


Figura 11: Lages - 1905
Acervo: Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

154 LAVOURA, César A. V. A tradição do teatro amador em Lages e as disputas das posições de poder político – o campo do poder simbólico das artes. (Dissertação). Florianópolis: UFSC, 2004, p. 16.

A leitura das atas da Câmara¹⁵⁵, correspondentes ao último ano do século XIX e aos primeiros anos do promissor século XX, possibilita identificar uma mobilidade nova no expediente citadino. Em 1900, sendo o presidente do Conselho Municipal, João José Theodoro da Costa, secretário Emiliano de Oliveira Ramos e autoridade máxima do município, Vidal José de Oliveira Ramos Júnior, as constantes petições e solicitações dos habitantes da cidade, cedem lugar aos diferentes pronunciamentos dos conselheiros em relação às necessidades e projetos que pretendiam para a caprichosa Lages. Paralelo a emergência de todas dessas demandas, observa-se na própria configuração e dinâmica da Câmara alterações. Até 1906 o Conselho constituía-se de quatro Comissões¹⁵⁶, cuja tarefa era avaliar, conceder pareceres e aprovar os projetos, requerimentos e solicitações apresentados à mesa. Nesse momento, as comissões se distribuíam da seguinte maneira: Obras Públicas; Orçamento, Contas e Fazenda; Leis e Posturas; e a quarta Comissão denominada de Higiene, Instrução e Segurança Pública. No ano seguinte, o Conselho passa ser presidido por Caetano Vieira da Costa que

¹⁵⁵ Na pesquisa realizada para este trabalho consultamos e fotografamos os Livros Ata da cidade de Lages entre os anos de 1869 a 1910, que somaram aproximadamente 700 atas registradas em mais de 1.600 páginas de documentos divididos em 08 livros. Tal levantamento resultou na organização de um índice geral das atas contendo: Identificação do Livro com período correspondente; Data de registro das Atas e páginas correspondentes. Para melhor sistematizar a documentação consultada também organizamos um sumário de cada Livro Ata contendo: Identificação do Livro, Data de Registro das Atas, Páginas Correspondentes, Resumo dos Assuntos e Composição da Mesa diretoria com o nome dos vereadores/conselheiros e suas respectivas funções ocupadas em cada exercício no período de 1870 a 1904. As Atas do período de 1905 a 1910 foram transcritas integralmente, devido à baixa qualidade da imagem dos documentos fotografados. É com base nesses dados que em parte, realizamos as análises apresentadas nesse trabalho. Além disso, consultamos também os registros da imprensa presente na cidade a partir de 1883, que resultaram em mais de 300 indexações de notas que tratam das questões relacionadas à política, às ações administrativas e a saúde de forma geral. Todo esse material ficará a disposição para pesquisa no Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

¹⁵⁶ Livro Ata 1900 a 1910, p. 89 a 102v – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

ocupará o cargo até 1910. Nesse mesmo ano, cria-se uma nova comissão, configurando e distribuindo a disposição das funções entre: 1ª Comissão da Fazenda, Contas e Orçamento; 2ª Comissão Leis e Posturas; 3ª Comissão Obras Públicas, Comércio e Indústria; 4ª Comissão Instrução, Higiene e Segurança Pública e a quinta Comissão que correspondia a Redação de Leis¹⁵⁷.

Os registros da Câmara, a disposição das comissões, bem como a organização do expediente, retrataram em seu conjunto não apenas uma alteração estrutural e formal, mas especialmente uma alteração do ritmo citadino. Conforme salientado no capítulo anterior, com o avançar do século XX, novas necessidades passaram a permear o expediente público e entre as poucas solicitações destacam-se, diferentes propostas e projetos que indicam esse novo compasso urbano. De forma geral é possível destacar as ações propostas em relação à organização estrutural da cidade, bem como o incentivo a ações que pretendiam qualificar o viver urbano. Nesse sentido, as sessões ordinárias da Câmara se ocuparam com a confecção do mapa cadastral da cidade, a desapropriação de prédios, a abertura de escolas e a tentativa de viabilizar o policiamento no município, tanto no perímetro urbano como no rural. Ocupavam-se também com as propostas de revisão do Código de Posturas, com a criação de impostos urbanos e a elevação das taxas dos gêneros alimentícios expostos à venda no Mercado Público. Deparavam-se com o desafio de garantir recursos para o melhoramento das estradas, a manutenção regular das ruas e fontes, o controle da circulação de animais e das arruaças impróprias à sua concepção de cidade. Esforçavam-se nas

¹⁵⁷ Livro Ata 1900 a 1910, p. 104v a 105v – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

argumentações para criação do serviço de remoção dos materiais fecais das residências, tão necessário à efetivação da higiene, para criação do cargo de médico do município, a construção de uma nova cadeia, o aumento do cemitério, o ajardinamento da praça central, os aterros das ruas, a construção de calçadas e as várias subvenções para os diferentes segmentos culturais da cidade como a música e o teatro. De fato, um expediente bastante intenso e dignamente urbano. Contudo, é importante salientar que nem todas as ordens de serviços foram efetivadas com a facilidade com que eram propostas. Ainda assim, seus registros são indicativos de um período em que a cidade torna-se o lócus de ações que correspondiam a certos parâmetros vigentes no período.

A marcante presença de preocupações acerca da instrução, segurança, saúde, higiene e ordenamento do espaço urbano, retratados pelos projetos apresentados pelos vereadores do então Conselho Municipal e aprovados pelo mesmo Conselho, confirmam essa demanda. Considerando a distância que Lages mantinha em relação a outros centros urbanos mais estruturados, como Porto Alegre, Curitiba e até mesmo Florianópolis a capital do Estado pode-se dizer, que em nada ficou devendo em relação à embriagante mentalidade moderna do momento. E se, por um lado, a pequena Lages, mesmo com todos os esforços e mais bem intencionadas ações em favor do seu “progresso” e “desenvolvimento”, não apresentava em suas ‘pacatas’ e ‘empoeiradas’ ruas toda a magnitude de suas intenções, por outro, se agitava e se posicionava como se assim fosse. Circunstância esta intimamente relacionada a certo protagonismo político, empreendido pela já mencionada Família Ramos e demais personas e instituições que tomaram

para si a função de irradiar nos campos de cima da serra as vogas modernas do período. Independente de ser ou não um centro urbano de grande proporção, certo é, que, na emergência do século XX, Lages se pretendia moderna, se compreendia desenvolvida e se apresentava como uma promissora e encantada terra de progresso e civilização. Tais perspectivas alimentavam diariamente as páginas da imprensa local, os discursos públicos, as pretensões políticas, os corações e mentes daqueles que lhes faziam pronunciar.

Nos registros dos jornais, mais que notícias, anúncios, agradecimentos e avisos, circulavam ideias, pretensões e percepções que indicavam os parâmetros motivadores daquela pequena urbe. É sabido que tais indicadores não correspondiam em suma, toda realidade citadina. Também não é pretensão aqui, simplificar a complexa tessitura urbana entre recortes de jornais e trechos de atas, tanto porque, tal objetivo distancia-se sumariamente do pretender historiográfico. Com isso, dispensar atenção a tais registros, procurando identificar seus ditos assim como seus silêncios, pretende-se ponto de partida. Partida para refletir o viver urbano da Lages de princípios do século XX, que como todo chão comum, traz em seus contornos vestígios de sua forma. Atentamos agora, portanto, a esses contornos.

Conforme já mencionado, desde a última década do século XIX, Lages começa apresentar pontuais alterações nas suas dimensões estruturais e funcionais, que se intensificam com a entrada do século XX. Entre novas necessidades e permanentes contrastes, circulam nos jornais alguns pareceres que retratam as vogas motivadoras daquele momento.

Nesse sentido, os ditos da primeira página do jornal “Região Serrana” publicado em Lages de 1º de Janeiro de 1904 são representativos:

Há dez anos passados, quando o venerando tenente coronel João de Castro Nunes reassumia o governo do município para, em Janeiro de 1895, passá-lo às mãos do seu sucessor legal, vinha a nossa região de ser assolada pela passagem tempestuosa dos exércitos da Revolução de 93, que traçou numa larga solução de continuidade na administração municipal, literalmente desmantelada pela acefalia de tão crua época, quanto pela arruaça das deposições que lhe precederam. (...) desde então, o coronel Vidal Ramos Junior, intimamente ligado aos destinos do seu partido, do qual passou a ser diretor mental, enfrentou ousadamente o problema da organização autônoma do município, confeccionando em pessoa a Lei Orgânica que lhe deu vida e ação, e, encaminhando a serie das leis complementares, acentuou de vez, por uma sábia administração, a eficácia do regime, quando tângido por um ânimo deliberado e uma concepção larga do patriotismo verdadeiro. Da administração do ilustre patricio, repetida no quadriênio de 1899-1902, o histórico está inteiro e abertamente traçado nos seus ponderados relatórios anuais, na publicação oficial de todo o expediente do município e na

apreciação, *pari-passu*, que fizemos destas colunas, perseverante, de todos os seus atos, nesse decurso de oito belos anos de vida municipal. Qual tem sido a política do atual superintendente, coronel Belisário Ramos, diz-nos materialmente essa extraordinária transformação da nossa cidade, tão súbita e ativa, que dia a dia vamos-lhes reconhecendo uma feição nova, em traços vigorosos de higiene e embelezamento, que são a base do progresso e do bem estar de todas as cidades; diz-nos o nivelamento de quase todas as ruas margeado de seus largos passeios, a limpeza e construção das cariocas, os avultados serviços de pontes e estradas e o equilíbrio das finanças do município num período agudo de rendas decrescidas. Seguindo as pegadas do seu eminente antecessor, o prestigioso chefe democrata não oscilou uma linha dessa diretriz profundamente entalhada na administração republicana do município, honrado sobremaneira o partido que o vê com satisfação á testa dos seus destinos. Homenageando a obra de patriotismo que vem calcada na administração do município pelo partido que há dez anos assumiu a sua direção e vai cumprindo com patriotismo e honestidade a tarefa de conduzi-lo a prosperidade e ao bem estar dos seus munícipes, publicamos hoje a gravura do Palácio Municipal, que exemplifica em estrutura e solidez a força anímica da política que o construiu. Pelo primeiro aniversário da atual

administração, levamos ao ilustre Superintendente coronel Belisário Ramos e o ilustre presidente do Conselho, tenente coronel João Costa, representante do Poder Legislativo, as nossas efusivas saudações.¹⁵⁸

Como exemplar de estrutura e solidez da força política que o construiu, o Palácio Municipal representa em si a materialidade de um esforço de projeção e demarcação política protagonizada pelos Ramos. Sua inauguração ocorre entre o fechamento de mandato do superintendente municipal, Vidal José de Oliveira Ramos Júnior e o início do mandato de seu irmão, Belisário José de Oliveira Ramos. Entre a trajetória dos irmãos, o progresso material da cidade refletido nas novas feições identificadas dia a dia: nivelamento de quase todas as ruas, margeadas de largos passeios, construção de pontes e estradas, limpeza e construção de cariocas. No conjunto desses elementos, o retrato do desenvolvimento em consequência de uma administração que cumpre a fundamental tarefa de garantir, a prosperidade e o bem estar dos munícipes.

O ano de 1904 apresenta-se como um momento importante para os articulistas da imprensa lageana. Conforme já visto no capítulo anterior, por ocasião da visita do Tenente Coronel Vidal Ramos Júnior a cidade se enche de festa e os jornais de extensas narrativas. As palavras da notícia citada acima, tanto quanto aquelas publicadas em Novembro

158 Jornal, **Região Serrana**, 01 de Janeiro de 1904 – p. 01 col. 01-03 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

daquele mesmo ano apontam questões importantes não só sobre os aspectos da cidade, ou melhor, daquilo que procuravam exaltar e valorizar sobre as tratativas cidadinas, mais especialmente sobre as demarcações políticas apreendidas entre 1894 e 1904. Nesse sentido, é oportuno retornarmos àqueles primeiros anos da República para esboçarmos algumas reflexões acerca da “elogiosa” nota publicada em Janeiro de 1904.

Em 22 de setembro de 1891 no Livro Ata de 1890 a 1892 encontramos o registro da Ata de apuração de votos das eleições para Superintendente Municipal, Membros do Conselho Municipal e Juizes de Paz da Paróquia de Lages. Nossa Senhora dos Baguaes e São Sebastião do Painei. É com a configuração do resultado dessas eleições que a cidade passou os “turbulentos” anos de 1893 e 1894, marcados pela Revolução Federalista. Na leitura de seus registros encontramos uma relação extensa de nomes que estiveram diretamente relacionados com os acontecimentos federalistas na cidade, bem como os nomes que após Janeiro de 1895, iriam conduzir a administração pública do município. Entre os votados para Superintendente Municipal conta: João de Castro Nunes, negociante, com 278 votos; Antônio Waltrick, fazendeiro, com 41 votos; João José Theodoro da Costa, negociante, 9 votos; Ignácio José da Costa, negociante, 4 votos; Belisário José de Oliveira Ramos, fazendeiro, 3 votos e seu irmão Vidal José de Oliveira Ramos Júnior, também fazendeiro e com 3 votos¹⁵⁹. Dos seis nomes relacionados, quatro deles procedem do extinto Partido Conservador, sendo eles: João de Castro

159 Ata de 22 de Setembro de 1891 – Livro Ata de 1890 a 1892, p. não numerada – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Nunes, João José Theodoro da Costa, Belisário José de Oliveira Ramos e Vidal Júnior. Do partido Liberal, temos a figura de Ignácio José da Costa, que, aliás, como já comentamos foi o quem assumiu o comando do município e a liderança do Partido Republicano e do Clube Marechal Deodoro logo após a Proclamação da República em 1889, repassando em condições pouco “esclarecedoras” a chefia para Vidal José de Oliveira Ramos Senior, pai de Belisário e Vidal, em fins de 1890. Observa-se ainda, que os irmãos Ramos na eleição de 1891, entre os seis nomes relacionados para a superintendência do município, são os menos votados. Na composição dos Membros do Conselho Municipal, destacamos os 10 nomes que mais receberam votos entre os 51 relacionados¹⁶⁰: Symplicio dos Santos Souza, 312 votos; Antonio Ribeiro dos Santos, fazendeiro, 283 votos; Honorato de Oliveira Ramos, fazendeiro, 280 votos; Victor Alves de Brito, fazendeiro, 279 votos; Pedro José Leite Júnior, advogado, 278 votos; Hortencio da Silva Rosa, fazendeiro, 278 votos; Caetano Vieira da Costa, fazendeiro, 273 votos; José Joaquim de Córdova Passos, advogado, 71 votos; Nicolaou Casuly,

¹⁶⁰ Entre os outros nomes relacionados registra-se na Ata: Maurício Ribeiro de Córdova, negociante, 41 votos; Adolpho de Liz, criador – 40 votos; Gaspar Rodrigues Lima, negociante – 26 votos; Manoel Thomé Freire Batalha, negociante – 19 votos; Belisário Rodrigues Lima, negociante – 11 votos; Olavo Pereira dos Anjos, negociante – Vidal Augustinho de Lis, Antonio Amancio Munis, Belizário José de Oliveira Ramos, Lourenço Dias Baptista, Antonio Waltrick, João de Castro Nunes Júnior e Cathalicio da Silva Furtado, 4 votos cada um; Domingos Coelho de Ávila, João José Theodoro da Costa, José Marcelino Borges de Oliveira, José Maria Domingues de Arruda e Henrique de Oliveira Ramos, Adolfo Schmidt e João de Castro Nunes, 3 votos cada um; José Candido de Góss, Christiano Bräscher Júnior, Chirtiano Borges Leite, Ignácio José da Costa, Vicente Gamborgi, Victor Antunes de Oliveira, Carlos Schmidt, Lourenço Ribeiro dos Santos e João Lins de Córdova, 2 votos cada um; Candido José Pereira de Andrade, José Dias de Azambuja Cidade, Antonio Joaquim da Silva Júnior, Augusto Moreira da Silva, José Pereira dos Anjos, José Honório da Costa, Julio Augusto da Costa, Felipe Nicolao de Goss, João José Godinho, Felisberto Lins de Córdova, Manoel Francisco do Amaral, Sezario Henrique Netto, Emiliano de Oliveira Ramos, Manoel Ribeiro da Silva, 1 voto cada um. Ata de 22 de Setembro de 1891 – Livro Ata de 1890 a 1892, p. não numerada – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

negociante, 45 votos e Policarpo José Pereira de Andrade, fazendeiro, 41 votos. Os primeiros cinco mais votados assumiram as cadeiras do Conselho Municipal, sendo eleito Presidente o Conselheiro Antonio Ribeiro dos Santos e Vice-Presidente o Conselheiro Victor de Alves Brito¹⁶¹. Destacamos entre os votados para Membro do Conselho Municipal, o advogado José Joaquim de Córdova Passos, partidário dos Liberais e fundador da sessão lageana do Partido Federalista em 1891. Assim como Córdova Passos outros partidários do antigo Partido Liberal aparecem na relação dos votados em 1891, sendo eles: Dr. Lucas Trevizani, que recebeu 1 voto para Juiz de Paz da Paróquia de Lages; Augusto Moreira da Silva que também obteve 1 voto para Superintendente Municipal e Gaspar Rodrigues Lima, votado para Juiz de Paz e Membro do Conselho Municipal com 2 e 26 votos respectivamente¹⁶². Ambos, com exceção de Córdova Passos, foram mortos em meados de 1894 na passagem de, Manoel Fernandes e Capitão Pessoa, por Lages em repressão aos Federalistas da região.

Ainda que não tenhamos realizado nesse trabalho uma investigação mais aprofundada das relações políticas protagonizadas em Lages, na transição Monarquia para República e das tramas que envolveram os partidários Liberais na causa Federalista, é possível problematizar algumas questões. A primeira delas é que vive-se na cidade, especialmente entre os anos de 1889 e 1894, um período de reestruturação política. Com a proclamação da República, Conservadores

¹⁶¹ Tal composição ficou determinada em 01 de Janeiro de 1892 quando os eleitos prestaram juramento e tomaram posse. Ata de 01 de Janeiro de 1892 – Livro Ata de 1890 a 1892, p. não numerada – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

¹⁶² Ata de 22 de Setembro de 1891 – Livro Ata de 1890 a 1892, p. não numerada – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

e Liberais, tiveram que ajustar seus interesses em favor à condição Republicana, circunstância que evidentemente não significou apenas uma troca de termos. Certamente um campo de disputa, com interesses divergentes, se esboçou pelo comando da nova configuração política, que acabou por fim, ficando em mãos dos Ramos. Mesmo que só possamos nesse momento elucidar algumas suposições, a questão é que, se nesse período os Ramos foram os protagonistas da cena política em Lages, tal condição não lhes chegou gratuitamente. Tanto porque, não se tratavam por assim dizer, de republicanos “declarados”. Essa foi, sem dúvida, uma condição estrategicamente construída e cuidadosamente articulada, pelos rebentos de Vidal Senior. Não se deve esquecer, que conforme já mencionamos Vidal José de Oliveira Ramos Senior foi até os últimos tempos do Império, chefe do partido monárquico dominante na região serrana. Nesse sentido, ao ler a elogiosa nota publicada em 1904 sobre a excelência das funções administrativas apreendidas pelos irmãos Belisário e Vidal Júnior, é possível pensar num esforço em favor a legitimação da atuação desses senhores como “fiéis líderes republicanos”, mérito que seguramente não lhes cabia naqueles primeiros anos de novo regime. Assim, as palavras expressas em 1904, parecem bem oportunas: “desde então o Coronel Vidal Ramos Júnior, intimamente ligado aos destinos do seu partido, do qual passou a ser diretor mental, enfrentou ousadamente o problema da organização autônoma do município, confeccionando em pessoa a Lei Orgânica¹⁶³ que lhe deu vida e ação, e, encaminhando a série das leis complementares, acentuou de vez, por uma

¹⁶³ Há no acervo da biblioteca do Museu Histórico Thiago de Castro uma impressão da referida Lei Orgânica, datada de 1895. Categoria de Leis, nº Tombo 2092.

sábria administração, a eficácia do regime, quando tângido por um ânimo deliberado e uma concepção larga do patriotismo verdadeiro”. A cidade como lócus de atuação expressiva desses “senhores republicanos”, torna-se por fim num campo de projeção política, fazendo de suas ações baluarte do “progresso” e “civilidade”.

É certo que o envolvimento direto e atuante de alguns líderes políticos de Lages com o movimento federalista, marcou “negativamente” a imagem da cidade diante do governo republicano do Estado, restabelecido após desfechos do episódio revolucionário de 1893. Tanto que uma das primeiras ações realizadas por Antônio Moreira César, quando assumiu o governo do Estado em 1894, foi deslocar-se pessoalmente a Lages em 1895, a fim de eliminar qualquer foco de manifestações federalistas que insistisse em permanecer mobilizado. Na ocasião, segundo Licurgo Costa, houve a prisão de alguns federalistas e a determinação que proibia “os paisanos” manterem em seu poder armamentos, solicitando que os cidadãos que as tivessem em sua guarda “entregassem às guarnições militares competentes”¹⁶⁴,

Nesse clima de “desconfiança” e “insegurança” proporcionados pelos acontecimentos de 1893 e 1894, que Vidal Ramos Júnior assume o comando municipal. O cenário político nacional e estadual configurava um novo ritmo, embalado pelas acordes das concepções republicanas, e para ter lugar nessa dança era preciso abandonar o “velho compasso”. E disso, pelo visto, não se eximiram os irmãos Ramos.

Em 1904, após dez anos de atuação da administração Ramos, Lages é apresentada no “caminho do progresso”, como fruto do “puro

¹⁶⁴ COSTA, Licurgo. Op. cit., p. 309.

ideal real republicano¹⁶⁵”. Nessa Lages republicana, “berço querido que tantos filhos tem dado a grandeza do Estado. Ninho abençoado que tem dado a terra catarinense homens como Felipe Schmidt e Vidal Ramos Júnior¹⁶⁶”, é lugar de homens distintos, de “progresso material”, refinamento e elegância:

A Retreta

As 5 horas da tarde (...) voltava S. Exa. ao Palácio Municipal, acompanhado do Sr. Coronel Superintendente Municipal e seu ajudante de ordens alferes Euclides de Castro, afim de assistir dali a retreta que em sua atenção realizava a banda de música Luz Serrana no vistoso coreto da praça. (...) Momentos depois S. Ex^a. em companhia do seu ajudante, coronel Belisário Ramos, major Thiago de Castro, tenente coronel Emiliano Ramos, dr. Jacintho Mattos e capitão José Neves, saiu a percorrer as ruas cujo nivelamento foi dado nas obras feitas ultimamente, tendo S. Ex^a. notado, nesse trajeto, quão considerável tem sido o desenvolvimento da cidade nestes últimos tempos e quanto tem concorrido para o seu embelezamento a administração de seu ilustre sucessor e irmão no

¹⁶⁵ Palavras do Major Sebastião Furtado em saudação a Vidal José de Oliveira Ramos Júnior na ocasião de sua visita à cidade de Lages em 1904, como vice governador do Estado. **Jornal, Região Serrana**, 01 de Novembro de 1904, nº 43 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

¹⁶⁶ Palavras de Castelo Branco em saudação a Vidal José de Oliveira Ramos Júnior na mesma ocasião de 1904. – Idem, Ibidem.

governo do Município. Depois de ter lembrado que para a transformação ser completa ainda faltava o ajardinamento da praça coronel Ribeiro, referiu a conveniência de se dar uma das ruas o nome de Correia Pinto como uma homenagem ao fundador¹⁶⁷.

Baile de Gala

A noite realiza-se nos salões do Palácio Municipal o baile de gala oferecido a S. Exa. o Sr. Coronel Vice Governador do Estado por amigos e admiradores. As 8 e meia acompanhado dos senhores coronel Belisario Ramos e seu ajudante de ordens, e dos majores Caetano Costa, Sebastião Furtado e Thiago de Castro, encarregados de o conduzirem, S. Exa. chegou ao Palácio, sendo recebido a porta pela comissão do baile, que o introduziu no gabinete da Superintendência, tocando a música o hino do Estado. Na sala de espera estendiam-se em fila os alunos do Colégio Godinho e no gabinete onde se achava S. Exa., alinhava-se um grupo de meninas, todas de branco com uma facha de seda a tiracolo na dupla cor da bandeira do Estado. Dirigidos pelo maestro Baptista Junior, os dois grupos cantaram com clareza e precisão o hino do Estado (...) depois de pequeno intervalo preenchido pela música, seguiu-se a pequena Elvira Castro: V. Exa. tem adquirido um imenso fundo da nossa gratidão exatamente porque tem, com sobrada honra para si levantando o mais alto

¹⁶⁷ Idem.

padrão das tradições serranas, confirmativas todas elas do patriotismo com que esta região colabora no desenvolvimento material e moral do Estado. (...) Confirmando no conceito público do Estado o vosso nome, hoje proferido com veneração e estima em todo ele, V. Exa. engrandeceu também o nome desta terra (...) Pela meia noite, ao champagne, o Sr. Caetano Costa proferiu um brinde íntimo que pelo alevantado da frase, profundidade dos conceitos e abundância de coração, produziu tão viva impressão no ânimo de todos que ninguém mais ousou prosseguir nas saudações, sendo esse brinde considerado por todos o brinde de honra.¹⁶⁸

Os festejos relatados foram registrados na já citada visita do Tenente Coronel Vidal Ramos Júnior a sua terra natal. Nos dias que permaneceu na cidade, várias homenagens, pronunciamentos públicos, baile de gala, marcha pelas ruas, sessão solene, indicações e visitas. Nos relatos dos jornais, diferentes narrativas incidem sobre um objetivo comum: apresentar os “avanços” alcançados pela Lages republicana, atestados pelo desenvolvimento material da urbe e pelo comportamento “cívico” e “patriótico” que manifestou sua gente. Pelas palavras de seus patrícios a gratidão pelo empenho dispensado em favor do “progresso desejado” e da “elevação” do nome daquela terra. Dez anos após ter assumido a administração pública, como superintendente da cidade, Vidal

¹⁶⁸ Idem, Ibidem.

Ramos Júnior é saudado como “prestigiado” líder republicano do Estado. É evidente que a imprensa local defende interesses específicos, e politicamente bem demarcados, o que nos faz entrever que a projeção de Lages como uma cidade “desenvolvida” e “moderna” ocupava uma parcela considerável desses interesses. Interesses estes, que de certa forma, buscava legitimar a atuação dos Ramos como líderes republicanos de “excelência”, garantindo assim, seus espaços de atuação para além dos campos de cima da serra. O que de fato se concretizou com o avançar das décadas do século XX.

Na projeção dessa Lages republicana, a imprensa da cidade cumpriu um importante papel, alimentando em suas páginas os ideais e concepções peculiar a tal condição. É nessa conjuntura que a propagação da ciência e sua relação direta com os parâmetros modernos, de “progresso” e “civildade”, são amplamente difundidas na urbe. A partir de 1900 não são poucas as referências acerca das divulgações científicas, dos avanços da medicina presentes nos debates da imprensa local. Da mesma forma que se acumulam preocupações quanto ao estado salubre da cidade e os modos de higiene da população, entendidos como elementos essenciais para a garantia do “progresso” e desenvolvimento material da cidade. Em tempos de elevado otimismo em relação ao futuro mundano, através do domínio da técnica e do conhecimento, variadas são as apostas em relação à ciência como um confiável caminho rumo ao bem estar de todos. Nesse sentido, a publicação de 14 de Maio de 1902 do jornal “Cruzeiro do Sul”, traz considerações significativas:

O que pretendemos

Vamos ocupar um modesto lugar na imprensa deste estado. O nosso desejo é de contribuir o mais possível para o desenvolvimento intelectual e material do nosso estado. O estandarte que levantamos hoje tem a divisa gloriosa. “Pela ciência e pelo progresso.” Não há progresso sem ciência. A ciência habilita a inteligência a abrir sempre novas veredas ao progresso dos povos. Porém o desenvolvimento material deve ser acompanhado pelo progresso da instrução religiosa. A ciência e a instrução sem a moral, e sem sentimentos religiosos só servirão aos homens de má índole, para alcançar os seus fins perversos com mais astúcia, para perpetrar crimes com uma malícia tão requintada, e de hediondez tal como a que vem de Ter por teatro o rio Caveiras. Na política seremos imparciais, porém não podemos ser indiferentes. O progresso de um país depende essencialmente de um bom governo: por isso não nos afastaremos do nosso programa, se acompanharmos os acontecimentos políticos com o mais vivo interesse. O nosso juízo sobre os fatos será ditado não pela paixão partidária, mas sim pelo interesse que temos pelo adiantamento do nosso estado. Seremos amigos leiais e defensores intrépidos da honestidade e adversários intransigentes da corrupção e da politicagem degenerada que só servem para o atraso do povo. Este é em traços gerais o programa que seguiremos fielmente. Oxalá que a nossa

folhinha alcance o seu nobre fim e se desenvolva também para poder num dia não remoto apresentar-se aos nossos benévolos leitores num formato maior. H.¹⁶⁹

As palavras são do primeiro exemplar do jornal “Cruzeiro do Sul”, criado em Lages em Maio de 1902, sob a direção de frei Pedro Sinzig, vinculado a ordem franciscana que se caracterizava na ocasião, como a autoridade católica da região serrana. Os franciscanos se estabeleceram em Lages no tumultuado início da década de 1890, mas precisamente no ano de 1892. A missão franciscana era composta por frei Rogério Neuhaus, frei Zeno Wallbroehe, frei Herculano Limpinsel e frei Lucínio Korte, juntamente com os irmãos leigos Mariano Feldemann, Quitiliano Barrem, Germano Wunsick e Patrício Tuschem¹⁷⁰. Entre os objetivos da missão, estava à prioridade de expandir o catolicismo e estabelecer o catolicismo como autoridade religiosa. No entanto, a realidade encontrada pelos missionários franciscanos, na região serrana de Santa Catarina era expressivamente adversa a tais pretensões, uma vez que as práticas religiosas ali vigentes não correspondiam aos princípios do catolicismo ultramontano. Essas práticas estavam fortemente caracterizadas pelo seu aspecto festivo, pela inexistência das práticas sacramentais, pela falta de controle da Igreja Católica e desconhecimento dos princípios doutrinários¹⁷¹. Por outro lado, os franciscanos encontraram apoio de uma elite dirigente local, que neste momento,

¹⁶⁹ Jornal, **Cruzeiro do Sul**, 14 de Maio de 1902 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

¹⁷⁰ SERPA, Élio Cantalício. Op. cit., p. 141.

¹⁷¹ Idem, *Ibidem*, p. 131.

passava por importante processo de rearticulação administrativa em consequência da recém proclamada república. O que de certa forma contribuiu para as ações dos franciscanos na região, considerando que o propósito de extinguir a “ignorância religiosa”, aproximava-se da perspectiva de agregar naquele meio social novos parâmetros de vivência. Segundo Élio Serpa, “era então, a partir de Lages que os franciscanos aliados às elites dirigentes locais, na época representadas pela Família Ramos e Costa, encetavam suas práticas, encontrando apoio das camadas médias da sociedade local, principalmente da população feminina¹⁷². Importante mencionar que tal relação, franciscanos e elite dirigente, não se constituiu de forma plenamente assertiva, devido a relação que parte dessa elite mantinha com a Maçonaria, conforme já mencionado no capítulo anterior. No entanto, é possível pensar que os interesses de ambos embora distintos, completavam-se.

Retornando as palavras de apresentação do “Cruzeiro do Sul”, é possível entrever que mesmo tendo como finalidade principal a divulgação do catolicismo e a defesa do ideário católico, representados pela “instrução religiosa”, também fazia circular notícias políticas e fatos cotidianos da região, não escapando à função pedagógica/orientadora, característica da imprensa local daquele período. Independente da sua formação ideológica, a imprensa lageana entrava na Primeira República animada com os ideais modernos e fiel para com as pretensões republicanas. Nesse sentido, se constituiu num importante veículo de divulgação dos discursos em torno da ciência, da salubridade, das concepções médico-higienistas, das descobertas científicas, e porque não

¹⁷² Idem, Ibidem, p. 146.

dizer, dos “acertados feitos políticos” e do “progresso da urbe”. Todos esses elementos, evidentemente, não são particularidades apenas de Lages, eles refletem de certa forma a composição da agenda republicana, que ocupou por longo período as ações das autoridades públicas no cenário nacional, especialmente nas cidades.

Pela ciência e pelo progresso. Não há progresso sem ciência, essa é uma das linhas de orientação que conduz os pronunciamentos difundidos nessa imprensa, em favor do desenvolvimento de uma sociedade que trilhava os caminhos rumo à “civilização”. Impera entre os interesses de uns e os saberes de outros, o ideal de estabelecer Lages dentro dos parâmetros considerados ideais para o progresso e o desenvolvimento, não apenas do lugar, mas da sua gente.

É nesse sentido que as divulgações científicas, os estudos sobre doenças, notícias de epidemias entre tantos outros dizeres sobre a matéria, ganharam expressão na imprensa lageana daqueles primeiros anos de República. A ciência é a “menina dos olhos” do século XX. É a partir das suas descobertas e do seu gradual desenvolvimento e difusão, que a configuração de um mundo melhor, “moderno” e “civilizado”, ganhava traços mais concretos, fazendo dos homens de ciência o aporte ideal e necessário para sua efetivação. Assim, da natureza exuberante e exótica aos micróbios e seres invisíveis, que permeavam os diferentes ares mundanos, nada escapava a apreciação criteriosa dos cientistas e médicos. No mundo moderno tutelado pelo progresso da ciência, sabe-se muito sobre quase tudo. Na Lages dos primeiros anos do encantado século XX, “um punhado de novas notícias”:

Um punhado de notícias

Um medico inglês acaba de afirmar a descoberta do meio de curar todas as afecções reumáticas dando unicamente a beber ao paciente um cozimento de Aipo, que se obtêm simplesmente em pequenos pedaços, até amolecer pela ebulição. – O Dr. G.C. Rosa da Inglaterra publicou ultimamente um importante estudo acerca da influenza na América e do remédio em cozimento de canela em doses repetidas, a fim de saturar os tecidos e matar o germe gerador dessa febre de origem microbiana. Nas primeiras 24 horas toma-se meia onça de cozimento de canela de meia em meia hora até completar seis dozes. A partir da ultima doze tome-se de duas em duas horas, até a temperatura torna-se normal. Finalmente em seguida administra-se o cozimento 4 vezes por dia durante dois dias consecutivos. Esta medicação foi experimentada por espaço de 8 anos com resultados esplêndido.¹⁷³

São frequentes nos jornais que circulam na cidade, notícias de tal conteúdo. Em destaque, o saber instruído, o domínio da técnica e o sucesso da finalidade, protagonizado pelo rigor do experimento científico e o pronunciamento médico. No “Região Serrana” de 1901, mais formas, meios e outros recursos que a ciência aconselha:

¹⁷³ Jornal, **Região Serrana**, 11 de Novembro de 1900, p. 02 col. 01 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Sobre uma planta que cura esta terrível moléstia, assim se exprime o ilustre Dr. José Ribeiro Monteiro da Silva, paciente investigador e cultor da nossa flora, e residente no Estado do Espírito Santo: entre os vários recursos que a ciência aconselha, deve ocupar lugar saliente a água da bananeira. Planta comum em todo território brasileiro de norte a sul, além de produzir frutos nutritivos e deliciosos, tem o seu tronco um líquido excessivamente adstringente de grande vantagem e real efeito no fastio e diarreia dos tuberculosos. Basta tomar três colheres de sopa por dia da água fresca, isto é, colhida no momento, para o doente se livrar de todos os sintomas graves e assustadores da tuberculose pulmonar, inclusive a tosse e as hemoptises. As espécies, cuja seiva se usa, são a bananeira de S. Tomé (*Musa paradisíaca*) e a bananeira da Terra (*musa sapientum*) (...) Extraíndo a água e conservando-a em uma garrafa também serve para muitos dias (...) é possível fazer um xarope das folhas da mesma espécie que deve ser consumida de 3 em 3 horas 1 colher de sopa para os “tísicos”. “(...) Torrando-se as fatias o fruto verde da bananeira da Terra, pulverizando e tomando-se às colheres de chá quatro vezes ao dia, com água de arroz é um específico contra a diarreia crônica e rebelde. Conheço muitos tuberculosos, em 2º ou em até 3º período que se restabeleceram completamente, tornando-se fortes e sadios, tendo desaparecido todos os sintomas graves, que prenunciavam o próprio

desfalecimento de tão frágil físico,
depois de fazer uso da água da
bananeira. Além disto o banho da
folha seca da bananeira S. Tomé e
tomando-se uma xícara de chá do
cozimento depois do banho é
soberano remédio contra as febres
palustres”.¹⁷⁴

Aconselhada pela ciência, a água de bananeira é antídoto. Pronunciada pelo crivo do esmerado estudioso Dr. José Ribeiro Monteiro da Silva, é poção que cura. Durante esse período, toda sorte de moléstias e curas são noticiadas com frequente destaque. Observa-se, especialmente a partir de 1901, um significativo aumento dos anúncios vinculados a processos curativos e medicamentos, associados diretamente ao desenvolvimento científico. Tanto os anúncios comerciais quanto os artigos noticiosos pertinentes a tais matérias, são apresentados enquanto consequência de estudos criteriosos, protagonizados por médicos e cientistas que ilustram, com seus saberes e experimentos, todo avanço científico daquele momento. Entre as notícias de variantes benefícios proporcionados por estudos científicos, estão também às notícias espetaculosas que sob o critério da técnica, apresentam-se levemente absurdas e particularmente cômicas, como a publicada em 12 de Abril de 1903:

É da America do Norte que esta
surpresa tremenda nos chega ainda.
A Clevelan Medical, revista

¹⁷⁴ Jornal, **Região Serrana**, 28 de Abril de 1901, p. 1 e 4 col. 3 e 1 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

científica, traz n'um dos seus últimos números um artigo do operador Crile, em que este homem transcendente termina por afirmar que descobriu um serum para a ressurreição dos mortos. O milagre é praticado por um extrato das glândulas supra-renais. Crile já realizou, com ótimos resultados, algumas experiências de primeira ordem. Depois de ter enforcado um cão e de provar por diversas formas, que o animal estava por diversas formas que o animal estava completamente morto, infectou-lhe uma certa quantidade do serum aludido nas veias, auxiliando e surge ambula com a respiração artificial e daí a momentos o animal ressurgia, e vive ainda hoje. Crile aplicou o seu processo ao homem em diversos casos de morte por submersão, cloroformização, etc.¹⁷⁵

Entre os meios de cura de terríveis doenças e ressurreição de mortos aos pronunciamentos médicos, as divulgações científicas são disseminadas na imprensa da Lages daquele período. Se as informações que eram tão dedicadamente informadas pelas redações dos diferentes jornais que circulavam pela cidade, repercutiam efeitos práticos no modo de vida daqueles transeuntes, não podemos saber. Mas fato é, que ao circularem tais conhecimentos e descobertas, expressavam de certa maneira sua “atualidade e grau de ilustração”, peculiar a todo “meio social desenvolvido”. Ao comunicarem determinados estudos e

¹⁷⁵ Jornal, **Região Serrana**, 12 de Abril de 903, p. 2 e 3 col. 3 e 1 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

descobertas da ciência, também é certo dizer, que defendiam causas específicas. De forma geral, pode-se afirmar que a causa da higiene e dos hábitos saudáveis, bem como a defesa de uma prática médica, eram pautas de ordem. Além disso, como veremos na sequência, residem em Lages nesse período, alguns médicos vindos do estrangeiro. Em abril de 1903, podemos atestar a presença de Jorge Bleyer, médico vindo da Alemanha e Cesar Sartori, nascido e formado médico na Itália. Ambos com uma formação científica digna de nota, além de médicos eram pesquisadores da fauna, da flora e dos povos nativos do Brasil, especialmente dos que habitavam a região sul do país. Na sequência desse capítulo, daremos a esses homens de ciência, a atenção merecida.

Chamamos atenção para a presença deles na cidade, por acreditar que alguns destes textos publicados nos jornais sem autoria informada, podem ser de autoria desses médicos ou pelo menos, indicativo do intercâmbio que eles proporcionavam dessas atualidades científicas. Uma vez que como identificado, tais médicos mantinham estreita relação e frequente comunicação com importantes instituições científicas e médicas do Brasil e da Europa. Dado ao elevado número de publicações dessa ordem a partir de 1900 nos jornais da imprensa local, é possível entrever que tal “atualidade científica” desses médicos, “bem serviu” aos interesses daqueles que produziram/reproduziram tais pronunciamentos. Por outro lado, também é possível pensar, que tal circunstância beneficiava por fim a própria condição profissional dos doutores. Garantindo-lhes certa visibilidade, status e legitimidade de atuação.

Retornando aos registros do início do século XX, identifica-se que, se noticiar é preciso, discutir e analisar certos saberes e causas também o é. E nesse sentido, nos jornais, mais considerações:

Cuba

A epidemia da febre amarela quando irrompe, durante os verões inclementes, na capital da Republica, é como uma aza negra de mau fado, que repercute pelo país inteiro, produzindo em todos uma atonia de espanto e perplexidade. (...) sem sermos dotados de melhores climas, estamos longe, todavia de tifo endêmico de Buenos Ayres ou da malária de outros países. Atestamos porem a nossa infelicidade própria, lastimamos que o terrível mórbus se tivesse instalado n'aquele ponto do país, curando todos os governos dos meios de debelá-lo, surgindo as mais desencontradas opiniões sobre a sua transmissibilidade ou infecção. Passados os primeiros ruídos das espalhafatosas descobertas de sapiência estrangeira que sobre a matéria nada produziram a não ser experimentar a benevolência indigna, surgiu a celebre doutrina havanesa, pregada aos quatro cantos do mundo com o habito bulento de reclame americano. Versava essa doutrina na transmissibilidade do bacilo por intermédio do mosquito rajado. A principio em o nosso país o numero de adeptos em seguir a teoria americana não foi pequeno, desde que em S. Paulo experiências ulteriores, de cujo valor porem ainda duvida-se, levaram a alguns médicos

a convicção de que a infecção não se produzia pelo contacto de toda a sorte de imundices e que ao contrario, os indivíduos à ela sujeitos saíam ainda mais robustos e revigorados, mutantes, era a teoria irônica da falta de asseio, levando de vencido todos os hábitos de limpeza e bom gosto, uma coisa horrível, enfim surgiu porem na imprensa a luta contra os adeptos da transmissibilidade pelo mosquito, doutrina que por sua vez tinha como prova altamente robusta o fato do desaparecimento do mórbus de Havana, onde a extinção do stegomia foi o único meio empregado para debelá-la. E eis que rebenta com fecho formidável a noticia de que, n'aquela cidade irrompera com veemência terrível a febre amarela.¹⁷⁶

O artigo acima ocupa quase toda a primeira página do circular de entrada da primavera de 1903. Vários aspectos do texto publicado são significativos para pensar não só o papel da ciência em tempos de diferentes descobertas, concepções e estudos, como também das contradições geradas entre si. A publicação desses artigos, reafirmamos mais uma vez, são especialmente interessantes por indicar a atualidade do debate científico na cidade. A matéria tratada no artigo sobre a teoria havanesa e a febre amarela é evidência disso. Por essa razão algumas considerações sobre a matéria são importantes.

¹⁷⁶ Jornal, **Região Serrana**, 20 de Setembro de 1903, p. 1 col. 2 e 3 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Pode-se dizer que até fins do século XIX, havia certo consenso na comunidade científica de que a febre amarela se originava de emanções pútridas, os miasmas. No entanto havia divergências quanto aos meios de propagação da doença. Alguns a concebiam como um mal contagioso, já outros, apostavam na perspectiva transmissível ou contagiosa. Segundo Jaime Benchimol¹⁷⁷, é na década de 1890 que começavam a se multiplicar na imprensa de especialização médica do Rio de Janeiro, especulações sobre o papel do inseto na transmissão de doenças. É a partir de então que algumas teorias começam a ganhar espaço nessa agenda de debates, entre elas, a teoria havanesa citada pelo articulista do jornal “Região Serrana” em 1903. Tal teoria tinha como mentor o médico cubano Carlos Finlay que na década de 1880 publicou uma série de artigos classificando o mosquito como o verdadeiro transmissor da febre amarela. Naquele momento a repercussão dos estudos de Finlay não atingiu grandes proporções, dada a predominância da concepção de transmissão por contágio às doenças como tuberculose, febre tifóide, etc. É em 1900, quando Cuba passava por um período de disseminação da febre amarela que as argumentações de Finlay retomaram a pauta de investigação, quando uma missão médica americana traz à tona a hipótese do médico cubano¹⁷⁸, confirmando por fim suas argumentações.

Em 1903, é realizado no Rio de Janeiro o “V Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia” que entre outros temas, colocou em

¹⁷⁷ BENCHIMOL, Jaime. 2001. (Cord.). **Febre Amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada**. Rio de Janeiro: Fiocruz.

¹⁷⁸ TEIXEIRA, Luiz Antonio. 2001. “Da transmissão hídrica à culicidiana: a febre amarela na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo”. In: *Revista Brasileira de história*. V. 1, n. 41.

confronto os partidários da teoria havanesa, liderados por Oswaldo Cruz e os seus não simpatizantes¹⁷⁹. É nesse congresso que o médico Jorge Bleyer, residente em Lages desde fins do século XIX, apresenta a seus pares o resultado de suas pesquisas sobre as moscas. O trabalho intitulado “Perigo das Moscas”, trata especificamente da “morfologia e biologia de moscas nocivas à espécie humana¹⁸⁰”. Nesse sentido, pelo menos esse artigo que trata da teoria havanesa publicado em Setembro de 1903, não é de autoria do Bleyer, e possivelmente também não seja de Cesar Sartori, que recém havia chego à cidade. O primeiro por nos parecer bastante convencido de que as moscas e mosquitos eram mesmo agentes transmissores, “criaturas maléficas”. E o segundo, por não encontramos aproximação do tema às suas preocupações clínicas e científicas, que foram amplamente registradas nos jornais conforme veremos na sequência. De qualquer forma, o debate da febre amarela e o conhecimento acerca da atualidade das teorias científicas discutidas em âmbito internacional, demonstram pelo menos que os redatores da imprensa local estavam bem informados. Destaca-se ainda, que a certa aversão demonstrada pelo redator sobre a concepção que colocava em segundo plano as condições de higiene e o contato a “toda sorte de imundices”, “levando de vencido todos os hábitos de limpeza e bom gosto”, indica certa atenção para com a causa. Conforme já dito, na passagem do século XIX para o XX, as concepções de higiene e bons

¹⁷⁹ BENCHIMOL, Jaime. Op. cit.

¹⁸⁰ Tal participação é registrada pelo jornal “Região Serrana” em 28 de Junho de 1903. Na sequência desse capítulo trataremos mais especificamente da trajetória e das investidas científicas do Dr. Bleyer durante seu período de permanência na cidade.

modos eram amplamente vinculados à imprensa, como meios para garantir o desenvolvimento da urbe e o requinte de seus habitantes.

Por essas mesmas páginas de jornal, todo dinamismo de trabalho da vida científica são periodicamente divulgados em notas de destaque. Além dos Congressos Médicos, os Congressos Científicos também mereciam atenção especial. Nesse sentido, cabe fazer algumas considerações sobre o “Congresso Científico Latino Americano”, amplamente divulgado pela imprensa local em suas várias edições realizadas nessa primeira década do século XX.

Os Congressos Internacionais começaram a ganhar forte expressão ainda nas primeiras décadas do século XIX, porém restritos aos países da Europa que cuidavam de eleger uma de suas belas capitais para sediar o evento e convidar os mais célebres cientistas das demais partes continentais do globo¹⁸¹. Segundo Dominichi de Sá, a configuração dos Congressos Internacionais ganha diferente contornos na medida em que, a vocação científica trilha o caminho da especialização, segundo suas palavras:

Definitivamente, não havia mais lugar na comunidade letrada para os amadores das ciências, aqueles de quem se contavam a piada de que “conheciam nada sobre tudo”. Não se concebia mais uma atividade intelectual verdadeiramente produtiva fora das instituições científicas renomeadas. (...) Esse era o grande ideal da profissionalização científica que emergia naquela

¹⁸¹ SÁ, Dominichi Miranda de. Op. cit., p. 97.

ocasião – nada mais de espontaneidade e gosto pessoal, ou desprendimento e isolamento intelectual (...). E a essas novas demandas, o ideal da especialização intelectual pareceu, portanto, servir a contento. Bastava que as explorações no domínio científico, levadas a cabo mundo afora por esses especialistas, reverberassem internacionalmente. Esses dois elementos da ciência do período – especialização e internacionalização – são inseparáveis.¹⁸²

Nesse sentido, os Congressos cumpriam um importante papel de socialização do conhecimento científico, produzido em diferentes cantos do mundo, considerando toda a diversidade ambiental, natural, social e humana que constituía essas distantes partes do globo. Papel, aliás, fundamentalmente especial, em um contexto que já colocava por terra a pretensão de um saber completo e único acerca das diversas variantes mundanas. Assim, o interesse dos Congressos Internacionais era, exatamente, a aproximação dos cientistas de cada país, pois de acordo com o célebre fisiologista francês Charles Richet, defensor da essencialidade desses Congressos, “poucos minutos de conversa com um experimentado sábio ensinavam muito mais do que horas e horas de leitura na solidão de uma biblioteca”. Ainda para Richet, “se alguma característica especial pudesse ser conferida à pesquisa científica daquele período, ninguém poderia duvidar de que era internacional, e não só isto,

¹⁸² Idem, *Ibidem*, p. 95.

de que era, sobretudo, impessoal”¹⁸³. Os Congressos, contudo, seguiam o modelo naturalista então predominante no momento:

Segundo esse registro biologista, a humanidade era compreendida pela imagem ou metáfora do ‘organismo’, segundo a qual cada uma de suas frações tinha uma função a exercer. Defendendo uma ação recíproca de cada parte, ou de cada cientista em cada país, os defensores da internacionalização acreditavam, acima de tudo, na federação humana como um dos maiores resultados da ação e da evolução dos homens, e cuja marcha, é claro, já tinha sido iniciada.¹⁸⁴

Ainda que jovem, o continente latino Americano não se isentou de tal festa e tratou de organizar suas próprias celebrações científicas, e a charmosa capital da recém instaurada república brasileira, o Rio de Janeiro, foi anfitriã de algumas dessas ocasiões. No dia 06 de Agosto de 1905 realizou-se no Rio de Janeiro a sessão de abertura do Terceiro Congresso Científico Latino-Americano:

No Teatro São Pedro de Alcântara, num cenário “caprichosamente ornamentado e iluminado à luz elétrica” reuniram-se os “delegados do pensamento dos povos em prol da

¹⁸³ RICHET, Charles. ‘Les Congrès Internationaux de 1900’, Revue Scientifique, n. 24, jun. 1900, p. 737. Apud SÁ, Dominichi Miranda de. Op. cit., p. 96.

¹⁸⁴ Idem, Ibidem, p. 96-97.

ciência, da paz e da felicidade de cada uma das nações”. Entre as instituições brasileiras orgulhosamente integradas ao encontro, a Academia Nacional de Medicina, o Clube de Engenharia, o Clube Militar, a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina, a Faculdade Livre de Direito, a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Museu Nacional e a Sociedade de Medicina e Cirurgia. Nenhuma delas deixou de enviar seus representantes, que teriam deixado o silêncio dos seus laboratórios e gabinetes de trabalho para dar notícia da sua produção científica aos congêneres americanos.¹⁸⁵

A célebre ocasião foi noticiada com extenso artigo, publicado no “Região Serrana” de Setembro de 1905¹⁸⁶. Assinado por S. Rano, o artigo traz considerações significativas acerca do papel da ciência, mais especialmente acerca dos aspectos pulsantes e visíveis do progresso, da modernização e da autonomia, que a jovem República brasileira apresentava aos olhos dos visitantes e convidados estrangeiros. Entre seus ditos uma radiografia daquilo que em termos nacionais, já esboçava, um quadro bastante qualitativo de desenvolvimento e progresso, tanto moral quanto material. Dispondo de uma retórica rebuscada, apresentou sem meias palavras aquilo que, dentro de seu entendimento, correspondia às

¹⁸⁵ Idem, *Ibidem*, p. 112-113.

¹⁸⁶ Jornal, **Região Serrana**, 10 de Setembro de 1905, p. 01, col. 1 a 3 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

ações necessárias e aos ideais fundamentais para alcançar o melhor caminho rumo ao progresso e a civilização. Observa-se ainda uma defesa sumária da pátria brasileira e toda sua capacidade inventiva, garantindo-lhes um expressivo lugar frente às nações, que por esforços próprios, têm conquistado seu espaço dentro do cenário internacional. Nesse sentido, os ditos de S. Rano seguiam nesses termos:

Congresso Científico Latino Americano

Encerrou-se a 16 passado, na capital da República, o Congresso Científico Latino Americano. (...) não podemos ser estranhos ou indiferentes as emotividade que as idéias cosmopolitas do século, servidos pelas classes dirigentes e impulsionados pelos espíritos cultos, num ardente desejo de acertar numa orientação uniforme nas linhas gerais, (...) a massa informe e às vezes amorfa das opiniões, num incitamento enérgico e perseverante para os estádios da vida culta, espiritual, enquanto que os melhoramentos de ordem material, no México, no Chile, na Argentina e ultimamente em nossa pátria formam o hino ciclopico do trabalho em vibração sinérgica de povos jovens e fortes, dispostos a conquistar, pela própria competência e esforços, o lugar que lhes compete presentemente na história, como depositários, em terras americanas, das grandes e belas tradições da raça latina que foi a pioneira da civilização (...)¹⁸⁷.

¹⁸⁷ Idem.

Reforçado o protagonismo das jovens nações por méritos próprios em favor do lugar que devidamente lhes cabe na história, seguem-se as considerações, destacando os feitos necessários, as condutas ideais e os resultados almejados:

Prossigam os grandes melhoramentos materiais iniciados, por diversos países latino-americanos, de par com o evoluir vertiginoso no terreno pratico, atestando a assimilação ás doutrinas utilitárias do século, por que assim é necessário, como condição de êxito na arena do *struggle for life*; promova-se a educação do sentimento estético do povo; abra-se um campo mais vasto ao estudo e evocação intelectuais para que as especialidades se firmem pela emulação e pelo exemplo; confraternizem em espírito as mais poderosas celebrações do novo continente: subjuguem-se de vez a hidra da caudilhagem que conturba os ânimos, semeia ódios, aterroriza e retrai para os antros da obscuridade aos que podem dignificar a espécie humana, e dá quase sempre palma da vitória aos mais audazes e menos escrupulosos: faça-se da política a ciência de dirigir o povo, em vez da ciência de passar bem; implante-se, pelas distinções ao mérito, a contenção do espírito com o hábito do trabalho; eduque-se enfim, e demonstraremos ao velho mundo (...) que não somos já – o continente

enfermo, e que as populações lançadas às praias da jovem América não foram sargaços que a preamar humana da velha Europa arrojou como dispostos inúteis, para além oceano, mais sim fermentos poderosos e difusos para a constituição de nacionalidades que devem, querem e podem rivalizar em tudo com as mais adiantadas do antigo continente¹⁸⁸.

Evidenciado assim, os fazeres e a pretensão maior de equiparar-se ao nível do velho continente, segue para finalização das considerações, ressaltando o papel do Congresso Científico em terras brasileiras:

Mas a história demonstra por fatos positivos que tudo aquilo que a rotina, os preconceitos, o hábito e a tradição baseada na ciência dos antepassados, fazia passar como verdades intangíveis, vai ruindo ao camartelo da nova ordem de investigações e da análise implacável do século da eletricidade e dos aeróstatos. Mas, para que a ânsia de tudo saber e desnudar os segredos da natureza, golpeando cerse a fantasia que é, um dos mais apreciáveis atributos da organização física do homem, não precipite num vôo de Ícaro o radioso veículo da análise, inventaram-se os congressos científicos, onde além do estudo metódico, por especialidades, na vinculação de todos os assuntos que interessam a humanidade culta, dá-se

¹⁸⁸ Idem.

fatalmente a aproximação dos pensadores, estabelece-se o concerto dos princípios gerais que a imprensa preconiza e divulga, arroteando o campo da opinião pública que obriga a ação dos governantes para que as idéias se traduzam oportunamente em fatos. É esta a missão dos Congressos e o que reuniu-se, há pouco, no Rio de Janeiro teve, além dessa, a vantagem de concorrer para que homens eminentes das Repúblicas americanas viessem conhecer de perto as belezas naturais, os grandes elementos de prosperidade que possui o Brasil; julgar de visa o grande esforço que fazemos para progredir e verificar que, com tais elementos de expansão dentro das suas fronteiras, ao invés de um visinho irrequieto e contra cujas ambições é preciso estar prevenidos, como injustamente já se tem dito, somos um povo aparelhado para subir com os próprios recursos, sem violências ao direito internacional e nestas condições um aliado precioso, um elemento ponderável na reivindicação dos créditos e sustentação da integridade sul-americana. S. Rano¹⁸⁹.

Como se vê, na pequena Lages de princípios do século XX, questões mundanas permeavam a inquietude de alguns e de certa forma, como já se pode verificar, influenciavam nas ações e ideais pretendidos e efetivados em favor ao desenvolvimento desse pequeno chão comum.

¹⁸⁹ Idem.

Afinal cabia a imprensa local daquele período, salientar algumas causas específicas, que conforme já visto, perpassava entre outras preocupações, à de apresentar uma Lages republicana, fruto do empenho de seus líderes administrativos, “fiéis” ao ideal do novo regime político vigente no país.

Paralelo a esse “punhado de notícias”, durante todo o período analisado, mais especificamente referente à imprensa que abrange os anos de 1883 a 1910, é recorrente e crescente as notas que comunicam os serviços médicos disponíveis na cidade. Considerando a distância que Lages mantinha em relação aos centros mais urbanizados do período, a presença de médicos pelos campos de cima da serra, pode ser considerada expressiva. A circulação desses senhores da ciência, por mais efêmera que fosse, era sempre noticiada com muito entusiasmo. Entusiasmo que, aliás, refletia a elevada estima com que eram acolhidos e recebidos pela seleta elite local. Logo após o anúncio da chegada desse ou daquele doutor, não demorava circular pelas páginas dos jornais, a participação nos bailes, ocasiões públicas e reuniões familiares dos refinados senhores da sociedade lageana. Na cidade de privilegiada natureza e ares límpidos da serra, alguns doutos estrangeiros incrementaram o cenário. Entre chegadas e partidas, algumas permanências. Entre tantos nomes, alguns renomes, na cena urbana das Lagens: Dr. Cleary, Dr. Bleyer e Dr. Sartori.

3.2 – Estrangeiros na cidade: Dr. Cleary, Dr. Bleyer e Dr. Sartori

Em tempos em que a ciência apresenta-se como o caminho do progresso, garantia de domínio da técnica e por consequência, do controle das mazelas mundanas, apresentadas especialmente pelas doenças e epidemias que assolavam significativos contingentes populacionais em diferentes ambientes, principalmente nas cidades, não causa grande surpresa atestar a elevada visibilidade que os senhores da ciência médica alcançaram em face a esse contexto. Os médicos conforme já mencionado anteriormente, cumpriram um importante papel nas composições urbanas na passagem do século XIX para o XX. Papel este, que esteve muito além da atuação clínica, repercutindo especialmente acerca dos saberes que orientavam as ações executadas para o melhoramento da estrutura material e moral, dos espaços e das gentes. Se por um lado, a formação técnica garantia-lhes enquadramento profissional e atuação específica, por outro, toda pompa da ilustração advinda de tal formação, proporcionava-lhes distinção. Seus conhecimentos possibilitavam meios para alcançar resultados justos e corretos por um lado e por outro, tornavam-se capazes de combater a ignorância e o erro, causadores do atraso e dos maus costumes. Contudo, é certo dizer que tal maestria atingia dimensões específicas e não é exagero afirmar que, diante de uma maioria significativa, não passavam de personas espetaculosas, esquisitas e por vezes cômicas e risíveis. Mas justiça seja feita: os senhores médicos de uma forma ou de outra repercutiram e se assim foi, que seja dito.

Não há na historiografia catarinense até o momento, estudos que tenha se dedicado à análise da atuação médica nos campos de cima da serra. Exceto o já citado trabalho de Licurgo Costa, publicado em 1982, quase nenhuma referência se encontra acerca da matéria. Diante de tais circunstâncias, os registros aqui compartilhados esboçam uma contribuição preliminar. Com isso, algumas considerações acerca de três médicos estrangeiros na pequena cidade de Lages.

Na sessão ordinária da Câmara datada de 12 de Abril de 1869¹⁹⁰, entre demais ofícios, petições e pareceres, consta o seguinte:

Sessão ordinária de 12 de Abril de 1869
Presidência Sr. Roza

Aos doze dias do mês de abril de 1869 nesta cidade de Lages na sala das sessões da Câmara Municipal da mesma cidade, onde se achava ela reunida as dez horas da manhã composta dos vereadores constantes da ato do dia dêz do corre mês, declarou o Sr. Presidente aberta a sessão (...) Foi lida uma petição do doutor Rueben Celary, apresentando sua carta mais títulos de doutor formado em matemática e em medicina, e como tal oferece prestar juramento perante esta câmara o que teve o despacho seguinte: a Câmara marca o dia 13 do corrente para se apresentar o Sr. Doutor apresentar o devido juramento. Paço da Câmara Municipal da cidade de Lages, em sessão ordinária de 12 de Abril de 1869.

Poucos anos após a elevação da pequena vila à cidade, em meio a concessão de terrenos, abertura de ruas, construção de moradias, chega à cidade, vindo do norte do continente Americano o médico, engenheiro e ex combatente de guerra, Dr. Reuben Cleary. Nascido na Virgínia – EUA em 1835, chega a Lages com 34 anos e se hospeda na chácara de Guilherme Schwartz, carpinteiro que também deixou os EUA depois da Guerra da Secessão. Deixando a casa de seu conterrâneo, aluga uma casa

¹⁹⁰ Livro Ata 1868 a 1871, p. 22 a 24 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

nas imediações do largo da matriz onde também instalou seu consultório e ateliê de engenheiro¹⁹¹.



Figura 12: Dr. Rueben Cleary
Acervo: Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

¹⁹¹ No arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro, mais especificamente no acervo de genealogia, encontramos algumas notas biográficas de Rueben Cleary. É com base nesses registros que se esboçam parte das informações aqui mencionadas acerca da trajetória do médico e engenheiro na cidade. Pasta Rueben Cleary – Acervo de Genealogia – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Nos anos seguintes, estabeleceu união matrimonial com Guilhermina Simone Schmid, filha de Carlos Schmidt, comerciante alemão estabelecido na cidade desde 1850.



Figura 13: Guilhermina Simone Schmidt e Dr. Rueben Cleary - 1875
Acervo: Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

Segundo Licurgo Costa¹⁹², Rueben Cleary era um homem alto e corpulento, louro, de barbas suíças bem tratadas, que saía a rua sempre de chapéu coco, luvas de pelica, bengala e quando a passeio, acompanhado

¹⁹² COSTA, Licurgo. Op. cit., p. 556.

de um ou dois de seus cães de estimação de pura raça dinamarquesa, sempre muito bem tratados, limpos e tosados. Ainda segundo Costa, como bom médico não desconsiderava seu ofício de engenheiro, realizando durante sua permanência na cidade, o traçado da estrada de rodagem Lages-São José e construindo na pacata e gelada cidade, a primeira lareira na residência em que morava. Além disso, foi membro do partido Conservador e tesoureiro do Clube Literário e Recreativo Lageano¹⁹³. Nos jornais de 1883 consta registro de sua atuação como médico em notas de agradecimento e anúncios de seus serviços¹⁹⁴.

A que tudo indica, bem recebido e ligeiramente bem relacionado a família abastada da cidade, além de responsável pelo traçado da estrada acima referenciado, Dr. Rueben Cleary, presenteou a modesta cidade com a planta do primeiro prédio de mercado público da cidade¹⁹⁵. Entretanto não foram nem aquelas modestas qualidades de médico nem a aparência permanentemente mal humorado com que levava a vida em Lages, que deram alguma projeção histórica ao seu nome, mas sim, os relatos que o particular doutor deixou acerca de suas vivências em terras brasileiras. Os relatos não foram publicados, contudo seus volumosos manuscritos encontram-se arquivados na Biblioteca do Congresso Nacional em

¹⁹³ Verifica-se nas atas dos partidos políticos e documentação dos Clubes Literários do século XIX, menção a seu nome envolvido nas atividades de ambas as esferas. Pastas: Atas Partidos Políticos nº 298 Categoria de Política e Pasta Sociedade Recreativa – Clube Literário e Recreativo nº 353 Categoria Sociedades Recreativas – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

¹⁹⁴ Jornal, **O Lageano**, 13 de Maio e 1883 e 29 de Dezembro de 1883 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

¹⁹⁵ Ata de 02 de Novembro de 1875, p. 79 e 80 v. Livro Ata 1872 a 1877 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Washington – EUA, sendo possível o acesso para pesquisa por cópia micro filmada¹⁹⁶.

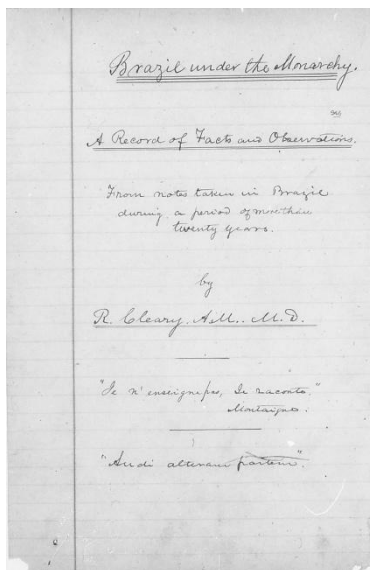


Figura 14: Capa do Manuscrito Brasil Under Monarchy – Rueben Cleary
Acervo: Biblioteca do Congresso Nacional em Washington – EUA

¹⁹⁶ Cleary, R. "Chronicas Lageanas or a Record of Facts and Observations on Manners and Customs in South Brazil" de R. Cleary A.U.M.D. Lages, 1886 e "Brazil under Monarchy", s.d. Documentação pertencente à Libray of Congress, dos EUA. Uma cópia da documentação micro-filmada foi adquirida por Henrique Espada Lima e se encontra no acervo do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura da Universidade Federal de Santa Catarina.

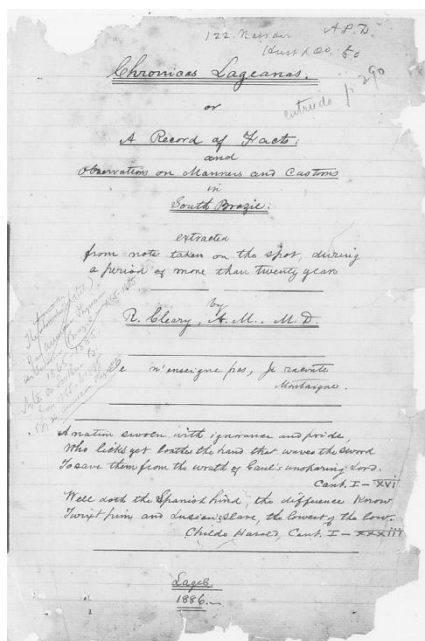


Figura 14: Capa do Manuscrito *Chronicas Lageanas* – Rueben Cleary - 1886
Acervo: Biblioteca do Congresso Nacional em Washington – EUA

O primeiro volume intitulado “Brasil Under Monarchy”, Rueben Cleary também registra observações acerca do período que viveu em Lages, onde segundo Licurgo Costa, o doutor:

Faz minuciosa descrição do que era Lages, com uns poucos elogios ao clima e, sobretudo, nenhuma condescendência para com os modestos defeitos ou falhas naturais numa pequenina cidade interiorana, que o recebeu amavelmente. Mas o

médico-engenheiro era um republicano ferrenho e tudo o que encontrou possível de crítica – segundo o seu critério – era diretamente atribuído á Monarquia. (...) descontados os exageros antimonárquicos, observações valiosas sobre a situação das províncias sulinas nos últimos tempos do império são ali registradas¹⁹⁷.

No manuscrito “Chronicas Lageanas”, doutor Cleary dedica-se mais especificamente ao meio social da pequena cidade catarinense em fins do século XIX. Em 411 páginas, Cleary registra as experiências vivenciadas em Lages, bem como suas observações acerca dos aspectos culturais e sociais da cidade, naquelas últimas décadas do século XIX. Dividido em trinta e nove capítulos, os manuscritos fazem referências as práticas médicas realizadas em Lages, aos cemitérios, curandeiros, a arquitetura, as artes, a educação, os funerais, a religiosidade, as autoridades, etc. Tais registros, sem dúvida, são inspiradores sobre vários aspectos, principalmente considerando que não há, até o momento, nenhuma pesquisa que se valha desses registros de forma mais dedicada. No acervo de Genealogia do Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro¹⁹⁸, encontra-se duas correspondências entre Abeillard Barreto e Danilo Thiago de Castro¹⁹⁹, que tratam de informações acerca do Dr. R.

¹⁹⁷ COSTA, Licurgo. Op. cit., p. 557.

¹⁹⁸ Acervo de Genealogia, Pasta Cleary – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

¹⁹⁹ Danilo Thiago de Castro, fundador do Museu Histórico Thiago de Castro, profundo conhecedor do acervo que reuniu ao longo de sua vida, era sempre procurado por pesquisadores em busca de informações acerca de Lages e região Serrana. Nascido em 02 de Dezembro de 1919, falece em Lages aos 86 anos no dia 29 de Abril de 2006.

Cleary. Numa das cartas²⁰⁰ Abeillard Barreto menciona que o interesse nos dados biográficos de Cleary é em “razão de uma pesquisa que visa contemplar o verbete respectivo, numa bibliografia rio-grandense de autores estrangeiros”. Menciona ainda, nessa mesma correspondência, que parte dos manuscritos de Reuben Cleary, foi publicado em 1919, por Loretta Baum, em “artigo constante na “The Hispanic American Historical Review, Baltimore, sob o título “German Political Designs with reference to Brazil” – Vol. 2 (4), p. 586-610”. Infelizmente em tempo desse trabalho, não foi possível localizar nenhuma das referências acima anunciadas. Contudo, certo é que tais registros são de expressivo valor para a historiografia, dada a riqueza de informações ali contidas, referente a um período de grandes transformações na esfera política e social do país.

Em fins da década de 1880, Reuben Cleary e Guilhermina Schmidt deixam Lages com destino ao Rio de Janeiro. Segundo informação contida no verso de uma fotografia encaminhada a familiares em Lages²⁰¹, o casal partiria para os Estados Unidos em 1889. Dr. Cleary e esposa, retornam para o Brasil, mas ficam residindo no Rio de Janeiro onde, no dia 11 de Fevereiro de 1898, aos 63 anos de idade, Cleary falece, conforme noticiado pela imprensa lageana em 27 de Fevereiro de 1898²⁰².

¹⁹⁹ Carta de Abeillard Barreto destinada a Danilo Thiago de Castro datada de 1971. Acervo de Genealogia, Pasta Cleary – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

²⁰⁰ Carta de Abeillard Barreto destinada a Danilo Thiago de Castro datada de 1971. Acervo de Genealogia, Pasta Cleary – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

²⁰¹ Acervo de Genealogia, Pasta Cleary – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

²⁰² Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 deste mês o Doutor Rubem Cleary, que por longos anos residiu nesta cidade. O finado era médico muito hábil. Tendo exercido neste município, sempre

Ainda no século XIX, mais precisamente no ano de 1897/203, encontram-se os primeiros registros acerca do segundo médico aqui evidenciado. Trata-se de Georg Carl Adolf Bleyer. Em preciosa nota de pesquisa publicada na Revista Manguinhos²⁰⁴, Terezinha Martins apresenta valiosas informações acerca da trajetória do Dr. Bleyer, que desempenhou papel crucial na instituição da saúde Pública em Santa Catarina, sendo um dos pioneiros da medicina tropical, antropologia e da arqueologia no Brasil.

Jorge Bleyer nasceu à época em que Pasteur começava a descortinar o mundo dos micróbios e parasitas, toxinas e antitoxinas, vacinas e soros associados à promessa de novos horizontes para a humanidade. Conforme já mencionado no capítulo anterior, os conhecimentos propagados pelas descobertas de Pasteur proporcionaram subsídios fundamentais para a perspectiva higienista largamente aplicada em políticas públicas, especialmente em relação à urbanidade das cidades. Bleyer cursou medicina em Londres, no University College, onde recebeu o título de doutor em 15 de outubro de 1891, ao defender a tese intitulada “Fauna ofídica da Alemanha: uma descrição das Ellittempa Lelunden”. Seu gosto pelas expedições científicas foi estimulado pelos livros em que Karl von den Steinen (1885-1929), antropólogo de renome internacional e professor da Universidade de Berlim, descrevia suas expedições ao

com muita dedicação e feliz resultado a sua nobre profissão. Jornal, **Região Serrana**, 27 de Fevereiro de 1898, p. 2 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

²⁰³ Consta na coluna de anúncios do jornal Região Serrana o seguinte: “Acha-se nessa cidade o Sr. Dr. Jorge Bleyer médico operador”. Região Serrana, 11 de Julho de 1897 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

²⁰⁴ COSTA, Terezinha de J. T. B. M. “Caminhos percorridos pelo Dr. Jorge Clarke Bleyer nos campos da medicina tropical e pré-história brasileira”. *História, Ciência e Saúde: Manguinhos*. Rio de Janeiro, nº 1, jun-agos. 2003.

Brasil, em 1884 e 1889, inclusive a permanência entre tribos selvagens do Xingu. No livro, Steinen narra a viagem ao estado de Santa Catarina, em 1889, ocasião em que percorreu a ilha do mesmo nome, Laguna, o município de Orleães e as serras limítrofes com São Joaquim²⁰⁵.

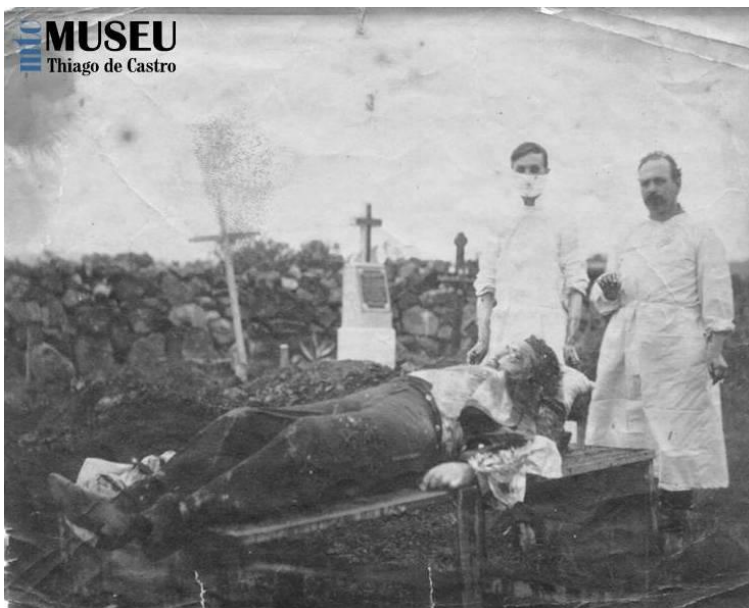


Figura 15: Dr. Bleyer e Dr. Castilhos – Exumação do corpo de Ernesto Canozzi – Lages - 1902²⁰⁶

Acervo: Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

²⁰⁵ Idem, *Ibidem*, p. 2.

²⁰⁶ Canozzi foi assassinado em 1902. O enredo desse crime teve extensa repercussão na cidade de Lages, indicando muito da configuração política e social daquela Lages de início do século. Para maiores detalhes acerca desse acontecimento, seus desdobramentos, bem como a atuação do Dr. Bleyer no episódio e demais senhores dessa terra, conferir: NUNES, Sara. Op. cit.

Entusiasmado com as narrativas de Steinen, especialmente sobre sua passagem no sul do Brasil, Bleyer parte da Europa chegando ao Brasil em 1892. Fixa-se em Blumenau, extensa colônia alemã em que morava Fritz Muller. Herdeiro dos ideais do romantismo alemão (1797-1815), que Alexander Humboldt personificara como ninguém, e, ao mesmo tempo, protestante evangélico com sólida formação religiosa, Bleyer era um jovem que aliava a bondade à aspiração de realizar grandes feitos em prol da ciência e da humanidade²⁰⁷. Quando chegou a Blumenau, seus serviços médicos foram logo colocados em prática, atuando no hospital local e atendendo chamados de toda redondeza. Suas atividades, contudo, não se limitava à atuação clínica. Destacou-se também como principal defensor da higiene pública no estado e publicou diversos trabalhos sobre medicina, zoologia, etnografia e arqueologia em revistas científicas europeias, sobretudo da Alemanha²⁰⁸. Realizou, em Lages e na região serrana, bem como em Palmas no Paraná, extenso e variado levantamento arqueológico e antropológico, vivendo entre tribos indígenas e visitando cavernas seculares. No planalto catarinense realizou importante pesquisa acerca das inscrições rupestres, sempre em busca de investigar e descobrir as particularidades dos povos nativos da região²⁰⁹. Seus trabalhos como

²⁰⁷ Idem, *Ibidem*, p. 3.

²⁰⁸ Idem, *Ibidem*, p. 3-4.

²⁰⁹ Em artigo publicado na Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Artes visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia a arqueóloga Fabiana Comerlato, analisa as pesquisadas produzidas acerca das gravuras rupestres no Estado de Santa Catarina. Trata especificamente das pesquisas que correspondem a duas tradições arqueológicas reconhecidas: a Tradição Litorânea Catarinense e a Tradição Geométrica, classificação atribuída às representações rupestres existentes no litoral central do Estado e na região dos Campos de Lages. No segundo tópico do referido artigo, a arqueóloga dedica-se especificamente as gravuras rupestres do Planalto Serrano Catarinense e após descrever a composição das referidas representações, pontua que a primeira publicação sobre as “cavernas” do planalto são de autoria do Dr. Jorge Bleyer em 1913, no XVIII Congresso Internacional de Americanistas em Londres.

destacado homem de ciências eram amplamente divulgados na imprensa de Lages do período.

Segundo os apontamentos bibliográficos realizados por Terezinha Martins, Bleyer chega a Lages em razão de um doente gravemente enfermo, o que de acordo com os registros da imprensa, deve ter ocorrido em fins da década de 1890. Conforme as notícias dos jornais, em 1897 Dr. Bleyer já se encontra estabelecido em Lages. No ano seguinte, casa-se com Adelaide Augusta Neves, companheira com quem teve 11 filhos. Na cidade, permaneceu clinicando e desenvolvendo suas pesquisas em favor ao desenvolvimento da ciência. Em 27 de Novembro de 1898 no jornal “Região Serrana”, consta o seguinte anúncio:

Clinica Médica do Dr. Jorge Bleyer
De volta de sua viagem, continua a
dispor dos seus clientes e amigos.
Tratamento especial das moléstias
infecciosas sob a vista de estudos
bacteriológicos. Os títulos do supra
dito médico são registrados na
Inspetoria de Higiene Pública deste
Estado²¹⁰.

Os registros de sua excelência enquanto médico eram frequentes na imprensa, publicados em diversas notas de agradecimento, como as que citamos abaixo:

Em 1918/1919 publicou ainda, “Contribuição para o estudo do troglodyta das cavernas no planalto do Brasil”. In: COMERLATO, Fabiana. “As representações rupestres do Estado de Santa Catarina, Brasil”. *Revista OHUN: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFBA*. Ano, 2, nº 2, Outubro de 2005.
210 Jornal, **Região Serrana**, 27 de Novembro de 1898. Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Saudações,

O Sr. Dr. Jorge Bleyer acaba de, mais uma vez, demonstrar a sua perícia na clinica cirúrgica, fazendo com bastante calma e habilidade, em dias da semana passada, a extirpação radical de uma tossilha hipertrofiada que sérios embaraços causava a saúde da paciente senhorita Bazeliissa de Brito, filha do Sr. Capm. Victor de Brito. A' gentil senhorita e ao ilustre clinico os nossos parabéns²¹¹.

Ao ilustre Dr. Jorge Bleyer
(Gratidão)

Muito tempo hesitei em manifestar os sentimentos que nutro no âmago do coração em relação ao Apóstolo da Ciência, Apóstolo do Bem e Encarnação da mais desinteressada Dedicação, o ilustre facultativo Sr. Dr. Jorge Bleyer. Hesitei por entender que os agradecimentos pela imprensa, mais significam atos de gentileza e consideração, ao passo que eu devo também profundo reconhecimento ao Dr. Bleyer. Hesitei finalmente por estar convencido de que a flor mimosa da gratidão nunca fenece quando plantada no jardim da alma e regada pelo orvalho cristalino de uma afeição sincera. Porém mais convencido ainda de que jamais ser-me-a dado ensejo de testemunhar tais sentimentos, socorro-me do meio comum – a imprensa – lamentando desmaiar o meu espírito

211 Jornal, **Região Serrana**, 08 de Julho de 1900, p. 3 col. 1. Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

a luz da competência, para dar as minhas frases – o torneio, o colorido, a perfeição que caracterizam todas as ações praticadas em proveito meu, pelo talentoso médico. Enfermos: - eu, minha mulher e duas filhinhas, acometidos por gravíssimas e diferentes moléstias, a clarividência e inimitável dedicação do caridoso Médico valeram-nos, (á nós e á ele), o triunfo completo nessa ingente luta, sem trégua, travada a tantos meses. Quantas vezes em noites frias e chuvosas o bom amigo fez o percurso de uma légua, ou mais, da cidade á minha habitação, sem nunca se demonstrar constrangido ou fatigado, passando vigilante essas mesmas noites em busca de alívio aos seus doentes, isto é, á mim e aqueles que me são caros? Quantas? Que Deus o ampare sempre, pois só a Deus é permitido recompensar as ações nobres e generosas, e que o Dr. Jorge Bleyer aceite essas palavras como o testemunho imperecível do coração do amigo sincero. Sebastião Furtado. Lages, 11-09-1901²¹².

Em princípios do século XX, já bem estabelecido na cidade, ocupou o cargo de Delegado de Higiene, num período em que uma das principais pautas relativa à saúde pública do município, dava-se acerca da legalidade do exercício médico e a adequação dos costumes de higiene em favor ao benéfico estado sanitário da urbe:

²¹² Jornal, **O Imparcial**, 11 de Setembro de 1901, p. 1 col. 3. Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Exercício Ilegal da Medicina

O Dr. Juiz de Direito da Comarca, em data de 23 do corrente, oficiou ao Delegado de Higiene, Dr. Jorge Bleyer e ao Comissário de polícia do Município, no sentido dessas autoridades, dentro dos limites de suas atribuições providenciarem com toda energia, para que diversos indivíduos não titulados legalmente exerçam a medicina, com prejuízo da saúde pública e do bem estar dos povos desta localidade²¹³.

Entrudo

Digno de louvores é o ato do enérgico comissário de polícia proibindo rigorosamente este péssimo sistema de aplaudir o carnaval. Tem sido tão funestas as consequências do tal brinquedo que não foi fora de tempo esta providente e previdente resolução. Resta agora a população esquecer-se de uma vez que tão atrasado quanto prejudicial meio de divertimento. Os confetes, serpentinas, flores e mil inventos para passar-se 3 dias sem folguedo, dão notas mais características do Deus Momo. Chamamos, portanto a atenção do público para o edital abaixo:

O Tenente Ernesto A. Neves, Comissário de polícia de Lages. Faço a todos os habitantes desta cidade que sendo condenado o jogo de entrudo por meio d'água, como nocivo e prejudicial à saúde pública,

²¹³ Jornal, **Região Serrana**, 29 de Janeiro de 1900. Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

conforme acha-se determinado no Regulamento Sanitário do Estado, fica expressamente proibido no próximo carnaval uso d'água sob qualquer forma, sendo aplicado aos infratores as penas da lei e destruído os limões, laranjinhas e quaisquer outro veículo adaptado a tal jogo a autuados e multados em 20\$000 os que forem encontrados com os mesmos. E para que chegue ao conhecimento de todos mandei passar o presente que será publicado pela imprensa. Lages, 08 de Janeiro de 1900. Eu, Fernando A. de Athayde, escrevão o escrevi. Ernesto Augusto Neves²¹⁴.

Ainda que fosse defensor das políticas higienistas disseminadas a todo vapor tanto na Europa como no Brasil, divergia do viés autoritário que caracterizada em grande escala o discurso dos higienista brasileiros e europeus. Conforme cita, Terezinha Martins em sua nota bibliográfica, ao comentar o projeto apresentado à Câmara Municipal de São Paulo, pelo vereador José Osvaldo, o Dr. Bleyer declarou:

É justo esperar plena correspondência aos excelentes intuits que produziram a aceitação destas medidas especiais, dignas de imitação por parte de outras municipalidades, para o bem geral da coletividade. Cumpre, entretanto às autoridades incumbidas de pôr em prática estas medidas a obrigação de

²¹⁴ Jornal, **Região Serrana**, 14 de Janeiro de 1900, p. 4 col. 2 e 3 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

que usem de todos os meios
suasórios e brandos que convencem,
a fim de que não seja aceita
antipaticamente a execução destes
meios profiláticos que a higiene
moderna necessita reclamar²¹⁵.

Em Lages na primeira década do século XX as medidas em favor da ciência bacteriológica bem como os preceitos da higiene, ganharam saliente expressão nas páginas da imprensa. Importante dizer que o presente trabalho não se deteve no levantamento e estudo da legislação específica vigente à saúde pública no período. Aliás, acredita-se que tal dedicação historiográfica poderia render pesquisas elucidativas acerca do tema, especialmente considerando o volume de fontes documentais disponíveis para tal. Contudo, a pesquisa nos livros Atas da Câmara contribuiu de certa forma, para a identificação dos projetos-leis apresentados, discutidos, aprovados e encaminhados para sanção, no período 1870 a 1910, onde verificamos nada de muito extraordinário foi estabelecido referente à matéria em questão. Ficando a pauta circunscrita entre a revisão do Código de Posturas aprovado em 1895, a criação do cargo de médico municipal, as medidas para o recolhimento de materiais fecais, e alguns projetos em favor a reparos no cemitério e ruas da cidade, bem como de determinadas condutas, a exemplo do Entrudo citado acima. Foi, pois, na imprensa, que tais matérias tomaram proporções mais acentuadas, ficando registrados em extensas notas, artigos e demais divulgações, todo valor, necessidade e benefício que essas medidas poderiam garantir ao desenvolvimento da urbe e a civilidade de seus

²¹⁵ COSTA, Terezinha de J. T. B. M. Op. cit., p. 4.

habitantes. Nesse sentido, a imprensa cumpria seu papel de disseminadora de concepções “modernas”, onde as notícias de temas científicos, especialmente aquelas relacionadas aos assuntos da higiene e saúde, figuraram as chamadas de primeira página, em artigos, editoriais, seções e números especiais²¹⁶. Conforme já mencionado, é volumoso e crescente o número de informações vinculadas a tal expediente na imprensa de Lages daquele período, que por sua vez, correspondia ao empenho de uma elite dirigente que ao se estabelecer no comando administrativo do município após 1895, toma para si a tarefa de projetar uma Lages republicana livre dos resquícios “nebulosos” marcados pelos conflituosos primeiros anos de instauração do novo regime na região serrana de Santa Catarina. Como sabemos, a partir dessa data, essa elite dirigente refere-se, sobretudo aos rebentos de Vidal Ramos Senior, que são representativos de um grupo de tradição familiar pecuarista que investiu fortemente na sua formação educacional e cultural. Sem dúvida, esse aspecto foi um elemento decisivo para predominância política desse grupo que fez da cidade seu campo de projeção.

Retornando à trajetória do Dr. Bleyer, é digno de nota o efeito que seus trabalhos, não apenas como médico, mas, sobretudo como exímio senhor da ciência, alcançaram nas páginas desses jornais. Efeito evidenciado pelas inúmeras notas de agradecimento, notas sobre os êxitos cirúrgicos e suas publicações científicas, etc. Como representante dos melhores costumes e autoridade representativa daquilo que se compreendia como o caminho ideal para o progresso e bem estar de todos, sua atuação era referenciada com grande exaltação. Além disso, era

²¹⁶ SÁ, Dominichi de. Op. cit., p. 17.

sempre sinônimo de atualidade, compartilhando com as redações dos jornais, inovações científicas e avanços da medicina:

Dr. Jorge Bleyer

Recebemos com prazer a visita do ilustre facultativo cujo nome em cima estas linhas e que acaba de chegar de Florianópolis, onde demorou-se algum tempo. O Sr. Dr. Bleyer teve a gentileza de oferecer-nos um exemplar do opúsculo que presenteou ao Congresso de Medicina, no Rio de Janeiro, e que tão bem recebido foi pela imprensa e pelo corpo médico daquele congresso. Sob o título – Perigo das Moscas – e dividido em seções o apreciável trabalho científico do ilustre médico trata sumariamente, mas com grande fundo analítico, da morfologia e biologia de moscas nocivas a espécie humana, terapia da myase terapêutica preventiva. Em capítulos especiais, refere-se também a um caso de myase e fanatismo e trata do *berne*. Agradecemos a visita e o oferecimento que nos fez o Sr. Dr. Bleyer, reservando para o próximo número dizermos alguma coisa sobre o referido opúsculo²¹⁷.

²¹⁷ Jornal, **O Imparcial**, 26 de Fevereiro de 1902 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

O ilustre Dr. Jorge Bleyer
Teve a gentileza de oferecer-nos um fascículo de importante jornal alemão destinado ao estudo das moléstias tropicais, contendo um importante trabalho da sua lavra a respeito da cobra cuatiara, ainda mal conhecida no mundo científico europeu. Além de minuciosa descrição, refere o hábil clínico um caso de mordidura por si observado e tratado com copiosos ensinamentos terapêuticos. Agradecidos!²¹⁸

A pesquisa acerca do “perigo das moscas”, já mencionada anteriormente, foi aprimorada ao longo de alguns anos, resultando em tese apresentada a Academia Nacional de Medicina. Por mérito ao referido trabalho, o Dr. Jorge Bleyer foi eleito membro correspondente da Academia de Medicina em 15 de Setembro de 1905. Consta no acervo da biblioteca do Museu Histórico Thiago de Castro, uma cópia do trabalho contendo a seguinte inscrição: “A ilustre redação do “Região Serrana”. Ao dedicado amigo e parente senhor Manoel Thiago de Castro, senhor Deputado Estadual. Oferecido pelo Jorge Bleyer – Curitiba, 12 de Março de 1905²¹⁹”.

²¹⁸ Jornal, **Região Serrana**, 28 de Junho de 1903, p. 4 col. 3 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

²¹⁹ BLEYER, Jorge. **Tratado de Myases**. Categoria de Medicina – Biblioteca do Museu Histórico Thiago de Castro.



Figura 16: Tratado de Myases – Dr. Jorge Bleyer – Curitiba - 1905
Acervo: Biblioteca do Museu Histórico Thiago de Castro

Seu período de permanência na cidade era intercalado com ausências necessárias, devido aos estudos e atendimento clínico a povoadamentos indígenas, que ocorriam geralmente no município de Palmas – PR. Numa dessas expedições o Dr. Bleyer ausentou-se da cidade por cinco meses, recebendo em seu regresso caloroso acolhimento:

Dr. Bleyer

Após cinco meses de ausência no município de Palmas, regressou á esta cidade na segunda feira passada, o Sr. Dr. Jorge Bleyer, acreditado clinico aqui residente. Muitos dos seus amigos, o foram receber no lugar Amola Faca, distante duas

léguas d'esta cidade. Na casa da sua residência ofereceu o Sr. Dr. Bleyer um copo de cerveja aos seus amigos, momentos depois da chegada trocando se alguns cumprimentos por essa ocasião. Saudamo-lo²²⁰.

Dois meses após seu retorno, “O Imparcial” publica extenso artigo acerca das investidas científicas do Dr. Bleyer em Palmas. Salienta-se na matéria a repercussão que os estudos do referido doutor tinham, alcançado na imprensa do Estado de Santa Catarina e Paraná, bem como nos Congressos Nacionais de Medicina, em virtude dos seus estudos bacteriológicos. Por essa razão, a redação do jornal buscou “aprender com a máxima atenção, em larga confabulação”, os principais registros que o Dr. Bleyer assinalou acerca dos cinco meses que passou em meio aos indígenas no Estado do Paraná. Assim, no dia 24 de Abril de 1904, em matéria de destaque, lê-se o seguinte:

(...) Tão ingente é a tarefa a que se propõe o ilustre dr. Bleyer que dela já dizia o dr. Ladislau Netto, uma glória nacional, nos Archivs do Museu Nacional, de que era diretor: “Pretender perscrutar á luz, ainda por hora vacilante da antropologia e da arqueologia, qual a origem tão remota quanto obscura dos povos americanos, o mesmo fora que se tentássemos alumiar, com a lâmpada mortíça do mineiro, as anfractuosidades das fendas profundas de vastíssima caverna”.

²²⁰ Jornal, **Região Serrana**, 14 de Fevereiro de 1904 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Não obstante, uma simples nota publicada nas Memórias da Sociedade Antropológica de Berlim (*Zeitschrift für Ethnologie*, 1901) pelo dr. E. Baelz médico conselheiro da corte do Japão, em Tóquio, comunicando ter observado que todo o chim, coreano, japonês e malaio nasce com uma larga mancha, esta às vezes simétrica, outras vezes assimétrica, e propaga-se sobre a parte inferior da região dorsal até desaparecer no 3º ou 4º ano de existência – levou o Dr. Bleyer a essas observações minuciosas, porque o sábio Baelz formulou a opinião de que essa mancha não observada ainda por outros médicos anatomos e antropologistas, constitui um sinal característico da raça mongólica e, concluindo, julgou que talvez se encontrasse essas mesmas manchas nos índios das duas Américas, comprovando-se nesse hipótese a origem mongólica das raças americanas.²²¹

Na sequência dos ditos, esclarece-se qual a missão que o Dr. Bleyer, como médico e membro da Sociedade Antropológica de Berlim, deveria cumprir em suas excursões pelo interior do país: “verificação da mancha característica nas crianças indígenas, tal como o Dr. Baelz observou no extremo oriente”. Nesse sentido, em favor a tal tarefa, registra-se o seguinte:

(...) O aldeamento em que esteve o Dr. Bleyer foi o das Antas, nas

²²¹ Jornal, **O Imparcial**, 24 de Abril de 1904 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

margens do rio Chapecó, cerca de dez léguas distantes da cidade de Palmas. (...) Os seus habitantes, cuja pele e cor de barro claro, semelhante a amarela, mas com uma nuance mais escura, residem em ranchos polígonos, dispersos pelo mato, coberto de tolhagem e taquara tramada, fechados por madeira em pé; raros são os ranchos de madeira bruta como usam os nossos sertanejos. Tudo ali é primitivo: alimentam-se de milho assado e carne de caça, sobretudo de tatote, anta e papagaios de que abunda a região; suas armas são unicamente o arco, a flecha e o porrete ou tacape; os mais abastados possuem uma panela e um pote, os mais utensílios são dos mais simples e naturais; não usam redes nem esteiras e dormem promiscuamente estendidos no chão nu com os pés para o fogo e a cabeça repousando apenas em folhas de xaxim; vestem-se rudimentarmente. Não obstante conservam as habitações e pátios em extremo anseio. Foi nessas condições tão primitivas que o Sr. Dr. Bleyer encontrou aqueles míseros habitantes devastados por uma epidemia que já lhes arrebatara 30 homens, 6 mulheres e 4 crianças, dos quais assistiu pessoalmente o enterramento do último que escapara aos seus cuidados (...) Quanto ao sinal antropológico somático das manchas azuladas, o Sr. Dr. Bleyer, com rara felicidade, encontrou as perfeitamente visíveis em todas as crianças que submeteu ao exame, confirmando nesse ponto a possibilidade indicada pelo dr.

Baelz, de Tóquio, a quem pretende
fazer ciente de suas observações²²².

Sem dúvida, Dr. Bleyer era um homem dedicado a ciência. Sua trajetória biográfica como médico, higienista e naturalista, pode garantir importante contribuição para a historiografia da medicina e das ciências no Brasil²²³. Contudo aqui, nos limitamos em pontuar breves notas que possam futuramente inspirar novos trabalhos. Num espetáculo em que a ciência e a medicina são as convidadas de honra, a atuação de seus representantes diletos é mais que referência, é garantia. Garantia para trilhar o caminho que leva ao bem estar e ao progresso tão almejado naquele início de século. E é nesse início de século, mais precisamente em 1903, que chega aos campos de cima da serra, Dr. Cesar Sartori.

Caminhando hoje pelas ruas de Lages é possível, sem dificuldades, perceber as evidências de sua trajetória na cidade: há um busto em sua homenagem na praça central, João Ribeiro, em frente à catedral; há rua e centro espírita com seu nome; e não raras vezes, ao se falar em medicina na cidade, seu nome é marco de referência. Tratamos agora do doutor italiano. Circulava pela cidade, na manhã de 14 de Julho de 1945, exemplares de jornais com uma triste manchete:

Dr. Cesar Sartori
Faleceu anteontem o Dr. Cesar Sartori.
Embora seu estado de saúde fosse precário,
a notícia de seu falecimento abalou a cidade
e uma exclamação saiu de todas as bocas...
Morreu o Dr. Sartori! É que o abalizado e

²²² Jornal, **O Imparcial**, 24 de Abril de 1904 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

²²³ Jorge Bleyer falece em Lages em 8 de Agosto de 1954.

antigo médico era já tradição de Lages. Era o decênio de nosso corpo médico, cheio de serviços prestados durante 40 anos que aqui clinicou, sempre protegendo a pobreza, sempre amigo dos fracos. A ciência não tem fronteiras, e Cesar Sartori, fiel aos mandamentos de Hipocrates, atravessou os mares aqui sentiu-se bem, construindo o seu lar e exercendo o seu sacerdócio à sombra das nossas leis, encantado com a nossa hospitalidade. Trouxe do velho mundo a ciência, aqui fez clientes, aqui fez amigos e fez discípulos entre seus colegas que sempre o acataram, pelo seu saber, pelo seu caráter, pela sua bondade. Amigo dos pobres, jamais negou assistência aos que lhe bateram a porta em busca de socorro, tornando-se por isso querido, principalmente entre os homens de cor, onde desfrutava de verdadeiras afeições. Por essas razões a cidade se consternou e uma grande massa popular, onde se viam pessoas de todas as classes sociais, acompanhou o velho médico a sua última morada, em meio da maior simplicidade, como ele pediu antes de morrer. Seu caixão foi carregado pelos pobres, como era seu desejo, mas à sua cabeceira caminhavam os ricos e os médicos de Lages, seus colegas de sempre, que após lutarem para prolongar-lhe a vida, agora seguiam-no entristecidos, para o último adeus (...)²²⁴.

Dr. Cesar Sartori

Faleceu a doze deste às 6 e meia da tarde o Dr. Cesar Sartori. A notícia breve se espalhou por toda a cidade e acorreram a casa do querido morto, centenas de pessoas desoladas pela triste ocorrência. No dia seguinte o enterro se realizou às três da

²²⁴ Jornal, **Correio Lageano**, 14 de Julho de 1945, p. 1 col. 2 a 4 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

tarde com enorme acompanhamento, destacando-se a afluência dos pretos que foram os que carregaram o féretro um largo trecho, por desejo do próprio Dr. Sartori, expresso em seu testamento. Não houve discurso a beira do tumulo segundo a sua vontade. O comércio em sinal de luto fechou suas portas meio dia em diante (...)²²⁵.



Figura 17: Cortejo Fúnebre Dr. Cesar Sartori – Lages - 1945
Acervo: Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

²²⁵ Jornal, **Guia Serrano**, 15 de Julho de 1945, p. 1 col. 3 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

A repercussão na imprensa sobre o falecimento de Cesar Sartori evidencia a expressão alcançada pelo doutor nos campos de cima da serra. Desde que chegou a Lages em 1903, o médico italiano se manteve muito atuante no que tange a especialidade da sua formação. Protetor da pobreza e amigo dos fracos tornou-se querido por todos, especialmente pelos homens de cor, que com pesar, carregaram seu caixão pela cidade naquela gélida tarde de inverno. Na cidade que escolheu para viver em terras estrangeiras, consolidou uma trajetória que marcou a memória coletiva da cidade. Do velho mundo, que deixou ainda no início do século XX, trouxe a ciência e seus saberes mundanos, que de uma forma ou de outra repercutiu no cotidiano daqueles que viveram aquele início de século em Lages.



Figura 18: Dr. Cesar Sartori
Acervo: Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

Filho de Flavio Sartori, também médico e dona Teresa Fracasso Sartori, nasceu na Província de Vicenza – Itália, aos 15 de Fevereiro de 1867. Formado em medicina cirúrgica pela Universidade de Padova, foi na Itália deputado socialista por uma legislatura²²⁶, partindo para o Brasil em 1902, instala-se por alguns meses em Urussanga, chegando a Lages em março de 1903. Por três vezes retornou a Europa em viagem de estudos e em visita a parentes, tendo servido durante a Guerra de 1914, nos hospitais de sangue de sua terra natal. Retornando a Lages, reabre sua clínica e casa-se em 1926 com a dona Sinhorinha Pereira dos Anjos, em um casamento que não teve filhos²²⁷. Assim como Cleary e Bleyer, tinha apurado senso científico, viajante apaixonado, era um cidadão do mundo. Entre os três estrangeiros, era o mais inflamado politicamente. Como deputado socialista na Itália rebelava-se contra todo absolutismo que consistia o capitalismo²²⁸. Discursava com facilidade, fazia comícios em qualquer lugar. Sua retórica fluente não se limitava apenas ao dom da oratória, escrevia tão bem quanto falava, seus textos deixaram registros nos jornais da Itália e, quando residindo no Brasil, marcou também a imprensa do Rio de Janeiro, São Paulo e Lages. Com a mesma

²²⁶ O historiador Antonio Cleber Rudy em trabalho recentemente publicado estuda as trajetórias de libertários que colaboraram com a imprensa anticlerical ou sindical no Sul do Brasil, especialmente em Santa Catarina, esboçando um panorama da ação militante nas primeiras décadas do século XX. Entre essas trajetórias, destaca a contribuição de Cesar Sartori, pontuando que a posição política de Sartori manteve vínculos tanto com o socialismo quanto com o anarquismo. Para maiores detalhes quanto ao perfil político do doutor italiano consultar: RUDY, Antonio Cleber. **Culturas da contestação: anarquistas e anticlericais em Santa Catarina 1900-1940**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

²²⁷ Jornal, **Correio Lageano**, 14 de Julho de 1945, p. 1 col. 2 a 4 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

²²⁸ Informações publicadas no Jornal de Lages em 1958 em virtude da conferência proferida por César Ávila acerca da trajetória do Dr. César Sartori. Tal conferência foi publicada em capítulos intitulado Cidadão do Mundo. César Ávila era também médico e amigo de Sartori. Jornal de Lages, Agosto de 1958 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

capacidade que tinha de provocar encanto, incomodava²²⁹. Curioso, inquieto, meticuloso, crítico, detentor de uma refinada sensibilidade, certamente não era o mais pudico e religioso entre os estrangeiros aqui tratados, mas obviamente foi o mais poético. Contudo, não trataremos aqui de sua poesia e sim de seus saberes médicos. Pela imprensa local, notas do Dr. Sartori.

3.3 – Da ciência à pedagogia médica: saberes do Dr. Sartori nos jornais

Como podemos perceber até aqui, as últimas décadas do século XIX foram marcadas por importantes alterações na composição urbana de Lages. Só nas duas últimas décadas jornais foram criados, clubes fundados, estação de telégrafo colocada em funcionamento, Loja Maçônica inaugurada, enfim, um conjunto de elementos que agregaram à urbe novo ritmo. Isso sem mencionar as transformações nas relações de trabalho e na configuração política. Contudo, certo é, que a dinâmica da cidade se intensificou nesse período. Nesse sentido é oportuno fazer algumas considerações sobre a composição populacional do município e sua sede.

No ano de 1872, verificou-se o primeiro grande recenseamento geral do Império, e segundo Licurgo Costa, Lages e seu município acusou uma população de 14.374 habitantes, dos quais 185 eram estrangeiros, não se incluindo entre eles os militares. Ainda de acordo com as informações registradas por Costa, a população do município de Lages,

²²⁹ ÁVILA, Cesar. **Revelações de um Médico**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1954.

nessa ocasião estava assim composta: brancos – 8809; pardos – 4144; pretos – 1421; homens – 7218; mulheres – 7156; alfabetizados – 1.711; analfabetos – 12.663; livres – 12.362 e escravos – 2012. Depois do recenseamento de 1872, foram realizados, já na República, censos em 1889, 1900, 1920 e a partir de 1940, de dez em dez anos. Referente os anos de 1889 e 1900, os indicadores são os seguintes: 14.032 em 1889, sendo 7.600 habitantes na freguesia da cidade e 18.875 o total de habitantes no município em 1902³⁰.

Em pesquisa realizada no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no fundo de documentação histórica, verificou-se os dados da Diretoria Geral de Estatística acerca da população do Brasil por Estados e Municípios, cujos números indicam a seguinte população para o município de Lages entre os anos de 1907 a 1910: 1907 – 21.681; 1908 – 22.115; 1909 – 22.557 e 1910 – 23.009³¹. Apesar de o crescimento ser gradual, os dados registrados não indicam um crescimento populacional de grande proporções, não atingindo uma diferença de 10 mil habitantes entre os anos de 1872 a 1910. Importante ressaltar, que a população acima descrita, refere-se ao contingente populacional do município, não da sua sede, considerada então a cidade de Lages. Como já mencionado no primeiro capítulo, a extensão territorial que abrangia o município de Lages, no período aqui analisado, era bastante vasta. Já sua delimitação urbana, definida pela sede do município, que se configurava enquanto cidade era mais modesta. Contudo, considerando as datas de desmembramentos apresentadas por

³⁰ COSTA, Licurgo. Op. cit., p. 741.

³¹ População do Brasil por Municípios e Estados – 1907 a 1912 – Disponível em : <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/default.shtm> - Acessado em: 20 de Junho de 2010.

Licurgo Costa²³², quando do levantamento estatístico realizado entre os anos de 1907 a 1910, a população ali assinalada correspondia aos habitantes da sede do município e das localidades que com o avançar do século XX foram transformando-se em municípios que formariam a geografia da região serrana: Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Anita Garibaldi, São José do Cerrito, Painel, Capão Alto, etc. É importante lembrar que Lages pertence a uma região, cuja principalmente atividade econômica, durante o século XIX e primeiros anos do século XX, consistia na produção pecuarista. Nesse sentido, é possível pensar que o maior contingente populacional do período, realmente não estava centrado na cidade. Nilsen C. O. Borges em artigo que analisa a distribuição de riqueza em Lages no século XIX²³³, analisa alguns inventários lageanos no período de 1850 a 1860 e menciona que dos inventários que apresentam propriedade urbana na vila de Lages, 80,95%, também apresentavam posse de propriedades rurais, o que indica que estes transitavam entre os dois meios. No mesmo artigo, Nilsen Borges cita estudo de Bacellar sobre Sorocaba do século XVIII e XIX, em que o autor destaca que “como grande parte da população economicamente ativa estava estabelecida nas fazendas, era comum que as idas a cidade dessem em determinados dias e épocas do ano para obrigações religiosas e acertos de negócios, mantendo-se uma casa para estes fins²³⁴”. De acordo com Borges, esse quadro poderia também ser reportado a Lages.

²³² Idem, Ibidem, p. 732.

²³³ BORGES, Nilsen Christiani Oliveira . “Latifúndio, pecuária e mão-de-obra: análise de distribuição de riqueza em Lages”. In: X Encontro Estadual de História/ 3º Reunião do GT Estudos de Gênero/ II Jornada Nacional de História do Trabalho, 2004, Florianópolis, SC. História: trabalho, cultura e poder - ANPUH, SC. Florianópolis, SC : ANPUH/SC/PROEXTENSÃO, 2004. v. 1. p. 366-369.

²³⁴ Idem, Ibidem.

Acreditamos que em fins do século XIX e início do século XX a realidade não fosse muito diferente. Infelizmente um levantamento mais preciso e detalhado dessas dimensões, ficarão a cargo de futuras investigações. Ainda assim, os registros citados, permitem compor uma breve noção das dimensões populacionais do município que abrange a urbe aqui analisada.

Confrontando as informações contidas na documentação pesquisada para realização de trabalho, mesmo que não tenhamos no momento, dados mais precisos sobre a população estabelecida na cidade, é possível identificar que a dinâmica urbana altera-se nos campos de cima da serra. Se não houve realmente durante o período analisado com grande aumento populacional, houve pelo menos uma alteração nas bases de regramento do viver urbano. Alterações que incidiram sobre as formas de comercialização, as normas para concessão de terrenos e consequentemente as orientações quanto às edificações, às formas de condutas e os cuidados para com os espaços de circulação de pessoas e animais dentro do perímetro urbano²³⁵. É importante lembrar que tais alterações refletem de certa maneira as medidas adotadas pelo poder público local em relação à cidade, após 1889, no sentido de estabelecer uma nova organização cidadina para os campos de cima da serra. A elaboração e aprovação da Lei Orgânica do Município e do Código de Posturas, ambos datados de 1895, são indicativos desse esforço²³⁶.

²³⁵ As afirmações feitas sobre o aumento desse contingente urbano têm por base as informações contidas nos livros Ata, nos jornais e no Código de Posturas aprovado em 1895. – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

²³⁶ Uma análise mais precisa sobre o efeito de tal legislação não foi possível realizar nessa oportunidade de trabalho. Ainda assim é importante lembrar, que tais medidas são realizadas por Vidal José de Oliveira Ramos Júnior na ocasião que assume a chefia da superintendência municipal em 1895 e representa um marco importante para gestão administrativa da cidade que repercutirá por toda primeira década do século XX.

Retornando ao início do século XX, onde conforme já verificamos anteriormente, havia por parte da imprensa local um empenho considerável em apresentar Lages como uma cidade dignamente “urbana” e “moderna”, dedicamos atenção nesse momento aos pronunciamentos de Cesar Sartori registrados nos jornais, por compreendê-los como reflexo de um conjunto de interesses defendidos pela agenda do debate urbano predominante naquele período. Tal agenda no nosso entendimento versava pela propagação de uma Lages republicana, que encontrou no discurso civilizatório o aporte ideal para efetivação de sua pretensão.

De acordo com Élio Serpa, os jornais criados na cidade a partir de 1883, constituíam-se num importante instrumento de condução da opinião pública, onde interesses privados paulatinamente avançavam para a esfera pública²³⁷. Nesse sentido a emergência de alguns debates estabelecidos por esses jornais, especialmente os relacionados à ciência e à medicina, colaboraram para a propagação de um ideal de “progresso” e “civilidade” tão particulares à causa republicana daqueles primeiros tempos de nova configuração política. Importante observar que esse discurso civilizatório em grande parte está articulado com a necessidade de instruir o povo, na mesma medida que difundia valores morais para formação de certa civilidade. Com isso, em tempo que estabeleciam determinado padrão de valores e comportamentos, criticavam ou mesmo negavam outras manifestações que fugiam aos parâmetros pretendidos. O

²³⁷ SERPA, Élio Cantalício. Op. cit., p. 21.

debate sobre o curandeirismo²³⁸ presente nesses jornais é exemplo do que afirmamos, conforme podemos verificar na nota publicada em 29 de Janeiro de 1908, no jornal “O Clarim”:

Os Curandeiros

Sabemos que existe nesta cidade curandeiros charlatães que aqui andam explorando o povo, mormente aquelas pessoas de pouca instrução que facilmente estão sendo levadas pela fama de tais curandeiros, verdadeiros charlatães exploradores. É necessário que esses senhores deixem de tais modos de vida para que não sejam punidos pela lei que aberta e energeticamente se opõe a tais práticas²³⁹.

Retornando aos debates propagados pelos jornais de início do século XX, é possível perceber que a difusão de certas pautas indicavam a atualidade que a imprensa local, mantinha em relação aos temas de maior discussão no âmbito nacional e internacional, demonstrando pelo menos, que seus redatores estavam informados do que andava acontecendo para além dos campos de cima da serra. No que se refere ao debate científico presente nessa imprensa, é seguro afirmar que a presença dos doutores

²³⁸ Para mais detalhes acerca das práticas de cura em Lages na passagem do século XIX para o XX, verificar trabalho de especialização que apresentei em 2006, onde discuto de que forma e com qual intensidade a prática curandeira se confronta com o saber médico, entre combates e resistências, entendendo que a prática curandeira não se caracteriza como uma oposição às práticas médicas, mas como possibilidade de cura efetiva em Lages, da qual as pessoas se utilizavam indicando aspectos importantes da sua dimensão cultural e social do período. ANDRADE, Eveline. Entre males e curas: práticas curandeiras e saber médico na primeira república (1889 a 1915). Monografia de conclusão do Curso de Metodologia do Ensino de História. Lages, FACVEST, 2006.

²³⁹ Jornal, **O Clarim**, 29 de Janeiro de 1908, p. 2 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

estrangeiros na cidade colaborou decisivamente para tal propagação. Além disso, as bibliotecas formadas nos clubes literários e recreativos existentes na cidade, do qual boa parte dos membros dessa imprensa era integrante, também deve ter alimentado muito dessa atualidade. Dito isso, passamos então ao conteúdo dessas propagações.

A valorização da ciência e a exaltação dos cuidados médicos são frequentemente encontradas nos jornais. Ainda que tais manifestações não sejam peculiares apenas desse início de século, é nesse momento que tais referências ganham maior expressão. Sartori logo que chegou à cidade em 1903, estabeleceu clínica de atendimento²⁴⁰ e não foi necessário muito tempo para que seu nome estivesse constantemente circulando na imprensa. Sartori da mesma forma que Cleary e Bleyer, era um homem da ciência que dominava a técnica, conhecia da matéria científica e, portanto, bom representante dos códigos de civilidade tão apreciados naquele início de século.

A partir de 1906 o jornal “Região Serrana” abre em seu expediente uma coluna denominada Ciência, mantida até 1907. A coluna recebia artigos assinados por Cesar Sartori, intercalados por transcrições e traduções de matérias científicas, publicadas em revistas e cadernos especializados de circulação nacional e estrangeira. Nos anos que seguiram 1907, a coluna Ciência não consta mais no expediente do jornal, contudo os artigos e matérias do Dr. Sartori permaneceram e são encontrados para além de 1910, ano limite de investigação desse trabalho. Os artigos ali publicados, sempre de grande extensão, tratavam

²⁴⁰ Em 05 de Abril de 1903 consta em anúncio da Farmácia D’Acampora o estabelecimento do consultório do Dr. Cesar Sartori. Jornal, **Região Serrana**, 05 de Abril de 1903, p. 4 col. 2 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

especificamente de temas relacionados à saúde, à higiene, à procedimentos curativos e aos resultados de investigação e experimento realizados por Sartori, com base em sua atuação clínica. A coluna Ciência nesse sentido parece contemplar, pelo menos, dois interesses complementares: o primeiro que diz respeito à própria agenda do jornal, que como já mencionado, fazia questão de apresentar-se atualizada com os debates contemporâneos mais expressivos daquele início de século. E para cumprir tal objetivo, nada melhor que delegar especial espaço à ciência, “menina dos olhos” daquele período. O segundo recaía mais diretamente ao próprio Dr. Sartori, que encontrando espaço para seus pronunciamentos, fazia ampliar seu “status” de homem da ciência, sendo reconhecido como aquele que conhecia da matéria, obtendo dessa forma certa legitimidade de sua função. É certo que os artigos pesquisados para este trabalho, assinados por Cesar Sartori, são os publicados na imprensa lageana. Porém, conforme já assinalado, Sartori também escrevia para jornais de outras cidades do Estado catarinense, como também para “Revista Médica de São Paulo” e para a “Brasil Médico”²⁴¹.

Entre os artigos publicados com assinatura do Dr. Sartori na coluna Ciência, elencamos dois que nos parecem corresponder bem ao aspecto de atualidade científica e ao caráter pedagógico/instrutivo propagados pela imprensa lageana nos primeiros anos do século XX. Ambos os artigos discutem a questão da saúde da família. O primeiro

²⁴¹ Não foi possível em tempo desta pesquisa, realizar um levantamento das matérias publicadas pelo Dr. Cesar Sartori nas revistas citadas, contudo destacamos a informação por se tratar ambas às revistas de importantes meios de difusão científica no país naquele período. A referência quanto às publicações de Sartori nas revistas, são citadas pelo próprio Dr. Sartori em artigo no jornal Região Serrana de 1907. Jornal, **Região Serrana**, 06 de Janeiro de 1907, p. 1 e 2 col. 1 a 5 e 1 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

publicado em 28 de Julho de 1906, trata especificamente daquilo que o nosso médico denominou de “Higiene da Infância” e o outro, vinculado ao exemplar de 05 de Agosto daquele mesmo ano, reporta-se à “Higiene do Matrimônio”. Cada um dos artigos mereceu lugar de destaque nas edições em que foram publicados, ocupando a primeira e segunda página daqueles jornais. No artigo que faz referência a “Higiene da Infância”, a redação do jornal apresenta ao leitor a razão que motivou a opção da pauta, destacando que “observando que é avultada a mortalidade das crianças na sua primeira infância, ocorreu-nos, no interesse público, a lembrança de pedirmos aos conselhos e luzes do ilustre Sr. Dr. Cesar Sartori, que tão gentilmente nos tem oferecido os seus serviços (...)”²⁴². Infelizmente não dispomos nesse momento de dados que possibilitem fazer uma avaliação quanto ao estado de saúde das crianças de Lages naquele ano de 1906. Contudo, na documentação que consultamos, como as atas da câmara e os próprios jornais, não encontramos nenhuma referência que indicasse um elevado índice de mortalidade infantil na cidade naquele período. Talvez a escolha da pauta estivesse mais relacionada ao campo de especialização do Dr. Sartori, que desde que chegou à cidade tratou de cuidar das parturientes e de seus filhos, conforme indicam várias notas publicadas no período²⁴³. Feita as primeiras apresentações, passamos a palavra ao doutor Sartori:

²⁴² Jornal, **Região Serrana**, 28 de Julho de 1906, p. 1e2 col. 1 a 4 e 1 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

²⁴³ Como exemplo dessa especialidade podemos citar os anúncios da casa de saúde do Dr. Sartori que entre outras especialidades destacava às “operações obstétricas e ginecológicas (doenças das senhoras)” publicada em – Jornal, **Região Serrana**, 29 de Abril de 1906, p. 5 col. 3. Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro. E também as notas de agradecimentos como a publicada em Outubro de 1903: “Será faltar a um sagrado dever de consciência, si, antes de retirar-me para minha fazenda não apresentasse publicamente um atestado de gratidão, mais de que merecido, ao

(...) 1 – A mortalidade das crianças é mais elevada no primeiro ano de vida, e quase sempre resulta das doenças dos órgãos da digestão. 2 – Os preconceitos a negligência dos pais são a causa principal da mortalidade das crianças. 3 – A amamentação materna deve ser a regra preferida de alimentação. Amamentar o próprio filho é o primeiro dever das mães. (...) 4 – Quando a amamentação materna seja insuficiente por quantidade ou qualidade, deverá fazer-se a amamentação mista do leite materno e da mamadeira. 5 – A amamentação mercenária, especialmente com ama ausente, e ainda mais a artificial, se recorre só nos casos de absoluta incapacidade da parte da mãe e de doença que possam ser prejudiciais a ela e ao mamão. Um grau não intenso de anemia, de nervosismo ou de fraqueza não deve subtrair a mãe de uma função tão útil e importante. Uma mãe medíocre é sempre preferível á melhor ama de leite mercenária. Depois do 4º e 5º mês, não podendo a mãe continuar na amamentação, ou tendo de mudar de ama, é preferível a amamentação artificial, sempre que seja feita com as devidas regras. 6 – Sendo possível, a amamentação deve durar um ano completo. A alimentação da criança,

ilustre clinico Dr. Cesare Sartori, pela importante cura que acaba de fazer em minha esposa Anna Maria dos Prazeres, a qual, ocasionada por um parto – Ovarite – (febre puerperal); extração de resíduos da placenta, retidos no útero a 29 dias, e complicação de Paralisia da bexiga. Mais do que funestas teriam sido as consequências de tão cruel enfermidade se em tempo não tivesse reclamado os recursos médicos cirúrgicos do Ilustre Dr. Cesare Sartori que, não só na qualidade de hábil profissional prodigalizou a minha mulher todos os recursos que a ciência exige, para salva-lá; mais de verdadeiro médico, carinhoso e humanitário, procurou mitigar os agudos sofrimentos de minha extremosa esposa. Achando-se hoje ela em franca convalescença e, portanto no grau de podermos retirar para nossa residência, agradeço sinceramente do fundo de minha alma ao Ilustre Dr. Cesare Sartori, do qual conservarei junto a minha mulher e em todo tempo mais grata memória. (...) Lages-12-IX-1903 – Ramiro Francisco de Souza. Jornal, **Região Serrana**, 04 de Outubro de 1903, p. 3 col. 2 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

antes do 7 mês de idade, com papas de qualquer qualidade, pode ser a causa de graves incômodos digestivos e predispor ao raquitismo. 7 – A gravidez e a menstruação durante a amamentação nem sempre prejudicam o mamão. Antes de suspender a amamentação consulte o médico. 8 – A adição de água fervida ao leite de vaca deve variar conforme a idade da criança e suas condições de saúde. O especialista das doenças das crianças professor Picot, de Paris, dá a seguinte fórmula de diluição como a mais conciliável: 1º Semana: 1 parte leite e 3 água; 1º Mês: 1 parte leite e 2 água; 2º - 3º Mês: 1 parte de leite e 1 de água; 4º- 6º Mês: 2 parte leite e 1 água. Depois do 6º mês deveria administrar o leite puro. Na mamadeira deve-se adicionar sempre uma colher das de chá de açúcar de cana branco refinado, ou melhor, de lactoso (açúcar de leite). 9 – O leite de vaca nunca administrar-se antes de fervido e a intervalos regulares (cada 3 horas) e não cada vez que a criança chora. 10 – O leite depois da fervura deve ser conservado nunca mais de 12 horas em vasilhas bem fechadas e bem limpo e fresco. 11 – De cada vez que a criança mama lava-se cuidadosamente com água fervida a mamadeira e os seus acessórios. 12 – é preferível a mamadeira sem tubo. 13 – De cada vez que se usa a mamadeira amorna-se o leite, aquecendo-o a banho Maria. 14 – Tanto a escassa quanto a excessiva alimentação são prejudicadas á saúde dos pequenos. Regulam-se as refeições com devidas distâncias (cerca de 3 horas).²⁴⁴

²⁴⁴ Jornal, **Região Serrana**, 28 de Julho de 1906, p. 1 e 2 col. 1 a 4 e 1 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Antes de iniciar o regramento básico e essencial acerca dos cuidados da criança, Sartori determina a causa e indica a responsabilidade da mortalidade das crianças: “doença dos órgãos da digestão, preconceitos e negligência dos pais”. Nesse sentido dois elementos são essenciais a boa saúde da criança: o alimento e as ações de seus responsáveis, que por sua vez, devem seguir as orientações médicas. Quanto à essencialidade das orientações especializadas, segue o doutor definindo:

(...) 15 – A criança quando nasce sã e robusta tem o comprimento médio de 48 – 49 centímetros e o peso de 3 até 3 ½ kilogramas. Do 7º dia até 5 meses deve aumentar de peso de 20-25 gramas por dia. De 5 meses em diante aumenta de 15 gramas. 16 – O aumento progressivo do peso da criança e as suas fezes regulares, de cor alaranjada, são os sinais mais evidentes do bom estado da saúde. As fezes esverdeadas são indícios de más digestões e por isso devem ser corrigidas. 17 – Não se adormeça a criança com o bico de peito (seio) ou da mamadeira na boca. Assim evitam-se mais facilmente as aftas (pequenas feridas) e o sapinho. 18 – Não se confie à criança a ama alguma sem que ambos tenham sido antes examinados pelo médico. 19 – A ama de leite deve ser sadia e imune de doenças transmissíveis (sífilis, tuberculose, etc). 20 – Não enfaixar a criança! Deixe-se livre os braços e evite-se a compressão do tórax e do abdômen (peito e ventre). 21 – O abdômen, as pernas e os pés devem ser preservados do frio e da umidade, mas não devem ser exagerados com panos demasiado pesados. 22 – O ar puro é indispensável aos recém nascidos. 23 –

Quanto possível a criança repouse na alcova materna; nunca na de doentes e de velhos. 24 – A criança nunca deve dormir no leito da mãe ou da ama (perigo de asfixia). 25 – Evitem-se os berços oscilantes (de balanço). 26 – Tanto quanto possível coloque-se o berço de modo que a criança tenha Luz de lado ou de frente (nunca de trás) moderando-se a intensidade dela por meio de cortinados. 27 – Só o médico deve decidir se o freio da língua impede a criança de mamar e a ele só cabe verificar se é necessária a operação (perigo de hemorragia). 28 – Na época do desmameamento consulte-se o médico quando aparece a mínima indisposição da criança, porque nessa transição ela está sujeita mais facilmente a moléstias perigosas, especialmente o raquitismo. 29 – Para o desmameamento preleta-se estações da primavera ou do outono e proceda-se gradualmente a ele²⁴⁵.

O estado de saúde de um povo está associado, segundo o doutor, a sua civilidade. Civilidade que retrata determinados preceitos e exclui certos costumes não convenientes. O saber médico nesse sentido é a garantia da instrução necessária para que o povo não mergulhe na “ignorância”, agindo de forma contrária ao que o “mundo civilizado” exige. Entre o fazer e o não ser, entre os maus e os bons conselhos, os hábitos necessários e os comportamentos inadequados:

(...) 30 – Os conselhos dos não profissionais são prejudiciais na maioria das vezes porque

²⁴⁵ Jornal, **Região Serrana**, 28 de Julho de 1906, p. 1 e 2 col. 1 a 4 e 1 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

retardam o uso dos medicamentos indicados na singularidade de cada um caso. 31 – Conserve-se a criança com a máxima limpeza e rejeitem-se quaisquer prejuízos em sentido contrário. 32 – A criança deve ser lavada diariamente desde a cabeça até os pés com sabão e água desde tépida até fria, conforme a temperatura ambiente. Considere-se que a civilização de um povo, e consequentemente a saúde, está na razão direta do consumo da água e do sabão (...) 33 – A cabeça da criança deve ser inteiramente limpa de crostas ou cascões, bem assim os olhos e os ouvidos. Para as moléstias dos olhos é conveniente consultar o médico logo em começo. 34 – Corta-se as unhas dos pequenos para evitar-se muitas doenças de pele e de outra natureza. 35 – Não se deve furar os lóbulos das orelhas das crianças. Esta prática lembra os costumes dos povos selvagens. 36 – Não se deve sacudir as crianças nem assustá-las com gritos ou com outros rumores fortes, nem narrar aos menores histórias aterrorizantes. Procure-se evitar os choques violentos do sistema nervoso e sobre tudo se evita de imbuir a inteligência infantil com prejuízos supersticiosos. 37 – As mães não permitirem que seus filhos sejam beijados por pessoas estranhas a família. 38 – Com máxima evite-se na alimentação das crianças o café, o vinho e, sobretudo os alcoólicos fortes. 39 – Acostume-se o menino a temperança; especialmente não os encha de gulodices, porque estas provocam moléstias do aparelho digestivo. Proíba-se-lhe o uso do fumo. 40 – Observa-se nas escolas, nos colégios, nos institutos públicos, se existem moléstias contagiosas como a tuberculose, a sífilis, sarna, escarlatina, sarampo, doenças da garganta e de olhos, etc. porque nestes casos as

autoridades e o médico devem tomar as providências necessárias²⁴⁶.

Utilizar em abundância água e sabão, eliminar práticas que lembram os costumes de povos selvagens, evitar comportamentos que imbuam a inteligência infantil com prejuízos supersticiosos, restringir o beijo. Mais do que promover a o cuidado com a saúde pela disseminação da higiene, trata-se de combater determinados comportamentos considerados inadequados pelo doutor. É certo que a vinculação dessas matérias pela imprensa local correspondia até certo ponto, à tentativa de disciplinar e medicalizar. Basta lembrar que durante este período circulava por essa mesma imprensa certo combate a determinadas práticas, como as propagadas pelos curandeiros. Porém, ainda que a matéria do artigo tenha sido apresentada como de “interesse público” identificado pela redação do jornal, não há como negar que tal interesse também correspondia a uma agenda própria do doutor. Explicamos. É possível pensar que muitas das contestações apresentadas por Sartori ao longo de seu artigo se deram pela observação dos costumes presentes naquela Lages de início do século XX. E estas certamente não estavam limitadas apenas as pessoas “sem instrução”, tanto porque, de forma geral, por mais que a presença médica na cidade possa ser averiguada desde fins do século XIX, é evidente que as práticas de cura não se limitavam ao crivo médico. Parteiras e curandeiros marcavam espaço naquele território e isso não se dava apenas pela ausência de serviços médicos disponíveis, mas especialmente pela formação cultural daquele

²⁴⁶ Idem.

meio social. Nesse sentido, toda formação técnica e científica do doutor, para uma grande maioria de nada valia. Tanto é que já no primeiro ano em que se estabeleceu na cidade, tratou logo de se posicionar contrário a determinados comportamentos, conforme podemos verificar no aviso publicado pelo doutor em Novembro de 1903:

Aviso

O Dr. Sartori previne a todos os habitantes desta cidade e de sua área suburbana que d'ora em diante recusar-se há a visitar quaisquer doente, que anteriormente tenham sido assistidos e tratados por pessoas não diplomadas em medicina e cirurgia, dando se muitas vezes o caso de só ser chamado o médico à cabeceira do doente quando este atingido aos últimos paroxismos da vida nada mais podendo fazer esse médico. Declara outrossim que continuará a fazer gratuitamente as suas visitas aos reconhecidamente pobres, atendido os demais de acordo com as suas condições econômicas. Lages, 27 de Novembro de 1903. Dr. Cesare Sartori.²⁴⁷

Por outro lado o aparente “descrédito” do doutor que só era chamado em “últimos casos”, era restabelecido em “oportunas” notas de agradecimentos, como a publicada em 29 de Julho de 1906, em que sua

²⁴⁷ Jornal, **Região Serrana**, 29 de Novembro de 1903, p. 4 e 2 col. 2 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

atuação clínica é retratada como uma vitória do “saber contra a “ignorância”:

Mais uma vitória

O ilustre cirurgião Dr. Cezar Sartori acaba de registrar mais uma vitória na sua clinica medico cirúrgica (...) esposa do (...) João Octavio da Costa Ávila esteve ameaçada, durante cinco dias, na sua preciosa existência, devido à um parto prematuro, e a sua morte seria inevitável se não estivesse n’esta cidade o abalizado cirurgião Dr. Cezar Sartori. O desanimo já tinha se apoderado de todas as pessoas da família da jovem enferma e o médico ia, pela segunda vez em Lages, fazer a operação cesariana, como último recurso. Tentou, porém, antes de lançar mão d’esse recurso extremo, tanto mais que a parturiente não podia ser cloroformizada, uma das mais melindrosas operações obstétricas – Operação de Braxton Hicks, - e os seus esforços foram coroados de bom êxito conseguindo romper a Placenta previa central e extrair a criança, com a idade de cerca de sete e meio meses. Foi mais uma vitória, repetimos, alcançada pelo ilustre cirurgião que, devolvendo a alegria à uma família inteira que achava-se imersa na mais profunda dor, viu, de certo modo, compensado o seu desgosto profissional ao assistir a morte da esposa do Sr. Luiz Henriques Pimentel de Córdova, na impossibilidade de tentar alguma coisa com probabilidade de salvar casa parturiente que, segundo ouvimos do referido médico foi vítima da ignorância da parteira e de curandeiros. Parabenizamos ao nosso amigo João Octavio da Costa Ávila por ser salvos a sua virtuosa esposa e filhinho e ao Sr. Dr.

Cezar Sartori por mais este brilhante triunfo
na sua gloriosa profissão²⁴⁸.

Seguramente este foi um embate que merece investigação mais dedicada. Aqui recorremos a ele, para melhor compreender o campo de interesses que permeava as publicações da coluna Ciência, da qual o jornal Região Serrana, dedicou tanta atenção. Conforme o registrado pela redação daquele jornal, o artigo “Higiene da Infância” era destinado as “Exm^a mães”, oferecido como “brinde aos seus filhinhos”. Um brinde que “as oferecemos não só no nosso nome, mas principalmente em nome do ilustrado médico que no-las ofereceu tão gentilmente”²⁴⁹. Muito bem dito, as orientações propagadas estavam por fim, bem “assinadas”.

Em Agosto de 1906, a coluna Ciência novamente oferece aos seus leitores “orientações valiosas”, assinadas por Sartori em artigo sobre a “Higiene do Matrimônio”. Antes de tratarmos da matéria propriamente dita, é oportuno apontar mais algumas considerações sobre o doutor italiano. Pelo discutido até o momento, já não resta dúvida de que Sartori era realmente um homem da ciência, e como tal, alguém que lia muito e de uma forma ou de outra estava “bem” relacionado com a comunidade científica do país que escolheu para viver. Cesar Sartori viajava periodicamente, entre seus destinos, São Paulo e Rio de Janeiro aparecem sempre presentes em seus roteiros, ambas consideradas no período, importantes centros de produção e difusão da matéria científica em terras brasileiras. Sartori assim como Bleyer, era um participante assíduo dos

²⁴⁸ Jornal, **Região Serrana**, 29 de Julho de 1906, p. 3 e 4 col. 4 e 1 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

²⁴⁹ Jornal, **Região Serrana**, 28 de Julho de 1906, p. 1 e 2 col. 1 a 4 e 1 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Congressos Internacionais e dos Congressos de Medicina promovidos no Brasil. Em ocasião do 4º Congresso Médico Latino Americano realizado no Rio de Janeiro em Agosto de 1908, Sartori foi nomeado membro do Comitê regional do Estado de Santa Catarina, ficando encarregado da divulgação do Congresso no Estado catarinense e da Exposição Internacional de Higiene, evento paralelo ao Congresso Médico Latino Americano²⁵⁰. Tais elementos nos permitem pensar, que Sartori estava sintonizado com a atualidade científica daquele período, ou que pelo menos, mantinha-se em contato com ela. Além disso, em Lages, o doutor italiano era considerado um “estimado” colaborador da imprensa, que com a socialização de suas leituras e saberes contribuía para atualidade das discussões propagadas pelos jornais, especialmente pelo “Região Serrana”²⁵¹. Conforme já sinalizamos anteriormente, esse conjunto de informações, relacionados à ciência e à medicina, demonstra a atualidade dos debates propagados por esses jornais, que de certa forma corroborou para construção/argumentação de um “discurso civilizatório” difundido por essa imprensa. Além disso, tais debates forjavam a imagem de uma Lages republicana que trilhava o caminho da “ordem” e do “progresso”,

²⁵⁰ Jornal, **Região Serrana**, 06 de Setembro de 1908, p. 3 col. 3. Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

²⁵¹ Assim como já vimos na trajetória do Dr. Jorge Bleyer, Dr. Cesar Sartori também contribuía com transcrições de matérias publicadas em Revistas na capital Federal é o caso dos artigos presentes nas edições de 03 de Novembro de 1907 e de 12 de Junho de 1910 do jornal Região Serrana. A primeira se refere ao Boletim Demográfico da “Brasil Médico” em que são apresentados dados sobre a mortalidade da cidade do Rio de Janeiro, classificando o número de mortes por tipo de doenças. O artigo de Junho de 1910 trata da “Morphea e Contagio”, em que a redação do jornal registra: “Mercê da gentileza do Dr. Cesar Sartori, transcrevemos da Revista Syniátrica que se publica no Rio de Janeiro o seguinte artigo: Datta de millenios o conhecimento da lepra, assim como a desilusão pela sua incurabilidade e a realidade do seu contagio. (...)” – Jornal, **Região Serrana**, 03 de Novembro de 1907, p. 1 col. 3 e Região Serrana, 12 de Junho de 1910, p. 3 col. 1 e 2 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

ou que pelo menos, estava atenta a ele. Retornamos, portanto, aos artigos da coluna Ciência.

O artigo publicado em 05 de Agosto de 1906 é destino segundo o enunciado aos “jovens de ambos os sexos, para que saibam que um dos principais fatores do bem estar e da felicidade na família – é a saúde.”²⁵² No artigo intitulado “Higiene do Matrimônio” vários aspectos de uma atualidade científica que reporta não apenas a sintonia com o debate nacional acerca da saúde e da higiene, propagadas como elementos fundamentais para o desenvolvimento de qualquer meio social, mais especialmente remonta a atualidade do debate político social estabelecido naqueles primeiros anos de República do século XX. Antes de iniciar aquilo que denominou de “Deveres de quem quer formar família” o doutor faz mais algumas observações interessantes:

“Salus Pública Suprema Lex. – A Família
– A família é o primeiro núcleo social. Se é composta de elementos sãos e robustos, fornece energias ativas a sociedade, à pátria, à humanidade, e acha em mesma a compensação às decepções e dores da vida. Nela o trabalho assíduo, o bem estar econômico, o equilíbrio das forças físicas com as faculdades morais, são fontes de paz e gozados verdadeiros. Quando, ao contrário, por causa da união de seres frágeis e enfermos a moléstia acomete a miúdo os vários componentes de uma família: cessa o trabalho; sub-entra a miséria; se torna mais profunda a degenerescência física e moral dos

²⁵² Jornal, **Região Serrana**, 05 de Agosto de 1906, p. 1 col. 1 a 3 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

indivíduos, e a vida se transforma numa maldição. Portanto, se não se deve descurar o fator econômico na formação da família, jamais se deverá olvidar o outro coeficiente de felicidades, que é a saúde.²⁵³

Saúde Pública é a suprema Lei. Como já verificamos anteriormente, a questão da saúde, sobretudo a saúde pública, tornou-se em fins do século XIX e durante longos anos da primeira metade do século XX, uma agenda fundamental do governo republicano instaurado no país em 1889. O processo de urbanização pelo qual passou algumas das principais cidades, do cenário brasileiro daquele período, evidencia tal processo. Esse início de século XX no Brasil foi marco fortemente pelo debate acerca da identidade nacional e em consequência disso, uma das questões centrais recaía sobre a problemática de como mudar as condições de existência no Brasil. Segundo o historiador Ricardo Augusto dos Santos nesse debate é possível observar que:

Entre intelectuais, artistas e políticos das “camadas médias urbanas”, incluindo as parcelas burocráticas, havia um consenso sobre as ameaças que pairavam sobre o país e, como decorrência, foram formuladas explicações e projetos de mudança. Portanto, por meio das idéias reformadoras, bastaria compreender e, posteriormente, modificar as condições de saúde do “povo” brasileiro em busca da construção da nação. Naquela conjuntura, o cenário sanitário foi apontado como muito grave e responsável

²⁵³ Idem, *Ibidem*.

pelas dificuldades em agilizar as mudanças sociais reclamadas. Esta constatação e as questões que ela suscitou podem ser apresentadas desta forma: eugenistas e sanitaristas apresentavam uma solução original para o dilema brasileiro.²⁵⁴

Entende-se, portanto, que a empreitada de modificar as “condições de saúde do povo brasileiro” correspondia à busca da construção da nação. Nesse sentido, cuidar da formação da família, era mais que uma questão de “higiene” e “bom senso”, era fundamentalmente uma questão de caráter político e social. O argumento exposto por Sartori quanto à relevância da constituição da família, considerada por ele como o primeiro núcleo social que quando bem formada por “elementos sãos e robustos” fornece “energias ativas a sociedade, à pátria, à humanidade”, corresponde de certa forma a essa agenda do debate nacional. Como já vimos, o doutor italiano residente em Lages desde 1903, mantinha-se em contato direto com os centros propagadores desses conhecimentos e entendimentos e até certa medida era um elemento fundamental para disseminação desses saberes na pequena Lages do início do século XX. Além disso, a distinção feita pelo doutor, entre a composição de uma família por “elementos sãos” e por elementos “frágeis e enfermiços”, aos quais ele categorizou como não sendo apenas aqueles que se apresentam doentes, mas também “muitos indivíduos que por toda a vida, acudindo diferentes ocupações, são, no entanto profundamente abala dos no do

²⁵⁴ SANTOS, Ricardo Augusto . “Quem é bom, já nasce feito? Uma leitura do Eugenismo de Renato Kehl (1917-37)”. *Intellêctus* (UERJ) v. Ano 04, n. Vol.II, p. 14, 2005.

organismo físico”²⁵⁵, revela em seu pensamento a concepção de eugenia²⁵⁶ que começava nesse início de século ganhar mais espaço no debate científico nacional. Na sequência do artigo tal concepção fica ainda mais evidente:

Deveres de Quem Quer Formar Família

(...) Quem quer formar família deve interrogar a si mesmo e saber ainda pelo médico si possui as aptidões físicas para dar vida a novos seres que tenham todas as probabilidades de crescer são e robustos. – Quem é doente de sífilis comete um crime contraindo núpcias neste estado. Poderá fazê-lo só quando a injeção sífilítica estiver completamente curada e quando o médico assistente suspender a proibição, porque em caso contrario traz o contágio no novo ménage e os filhos crescerão frágeis e pré dispostos a doença multiformes (Tuberculose, Loucura etc.). Como regra geral, um homem acometido de sífilis deve tratar-se, a intervalos, por um prazo de 5

²⁵⁵ Essa caracterização dos seres frágeis e enfermiços é apresentada em nota por Sartori no artigo “Higiene do Matrimônio” – Jornal, **Região Serrana**, 05 de Agosto de 1906, p. 1 col. 1 a 3 - Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

²⁵⁶ Segundo a historiadora Luzia Aurelia Castañeda, “A palavra ‘eugenia’, cunhada por Francis Galton em 1883, significa “a ciência do melhoramento biológico do tipo humano”. Galton estava convencido de que a maioria das qualidades físicas, mentais e morais dos humanos era herdada; desse modo, o progresso humano dependeria de como essas qualidades seriam passadas para as gerações futuras. O movimento eugênico foi difundido em diversos países, inclusive no Brasil, e a fundamentação científica que guiava cada proposta eugênica teve contornos distintos. Essa articulação teórica, baseada principalmente na ciência da hereditariedade e modelada pelo contexto social, fez com que cada país desenvolvesse seu próprio movimento e definisse seus objetivos”. Castañeda considera ainda que “a eugenia no Brasil não se estabeleceu apenas como um movimento consumidor de idéias, mas, também como um provedor de propostas que fazem parte de um complexo sócio político. O movimento eugênico brasileiro, apesar da influência e da semelhança com o movimento francês, não deixa de ser um tipo especial de conhecimento social.” In: CASTANEDA, Luzia Aurelia. “Eugenia e Casamento” – *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol. 10 (3): 901-30, set.- dez. 2003, p. 902. Ainda sobre a eugenia no Brasil, consultar: STEPAN, Nancy Leys. “Eugenia no Brasil, 1917-1940”. In: HOCHMAN, Gilberto (org). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 331-391.

anos, e chegando a esta época, depois de ter consultado o médico, poderá ou não efetuar o matrimônio. Certos indivíduos, bem raros na verdade, não o poderão mais por toda a vida.

- - Não contraia núpcias quem não estiver isento de moléstias contagiosas como a blenorragia: evitará assim que graves consequências ressintam a saúde da esposa. – Quem é doente de tuberculose nunca cogite em casar-se. - A pretendida esposa repila a solicitação do candidato que for habitualmente dado ao alcoolismo. O alcoolismo habitual dos parentes gera na prole, muitas vezes, doenças do cérebro e desvios do senso moral, como o idiotismo, a imbecilidade, a epilepsia a delinquência. – Evitem-se as uniões entre loucos, histéricos, neurastênicos, de alto grau, criminosos natos, as uniões entre parentes próximos e até remotos (entre tios e sobrinhos, entre primos de 1º e 2º grau). Nos filhos se acumulam e se fixam os caracteres de fragilidade e de predisposições mórbidas (tuberculose, cancro, loucura, suicídio, deformações físicas). – A donzela jamais consinta contrair núpcias com um homem já idoso embora se ostente ele com os arrebiques da riqueza e das comodidades da vida. A desmoralização da alma terá neste caso precedido a fácil prostituição do corpo. A donzela tenha apenas piedade e compaixão para o velho pretendente, mas considere-o, todavia como um anoma-lo moral. De uma união tão fria não podem nascer filhos sãos e vigorosos, o amor cáldo e vívido atém um papel importante na procriação dos filhos.

A união conjugal deve achar a sua base nas correspondentes qualidades físicas, intelectuais e morais. – Quem quer unir-se

em matrimônio, informe-se também sobre as famílias originais do futuro esposo ou futura esposa e mormente sobre as doenças que com mais frequência dominaram (moléstias mentais, delinquência, epilepsia, tuberculose, sífilis, mórfea) e sobre a moralidade, os costumes, o caráter e o gênio dos parentes. Tenha-se sempre em vista que na maioria das vezes é verdadeiro o ditado: Assim os pais, assim os filhos.

Observa-se nas palavras de Sartori, regras que se mesclam entre o cuidado e o critério, todavia, definindo padrões para que se possa estabelecer uma união matrimonial ideal, que naquele momento atendia, sobretudo à função de produzir seres “sãos e robustos”. Nesse sentido, se evidencia nas palavras do doutor Sartori aquilo que foi concebido como uma das mais notórias técnicas introduzidas pelos eugenistas para “melhorar” a raça humana, ou seja, as medidas de controle do matrimônio, que por sua vez, fez da eugenia “um plano de ação de interferência deliberada na reprodução humana na esperança de reverter à tendência degenerativa da raça”²⁵⁷. A base desse pensamento está fundamentada nos estudos realizados por Francis Galton²⁵⁸ que concebeu a eugenia pela relação entre a hereditariedade e medições estatísticas. No

²⁵⁷ CASTAÑEDA, Luzia Aurelia. Op. cit., p. 903.

²⁵⁸ Francis Galton é citado como o fundador da biometria e da eugenia, foi ele, um dos mais importantes promotores da ciência do melhoramento da raça humana, além de ser um dos fundadores da Sociedade Eugênica, e autor de vários livros e artigos sobre o tema. Para mais informações acerca da trajetória de Francis Galton consultar o já citado artigo de Luzia Aurelia Castañeda “Eugenia e Casamento” e ainda da mesma autora: CASTAÑEDA, Luzia Aurelia. As idéias de herança pré-medelianas e suas influências na teoria de evolução de Darwin. Tese de doutoramento, Campinas, Unicamp, Instituto de Biologia, 1992.

Brasil, a bandeira da eugenia encontrou no médico Renato Ferraz Kehl²⁵⁹ seu maior propagador, num momento em que a preocupação com a identidade e a formação da nacionalidade imperava. Nesse sentido, segundo Ricardo Santos:

O pessimismo em relação ao perfil racial brasileiro poderia ser superado se as idéias e praticas do eugenismo nacional fossem adotadas. Recebida como uma arma capaz de promover uma "nova ordem social" pela melhoria da raça, a eugenia encontrou em Renato Kehl, um de seus mais importantes divulgadores. Os planos de eugenistas e sanitaristas dividiam-se em eugenia preventiva (controle dos fatores disgênicos pelo saneamento), em eugenia positiva (incentivo e regulação da procriação dos capazes) e na eugenia negativa (evitar a procriação dos considerados incapazes). O objetivo era modernizar o país e apagar os símbolos da degeneração racial.

É importante destacar que esse debate, ainda que presente no universo científico brasileiro desde os primeiros anos do século XX é a partir de 1910, que tal propagação ganhou contornos mais concretos, encontrando entre os anos de 1917 e fins da década de 1930, seu período

²⁵⁹ O médico Renato Ferraz Kehl nasceu em Limeira (SP), a 22 de agosto de 1889, filho de Joaquim Maynert Kehl e Rita de Cássia Ferraz Kehl. Lutando pela difusão e implantação das idéias eugênicas, Renato Kehl realizou conferências no Brasil e em vários países, publicando cerca de 30 livros e inúmeros artigos em jornais. Durante alguns anos exerceu o cargo de inspetor sanitário rural do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), no qual organizou o Serviço de Educação Sanitária ligado à Inspetoria da Lepre e das Doenças Venéreas. Entre os seus principais livros destacam-se: *Eugenia e Medicina Social*, *O Médico do Lar*, *A Cura da Fealdade*, *Lições de Eugenia*, *Bíblia da Saúde e Pais, Médicos e Mestres*. Renato Kehl faleceu em 1974. Dados biográficos registrados por SANTOS, Ricardo Augusto dos. Op. cit.

de maior expressão. Com isso, ao aproximarmos as orientações de Sartori quanto às regras para união de matrimônio, novamente reforçamos o aspecto de atualidade presente nas discussões estabelecidas pelo médico italiano naquela Lages de início do século XX. Muitas das questões levantadas por Cesar Sartori, em suas orientações quanto ao matrimônio em 1906, serão amplamente discutidas e difundidas pelos eugenistas no Brasil nas décadas que seguem 1917. Entre elas podemos destacar a ênfase que Sartori atribuiu à função médica no que tange ao parecer sobre as condições de estar ou não apto a casar-se: “Quem quer formar família deve interrogar a si mesmo e saber ainda pelo médico si possui as aptidões físicas para dar vida a novos seres que tenham todas as probabilidades de crescer são e robustos”. Isso nos remete de certa forma ao debate dos exames pré-nupciais que animou o ambiente científico e jurídico da década de 1920 no Brasil.

Acerca desse debate, nas décadas e 1920 e 1930, o médico Renato Kehl, também ocupou um espaço importante sobre a discussão e difusão de tal agenda. Chamamos atenção pra isso, por identificarmos nas orientações de Sartori muitas das categorizações que Kehl definiu em seu manual para escolha apropriada de um bom cônjuge, publicado em 1923 e reeditado em 1935 sob o título “Como escolher um bom marido” ²⁶⁰. Nas orientações de Sartori publicadas em 1906 encontramos restrições quanto ao estabelecer núpcias com “tuberculosos, indivíduos dados ao alcoolismo, loucos, histéricos, neurastênicos, de alto grau, criminosos natos, parentes próximos e até remotos (entre tios e sobrinhos, entre

²⁶⁰ Segundo Luzia Aurélia Castañeda, Renato Kehl também publicou “Como escolher uma boa esposa”. In: CASTAÑEDA, Luzia Aurelia. Op. cit., p. 917.

primos de 1º e 2º grau) e homem idoso”. No livro de Renato Kehl, o médico discute 15 regras básicas quanto ao estabelecimento de núpcias, entre elas: escolher sempre um par da mesma condição social, ter sempre em vista o antecedente familiar do par, evitar casar-se com pessoa de raça diversa, escolher um par com perfeito gozo de saúde, física, psíquica e mental, escolher um par de idade conveniente, evite casamentos consanguíneos. Além disso, fornece conselhos às candidatas advertindo sobre “doenças venéreas e contagiosas, sobre o uso de drogas e o estado mental do candidato” ²⁶¹.

Não se trata aqui, de forma alguma, agregar certo ineditismo das orientações propagas por Sartori. Trata-se especialmente de evidenciar a atualidade científica presente nos debates empreendidos pelo doutor italiano, que em parte, seguramente, se devia à sua atuante relação com os principais centros de produção e difusão científica do país naquele período. Tais questões aqui apresentadas, sobretudo, em relação à eugenia, não foram analisadas com a atenção que requer, pela própria delimitação dos objetivos pretendidos por esse trabalho. Os apontamentos aqui realizados servem para mostrar que os “discursos civilizatórios”, de certa forma, evidenciado pela imprensa lageana especialmente a partir de 1900, foram até certo ponto, fomentados por um debate bem abalizado na atualidade científica daquele período. Atualidade esta que transcendia os laboratórios de cientistas e médicos para alcançar a realidade social, num momento em que a questão nacional ocupava lugar de destaque na agenda de preocupações daquele início de século. De acordo com Ricardo Santos, “havia uma expectativa de mudanças sociais e culturais que

²⁶¹ Idem, *Ibidem*, p. 917.

mobilizava diversos segmentos urbanos, identificados e preocupados em viabilizar as condições para a emergência de uma nova nação”²⁶². Tais elementos refletiam em suma a agenda de preocupações e ocupações do governo republicano, que instaurado em 1889, deparou-se com o desafio de, em termos gerais, formarem uma nação.

Nesse processo de profundas transformações de ordem política, social e cultural, especialmente as cidades e seus habitantes, tornaram-se “objetos” de investigação e intervenção. Cabe salientar, que como vimos até o momento, Lages não esteve isenta de tal processo, pelo contrário, vivenciou “agitadamente” esses primeiros anos de república e encontrou na imprensa um aliado importante para certas pretensões. Essa imprensa que propagava os “discursos civilizatórios” e “atualidade científica”, era a mesma imprensa que corroborava para o enaltecimento dos “feitos políticos” e o “progresso material e moral” da cidade e seus circulantes, como resultado do empenho da elite dirigente local. Para isso, basta lembrarmos-nos das narrativas difundidas pela imprensa lageana em 1902 e 1904, conforme abordamos no capítulo anterior. A nosso ver, há entre todas essas propagações protagonizadas pela imprensa local do período, à pretensão de apresentar a imagem de uma Lages republicana, que atualizada com essa agenda, distanciava a imagem “confusa” e “turbulenta” marcada pelos acontecimentos ocorridos entre 1889 e 1894. Dessa forma, a propagação da Lages republicana, enaltecia a atuação administrativa de seus dirigentes como “fiéis” republicanos, o que foi gradualmente sendo projetado no cenário político estadual nas décadas

²⁶² SANTOS, Ricardo Augusto dos. Op. cit., p. 2.

que segue o século XX, delegando a cidade o título de “capital política” do Estado de Santa Catarina²⁶³.

Contudo, nessa Lages republicana havia ainda algumas necessidades, nem tudo correspondia aos padrões ideais retratados por alguns. Nessa primeira década do século XX, “mendigos e indigentes” que circulavam pelo perímetro urbano, maculavam a imagem de cidade desenvolvida sintonizada com os ideais de “progresso” e “modernidade”. Para resolver tal problema, uniram-se a Igreja Católica, os médicos e parte da elite local, em favor de uma causa tão urgente quanto necessária. Entre os discursos científicos e os feitos políticos, a “caridade” e a “civildade” em favor da necessidade de um Hospital.

3.4 – Na cidade ‘civilizada’: a caridade, o cuidado e o hospital

O processo de constituição de um hospital em Lages, antes de qualquer coisa é preciso dizer, merece um foco primordial de investigação em que diferentes aspectos de ordem política, social e cultural, sejam considerados a fim de proporcionar um entendimento mais contundente de tal processo. No momento deste trabalho, tal empreitada não foi desenvolvida em virtude do próprio limite de análise aqui pretendido. Nesse sentido, ao trazermos à causa da fundação de um

²⁶³ A referência ao título de capital política parte das considerações realizadas por Carlos Humberto Correa, em seu livro “Um Estado entre as duas Repúblicas”, em que o autor diz que: “Lages, talvez mais que Florianópolis, era o baluarte político catarinense, e a partir desta cidade iniciou-se a oposição ao Partido Republicano Catarinense e ao governo Hercílio Luz. Era a força de políticas pecuaristas contra um governo urbano comercial”. CORRÊA, Carlos Humberto. **Um Estado entre as duas repúblicas: a revolução de trinta e a política em Santa Catarina até 35**. Florianópolis: UFSC/ALESC, 1984. p. 27.

hospital na cidade, fazemos mais no sentido de identificar alguns impasses presentes nesse processo que indicam por um lado, a convergência do interesse em favor a uma Lages “civilizada” e “moderna” e por outro, o choque sobre as prioridades de ações escolhidas para efetivação de tal objetivo. Com isso, é importante lembrarmos o quadro, político social em que tal discussão emerge.

Conforme verificado até aqui, percebemos que há em Lages, sobretudo a partir de 1895, um momento de reconfiguração política que suscitou o estabelecimento de novas ações em relação ao espaço citadino. Como já verificamos, data deste período a criação do novo Código de Posturas do Município que permanecerá, sem alteração, em funcionamento por quase toda primeira década do século XX, e a constituição da Lei Orgânica do Município. Além disso, outras ações foram empreendidas, mas não vamos aqui redundar. Basta-nos saber, que esse período configurou um tempo de importantes arranjos políticos que no âmbito local, repercutiu sobre as tratativas urbanas empreendidas nas primeiras décadas do século XX.

No compasso desses arranjos é também possível identificar, o esforço de estabelecer a imagem de uma cidade que trilha o caminho do progresso, em sintonia com os valores “modernos” propagados naquele período, como ideais para efetivação de tal imagem. Nesse sentido, de acordo com o já mencionado, a imprensa cumpre um importante papel. Pois é através dela, que o referido esforço encontrará meios para sua divulgação e propagação. Mas cabia a quem tal esforço? Em parte cabia àqueles a quem mais interessava: a elite dirigente local. Esta constituída em sua grande maioria por filhos de importantes fazendeiros do

município que, desde o fim do século XIX investiram consideravelmente na sua formação educacional, constituindo o grupo de moços lageanos que estudaram no colégio jesuíta de Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Referente à circunstância, Noberto Dallabrida afirma: “Em verdade, os serranos foram os primeiros e o maior grupo social catarinense que recebeu educação jesuítica: desde as últimas décadas do século XIX no colégio Conceição, posteriormente, no Catarinense.”²⁶⁴. Ainda sobre a educação jesuítica que esses moços lageanos receberam, Sara Nunes completa afirmando que “O aprimoramento intelectual que os alunos preparados pelos Jesuítas receberam era direcionado para o cultivo de um capital cultural refinado, de acordo com o que se esperava de um homem bem colocado socialmente, isto é, a certa “ilustração intelectual” ²⁶⁵. Como integrantes desse grupo que estudou no colégio Conceição, podemos citar Vidal José de Oliveira Ramos Júnior, que a essa altura do presente trabalho, dispensa maiores apresentações, redundando apenas na informação que foi ele eleito superintendente do município em 1895, permanecendo na função até 1902, quando assume o vice governo do Estado de Santa Catarina. E Manoel Thiago de Castro, conselheiro do Conselho Municipal por longos anos a partir de 1900, integrante da Loja Maçônica Luz Serrana e um dos fundadores e mais atuantes redatores do jornal “Região Serrana”, tantas vezes aqui citado. Em linhas gerais, esse era o perfil da elite dirigente que esteve à frente do governo municipal de Lages a partir de 1889, protagonizando a cena política e cultural da cidade naquele período. O

²⁶⁴ DALLABRIDA apud NUNES, Sara. Op. cit., p. 53.

²⁶⁵ Idem, Ibidem, p. 53.

empenho de construir a imagem de uma Lages republicana, “civilizada” e “moderna”, correspondia dessa forma, em parte, ao campo de projeção dessa referida elite.

É também importante mencionar o espaço da Igreja Católica nesse cenário, representada na ocasião pelos padres da Ordem Franciscana e posteriormente também pelas Irmãs da Divina Providência²⁶⁶. O registro desses sujeitos se deve em parte, à relação por eles protagonizada no debate acerca do hospital na cidade, e também pelo interesse de estabelecer o catolicismo na região serrana que até certo ponto, se aliou ao esforço da elite dirigente local em favor à implantação de um novo padrão moral e comportamental para o povo daquela região. Discutiremos adiante, de forma mais pontual, o lugar ocupado pelas autoridades eclesiásticas no debate acerca do hospital, nesse momento cabe apenas indicar sua participação na constituição do quadro no qual a questão do hospital emerge. Estabelecido esse quadro, passamos agora ao conteúdo de sua configuração. A quem e em razão do que, a necessidade de criação de um hospital na cidade emergiu?

Diante da questão exposta acima é necessário fazer algumas ponderações quanto a dois aspectos essenciais desse panorama. O primeiro aspecto emblemático desse quadro é a relação entre “elite

²⁶⁶ As Irmãs da Divina Providência chegam à cidade em 1903 e passam a desempenhar atividades vinculadas diretamente a educação, abrindo aulas para meninas em residência situada na cidade. Durante o processo de constituição da casa de caridade também mantiveram postura atuante, refletindo os preceitos de sua ordem. Em 1915, quando definitivamente o prédio do Colégio São José é comprado para tornar-se oficialmente o Hospital de Caridade da cidade, as irmãs da Divina Providência assumem sua gestão, permanecendo dessa forma até a atualidade.

dirigente” e “ordem franciscana” ²⁶⁷. O segundo aspecto diz respeito ao duplo papel da imprensa lageana desempenhado nesse quadro. Por um lado, como espaço de publicação dos feitos políticos, do progresso material da cidade, da propagação dos códigos de civilidade, da divulgação científica, da propagação da imagem de cidade “moderna”. Por outro, era também o espaço da crítica aos comportamentos inadequados, aos hábitos pouco higiênicos da população, às circunstâncias de pobreza, a pouca rentabilidade comercial, à certas ações políticas, que representavam em seu conjunto a fissura existente entre a imagem de “cidade ideal” e a constatação da “cidade real”. Em linhas gerais, pode-se dizer que o debate da fundação de um hospital na cidade, transitava entre esses dois pólos: entre o ânimo da construção da imagem de uma cidade ideal, merecedora de tal “recurso médico” e a constatação de fatores que maculavam essa imagem, encontrando na fundação de um hospital uma alternativa de solução para tal “mazela social” ou meio para estabelecer certa crítica à gestão municipal vigente.

Também é importante sinalizar, que os médicos estrangeiros residentes na cidade não se isentaram de tal processo. Dr. Jorge Bleyer em 1900, fazia parte da comissão para dirigir as obras e demais dependências do hospital²⁶⁸. A participação de Bleyer acerca do debate de fundação do hospital se deu num período de certo otimismo em relação à

²⁶⁷ Foi das elites locais que a Ordem Franciscana recebeu recursos financeiros para equiparar as igrejas com altares, imagens de santos vindos da Europa e doações de terrenos (...) Em troca do apoio recebido, a Ordem Franciscana correspondia de diversas maneiras (...) nas procissões e festas promovidas pela Ordem (...) O êxito na organização das festas, o caráter solene das procissões constituíam-se em momentos propícios para aumentar o prestígio dos chefes políticos locais e sacralizar as teias de relações que estes estabeleciam no conjunto da sociedade. In: SERPA, Élio Cantalício, *Op. cit.*, p. 148-149.

²⁶⁸ Conforme registrado na notícia de 10 de Junho de 1900, no jornal *Região Serrana*.

causa²⁶⁹. Em 1900, diferente do que se apresenta nos anos seguintes, a expectativa de criação de um hospital na cidade parecia encontrar consenso entre o “grupo de corações” bem formados que tomaram pra si a “realização daquela urgente necessidade”. Nesse momento a fundação do hospital já trazia à tona o aspecto de solução às condições de pobreza retratadas por alguns “infelizes” daquela região. Contudo, nos parece, que nesse momento, a idéia de criação do hospital respondia mais ao “merecimento” que a cidade apresentava em ter, um equipamento dessa natureza, do que solução a um grave “problema social”, como se configurou nos anos seguintes. No jornal “Região Serrana” de junho de 1900 consta:

Hospital

A idéia humanitária da criação de um hospital nos parece, vai ser convertida em realidade e quiçá em pouco espaço de tempo. Um grupo de corações bem formados tomou a seu encargo a realização

²⁶⁹ Dr. Sartori também participou da causa, porém num momento bem diferente daquele vivenciado por Bleyer. É no ano de 1907, que a convite da redação do jornal, “O Clarim”, que o médico italiano apresenta um plano considerado “acertadíssimo” para efetivação de tal causa. Na ocasião Sartori apresentou brevemente o que considerava preciso para a fundação do hospital: 1 - O concurso ou auxílio particular de cada cidadão de toda a Região Serrana; 2 – O auxílio dos 4 governos dos municípios da serra; 3 – Auxílio do governo do Estado; 4 – Não será preciso construir um edifício de muitos andares ou um casarão, mas sim uma espécie de aldeia, isto é, um numero suficiente de compartimentos ligados, em certa distancia ao outro, com jardins ao redor, ficando no meio de todos eles a cozinha. É o sistema hoje mais em voga, mais usado e mais moderno para tal construção que traz consigo mais facilidade, mais economia e mais prática, pois que pode-se ir construindo esses compartimentos conforme as diversas doenças exigirem, podendo-se edificar: Compartimento para doenças internas; Compartimento para cirurgia; Compartimento para doenças sífilíticas; Compartimento para doenças veneras; Compartimento para doenças contagiosas, etc. (...) Jornal, **O Clarim**, 01 de Janeiro de 1908, p. 1 col. 1 e 2 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

desta urgente necessidade. E notório se faz sentir um estabelecimento desta natureza aqui nesta cidade, participando desta falta a população serrana, onde minguido são os recursos médicos, ou melhor onde não são eles encontrados. Quantas criaturas por estes sertões afora não morrem a falta de uma medicação apropriada, sem o remédio a hora certa, sem a dieta conveniente, sem um abrigo? Tristes últimos momentos destes infelizes que passaram na terra sem um conforto e que na última hora nem um círio iluminou a triste morada e nenhuma esperança encontraram antes de fecharem os olhos as misérias da vida! É bem sensível a ausência de uma casa de Caridade nesta terra, que, no entanto, possui palácio municipal, teatro, escolas, clubes e onde não há um refugio para os que sofrem e para os que, sem recursos pecuniários, sentem a vida fugir dia a dia, hora a hora! (...) Grandes e pequenos, homens e senhoras, ricos e pobres devem vir em auxilio desta idéia filantrópica. Havemos e devemos mostrar que na região serrana não se sabe fugir a apelos como estes, justos e caridosos. A esperança não nos abandona, e não será baldado o tempo empregado para o fim que nos inspira e a população serrana saberá cumprir com o seu dever e o hospital, pela dedicação de todos, em pouco abrirá as suas portas aos infelizes!²⁷⁰

Antes de finalizar o artigo, o articulista do “Região Serrana” informa que no dia 3 de Junho, no clube literário recreativo da cidade, “se reuniu elevado número de pessoas, que organizadas, criaram as comissões

²⁷⁰ Jornal, **Região Serrana**, 10 de Junho de 1900, p. 1 col. 1 a 3 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

para viabilizar o processo de fundação do hospital”, registrando assim, o nome das pessoas que formavam o grupo de “corações bem formados” anteriormente mencionado. De acordo com o registro, as comissões ficaram assim estabelecidas: comissão para agenciar brindes e dirigir as quermesses - D. Maria das Neves de Castro, D. Baselissa de Brito, D. Durvalina Machado, D. Celeste Costa, D. Josephina Schmidt, D. Josina Vieira da Costa, D. Angelina Moreira Gomes, D. Caetana Neves, D. Maria Augusta Siebrt, D. Julia Ramos Ribeiro, D. Balbina Ramos da Silva, D. Adélia Ramos; comissão para gerenciar donativos no município e fora dele - Victor de Brito, Joaquim de Oliveira Costa, João de Castro Junior, Abílio de Oliveira Carvalho, Martinho Nerbass, Ernesto Neves, João Jose Rath, Simeão Moritz de Carvalho, Carlos Roberto Stupp, Manoel de Oliveira Ramos, Jose Dias de Azambuja Cidade, Polycarpo Machado, Christiano Braescher Junior, Jose Castelo Branco, Hortencio Rosa, Sebastião Furtado, Jose Arruda, Jose Lucas Dias; comissão para dirigir as obras e demais dependências do hospital - Vidal Ramos Junior, Frei Rogerio Neuhaus, Belisário Ramos, Julio Costa, Dr. Jorge Bleyer, Jose Maria Antunes Ramos, João José Theodoro da Costa, Carlos Schimidt Junior. Segundo o estabelecido em tal reunião, a partir daquele mês, seriam realizadas quermesses para angariar recursos em favor a causa em questão, em todos os domingos e dias santos. Conforme o verificado, mesmo considerando todo empenho e organização das comissões, tal feito não foi possível. Pelo menos não com a periodicidade que previam²⁷¹.

²⁷¹ Encontramos nos jornais a notícia de uma quermesse realizada em 17 de Junho de 1900, no Teatro São João. Posteriormente a tal evento, notícias dessa natureza aparecem apenas em

Como se vê, uma mobilização que parecia envolver vários setores da sociedade lageana, entre eles, representantes da elite dirigente do município e membros da Ordem Franciscana. Observa-se também a presença de muitas mulheres que em suma eram esposas e filhas de parte dessa elite identificada. É importante destacar também, o aspecto da caridade emprestada a tal causa. Em parte o referido aspecto corresponde à atuação da Ordem Franciscana na cidade, que além de investir na propagação dos preceitos religiosos do catolicismo, também investiram na organização de associações devocionais que realizavam palestras que discutiam questões referentes à religião e à ciência, festivais de poesia e música, como também algumas ocasiões de homenagem às autoridades civis²⁷². De acordo com Élio Serpa:

Estas associações sob o controle do vigário encontravam apoio junto às camadas médias da sociedade, principalmente da população feminina, que delas se valiam para propagar valores e condutas compatíveis com as novas aspirações das elites e, ao mesmo tempo, criavam espaço que denotavam para o conjunto da sociedade local, distinção de classe.²⁷³

Após essa primeira empreitada em função da criação do hospital, o debate volta ganhar espaço na imprensa apenas em 1904 e ganha maior fôlego em 1907 e 1908. Nessa retomada de pauta, o aspecto “caridoso” e

1904.

²⁷² Como exemplo dessas associações, podemos destacar o Grêmio Serrano, fundado em 22 de Junho de 1902. Para mais detalhes sobre a repercussão do referido Grêmio, consultar: SERPA, Élio Cantalício. Op. cit., p. 141-58.

²⁷³ Idem, Ibidem, p. 152.

o caráter de “problema social” ganharam maior expressão, conforme podemos verificar nas publicações dos jornais “Região Serrana” e “O Clarim” respectivamente:

Uma idéia nobre

A senhora D. Sophia Moritz de Carvalho, digna professora pública (...) faz ativa propaganda no sentido de fundar-se uma pequena casa de caridade nesta cidade, onde possam achar alívio às suas misérias, os muitos mendigos que por ali vemos pedindo o óbolo de caridade pública. (...) organizar brevemente um bazar, para com o resultado dele junto ao já colhido em esmolas e donativos fundar, em menos ou maior lapso de tempo a mencionada casa de caridade.²⁷⁴

Um hospital em Lages

Entre os problemas sociais, é este um dos que mais alta relevância apresenta; a miséria irremediável tem o direito de exigir dos poderes públicos uma enxerga e um pão, para que viva ao menos com a aparência de seres humanos e não morram como cão nos esterquilínio de uma mansarda (...)²⁷⁵

Aqui, diferente do que foi possível identificar em 1900, o debate do hospital parece corresponder à preocupação de uma determinada parcela da população, que numa perspectiva maior, contrapõe a imagem de uma cidade que trilha o caminho do “progresso” e da “civildade”. É nesse momento que a fissura entre a cidade real e a cidade ideal ganhou

²⁷⁴ Jornal, **Região Serrana**, 20 de Maio de 1904, p. 1 col. 3 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

²⁷⁵ Jornal, **O Clarim**, 27 de Novembro de 1907, p. 1 nº 9 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

mais evidência através da identificação de “sérios problemas” identificados na urbe, como o publicado em Fevereiro de 1907:

Velho Amaro

Chamamos atenção de quem competir a fim de providenciar no sentido de serem suavizados os males do pobre preto velho Amaro que habita uma casa mais semelhante a uma pocilga nas proximidades da Santa Cruz. Há poucos dias tivemos ocasião de vê-lo. É quase indescritível a impressão que nos causou o mísero preto velho, ali num miserável cochichou repleto de vermina e nu. Entregue aos cuidados de uma aleijada que tem que sair à rua arrastando-se para obter o duro pão de sua subsistência o infeliz preto velho paralítico jaz sobre os mais repelentes trapos tendo como única faculdade respirar o ar infecto que exala de dentro da casucha. E isto passa-se dentro da área urbana desta cidade sem um rápido olhar dos que devem zelar pela saúde pública e mitigar os sofrimentos dos desamparados de sorte.²⁷⁶

É possível ler na nota sobre o “Velho Amaro” certo combate aquilo que de uma forma ou de outra, maculava a imagem de uma cidade “ideal”. Afinal de contas a condição precária em que o “preto velho” vivia confrontava os padrões “civilizados”. Diária e constantemente, mesmo que apenas com a presença, condições de vida como a de Amaro

²⁷⁶ Jornal, **A Evolução**, 14 de Fevereiro de 1907, nº 13 – Fonte cedida pelo pesquisador Frank Marcon.

“desconstruíam o discurso homogeneizante do progresso” ²⁷⁷. Contudo, ainda que nesse momento possamos apenas levantar algumas hipóteses, é possível perceber mais que apenas um “inconveniente” em relação aos códigos de civilidade propagado por alguns. A nosso ver, há certo confronto ao poder público local instituído, o que pode ser indicativo de uma determinada “oposição” a chefia municipal daquele período. Nesse sentido, podemos entrever nas notas de 1907 que o “problema social” e a “desgraça da pobreza” são em parte resultados de um descuido dos poderes públicos. Tal questão fica evidenciada nas palavras publicadas no jornal acima referenciado: “a miséria irremediável tem o direito de exigir dos poderes públicos uma enxerga” ou ainda como no caso de Amaro: “E isto passa-se dentro da área urbana desta cidade sem um rápido olhar dos que devem zelar pela saúde pública e mitigar os sofrimentos dos desamparados de sorte.”. Observamos ainda, que ambas as notas que apresentam determinado conteúdo são publicas no jornal “O Clarim” e não no “Região Serrana”, que desde sua fundação sempre se apresentou como um fiel aliado da chefia municipal instituída na cidade.

Nesse sentido, é interessante atentarmos para o artigo publicado no “Região Serrana” em 24 de Novembro de 1907. O título do artigo é “Hospital” e está assinado por “M.”. Infelizmente não podemos identificar a autoria do texto, mas certamente não se tratava de nenhum redator do “Região Serrana”, uma vez que antes de dar sequência da matéria o articulista do jornal grifa: “Escrevem-nos”, o que indica que a matéria foi recebida pelo jornal “Região Serrana” e não escrita por sua

²⁷⁷ Para maiores informações acerca desses grupos presentes na cidade ver: PEIXER, Zilma Isabel. Op. cit., p. 39-97.

redação. O conteúdo do artigo evidencia ainda mais essa premissa e repete como nas notas publicadas no jornal “O Clarim”, a cobrança para com o poder público municipal:

Hospital

Escrevem-nos:

Foi muito em tempo que levanta-se a questão de um Hospital nesta cidade. O Conselho Municipal reúne-se em sessão ordinária no mês de Janeiro vindouro e dele é que está dependendo o primeiro e maior impulso para realização deste ideal, já longamente aclamado pelo público, e que, se for levado a efeito, constituirá só por si um nobre e imorredouro padrão de governo. Não resta dúvida que é preciso interessar também a massa anônima do público em geral, e asseguro-vos que ela já não está muito alheia e, como em tudo, só espera que se lhe faça a cabeça; mas tão alto é o cometimento, que a iniciativa particular é de si insuficiente para atingir o resultado. Estou certo, porém, que se o Conselho decretar uma verba satisfatória e agora no sentido que o vosso editorial sugeriu com muita felicidade. — essa iniciativa encontrará sem dúvida o mais franco apoio. Merece efetivamente a mais seria atenção tão grave quão elevado problema. A cultura social do nosso meio, os princípios de humanidade, tão comuns aos povos civilizados; o sentimento de piedade que em todos desperta a miséria desvalida, especialmente em casos de doença; todo o espetáculo da desventura humana — são contingentes que hão de fundar o Hospital. Se os poderes públicos não se mostrarem por ele desinteressados. Estimarei que a vossa iniciativa seja fecundada e reforçada por quantos compreenderem que não se trata

agora de esperar que caia do céu todos os benefícios e melhoramentos sociais de que carece a região serrana. E asseguro-me toda a minha solidariedade e estima. M²⁷⁸.

Percebe-se no texto uma clara chamada de atenção às autoridades municipais. São reconhecidos os valores que tornarão possíveis a fundação do hospital e estes remontam os “principio de humanidade, comuns aos povos civilizados”, porém, do céu não há de cair “os benefícios e melhoramentos sociais que carece a região serrana”. Nesse sentido, os poderes públicos precisam se mostrar interessados. Pelo que podemos verificar na consulta ao Livro Ata do Conselho Municipal datado de 1900 a 1911, a questão do hospital realmente não aparece como pauta prioritária. Outros assuntos como a regulamentação dos impostos, as regras de funcionamento do comércio, a criação de escolas e a abertura e conserto de estradas, parecem ocupar maior espaço de atenção daqueles Conselheiros. Quanto a Superintendência Municipal, comandada em 1907 por Belisário Ramos, a condição de saúde pública do município, deflagrada por parte da imprensa como “maior problema social” da cidade, apresentava-se muito bem, conforme o verificado no relatório publicado no “Região Serrana” em fevereiro de 1907: É satisfatório o estado de saúde da população deste município. Nenhum caso de moléstia epidêmica, no corrente ano veio nos perturbar o sossego, sendo o número de óbitos a registrar muito insignificante.”²⁷⁹. Entre a necessidade de uns e a compreensão de outros, o que podemos afirmar é que o debate acerca

²⁷⁸ Jornal, **Região Serrana**, 24 de Novembro de 1907, p. 1 col. 3 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

²⁷⁹ Jornal, **Região Serrana**, 10 de Fevereiro de 1907, p. 1 col. 2 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

da fundação de um hospital na cidade envolveu mais que apenas os parâmetros de “caridade” e “civildade”. Disputas políticas permearam essa agenda. O impasse quanto à construção do hospital durou até 1915, quando é realizada a aquisição do prédio do Colégio São José para instalação definitiva dos serviços hospitalares²⁸⁰. Contudo, conforme já anunciamos no início desse último tópico, uma análise mais detalhada de tal processo é necessária, porém ficará a cargo de futuras investigações, onde as tramas políticas, a relação caridade e medicalização e demais meandros desse enredo recebam a análise criteriosa que merecem.

De qualquer forma, entre as várias necessidades e os diferentes projetos identificados nesse processo, verificou-se que a causa da saúde cumpriu papel fundamental. Em um tempo em que a ciência de forma geral e a medicina de forma particular, ganharam mundialmente lugar de destaque como instrumento de organização da vida social e dos espaços citadinos, observa-se que em Lages tais preceitos foram fortemente assimilados e difundidos. E certo é que o alcance de suas matérias extrapolou o âmbito da questão de saúde pública propriamente dita, tornando possível de certa forma, à percepção de uma configuração política que com o advento da República buscou estabelecer seu quadro de interesses bem alinhado as tratativas urbanas desempenhadas na cidade. Nesse quadro de interesses está principalmente demarcado o desejo de apresentar uma Lages republicana atualizada com os preceitos modernos daquele período, que encontravam na propagação dos códigos de civildade, ordem e progresso aliados importantes para sua efetivação.

²⁸⁰ Jornal, **O Lageano**, 20 de Abril de 1915, p. 1 col. 1 e 2 – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Conforme já mencionamos, essa imagem de uma Lages republicana corroborava até certo ponto, para a projeção de seus líderes políticos no cenário local e estadual, o que de fato funcionou bem para a família Ramos. No entanto, aquele não era um meio social homogêneo. Sinteticamente podemos dizer que durante todo esse processo de constituição de uma Lages republicana fissuras, no campo político e social daquela realidade, foram paulatinamente se ampliando e demarcando outros campos de tensão. Nessa empreitada republicana em que os benefícios do chamado progresso, excluía muitos e convencia poucos, fortaleceu esse campo de tensão que culminou nos anos que seguiram 1910, num dos mais importantes movimentos sociais que ocorreu no país durante a primeira República, conhecido como a Guerra do Contestado.

O término deste trabalho reflete um período limite desse campo de tensão. É em 1910 que Vidal José de Oliveira Ramos assume como governador eleito o comando do Estado de Santa Catarina, efetivando por assim dizer, toda a projeção esboçada em Lages desde 1895. Por outro lado, temos nesse momento, a emergência desse importante movimento social que confrontou toda aquela “ordem” estabelecida que em suma, beneficiava uma minoria.

A “Guerra do Contestado” empreendida por essa maioria “excluída”, representada por trabalhadores da terra, caracterizou-se como um movimento que “denunciava acima de tudo, as péssimas condições de grande parte da população do campo, denunciava a exploração do homem pelo homem na busca da ampliação e reprodução do capital, que enriquecia uns e empobrecia muitos, denunciava o desrespeito às

manifestações culturais diferentes, expressas na religiosidade, denunciava abuso de poder por parte dos coronéis locais que pretendiam dominar e controlar a todos. O movimento social conhecido como Guerra do Contestado mostrou-nos que, apesar de tudo isso, homens e mulheres e até crianças, foram capazes de se organizar e criar formas de lutas, alertando-nos de que a dominação existe, mas ela não é maciça, homogênea a ponto de impossibilitar a criação de formas de resistências, de outras formas de sobrevivência, de lutar pelo direito à diferença e de sonhar por um mundo melhor.”²⁸¹

É no começo desse grande espetáculo, protagonizado por esses outros atores, que encerramos por fim este trabalho.

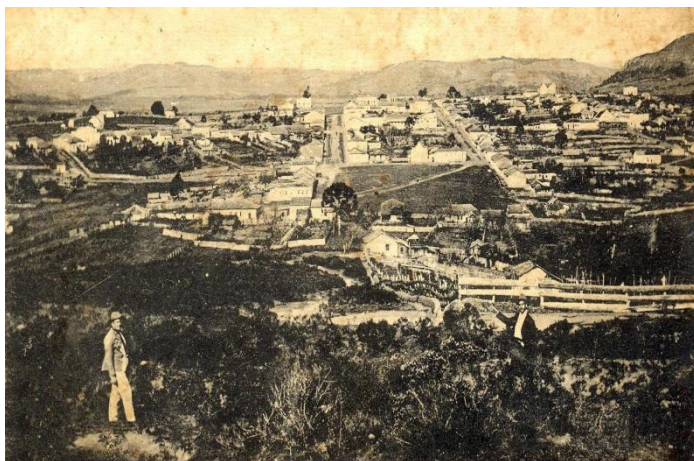


Figura 19: Vista Parcial de Lages - 1910
Acervo: Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

²⁸¹ SERPA, Élio Cantalício. **A guerra do Contestado (1912-1916)**. Florianópolis: UFSC, 1999.

Considerações Finais

O fim da viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já.

José Saramago

Sempre entendi o processo de pesquisa como um caminho de aprendizagem. Um caminho repleto de formas, métodos, fazeres. Repleto também de inquietações, curiosidades, descobertas. Um caminho repleto de normas, prazos e critérios, mas também um caminho de afeto, responsabilidades e comprometimento. Ao encerrar esse trabalho e pensando agora, nas palavras para finalizá-lo, compreendo que percorri esse caminho como aprendiz. Identifico que chegando ao destino dessa viagem, encontro-me em um novo ponto de partida.

Foram anos em meio à consulta de fontes, mapeamento de informações, sistematização de dados, identificação de lugares, pessoas e trajetórias, que remontaram um determinado espaço em diferentes tempos. O espaço aqui investigado foi Lages. A cidade dos campos de cima da serra que de 1870 a 1910, nesse processo de pesquisa, se apresentou diversa, plural. Contudo, pela própria natureza das fontes aqui pesquisadas, essa pluralidade e diversidade encontraram alguns limites, estabelecendo um foco de análise que deu conta apenas, de parte desse conjunto heterogêneo.

Tratamos em suma de um processo que dentro do período demarcado por este trabalho, apresentou indicativos da constituição urbana da cidade de Lages. De forma geral, percebemos que tal processo não resultou de um projeto pré-estabelecido, com finalidades bem demarcadas, que resultaram por fim, na formação urbana da cidade. Tal processo foi permeado por diferentes expectativas, interesses e finalidades, que evidentemente não foram frutos de um acaso qualquer.

Nesse quadro geral, percebemos que alguns interesses particulares foram gradativamente tomando “ares públicos”, especialmente a partir de 1889. O período aqui analisado remonta um tempo de significativas transformações no cenário político e social do país, marcados especialmente pela abolição da escravidão em 1888 e a proclamação da república em 1889. Em Lages o referente período reflete tais alterações, estabelecendo um quadro de importante (re) configuração política e ordenamento social que suscitou uma série de ações no espaço urbano da cidade, conforme verificamos ao longo desse trabalho. É importante mencionar ainda, que tal quadro foi marcado pela efetivação e emergência de expressivos conflitos de ordem política e social, representados pela Revolução Federalista (1893-1894) e posteriormente pela emergência da Guerra do Contestado (1912-1916).

Estudar a composição urbana de Lages nesse quadro permitiu verificar alguns elementos importantes. O primeiro nos remete ao entendimento de que a ampliação do circuito urbano da cidade, através de terrenos requeridos e concedidos pela Câmara, pelo menos até o início do século XX, não seguiu regulamentações muito bem definidas. De acordo

com o analisado no primeiro capítulo, tal circunstância indica que diferentes experiências de viver e ser naquele espaço citadino foram dando contorno à composição da cidade. O volume desses requerimentos apresentados à Câmara entre 1870 e 1890, merecem ser melhor investigado, especialmente pelo que possibilitam de percepção acerca da configuração social que foi se esboçando naquele espaço. Os requerimentos apresentados nominalmente muitas vezes, registravam as áreas de interesses das referidas solicitações, o que permite identificar “quem” estava e “onde” estava procurando se estabelecer na cidade naquele período que corresponde ao momento de composição dos espaços citadinos de Lages. O segundo elemento nos remete a dimensão do “trato” citadino que reflete o processo de constituição da cidade como campo de projeção política.

Conforme analisamos no segundo capítulo e em parte do terceiro, com a instauração do novo regime político estabelecido no país em 1889, Lages passa por um período de (re) configuração política, que marcou a ascensão da família Ramos ao comando político local. É nesse momento que a construção da imagem de uma Lages republicana ganha contornos concretos, suscitando em certa medida a propagação dos discursos de “modernidade” e “civildade” tão presentes nas palavras da imprensa lageana daquele período. É através do estabelecimento dessa imagem, sempre associada ao empenho de seus administradores, que a cidade passa a se constituir um fértil campo de projeção para seus líderes políticos, especialmente aos irmãos Ramos, Vidal e Belisário, que estiveram à frente do comando da municipalidade por mais de uma

década entre os anos de 1895 e 1910. Nesse sentido, ainda que numa leitura preliminar, entendemos que esse processo corroborou para a construção de uma “tradição” republicana associada às atividades políticas dos Ramos. Uma tradição efetivamente construída, considerando que os antecedentes de tais irmãos em relação à causa republicana não eram das mais convincentes. Para isso, basta lembrarmos que o pai dos rebentos, Vidal José de Oliveira Ramos Senior, foi um dos mais importantes líderes do Partido Monárquico (Conservador) até os últimos anos do Império e foi a partir dessa conjuntura que os irmãos adentraram no cenário político local ainda na década de 1880.

Nesse decurso percebemos também que a questão da saúde, da ciência e da medicina, desempenhou um importante papel junto às tratativas urbanas daquele período. Em parte por corresponder diretamente a uma das mais importantes pautas da agenda republicana instituída no país naquele momento. Conforme discutimos no terceiro capítulo, tal debate extrapolou à causa da saúde pública especificamente, alcançando dimensões políticas e sociais de elevada importância. Nesse sentido, a trajetória dos médicos estrangeiros e o processo de formação do hospital na cidade, aqui apenas indicados em considerações preliminares, devem inspirar futuras investigações a fim de compreender, mais especificamente, seu desenvolvimento e propagação no processo de urbanização da cidade de Lages.

Em linhas gerais, foi com essas questões que o presente trabalho se configurou. Procurando dessa forma compreender os contornos de

Lages e sua formação urbana, atento a diferentes aspectos de sua configuração política e social estabelecida entre os anos de 1870 a 1910.

Bem como diz Saramago, chegado ao destino final dessa viagem, é preciso “ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já”. Só através dessa dinâmica o fazer historiográfico cumprirá sua primordial função, que no nosso entendimento, trata de refletir sobre a vida humana em diferentes tempos e espaços, para que possamos através dessa reflexão, conhecer melhor a nossa própria condição de existência.

Sophia e Sara: Terminou???

... Sim, terminei. Já podemos brincar!!!!

Lages, 03 anos após o nascimento de Sophia e Sara.

Fontes

Jornais – Acervo do Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

O Lageano, 13 de Maio de 1883

O Lageano, 18 de Maio de 1883, p. 3 col. 2

O Lageano, 29 de Dezembro de 1883

O Lageano, 14 de Abril de 1884

O Lageano, 11 de Maio de 1884

O Lageano, 18 de Maio de 1884, p. 1 col. 1

Lageano, 13 de Outubro de 1889, p. 2 col. 1, 2 e 3

Lageano, 20 de Outubro de 1889, p. 2 col. 3

Lageano, 27 de Outubro de 1889, p. 2 col. 1 e 2

Região Serrana, 11 de Julho de 1897

Região Serrana, 27 de Fevereiro de 1898, p. 2

Região Serrana, 27 de Novembro de 1898

Região Serrana, 14 de Janeiro de 1900, p. 4 col. 2 e 3

Região Serrana, 29 de Janeiro de 1900

Região Serrana, 10 de Junho de 1900, p. 1 col. 1 a 3

Região Serrana, 08 de Julho de 1900, p. 3 col. 1

Região Serrana, 11 de Novembro de 1900, p. 2 col. 1

Região Serrana, 28 de Abril de 1901, p. 1 e 4 col. 3 e 1

O Imparcial, 11 de Setembro de 1901, p. 1 col. 3

O Imparcial, 26 de Junho de 1901, p. 1

O Imparcial, 26 de Fevereiro de 1902

Cruzeiro do Sul, 14 de Maio de 1902

Região Serrana, 05 de Abril de 1903, p. 4 col. 2

Região Serrana, 12 de Abril de 1903, p. 2 e 3 col. 3 e 1

O Imparcial, 09 de Maio de 1903, p. 2

Região Serrana, 28 de Junho de 1903, p. 4 col. 3

Região Serrana, 20 de Setembro de 1903, p. 1 col. 2 e 3

Região Serrana, 27 de Setembro de 1903, p. 3 col. 1

Região Serrana, 04 de Outubro de 1903, p. 3 col. 2

Região Serrana, 29 de Novembro de 1903, p. 4 e 2 col. 2

O Imparcial, 05 de Dezembro de 1903, p. 2

Região Serrana, 01 de Janeiro de 1904, p. 1 col. 1 a 3

Região Serrana, 14 de Fevereiro de 1904

Região Serrana, 20 de Maio de 1904, p. 1 col. 3

Região Serrana, 24 de Abril de 1904

Região Serrana, 01 de Novembro de 1904, p. 3 col. 1 e 2

Região Serrana, 01 de Novembro de 1904, nº 43 – edição especial

O Clarim, 29 de Janeiro de 1905, p. 2

Região Serrana, 10 de Setembro de 1905, p. 1 col. 1 a 3

Região Serrana, 29 de Abril de 1906, p. 5 col. 3

Região Serrana, 26 de Julho de 1906, p. 1 e 2 col. 1 a 4 e 1

Região Serrana, 28 de Julho de 1906, p. 1 e 2 col. 1 a 4 e 1

Região Serrana, 29 de Julho de 1906, p. 3 e 4 col. 4 e 1

Região Serrana, 05 de Agosto de 1906, p. 1 col. 1 a 3

Região Serrana, 06 de Janeiro de 1907, p. 1 e 2 col. 1 a 5 e 1

Região Serrana, 10 de Fevereiro de 1907, p. 1 col. 2

Região Serrana, 03 de Novembro de 1907, p. 1 col. 3

Região Serrana, 24 de Novembro de 1907, p. 1 col. 3

O Clarim, 27 de Novembro de 1907, p. 1

O Clarim, 01 de Janeiro de 1908, p. 1 col. 1 e 2

Região Serrana, 06 de Setembro de 1908, p. 3 col. 3

Lageano, 20 de Abril de 1915, p. 1 col. 1 e 2

Correio Lageano, 14 de Julho de 1945, p. 1 col. 2 a 4

Guia Serrano, 15 de Julho de 1945, p. 1 col. 3

Jornais – Outros Acervos

A Evolução, 14 de Fevereiro de 1907, nº 13

O Clarim, 14 de Setembro de 1908, nº 48

Livros Ata da Câmara Municipal de Lages – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

Atas da Câmara de Lages – 1868-1871

Atas da Câmara de Lages - 1872-1877

Atas da Câmara de Lages – 1877-1882

Atas da Câmara de Lages – 1882-1883

Atas da Câmara de Lages – 1883-1889

Atas da Câmara de Lages – 1890-1892

Atas da Câmara de Lages – 1900-1911

Atas da Câmara Municipal de Lages – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

Ata Sessão Ordinária de 12 de Abril de 1869 – Livro Ata 1868 a 1871, p. 22 a 24

Ata Sessão Ordinária de 11 de Julho de 1872 – Livro Ata 1872 a 1877, p. 12

Ata Sessão Ordinária de 12 de Julho de 1872 – Livro Ata 1872 a 1877, p. 12v e 13

Ata Sessão Ordinária de 25 de Outubro de 1872 – Livro Ata 1872 a 1877, p. 17 e 17v

Ata Sessão Ordinária de 26 de Outubro de 1872 – Livro Ata 1872 a 1877, p. 17v a 18

Ata Sessão Ordinária de 28 de Outubro de 1872 – Livro Ata 1872 a 1877, p. 18v a 19v

Ata Sessão Ordinária de 29 de Outubro de 1872 – Livro Ata 1872 a 1877, p. 19v e 20

Ata Sessão Ordinária de 12 de Abril de 1873 – Livro Ata 1872 a 1877, p. 28v a 29v

Ata Sessão Ordinária de 14 de Abril de 1873 – Livro Ata 1872 a 1877, p. 29v e 30

Ata Sessão Ordinária de 15 de Abril de 1873 – Livro Ata 1872 a 1877, p. 30 a 31

Ata Sessão Ordinária de 09 de Agosto de 1873 – Livro Ata 1872 a 1877, p. 33 a 33v

Ata Sessão Ordinária de 05 de Novembro de 1874 – Livro Ata 1872 a 1877, p. 58v e 59

Ata Sessão Ordinária de 22 de Janeiro de 1875 – Livro Ata 1872 a 1877, p. 60v

Ata Sessão Ordinária de 23 de Janeiro de 1875 – Livro Ata 1872 a 1877, p. 61

Ata Sessão Ordinária de 11 de Maio de 1875 – Livro Ata 1872 a 1877, p. 66 e 66v

Ata Sessão Ordinária de 15 de Maio de 1875 – Livro Ata 1872 a 1877, p. 69

Ata Sessão Ordinária de 02 de Novembro de 1875 – Livro Ata 1872 a 1877, p. 79 a 80v

Ata Sessão Ordinária de 07 de Abril de 1877 – Livro Ata 1872 a 1877, p. 118v a 120

Ata Sessão Ordinária de 12 de Julho de 1883 – Livro Ata 1883 a 1889, p. 7v a 9v

Ata Sessão Ordinária de 07 de Outubro de 1883 – Livro Ata 1883 a 1889, p. 11v a 12

Ata Sessão Ordinária de 30 de Outubro de 1883 – Livro Ata 1883 a 1889, p. 12 e 12v

Ata Sessão Ordinária de 12 de Janeiro de 1884 – Livro Ata 1883 a 1884, p. 15 a 17

Ata Sessão Ordinária de 18 de Janeiro de 1884 – Livro Ata 1883 a 1884, p. 22v a 25

Ata Sessão Ordinária de 11 de Março de 1884 – Livro Ata 1883 a 1884, p. 25v a 26

Ata Sessão Ordinária de 05 de Junho de 1884 – Livro Ata 1883 a 1889, p. 28v a 29v

Ata Sessão Ordinária de 13 de Junho de 1884 – Livro Ata 1883 a 1889, p. 35 a 36v

Ata Sessão Ordinária de 07 de Julho de 1884 – Livro Ata 1883 a 1889, p. 36v a 37v

Ata Sessão Ordinária de 08 de Julho de 1884 – Livro Ata 1883 a 1889, p. 38 a 39

Ata Sessão Ordinária de 09 de Julho de 1884 – Livro Ata 1883 a 1889, p. 39 a 40

Ata Sessão Ordinária de 10 de julho de 1884 – Livro Ata 1883 a 1889, p. 40 a 41v

Ata Sessão Ordinária de 24 de Janeiro de 1885 – Livro Ata 1883 a 1889, p. 49 a 50

Ata Sessão Ordinária de 29 de Janeiro de 1885 – Livro Ata 1883 a 1889, p. 53v a 56

Ata Sessão Ordinária de 01 de Agosto de 1885 – Livro Ata 1883 a 1889, p. 66v a 69

Ata Sessão Ordinária de 04 de Agosto de 1885 – Livro Ata 1883 a 1889, p. 70v a 72v

Ata Sessão Ordinária de 07 de Janeiro de 1889 – Livro Ata 1883 a 1889, p. 244 a 247v

Ata Sessão Ordinária de 11 de Junho de 1889 – Livro Ata 1883 a 1889, p. 262v a 264v

Ata Sessão Ordinária de 08 de Novembro de 1889 – Livro Ata 1883 a 1889, p. 282 a 283v

Ata Sessão Extraordinária de 11 de Novembro de 1890 – Livro Ata 1890 a 1892

Ata Sessão Ordinária de 20 de Novembro de 1890 – Livro Ata 1890 a 1892

Ata Sessão Ordinária de 27 de Novembro de 1890 – Livro Ata 1890 a 1892

Ata Sessão Ordinária de 26 de Fevereiro de 1891 – Livro Ata 1890 a 1892

Ata Sessão Ordinária de 09 de Abril de 1891 – Livro Ata 1890 a 1892

Ata Sessão Ordinária de 30 de Abril de 1891 – Livro Ata 1890 a 1892

Ata Sessão Ordinária de 22 de Setembro de 1891 – Livro Ata 1890 a 1892

Ata Apuração Eleição Municipal de 22 de Novembro de 1891 – Livro Ata 1890 a 1892

Ata Sessão Ordinária de 01 de Janeiro de 1892 – Livro Ata 1890 a 1892

Ata Sessão Ordinária de 01 de Janeiro de 1902 – Livro Ata 1900 a 1911, p. 24 a 25

Ata Sessão Solene de 01 de Janeiro de 1902 – Livro Ata 1900 a 1911, p. 25v a 26v

Ata Sessão Ordinária de 01 de Janeiro de 1903 – Livro Ata 1900 a 1911, p. 45 e 45v

Ata Sessão Ordinária de 02 de Janeiro de 1903 – Livro Ata 1900 a 1911, p. 47

Ata Sessão Ordinária de 01 de Janeiro de 1904 – Livro Ata 1900 a 1911, p. 63 a 64

Ata Sessão Ordinária de 06 de Julho de 1904 – Livro Ata 1900 a 1911, p. 74 a 75

Ata Sessão Solene de 20 de Outubro de 1904 – Livro Ata 1900 a 1911, p. 76v a 79v

Ata Sessão Ordinária de 01 de Janeiro de 1905 – Livro Ata 1900 a 1911, p. 79v a 80

Ata Sessão Ordinária de 06 de Janeiro de 1905 – Livro Ata 1900 a 1911, p. 83

Ata Sessão Ordinária de 02 de Janeiro de 1907 – Livro Ata 1900 a 1911, p. 104v a 105v

Ata Sessão Ordinária de 03 de Julho de 1907 – Livro Ata 1900 a 1911, p. 115 a 117v

Ata Sessão Ordinária de 04 de Julho de 1907 – Livro Ata 1900 a 1911, p. 118 a 120

Relatórios Municipais – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

Relatório de 10 de Fevereiro de 1874 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 12 de Abril de 1876 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 07 de Abril de 1877 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 09 de Outubro de 1877 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 22 de Janeiro de 1878 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 08 de Abril de 1878 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 07 de Janeiro de 1879 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 07 de Abril de 1879 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 07 de Julho de 1879 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 01 de Outubro de 1879 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 27 de Janeiro de 1881 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 09 de Janeiro de 1882 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 17 de Janeiro de 1882 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 25 de Outubro de 1882 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 07 de Abril de 1883 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 07 de Julho de 1883 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 09 de Julho de 1883 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 27 de Setembro de 1883 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 30 de Dezembro de 1883 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 09 de Junho de 1884 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 15 de Outubro de 1884 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 31 de Março de 1885 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 19 de Novembro de 1885 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 21 de Outubro de 1886 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 12 de Maio de 1887 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 20 de Julho de 1888 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 07 de Janeiro de 1889 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 20 de Fevereiro de 1890 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 16 de Abril de 1890 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Relatório de 01 de Março de 1891 – Pasta Adm. Municipal Nº 272

Leis – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

Lei Orgânica do Município de Lages – 1895 – Biblioteca do Museu Catg.
Leis Nº 2092

Acervo Documental – Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro

Código de Posturas Municipais – 1895 – Adm. Municipal

Tratado de Myases – Jorge Bleyer – 1905

Pasta – Medicina – Dr. Ruben Cleary – Nº 142:

- Anotação dados Biográficos de Ruben Cleary
- Correspondência para o Dr. Ruben Cleary do Sr. Luiz F. Carneiro da Franca. Datado de 19-10-1876.
- Correspondências - 1886
- Certificados -1889

Pasta – Medicina – Dr. Jorge Bleyer – Nº 148:

- Correspondência para Srª Adelaide Neves Bleyer, assinada por Luiz Antônio Corrêa, encarregado da Estação Telegráfica de Campos Novos. 13-10-1925.
- Cartão Familiar
- Cadastro profissional do Dr. Bleyer
- Memorando do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio – Museu Nacional do Rio de Janeiro para o Dr. Jorge Bleyer.

- Cartão Profissional do Dr. Jorge C. Bleyer.
- Anotações dados Biográficos de Jorge Bleyer
- Anotações sobre as pesquisas realizadas pelo Dr. Jorge Bleyer.

Pasta – Medicina – Dr. Sartori – Nº 138:

- Exemplos datilografados de estudos realizados pelo Dr. Sartori intitulado “Per Áspera ad Astra – Goyaz, Mato-Grosso, Paraguay, Fiumi Araguaya, Graças Aquidauana – Diamanti – Mora litá e Criminalitá di Pelli – rosse. Brasile – Stato di S. Catarina – Lages, Luglio 1934.
- Anotações gerais sobre viagens de Cesar Sartori
- Documentos pessoais de Cesar Sartori
- Correspondências
- Cartões

Pasta Sociedade Recreativa – Clube Literário e Recreativo – Nº 353:

- Ofício do Clube Literário Lageano – 1879

Acervo de Genealogia:

- Pasta Cleary: fotografias e anotações diversas
- Pasta Bleyer: fotografias e anotações diversas
- Pasta Sartori: fotografias e anotações diversas

Documentos Eletrônicos

Leis do Império do Brasil – 1828 – Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html> - Acessado em: 03 de Fevereiro de 2011.

População do Brasil por Municípios e Estados – 1907 a 1912 –
Disponível em : <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/default.shtm> -
Acessado em: 20 de Junho de 2010.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, H. R. de; SALIBA, Elias Thomé. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. São Paulo, 1989.

AVÉ-LALLEMANT, R. *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo - 1858*. Itatiaia: Belo Horizonte, 1980.

ÁVILA, Cesar. *Revelações de um Médico*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1954.

ANDRADE, Eveline. *Entre males e curas: práticas curandeiras e saber médico na primeira república (1889 a 1915)*. Monografia de conclusão do Curso de Metodologia do Ensino de História. Lages, FACVEST, 2006.

BERNARD, L.; SALGUEIRO, H. A. (org.). *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. 328 p.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Prefácio.

BRANCHER, A. (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. 2ª edição. Florianópolis – SC: Letras Contemporâneas, 2004. 214 p.

BARROSO, E. A. L. *Saúde e Modernização: o sanitarismo em juiz de Fora (1889-1918)*. In.: Anais do III Simpósio Nacional de História Cultural – Mundos da Imagem: do texto ao visual. Florianópolis: GT

História Cultural – Núcleo Santa Catarina – ANPUH-SC/Clicdata
Multimídia, 2006.

BENCHIMOL, Jaime. 2001. (Cord.). *Febre Amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

BRESCIANI, M. S. M. *Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.5, n.8/9, set. 1984/abril 1985, p.35-68.

_____. (Org.) *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p.343-63.

BORGES, N. C. O. *Terra, Gado e Trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)*. 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis - SC. 2005.

_____. *Latifúndio, pecuária e mão-de-obra: análise de distribuição de riqueza em Lages*. In: X Encontro Estadual de História/ 3º Reunião do GT Estudos de Gênero/ II Jornada Nacional de História do Trabalho, 2004, Florianópolis, SC. História: trabalho, cultura e poder - ANPUH, SC. Florianópolis: ANPUH/SC/PROEXTENSÃO, 2004. v. 1. p. 366-369.

BURKE, P. (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UEP, 1992.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Companhia das Letras: São Paulo, 1990.

CAMPOS, Oswald; OLIVEIRA, Elizabete de; SINGER, Poul. *Prevenir e Curar: o controle através dos serviços de saúde*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930): textos e contexto*. São Paulo. Divulgação Européia do Livro. 1969. (Corpo e alma do Brasil, 29).

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial. Teatros e sombras*. A política imperial. 2º ed. RJ: UFRJ, 1996.

_____. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTAÑEDA, Luzia Aurelia. *Eugenia e Casamento – História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol. 10 (3): 901-30, set.- dez. 2003, p. 902.

_____. *As idéias de herança pré-medelianas e suas influências na teoria de evolução de Darwin*. Tese de doutoramento, Campinas, Unicamp, Instituto de Biologia, 1992.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. 2º ed. Fpólis. Laudes, 1970.

_____. *Medicina, Médicos e charlatões do passado*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento Estadual de Estatística, Estado de Santa Catarina. Publicação nº 25.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. trad.: Ephraim Ferreira Alvez. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERUTTI, S. *Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII*, In: *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

CHAVES, Gylmar; VELOSO, Patrícia; CAPELO, Peregrina (orgs.), *Ah, Fortaleza!* Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 1998.

CHEREM, Rosângela Miranda. *Caminhos para muitos possíveis: Desterro no final do Império*. São Paulo: USP, 1994. Dissertação de Mestrado.

COMERLATO, Fabiana. *As representações rupestres do Estado de Santa Catarina, Brasil*. Revista OHUN: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFBA. Ano, 2, nº 2, Outubro de 2005.

CORRÊA, C. H. P. *Diálogos com Clio: ensaios de história política e cultural*. Florianópolis: Insular, 2003. 208 p.

_____. *Um Estado entre as duas repúblicas: a revolução de trinta e a política em Santa Catarina até 35*. Florianópolis: UFSC/ALESC, 1984.

COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens – sua história e influência no sertão da terra firme*. Ed.: FCC, Florianópolis, 1982.

COSTA, J. F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

COSTA, Terezinha de J. T. B. M. *Caminhos percorridos pelo Dr. Jorge Clarke Bleyer nos campos da medicina tropical e pré-história brasileira*. História, Ciência e Saúde: Manguinhos. Rio de Janeiro, nº 1, jun-agos. 2003.

DALLABRIDA, Noberto. *A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DANTES, M. A. M. (org.). *Espaços da ciência no Brasil 1800 – 1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. 208 p. il.

DOMINGUES, C.; ALVES, M. (orgs.). *A cidade escrita: literatura, jornalismo e modernidade em João do Rio*. Itajaí – SC: Universidade do Vale do Itajaí, 2005. 334 p. il. 24 cm. (Coleção História e Saúde).

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1994.

_____. *A Sociedade dos indivíduos*. Michel Schroter (org.), Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARRELL, Jeanette. *A assustadora história das Pestes e Epidemias*. trad.: Mauro Silva. São Paulo: Ediouro, 2003.

FILHO, W. F. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

GOFF, Jacques Le. *As doenças têm história*. Brasil, Ed. Terramar : 1997.

GORDON, Richard. *A assustadora história da medicina*. São Paulo, Ediouro, 1997.

GOULART, Yeda de Castro Bräscher. *Vidal Ramos Junior – um lageano, uma paixão*. Florianópolis: Insular, 2004.

HOCHMAN, Gilberto (org). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

KARVAI, Erivan Cassiano. *A sociedade do Trabalho: Discursos e Práticas de Controle sobre a medicação e a viagem em Curitiba*. 1890-1933. Aos Quatro Ventos, 1998.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: Os Cantos e os Antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1996.

LAVOURA, César A. V. *A tradição do teatro amador em Lages e as disputas das posições de poder político – o campo do poder simbólico das artes*. Ufsc, 2004.

LEVI, Giovanni. *A Herança imaterial: Carreira de um exorcista no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e Políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1983.

LIMA, H. E. *A Micro-história Italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LUZ, Madel Terezinha. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850 – 1930)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. *Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: UNICAMP.

MARCON, F. N. *Visibilidade e Resistência Negra em Lages*. 1999. 180 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Universidade do Rio dos Sinos. São Leopoldo – RS. 1999.

_____. *Homens de cor no espaço urbano de Lages*. Revista de Divulgação Científica: UNIPLAC, 2002, p. 76-77.

MARX, M. *Nosso Chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. 219 p.

MERHY, Emerson Elias. *O capitalismo e a saúde pública: a emergência das práticas sanitárias no Estado de São Paulo*. 2 ed. Campinas: Papirus, 1987.

MEIRINHO, Jali. *República e Oligarquias: subsídios para a história catarinense: 1889-1930*. Florianópolis: Insular, 1997.

MIRANDA, Silmara Luciane. *Mercado Público em Lages*. Revista da Memória: Fundação Cultural de Lages. Lages, nº 1, p. 61-68.

NASCIMENTO, Alfredo. *O centenário da Academia Nacional de Medicina no Rio de Janeiro, 1829- 1929: primórdios da evolução da medicina no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

NECKEL, R. *A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. 105 p.

NOVAIS, Fernando. *A História da vida privada no Brasil: Império, a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NUNES, S. *Caso Canozzi: um crime vários sentidos*. 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC. 2007.

_____. *Medicina e Práticas Populares na Desterro do Século XX*. Percursos, Florianópolis, V. 5, n. 1, p. 165-168, jan/jun 2004.

O'DONNELL, J. G. *No olho da rua: a etnografia urbana de João do Rio*. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro – Museu Nacional. Rio de Janeiro – RJ. 2007.

OLIVEIRA, Henrique Pereira. *Os filhos da Falha: assistência aos expostos e remodelação de condutas em Desterro (1828 – 1887)*. Dissertação de mestrado: PUC/SP, 1990.

PEIXER, Z. I. *A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages*. Lages: Editora da Universidade do Planalto Catarinense, 2002. 296 p. il.

RAMOS, Celso. *Coxilha Rica – Genealogia da Família Ramos*. Florianópolis: Insular, 2002.

RODRIGUES, Marília Mezzomo. *A prevenção da decadência: discurso médico e medicalização da sociedade*. Aos Quatro Ventos, 1998.

ROSSATO, Jupiracy Affonso do Rego. *Os negociantes de grosso trato e a Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro: estabelecendo trajetórias de poder (1808-1830)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ROSEN, George. *Da polícia médica a medicina social: ensaios sobre a história da assistência médica*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

RUDY, Antonio Cleber. *Culturas da contestação: anarquistas e anticlericais em Santa Catarina 1900-1940*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

SÁ, D. M. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895 – 1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 216 p. il. (Coleção História e Saúde).

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Ricardo Augusto . *Quem é bom, já nasce feito? Uma leitura do Eugenismo de Renato Kehl (1917-37)*. Intellèctus (UERJ) v. Ano 04, n. Vol.II, p. 14, 2005.

SANT'ANNA, Álvaro Cumplido. *Academia nacional de medicina. Resenha histórica*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1979.

SCLIAR, Moacyr. *Do mágico ao social: a trajetória da saúde pública*. Porto Alegre: LetPM, 1987.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Márcia Regina Barros da. *O mundo transformado em laboratório: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo de 1891 a 1933*. Departamento de História, FFLCH, USP, São Paulo, 2004.

SERPA, Elio C. *A reformulação das condutas e sociabilidade em Lages durante a primeira república*. In: Revista da memória. Lages: Fundação Cultural, 1996.

_____. *Igreja e Poder em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1997.

_____. *A guerra do Contestado (1912-1916)*. Florianópolis: UFSC, 1999.

SIGOLO, Renata Palandri. MARCHI, Euclides; *Em busca da “ciencia medica”*: a medicina homeopática no início do século XX. Tese de doutorado. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. 1999.

_____. *Saúde em Frascos: Conceção de saúde, doença e cura*. Curitiba, 1930/1945. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. 2001. *Da transmissão hídrica à culicidiana: a febre amarela na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*. In: Revista Brasileira de história. V. 1, n. 41.

VAREJÃO, Lucilo. *De que morreu João Feital*. Romance. São Paulo, Monteiro Lobato. 1922.

VELHO, Gilberto. *Estilo de vida urbano e modernidade*. Estudos Históricos 8: 227-34. Rio de Janeiro, 1995.

ZEFERINO, Breno M. *A inventiva Brasileira: Modernidade, Saúde e Ciência na virada do século XIX para o XX*. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Rio de Janeiro – RJ. 2007.

IYDA, Massako. *Cem anos de saúde pública: a cidadania negada*. São Paulo: Unesp, 1993.